

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Desenvolvimento sustentável e questão agrária:
retóricas e realidades em movimento**

José Cláudio Gonçalves

SÃO CARLOS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Desenvolvimento sustentável e questão agrária:
retóricas e realidades em movimento**

José Cláudio Gonçalves

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora
Dr^a. Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G635d Gonçalves, José Cláudio
Desenvolvimento sustentável e questão agrária :
retóricas e realidades em movimento / José Cláudio
Gonçalves. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
210 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Questão agrária. 2. Desenvolvimento
sustentável. 3. Assentamentos rurais. I. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato José Cláudio Gonçalves, realizada em 15/12/2015:

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
UFSCar

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior
UNESP

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA

Prof. Dr. Francisco Jose da Costa Alves
UFSCar

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
UFSCar

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória de:
Octávio Dias dos Santos, Ozias Werneck,
Pedro Rodrigues e Anadil da Motta Gonçalves.
Companheiros de lutas que ficaram no passado.

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho recebi apoio de muitas pessoas. Naturalmente não terei condições de nomear a todas; não obstante gostaria de mencionar alguns nomes que vem à memória neste momento em que a sensação de dever cumprido mistura-se com um vazio inquietante, típico de final de um ciclo. Bem, não por formalidade, mas por respeito e admiração, registro em primeiro lugar, minha gratidão à professora doutora Rosemeire Aparecida Scopinho, pois graças aos seus ensinamentos, suas dicas, seu apoio material e também seus “puxões de orelha” este trabalho pode ser concluído.

Em uma época em que o “*Homolattes*¹” parece dominar as universidades públicas brasileiras, trabalhar com a professora Rosemeire durante o mestrado e doutorado foi um privilégio, pois ela é uma docente que, de fato, tem um compromisso com a educação pública e isto para mim sempre foi uma questão fundamental. Portanto o que fica dessa relação é muito mais do que duas orientações acadêmicas, fica o respeito, o carinho e o compromisso de lutarmos juntos por dias melhores, tanto no campo quanto no *campus*.

Na sequência registro meus agradecimentos aos assentados e assentadas dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Bem sei que muitos deles nunca chegarão a ler a maior parte dos argumentos contidos nesta tese. Entretanto, a participação desses sujeitos foi fundamental, pois ao permitir que eu entrasse em suas casas, seus lotes, participasse das suas reuniões e festas, os assentados possibilitaram que eu ampliasse meu olhar e, assim, pudesse me aproximar desse arranjo social que a burocracia estatal insiste em chamar de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), uma sigla vazia que bem poderia ser substituída por Território de Vida e Trabalho (TVT).

Dito isto, manifesto meus agradecimentos a um conjunto de amigos que, durante minha caminhada pela Pós Graduação, sempre me deram apoio e incentivo; neste grupo estão José Marcelino, Fabiana Severi, Cris Damião, André, Vera Navarro e Marcos Cassim, todos da USP de Ribeirão Preto. A Rafael Aroni, José Roberto, Manoel Tavares, Cláudia Perencin, Adriano dos Santos, Henrique Carmona Duval e Luiz Octávio (Tavico), agradeço pela disposição em discutir, trocar ideias e informações sobre os problemas agrários e ambientais existentes na região de Ribeirão Preto. Aos amigos Roberto Rudon Bettini, José Eduardo Baldo e Márcia Registro sou grato pela ajuda com

¹ A respeito desse personagem sugiro consultar o artigo escrito por Gilberto Felisberto Vasconcellos, publicado na Revista Caros Amigos, edição 220, julho de 2015.

os programas de tratamento de imagens. Aos integrantes no Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA), especialmente para as colegas da Psicologia, deixo um obrigado acompanhado de um pedido de desculpas pelo excesso de intervenções durante nossas reuniões de discussão de projetos de pesquisa.

Aos professores doutores Rodrigo Constante Martins, Elder Andrade de Paula e Francisco José da Costa Alves, o popular Chiquinho, agradeço pelos comentários, críticas e sugestões feitas durante o exame de qualificação desta tese. Aos professores, coordenadores e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), em especial a Silmara Dionízio sou grato pela forma atenciosa e prestativa com que sempre fui atendido. Por fim, agradeço à minha família, particularmente a Gisela Nicoletti (Giguinha) pela paciência diante do meu absenteísmo e também frente às crises de mau humor, frequentes nas últimas etapas do trabalho. Enfim, com vocês divido o mérito e a satisfação pela conclusão deste trabalho. A todos obrigado!

“Nunca um processo de Reforma Agrária alcançará integralmente seu objetivo se o camponês não o entender, e em sua totalidade não o assimilar, o que só será conseguido com a sua participação efetiva”

José Gomes da Silva

“A reforma agrária pode ser definida como um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender ao princípio de justiça social, ao aumento de produtividade e ao cumprimento da função socioambiental da propriedade”

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

“Aqui a gente planta um pé de uma coisa e come, vem um filho e leva um pouco [...] porque nós pegamos a terra foi para trabalhar e viver dela. Se fosse para pegar a terra e não plantar nada eu ficava na cidade. É por isto que eu gosto daqui, eu adoro e assim nós vamos levando”

Assentada do PDS 21 de Dezembro

RESUMO

A partir de meados da década de 1990, os debates em torno da questão agrária brasileira passaram a incorporar os problemas relacionados à conservação dos recursos naturais nas áreas rurais. Nesta perspectiva, discursos e projetos elaborados com base no conceito de *Desenvolvimento Sustentável* (DS) adquiriram proeminência. Este processo consolida-se por meio da criação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de novas modalidades de assentamentos rurais, dentre os quais, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs). Considerando as particularidades socioambientais e econômicas predominantes na Macrorregião de Ribeirão Preto, o trabalho analisa o processo organizativo de dois assentamentos rurais do tipo PDS implantados pelo INCRA/SP nos municípios de São Carlos e Descalvado. O objetivo geral da pesquisa foi analisar em que medida os princípios da eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica concretizavam-se nestes assentamentos. Como estratégia metodológica fez-se uso de um levantamento documental e bibliográfico sobre a questão ambiental e agrária brasileira, observações diretas, entrevistas semiestruturadas e a iconografia também foram utilizadas. Com base no procedimento da técnica da triangulação de informações e no material coletado ao longo da pesquisa é possível afirmar que os PDSs implantados nesta região do estado de São Paulo encontram-se numa encruzilhada, pois ao mesmo tempo em que há avanços sociais, também emergem entraves, sobretudo na dimensão ecológica destes projetos. Esta situação permite classificar esta modalidade de assentamento rural como uma retórica ambiental.

Palavras-chave: Questão agrária, desenvolvimento sustentável, assentamentos rurais.

ABSTRACT

From the mid-1990s, the debate surrounding the Brazilian agrarian question began to incorporate the issues related to the conservation of natural resources. In this perspective, speeches and projects based on the concept of *Sustainable Development* (SD) gained prominence. This process is consolidated through the creation, by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), new modalities of rural settlements, among which, the Sustainable Development Projects (PDSs). Considering the social, environmental and economic particularities prevalent in Macro region the Ribeirão Preto, this thesis analyzes the organizational process of two rural settlements in the PDS type implemented by the Regional Superintendent of INCRA/SP in the municipalities of San Carlos and Descalvado. The general objective of this study was to analyze to what extent the principles of economic efficiency, social justice and ecological prudence have been realized these settlements. As a methodological strategy was taken use of a documentary research on the agrarian question and environmental Brazilian, direct observations, interviews semiestruturadas and iconography were also used during the research. Based on the procedure information triangulation technique and the material collected it can be said that the implementation the PDSs this region of São Paulo state, are at a crossroads, because while there are social advances, also emerge barriers, particularly in the ecological dimension of these projects. This allows sort this type of rural settlement as an environmental rhetoric.

Keywords: agrarian question, sustainable development, rural settlements.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

Abeef – Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal

Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ACEPB – Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil

ACP – Ação Civil Pública

AF – Agricultura familiar

Alesp – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APP – Área de Preservação Permanente

APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

BB – Banco do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

Cati – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CBRN – Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas

CEF – Caixa Econômica Federal

Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Cesp – Companhia Energética de São Paulo

CFB – Código Florestal Brasileiro

Cimas – Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Comdema – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Cooperal – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados

Cooperafloresta – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP

Cootap – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRSs – Comunidades de Resistência e Superação

CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DDT – Diclorodifeniltricloreto

DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais

DS – Desenvolvimento Sustentável

DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENS – Encontro Nacional dos Seringueiros

EP – Ecologismo dos Pobres

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FBD – Fossa Biodigestora

Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FEPAF – Fundação de Estudos e Pesquisa Agrícolas e Florestais

Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FID – Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos

Flona – Floresta Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEE – Gases do Efeito Estufa

IAF – Instituto de Assuntos Fundiários

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBS – Instituto BioSistêmico

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITR – Imposto Territorial Rural

Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

IUCN – *International Union for the Conservancy of Nature*

LIO – Licença de Instalação e Operação

LP – Licença Prévia

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ME – Modernização Ecológica

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

Mova – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MP – Ministério Público

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OEMA – Órgão Estadual de Meio Ambiente

Ongs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Ornas – Ocupações Rurais Não Agrícolas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAEs – Projetos Agroextrativistas

PAFs – Projetos de Assentamentos Florestais

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Projeto de Assentamento Conjunto

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAP – Projeto de Assentamento Particular

PAR – Projeto de Assentamento Rápido

PC – Projeto de Colonização Oficial

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PEC – Projeto Especial de Colonização

PED – Programa Estadual de Desestatização

PF – Projeto Fundiário

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PL – Projeto de Lei

Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMGCA – Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND – Plano Nacional de Desestatização

PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGpsi – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PRA – Programa de Regularização Ambiental

Procad – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PT – Partido dos Trabalhadores

PTR – Programa de Transferência de Renda

PU – Plano de Utilização

PVTP – Plano de Valorização de Terras Públicas

RA – Região Administrativa

RDSs – Reservas de Desenvolvimento Sustentável

REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação

Resex – Reservas Extrativistas

Ridesa – Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético

Rimisp – Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural

RL – Reserva Legal

RNs – Recursos Naturais

SAF – Sistema Agroflorestal

Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Sema – Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIFESP – Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo

SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Sipra – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SR 8 – Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo – INCRA/SP

SR 14 – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre – INCRA/AC

SSP – Sistema Silvipastoril

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRX – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UEIM – Unidade Especial de Informação e Memória

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNAMAZ – Associação de Universidades Amazônicas

UnB – Universidade de Brasília

UNEP – *United Nations Environmental Program*

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICA – União da Indústria da Cana-de-açúcar

USP – Universidade de São Paulo

WWF – *World Wide Fund of Nature*

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos utilizados pelas Ongs conservacionistas	45
Quadro 2 – Papéis desempenhados pelos cientistas no estudo das questões ambientais	61
Quadro 3 – Mecanismos de gestão e controle ambiental	64
Quadro 4 – Vertentes do ecologismo mundial	67
Quadro 5 – Principais características das diferentes linhas de crédito do Pronaf	85
Quadro 6 – Função ecológica da APP e dimensão da RL nos Códigos Florestais de 1965 e 2012	88
Quadro 7 – Três modalidades de assentamentos rurais utilizadas pelo INCRA	96
Quadro 8 – Relação de PDSs implantados no estado de São Paulo entre 2004 e 2014	103
Quadro 9 – Cultivo de cana-de-açúcar na região Centro-Sul (safra 2015/2016)	118
Quadro 10 – Assentamentos rurais implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto entre 1985 e 2012	132
Quadro 11 – Áreas de Reserva Legal do PDS 21 de Dezembro	142
Quadro 12 – Origem, idade do casal e número de pessoas por família no PDS Santa Helena – 2014	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeção da Pegada Ecológica da humanidade (1960-2050)	47
Figura 2 – As três dimensões do desenvolvimento sustentável	55
Figura 3 – Reprodução de material iconográfico sobre a questão agrária brasileira na década de 1980	76
Figura 4 – Municípios paulistas com assentamentos rurais na modalidade PDS	105
Figura 5 – Desenho esquemático de fossa séptica biodigestora e jardim filtrante	155
Figura 6 – Resumo das atividades de ATER a serem realizadas no N.O de Araraquara	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UCs) por categoria no Brasil (2006)	41
Tabela 2 – Licenças ambientais requeridas pelo INCRA/AC (2003-2009)	92
Tabela 3 – Desmatamento em assentamentos rurais na Amazônia Legal (1970-2000)	93
Tabela 4 – PDSs nas grandes Regiões do Brasil (2011, 2014 e 2015)	101
Tabela 5 – Cobertura vegetal no município de São Carlos – 2009	119
Tabela 6 – Cobertura vegetal no município de Descalvado – 2009	120
Tabela 7 – Chamada pública para contratação de ATER em assentamentos rurais no estado de São Paulo (INCRA/SP – 2011)	175

LISTA DE FOTOGRAFIAS E GRÁFICO

Fotografia 1 – Lavoura de café na região de Ribeirão Preto no início do século XX	122
Fotografia 2 – Atividade de extração de madeira na região de Ribeirão Preto no início do século XX	123
Fotografia 3 – Vista panorâmica da Fazenda Chimborazo	124
Fotografia 4 – Aspecto geral da Fazenda Guatapar no início do século XX	125
Fotografia 5 – Fachada da Escola Novo Horizonte - PDS Santa Helena – 2014	152
Fotografia 6 – Implantao de horta orgânica no PDS Santa Helena - 2013	164
Gráfico 1 – Dinâmica da luta pelo acesso  terra no Brasil (1988-2010)	80

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	24
Objetivos e hipótese de trabalho	31
Método e organização dos capítulos	32
CAPÍTULO 1 – ECOLOGISMO, CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
1.1 – Dos “ <i>Limites do crescimento</i> ” ao <i>Ecodesenvolvimento</i>	47
1.2 – Discursos e contradiscursos do <i>desenvolvimento sustentável</i>	54
CAPÍTULO 2 – QUESTÃO AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE NO BRASIL	69
2.1 – Reservas Extrativistas na Amazônia: da utopia à distopia de Chico Mendes	72
2.2 – As questões agrária e ambiental brasileira a partir dos anos de 1990	79
CAPÍTULO 3 – GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS	90
3.1 – PDS: do paraíso das castanheiras ao inferno verde dos canaviais	99
3.2 – O agroecologismo do MST	106
3.3 – O Itesp e suas parcerias ambientais	112

CAPÍTULO 4 – REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO NA MACRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO	117
4.1 – Assentamentos rurais na Macrorregião de Ribeirão Preto	126
4.2 – Acampamento Dom Elder Câmara: plantando a semente da Agroecologia	130
4.3 – PDS Sepé Tiaraju e Mário Lago: Agroecologia na capital do agronegócio	133
CAPÍTULO 5 – <i>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i> E QUESTÃO AGRÁRIA: RETÓRICAS E REALIDADES EM MOVIMENTO	137
5.1 – O processo de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha	137
5.2 – As origens das famílias assentadas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro	146
5.3 – As questões sociais nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro	153
5.4 – A dimensão econômica nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro	160
5.5 – A dimensão ambiental nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
ANEXOS	202

Apresentação

Esta tese analisa os aspectos sociais, econômicos e ambientais presentes no processo de implantação de dois assentamentos rurais de reforma agrária na Macrorregião de Ribeirão Preto², ambos sob a responsabilidade legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que os define como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esta modalidade de assentamento rural foi instituída pela Portaria 477/99 editada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). As diretrizes para a criação, desenvolvimento e consolidação dos PDSs foram construídas a partir de discussões realizadas entre técnicos ambientais do MMA, representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Centro Nacional de Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do próprio INCRA.

Em síntese, um PDS é um assentamento rural criado para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinadas às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2000). Considerando estas características e a própria nomenclatura (PDS), vê-se que esta modalidade de assentamento rural está, intrinsecamente, relacionada ao conceito de *Desenvolvimento Sustentável (DS)*, cujo propósito é conciliar metas de crescimento econômico com justiça social e prudência ambiental³. Adotado a partir dos anos de 1990, o conceito de DS tornou-se mundialmente conhecido, sendo definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um processo de “[...] *desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1991).

Dois aspectos importantes que diferenciam os assentamentos do tipo PDS dos Projetos de Assentamentos tradicionais (PA) é que no primeiro, os assentados não recebem títulos de domínio do lote, mas apenas um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da terra (CCDRU). Este documento é celebrado entre os beneficiários assentados ou diretamente com uma entidade que os represente e o INCRA. Neste instrumento deverá ser

² A Macrorregião de Ribeirão Preto é formada pelas Regiões Administrativas (RA) de Franca, Barretos, Ribeirão Preto e Central. No anexo encontra-se disponível um mapa acompanhado de um quadro com informações socioeconômicas das respectivas regiões.

³ Esclareço que no presente trabalho, tomo o conceito recorrente de *Desenvolvimento Sustentável* para tentar demonstrar seus limites, sobretudo, no caso dos PDSs implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto. Por isto, no primeiro capítulo dedico uma atenção especial tanto à construção quanto a desconstrução desse conceito.

consignado que a entidade beneficiada, seja ela uma associação ou cooperativa, não poderá transferir a terceiros qualquer direito sobre a área, sob pena de cancelamento do contrato, sem direito a indenização por qualquer benfeitoria porventura implantada dentro do PDS (BRASIL, 2000).

A forma de produção e organização social das famílias também é diferente, pois, uma das exigências do PDS é a de que os assentados devem organizar-se em associações e/ou cooperativas, buscando desenvolver formas sustentáveis de produção agropecuária. Na perspectiva dos representantes dos movimentos sociais, do governo e dos técnicos ambientais, o PDS é uma alternativa aos assentamentos tradicionais. Embora tenha sido criada para atender as especificidades socioambientais da Amazônia Legal, esta modalidade de assentamento rural foi adotada nas demais regiões do país, notadamente após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang que foi uma das responsáveis pela implantação do PDS Esperança, localizado no município de Anapu, no estado do Pará.

Segundo dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (Sipra), em 2015, o território brasileiro abrigava 143 assentamentos rurais na modalidade PDS. Desse total, 96 projetos estavam localizados na região Norte, 13 no Nordeste, 13 no Centro-Oeste e 21 na região Sudeste. É importante destacar que dos 21 PDSs existentes no Sudeste, 19 estavam localizados no estado de São Paulo e apenas dois no estado do Rio de Janeiro; Minas Gerais e Espírito Santo não possuíam assentamentos deste tipo. Em São Paulo, os PDSs ocupavam uma área de 17.468,93 hectares de terra, nos quais a Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo (INCRA/SP) havia assentado, até 2015, um total de 1.511 famílias, sendo 43,3 % delas na Macrorregião de Ribeirão Preto.

De caráter qualitativo, a presente pesquisa deve ser tomada como um aprofundamento de investigação, pois desde o ano de 2008, tenho acompanhado o processo organizativo de PDSs no interior do estado de São Paulo⁴. Meu interesse em analisar o processo de implantação desta modalidade de assentamento rural advém de uma trajetória pessoal marcada, não apenas pelas atividades acadêmicas, mas também por experiências ligadas à vida rural e à militância no campo das questões ambientais. Quanto à vida rural, minha memória remete ao Vale do Ribeira, região onde nasci e morei até os seis anos de

⁴ Os resultados desse acompanhamento foram sintetizados numa dissertação de mestrado intitulada – Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto/SP. Este trabalho foi finalizado, em setembro de 2010, e contou com a orientação da professora doutora Rosemeire Aparecida Scopinho, docente dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Psicologia (PPGpsi), ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

idade. Como primogênito de um casal de meeiros que se dedicava à tomaticultura, vivia sob as nuvens de veneno, corria descalço em meio aos talhões de tomates envarados, acompanhava os adultos nas tarefas diárias, entre as quais a adubação, a colheita, a seleção e transporte das caixas de tomate. Enfim, nos anos de 1970, eu participava, sem saber, de um processo histórico importante, qual seja, o da “*modernização agrícola*” brasileira.

A respeito da militância nas questões ambientais, cabe dizer que esta experiência está ligada à várias atividades, dentre as quais a participação em Organizações não governamentais (Ongs), partidos políticos, comitês e grupos de estudo sobre a problemática ambiental. A participação direta nestas atividades foi importante, mas não suficiente, pois num determinado momento da minha trajetória, as questões ambientais passaram a incomodar-me também intelectualmente. Assim, após concluir um curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Araraquara, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, desde então, venho analisando o processo organizativo de assentamentos rurais do tipo PDS.

Em que pesem algumas críticas à implantação desta modalidade de assentamento rural, sobretudo, na Macrorregião de Ribeirão Preto, ressalto que os considero importantes, pois durante os anos em que me embrenhei por estes assentamentos, percebi o quanto uma pequena parcela de terra pode melhorar a vida de um sujeito, especialmente naquilo que é condição fundamental para a reprodução da vida humana, a saber, o direito à alimentação e à moradia. Cultivando mandioca, milho, feijão, frutas, verduras, legumes, criando aves, suínos, bovinos, etc., muitos assentados garantem alimentação mais rica e saudável e, desta forma podem enfrentar outros desafios que persistem no dia a dia, seja dentro ou fora dos PDSs.

Enfim, na Macrorregião de Ribeirão Preto, os assentamentos rurais do tipo PDS formam um arranjo social onde elementos do novo, do moderno, coexistem com o velho, com o antigo; nestes assentamentos, as contradições sociais, os discursos ambientais, os conflitos e consensos estão igualmente presentes. Estes são os elementos que se apresentam para discussão neste trabalho.

Introdução

No estado de São Paulo, a implantação de assentamentos rurais na modalidade PDS é um processo relativamente recente. Entretanto, é importante destacar que, nesse estado, a discussão sobre a problemática agrária remonta à década de 1960, época em que foi editada a Lei nº 5994/60 – Lei de Revisão Agrária. Um dos objetivos desta Lei era assentar de 500 a 1000 famílias de sem terra por ano. Apesar de estabelecer esta meta, durante a gestão do governador Carvalho Pinto (1959-1963), foram criados somente dois assentamentos rurais: o da Fazenda Santa Helena, em Marília, onde foram assentadas 102 famílias e o da Fazenda Capivari, em Valinhos, que recebeu apenas 71 famílias (SÃO PAULO, 2013).

De acordo com Bergamasco e Norder (1999), um dos principais problemas verificados nos assentamentos rurais implantados a partir da Lei da Revisão Agrária, era que aqueles projetos, ao invés de contraporem-se à lógica da modernização agrícola, contribuíam para a expansão daquele modelo de produção. Portanto, nas décadas de sessenta e setenta, mesmo com a criação de alguns assentamentos rurais, não houve mudança na estrutura fundiária e nos padrões de produção da agropecuária paulista.

Em meados dos anos de 1980, os debates sobre a questão fundiária voltaram à tona no interior do estado de São Paulo e, naquela época, as discussões sobre a posse da terra tinham como pano de fundo os conflitos trabalhistas emergentes no setor canavieiro, em especial aqueles ocorridos na Macrorregião de Ribeirão Preto. Ciente da gravidade daqueles problemas e temendo prejuízos políticos, sobretudo após a violência praticada pela polícia militar contra trabalhadores rurais na cidade de Guariba, as autoridades estaduais desenvolveram um programa emergencial denominado Boia-fria.

Um dos objetivos deste Programa era criar frentes de trabalho para empregar, na entressafra da cana, os assalariados rurais que encontravam dificuldades para sobreviver nas periferias das cidades dormitórias como, por exemplo, em Guariba, Pradópolis, Barrinha, entre outras. Não obstante este propósito, o Programa Boia-fria mostrou-se ineficiente e com isto a organização política dos assalariados rurais acabou sendo fortalecida. Contando com o apoio de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, os boias frias passaram a reivindicar, além de melhores condições de trabalho no eito dos canaviais, também o acesso à terra (SILVA e FERRANTE, 1987; FERRANTE, 1991; FIAMENGUE, 2002; SÃO PAULO, 2013).

No que tange aos boias-frias, embora a terra não se configurasse na pauta de reivindicações explicitamente, ela aparece embutida no conjunto da prática social dos trabalhadores rurais que reivindicam **a terra como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência**, uma vez que nem o Estado nem o capital fornecem estas garantias (FERRANTE, 1991, pp. 498-499) [grifos meus].

Em meados dos anos de 1980, os conflitos sociais envolvendo trabalhadores rurais obrigaram o governo paulista a rediscutir a questão fundiária. Naquela época, o Executivo paulista era governado pelo peemedebista André Franco Montoro que, ao assumir o seu mandato, determinou que fosse realizado um inventário dos bens imóveis rurais pertencentes ao Estado. Este trabalho identificou mais de 1000 propriedades rurais sendo que, deste total, 302 imóveis possuíam área igual ou superior a 50 hectares. Esse levantamento fazia parte do Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP), uma ação de política fundiária realizada com base na Lei Nº 4.957/1985 (SÃO PAULO, 2013).

Dentre os assentamentos rurais implantados a partir do PVTP, destaca-se o Assentamento Fazenda Pirituba, localizado entre os municípios de Itapeva e Itaberá, região Sudoeste do estado e os Assentamentos Sumaré I e II, ambos localizados na região de Campinas. Na Microrregião de Araraquara, o governo paulista implantou mais dois assentamentos rurais, o Assentamento Fazenda Monte Alegre e Assentamento Bueno de Andrade.

Embora o governo estadual tenha criado estes assentamentos, no final da década de noventa, surgiram novos conflitos relacionados à problemática agrária no estado de São Paulo. Todavia, diferente das décadas passadas, nos anos de 1990, os movimentos sociais de luta pela terra questionavam não apenas a estrutura fundiária, mas o próprio padrão de desenvolvimento predominante na agropecuária paulista. Segundo Fernandes *et all* (2011), essa perspectiva é nova, pois ela indica que “[...] *a disputa territorial não é somente por terra, mas por todas as dimensões do território*” (p.29).

Na perspectiva do MST, a partir dos anos 2000, a luta pela Reforma Agrária,

[...] está associada, ao mesmo tempo, ao tipo de estrutura fundiária implantada (ou seja, a concentração da terra) e, ao enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico adotado (que privilegia a exportação). Com isso [a reforma agrária] passou do patamar somente de luta econômica e social para se tornar uma luta política, o que significa **disputa de projeto** (CONCRAB, 2001, p. 6) [grifo meu].

Do ponto de vista dos movimentos sociais e sindicais atuantes na Macrorregião de Ribeirão Preto, em especial do MST e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)⁵, o modelo de desenvolvimento da agropecuária paulista é socialmente excludente, pois ele está ancorado na monocultura, sobretudo, nos cultivos de cana-de-açúcar, cítricos e soja; na pecuária bovina extensiva e na silvicultura realizada com espécies exóticas, entre as quais o pinus e o eucalipto. Como se sabe, com o processo de moto-mecanização, as atividades desenvolvidas durante o preparo do solo, cultivo e processamento desses produtos, tendem a utilizar cada vez menos trabalho humano, ao mesmo tempo em que crescem seus investimentos em bens de capital, uso de tecnologia, de agrotóxicos, adubos e fertilizantes sintéticos.

Diversos autores, entre eles (Alves, 1991; Ferrante, 1991; Silva, 1999; Elias, 2003; Silva e Martins, 2006; Scopinho, 2012; Souza, 2013), têm apontado que, na Macrorregião de Ribeirão Preto, a reorganização do setor sucroalcooleiro faz desta região uma das mais dinâmicas em termos de acumulação e centralização de capitais. Conforme aponta Scopinho (2012), a partir dos anos de 1990, as mudanças tecnológicas e organizacionais ocorridas no setor sucroalcooleiro paulista contribuíram para o fortalecimento do processo de reestruturação produtiva do capital. Ainda de acordo com esta autora, na mesma velocidade em que ocorrem as transformações “[...], *o modo de organização e gestão da produção gera um conjunto de impactos socioambientais negativos*” (p.26).

No plano dos direitos sociais e trabalhistas, os problemas estão relacionados às condições degradantes de vida e trabalho encontradas nas grandes e médias fazendas que cultivam cana-de-açúcar (SILVA, 1999; SILVA e MARTINS, 2006, ALVES, 2009). No que tange aos problemas ambientais, as questões dizem respeito ao uso de agrotóxicos e a prática da fertirrigação dos canaviais com a vinhaça, um subproduto derivado da destilação do etanol. Este resíduo agroindustrial possui elevada concentração de nitrato, potássio e

⁵ Esta Federação foi fundada em 16 de abril de 1989 em Jaboticabal e sua atuação está vinculada ao processo de organização dos trabalhadores rurais assalariados do corte da cana-de-açúcar na Macrorregião de Ribeirão Preto (ALVES, 1991; FERRANTE, 1991; CHIOVETTI, 1999; SÃO PAULO, 2013). Ao longo da sua história, a Feraesp sempre defendeu os interesses dos trabalhadores rurais tanto por meio da negociação de reajustes salariais e melhores condições de trabalho no corte da cana e na colheita da laranja quanto pelo apoio nos processos de ocupação de áreas potencialmente destinadas à reforma agrária. Mais recentemente, a entidade tem empreendido esforços para mitigar os impactos sociais advindos da ampliação do sistema de mecanização do corte da cana. Um exemplo disso é o Sítio-Escola, um projeto conduzido pela Feraesp no município de Barra Bonita. Neste local, os trabalhadores rurais e suas famílias frequentam cursos de qualificação e capacitação profissional. Esse projeto faz parte de uma parceria estabelecida entre a prefeitura de Barra Bonita, a Feraesp e a Raízen, uma empresa formada a partir de uma *Joint venture* entre a petroléira holandesa *Royal Dutch Shell* e a COSAN. Ações dessa natureza refletem os limites do sindicalismo rural frente à fase de “neomodernização” do setor sucroenergético paulista [o neologismo entre aspas é meu].

matéria orgânica. Portanto, se for utilizado sem o devido controle pode causar contaminação do solo, dos rios e até mesmo do lençol freático⁶ (FREIRE e CORTEZ, 2000; SILVA *et al.*, 2007).

A queima da palha da cana-de-açúcar também é um problema ambiental que incomoda a população que vive nos municípios da Macrorregião de Ribeirão Preto. Entretanto, no ano de 2007, os usineiros paulistas assinaram um protocolo para a eliminação desta prática agrícola. Este documento é conhecido como Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista e a sua construção se deu a partir de uma concertação de interesses envolvendo os usineiros, os fornecedores de cana, o governo estadual e parte dos representantes do sindicalismo rural da região de Ribeirão Preto. Na verdade, o Protocolo funciona como um mecanismo voluntário de gestão ambiental onde os usineiros e os fornecedores de cana-de-açúcar comprometem-se a eliminar, gradativamente, a prática da queimada dos canaviais no estado de São Paulo⁷.

As discussões sobre a eliminação da queima da palha de cana-de-açúcar são antigas. Elas datam da década de 1980, época em que um conjunto de entidades ambientalistas lideradas pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil (ACEPB) de Ribeirão Preto, lançaram a campanha Basta de Queimadas. Desenvolvida durante as décadas de 1980 e 1990, esta campanha fortaleceu o debate regional sobre os impactos sociais e ambientais derivados da queima dos canaviais. Não obstante a pressão exercida pelos ambientalistas, sempre que estes obtinham uma vitória, os usineiros recorriam e conseguiam postergar o prazo para eliminação definitiva das queimadas.

Todavia, a partir dos anos 2000, a posição dos empresários do setor sucroalcooleiro paulista mudou e, a meu ver, isto está relacionado aos seguintes fatores: 1) fortalecimento do debate internacional sobre o aquecimento global; 2) ampliação da tecnologia utilizada no desenvolvimento de novos modelos de colheitadeiras de cana-de-açúcar; 3) novas linhas de financiamento para aquisição de bens de capital (máquinas, tratores, caminhões e

⁶ Aqui, lençol freático refere-se, mais especificamente, ao Aquífero Guarani que é considerado o segundo maior reservatório de água subterrânea do mundo; além de abranger estados da região Centro-Oeste e Sudeste do Brasil ele também inclui partes do Uruguai, Paraguai e Argentina. O município de Ribeirão Preto é considerado uma área de recarga do Guarani e isso aumenta a preocupação das autoridades ambientais com a possível contaminação desse reservatório.

⁷ De acordo com o Protocolo Agroambiental, nas áreas não mecanizáveis, a queima da palha da cana deverá ser extinta até o ano de 2017 e, para as áreas mecanizáveis, o prazo estabelecido pelos usineiros era 2014. Entretanto, a Lei 11.241/02, que dispõe sobre a queima da palha da cana no estado de São Paulo é mais permissiva, pois prevê prazos maiores, sendo 2021 para as áreas mecanizáveis e 2031 para as áreas não mecanizáveis.

colheitadeiras) e, 4) a necessidade do setor sucroalcooleiro construir uma imagem socioambiental positiva frente ao mercado dos agrocombustíveis. De acordo com Xavier *et al*, (2011),

O discurso ambientalista é utilizado pelo capital canavieiro, que apresenta o etanol como “energia renovável”. Porém, ao analisar a própria cadeia produtiva, é possível constatar que esse modelo de produção gera degradação ambiental (p.45) [aspas dos autores].

A queima da palha da cana é um assunto complexo, pois a eliminação dessa prática agrícola, de fato, traz benefícios ambientais, mas, ao mesmo tempo, ela reflete negativamente sobre o conjunto dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto, uma vez que esta categoria tem sido drasticamente reduzida em função da mecanização do corte da cana-de-açúcar crua⁸. Acrescenta-se a isso a seguinte questão, “[...] *Com a mecanização do corte da cana, os cortadores perdem não apenas postos de trabalho quanto poder de barganha junto aos capitalistas*” (ALVES, 1991, pp.260-261).

Como resultado das contradições entre o capital, o trabalho e a natureza, no final da década de 1990, a dinâmica socioeconômica imposta pelo setor sucroalcooleiro paulista fortaleceu a luta em favor da criação de novos assentamentos rurais na Macrorregião de Ribeirão Preto. A partir de articulações políticas estabelecidas com diferentes organizações da sociedade civil, entre as quais o movimento ambientalista, setores da Igreja Católica e alguns sindicatos de trabalhadores urbanos, o MST, por exemplo, intensificou as ocupações de latifúndios que não cumpriam a chamada função social da propriedade (FIRMIANO, 2008; GONÇALVES, 2010; SCOPINHO, 2012; SOUZA, 2013).

Decorrida mais de uma década do início desse processo, as conquistas dos movimentos sociais e sindicais não podem ser menosprezadas, sobretudo, porque o enfrentamento político e as disputas pelos recursos naturais, em especial a terra, ocorrem numa região do país onde os empresários do agronegócio possuem grande poder econômico e uma influência política considerável. Um exemplo que ilustra a disputa travada entre o Movimento Sem Terra e os usineiros é o acampamento Alexandra Kollantai. Este acampamento é resultado de várias ocupações promovidas pelo MST na Fazenda Martinópolis, cuja área agrícola é explorada pela Usina Nova União. Segundo lideranças do

⁸ Estudos realizados por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) *campus* de Jaboticabal, apontam que, entre 2011 e 2013, houve uma redução de mais de 30.000 mil postos de trabalho no setor sucroalcooleiro instalado na região Centro-Sul do país. Dados disponíveis em www.fcav.unesp.br/baccarin - Acessado em fevereiro de 2014.

MST, esta usina deve mais de R\$ 300 milhões a Fazenda Pública do Estado de São Paulo; além disso, possui também dívidas trabalhistas. Por essas razões, desde meados dos anos 2000, o Movimento Sem Terra vem pressionando o governo paulista para que a Fazenda Martinópolis seja desapropriada e transformada em um assentamento rural do tipo PDS.

Não obstante a luta dos movimentos sociais em favor da criação de novos assentamentos rurais na Macrorregião de Ribeirão Preto, as pesquisas desenvolvidas nos assentamentos já conquistados pelos trabalhadores com o apoio tanto do MST quanto da Feraesp apontam os limites, os conflitos e as contradições existentes no processo organizativo desses assentamentos. Conforme resume Scopinho (2012),

Na prática, os assentamentos enfrentam diferentes ordens de dificuldades. As de sobrevivência econômica estão relacionadas às inúmeras barreiras atualmente impostas pelo mercado e à insuficiência de políticas de crédito e subsídios, de assistência técnica e de comercialização para a pequena produção agropecuária; no campo do relacionamento interpessoal e político as dificuldades estão relacionadas à diversidade sociocultural, à predominância da cultura do trabalho dividido e heterogerido, à tradicional cultura política centralizadora reproduzida pelos diferentes agentes sociais, entre outros problemas que dificultam a organização coletiva e a continuidade da luta política, principalmente depois da obtenção da posse da terra (p.28).

Existe uma literatura extensa que, fundamentada em estudos de casos, discute as condições objetivas e subjetivas a que estão expostas as famílias assentadas nos antigos e novos assentamentos rurais da Macrorregião de Ribeirão Preto. Dentre os trabalhos desenvolvidos nos assentamentos rurais desta região destaco, Brancaloni (2005), Firmiano (2008), Ferrante (2009), Ferrante e Teixeira (2009), Vasquez (2009), Ferrante e Barone (2011), Carvalho (2011; 2015), Scopinho, (2007; 2012), Severi, (2010; 2012), Junqueira (2012), Andrade Junior (2013) e Melo (2015). Estes autores apontam aspectos importantes relacionados às questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais existentes nestes assentamentos.

Ao analisar um conjunto de cinco assentamentos rurais, dois deles do tipo PDS e três na modalidade PA, Carvalho (2011) aponta que,

Algo generalizado em todos os assentamentos pesquisados sob a responsabilidade do Itesp é a forma de produção convencional, isto é, mesmo tendo uma boa fertilidade do solo, o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos é constante. O modelo agrícola herdado da revolução verde domina as formas de produção dos assentamentos

estaduais, com pouco espaço para alternativas agroecológicas, tais como a produção orgânica ou minimamente sem agrotóxicos (p.110).

Utilizando a Teoria Crítica como referencial para pensar a subjetividade expressa por famílias assentadas no PDS Sepé Tiaraju, Severi (2012), salienta que os assentamentos existentes na região de Ribeirão Preto podem,

[...] ser entendidos como um espaço de poder onde não está em questão apenas a realização dos sonhos dos assentados, ou a garantia da sua **sustentabilidade**. Espera-se, por vezes, êxito e sucesso dele [assentamento], com parâmetros definidos por atores que, invariavelmente, estão em conflitos entre si, compondo um campo de disputas sobre a legitimidade de seus discursos interpretativos a respeito da realidade dos assentamentos (p.19) [grifo meu].

Embora existam vários entraves que dificultam o desenvolvimento produtivo e a organização política desses assentamentos, as pesquisas apontam para uma melhora nas condições de vida da população assentada. Entre os fatores positivos, os pesquisadores destacam a possibilidade de obter moradia própria, acesso à alimentação mais rica e diversificada, inclusão em programas sociais e também a possibilidade dos assentados reestabelecerem laços familiares rompidos no passado (SCOPINHO, 2012; CARVALHO, 2015). Dessa forma,

[...] O efeito mais importante acaba se dando a nível dos próprios assentados, que de desempregados e marginalizados, vão se transformando em produtores e consumidores, adquirindo ou readquirindo ao mesmo tempo a sua cidadania (SZMRECSÁNYI, 2006, p. 12).

Mesmo reconhecendo a importância desses aspectos é necessário aprofundar a discussão sobre os PDSs considerando, sobretudo, o histórico e as normativas que regulamentam a criação, a implantação e o desenvolvimento desta modalidade de assentamento rural. Assim, passada uma década da transposição do modelo de assentamento PDS da região Norte para o interior do estado de São Paulo é possível formular várias questões que podem contribuir para avaliar esta experiência, dentre as quais: Que forças sociais atuam de modo decisivo no processo organizativo desta modalidade de assentamento rural? Qual é o lugar dos trabalhadores no processo de planejamento e implantação destes projetos? Quais são os limites e possibilidades do processo organizativo

de assentamentos rurais do tipo PDS em regiões cujo modelo de desenvolvimento econômico, historicamente, gerou degradação ambiental? Como a questão ambiental é tratada nesses espaços? Que lugar ela ocupa? Quais dimensões da sustentabilidade são priorizadas? É possível realizar práticas sustentáveis de agricultura nestes assentamentos?

Na presente pesquisa, estas questões serão abordadas a partir da Ecologia Política, vertente teórica que não se limita a discutir os problemas relacionados à depleção dos recursos naturais ou a contaminação dos ecossistemas, mas procura identificar e analisar os conflitos emergidos no processo de apropriação, conservação e ou recuperação de recursos naturais para compreender como as questões sociais, políticas, econômicas e culturais condicionam a relação Homem-Natureza.

No campo da Ecologia Política, autores como O'Connor (1991); Alphandéry *et all* (1992); Altvater (1995); Leff (2000); Foladori (2004); Porto-Gonçalves (2005); Löwy (2005); Redclift, (2006); Martínez Alier, (2007); Paula, (2012, 2013); Acsegrad, (2013) entre outros, questionam as construções retóricas sobre o *Desenvolvimento Sustentável*. As análises realizadas por estes autores permitem refletir, criticamente, sobre os projetos de desenvolvimento rural que tentam suprimir os conflitos socioambientais existentes numa sociedade dividida em classes e grupos sociais com utopias, ideologias, interesses e necessidades materiais e imateriais muito distintas.

Objetivos e hipótese de trabalho

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar em que sentido os princípios da eficiência econômica, da justiça social e da prudência ecológica realizavam-se no processo organizativo dos PDSs Santa Helena e da Comunidade Agrária 21 de Dezembro⁹. Como objetivo específico busquei verificar as condições de acesso das famílias às políticas públicas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, assistência técnica e créditos disponíveis para produção e comercialização agrícola. Além destes fatores, também procurei analisar como as APPs e as RLs foram consideradas no processo de implantação e desenvolvimento de ambos os assentamentos.

A hipótese que orientou o desenvolvimento da pesquisa considerou que as diretrizes estabelecidas para a criação dos referidos PDSs não convergiam com as perspectivas,

⁹ Doravante denominado apenas como PDS 21 de Dezembro.

materiais e imateriais, dos assentados. Dessa forma, os PDSs analisados funcionariam mais como um mecanismo retórico de intervenção ambiental do que como um instrumento efetivo de política agrária e ambiental.

Esta hipótese foi construída a partir de um conjunto de atividades acadêmicas, dentre as quais destaco, o acompanhamento do processo organizativo dos PDSs Mário Lago, Santa Helena e 21 de Dezembro; o levantamento e análise de parte da literatura que aborda as interfaces entre as questões agrária e ambiental brasileira e, finalmente, a realização de um intercâmbio acadêmico estabelecido no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), por meio do projeto Processos de Territorialização e Identidades Sociais.

No referido intercâmbio tive a oportunidade de conhecer, durante o mês de maio de 2012, o estado do Acre, ocasião em que visitei a Universidade Federal do Acre (UFAC), o escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sediado em Rio Branco, a Coordenação Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outras instituições ligadas às questões agrária e ambiental naquele estado¹⁰. Meu interesse pelo debate socioambiental na região da Amazônia brasileira é pertinente, pois foi nesta região do país que o INCRA implantou os primeiros assentamentos rurais na modalidade PDSs, alguns dos quais tive a oportunidade de conhecer durante o intercâmbio.

Método e organização dos capítulos

Apesar da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo (INCRA/SP) haver implantado PDSs em outras regiões do estado, nesse trabalho, optei por analisar dois projetos existentes na Microrregião de São Carlos, a saber, o PDS Santa Helena que pertence ao município de São Carlos e o PDS 21 de Dezembro, localizado no município de Descalvado.

Do ponto de vista ambiental, esses dois assentamentos têm localização estratégica, pois o PDS Santa Helena encontra-se instalado na antiga Fazenda Santa Helena, uma

¹⁰ Aproveito a oportunidade para manifestar meus agradecimentos aos professores doutores Elder Andrade de Paula, Sílvio Simione da Silva e Maria de Jesus Moraes, todos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFAC; sou grato também a professora doutora Norma Felicidade da UFSCar por ter me incentivado a realizar este intercâmbio; a Joana de Oliveira Dias agradeço pelo apoio dado durante minha estadia em Rio Branco.

propriedade de 102,44 hectares localizada na Microbacia do Córrego do Quilombo; já o PDS 21 de Dezembro ocupa uma das glebas da Fazenda Batalha, próximo a uma área conhecida como Ribeirão do Pântano. A conservação e a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) dessas duas propriedades podem contribuir com o processo de recarga do Aquífero Guarani. Numa perspectiva econômica, a localização desses assentamentos também é privilegiada, pois ambos estão relativamente próximos da área urbana de seus respectivos municípios e isto pode facilitar a comercialização dos excedentes agrícolas gerados pelos assentados.

Além dos aspectos acima apontados, a escolha destes dois assentamentos como campo empírico para o desenvolvimento da pesquisa deu-se pelas seguintes razões. Primeira, pelo fato de que ambos resultam de um processo de desapropriação fundiária marcado pela disputa entre duas vertentes ecológicas, uma mais preservacionista e outra mais conservacionista¹¹; a segunda razão é que estes assentamentos estão localizados numa Microrregião onde os índices de desenvolvimento econômico são elevados, mas há também sérios problemas de ordem social e ambiental; a terceira é que os dois assentamentos são formados por famílias migrantes de diferentes regiões do Brasil e, na luta pela conquista da terra, estas famílias contaram com o apoio explícito da Feraesp, a Federação que, desde os anos de 1980, apoia a luta dos assalariados rurais no estado de São Paulo.

O acompanhamento do processo organizativo de ambos os assentamentos foi realizado entre os anos de 2011 e 2014. Durante este período utilizei os seguintes recursos e procedimentos: levantamento bibliográfico sobre a questão agrária e ambiental brasileira; realização de entrevistas semiestruturadas, pesquisa de caráter iconográfico, levantamento referente à cartografia dos referidos assentamentos, bem como, coleta de informações contidas no processo judicial de desapropriação e adjudicação das Fazendas Santa Helena e Batalha.

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas em diferentes ocasiões ao longo da pesquisa. Entre 2011 e 2012, por exemplo, entrevistei dois assentados que se apresentavam como lideranças políticas, um no PDS Santa Helena e outro no PDS 21 de Dezembro. Em meados de 2012, durante o intercâmbio acadêmico realizado no Acre, entrevistei o coordenador da área de desenvolvimento de assentamentos rurais da Superintendência Regional do INCRA no estado do Acre (INCRA/AC).

¹¹ O termo preservação indica a proteção integral de um ecossistema. Já a conservação significa a proteção com o uso sustentável dos recursos naturais.

Ao retornar da Amazônia, intensifiquei as visitas às famílias assentadas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. O objetivo destas visitas foi conhecer as suas origens, itinerários de migração em busca de terra e trabalho, costumes, os problemas enfrentados no dia a dia do assentamento e o grau de desenvolvimento produtivo de seus respectivos lotes.

As entrevistas foram retomadas no segundo semestre do ano de 2013, quando participei de um curso sobre olericultura orgânica oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) aos assentados do PDS Santa Helena. Esta atividade não só facilitou minha aproximação com os assentados como também permitiu estabelecer uma relação de cumplicidade e ética com aqueles sujeitos. Essa questão será abordada no quinto capítulo.

Nas várias etapas da pesquisa utilizei também a fotografia, sendo que este recurso foi empregado sob duas perspectivas distintas. Na primeira, a fotografia cumpriu um papel de reconstrução visual da história, neste sentido, recorri às imagens mantidas em acervos – físicos e virtuais – pertencentes a órgãos públicos e privados¹². Numa outra perspectiva, utilizei fotografias produzidas durante a minha participação em diferentes atividades, tais como, cursos, palestras, festas, preparo da terra, plantio e colheitas realizadas tanto no PDSs Santa Helena quanto no PDS 21 de Dezembro. Ressalto que nas duas perspectivas, a fotografia foi apropriada enquanto um instrumento adicional para o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, ela não substituiu os demais recursos, ao contrário, os complementou, pois conforme aponta Kossoy (2001), a fotografia não substituí a realidade, “*Ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente*” (p. 120).

O material produzido e coletado durante a realização da pesquisa foi analisado com base no procedimento de triangulação de informações (MINAYO *et al.*, 2005). Com esta técnica procurei identificar, não apenas as contradições e divergências, mas também os consensos estabelecidos entre os diferentes agentes que, entre os anos de 2010 e 2014, estiveram envolvidos no processo organizativo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro.

Além dessa introdução, o texto é composto por mais cinco capítulos. No primeiro, analiso as origens do ecologismo, da crise ambiental contemporânea e os discursos e contradiscursos do *Desenvolvimento Sustentável* (DS). A finalidade deste capítulo é a de

¹² Coletei fotografias e mapas nas seguintes empresas e instituições: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC), Emplasa, Terra Foto, Escritório do IBGE em São Carlos, Escritório da CPT em Rio Branco/AC, Setor de cartografia do INCRA/SP, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Fundação Pró-Memória de São Carlos, e na Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

mapear as diferentes correntes que se fazem presentes no campo de debate sobre o DS, em particular a Ecologia Política, referência que embasa esta tese. O capítulo dois é dedicado à discussão sobre as interfaces entre a problemática ambiental e a questão agrária brasileira e à identificação de como as diferentes vertentes ecológicas têm condicionado as políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Neste capítulo, o objetivo principal é localizar quando, onde e porquê a ideia de sustentabilidade ambiental adentrou o universo dos assentamentos rurais de reforma agrária.

O capítulo três aborda alguns instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e sua relação com a política de assentamentos rurais adotada pelo INCRA a partir dos anos 2000. Neste capítulo discuto a questão do licenciamento ambiental nos assentamentos rurais e a forma como o INCRA incorporou o discurso da sustentabilidade ambiental. A partir disso, analiso alguns aspectos da metodologia elaborada pelos técnicos do INCRA para a criação e implantação dos assentamentos rurais do tipo PDS; a forma como esta modalidade de assentamento rural foi adotada no estado de São Paulo também é discutida. Além dessas questões, o capítulo três contempla ainda uma análise sobre as perspectivas socioambientais manifestadas pelo MST e sobre as ações ambientais desenvolvidas pela Fundação Itesp em assentamentos rurais localizados no interior do estado.

O quarto capítulo é composto de duas seções. Na primeira, apresento informações e elementos iconográficos relacionados ao processo de uso e ocupação do solo em alguns municípios da Macrorregião de Ribeirão Preto. A segunda seção discute a territorialização da luta pela terra nesta região do estado. Nessa perspectiva, recuperam-se aspectos que estão presentes tanto nos primeiros Projetos de Assentamentos Rurais (PAs) implantados na década de 1980, quanto nos novos PDSs criados pelo INCRA/SP a partir dos anos 2000.

O capítulo cinco encontra-se organizado em cinco seções. A primeira analisa o processo judicial que levou a desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha e, conseqüentemente, a criação dos respectivos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. A segunda seção discorre sobre a origem, as trajetórias de migração e as formas de organização social das famílias assentadas nos referidos PDSs. A terceira seção aborda as questões sociais, dentre elas, o acesso das famílias à educação, aos serviços de saúde, habitação e saneamento básico. Os aspectos econômicos são discutidos na quarta seção e, na quinta, o foco recai sobre as questões ambientais; nesta seção analiso a percepção socioambiental manifestada pelos assentados e por agentes externos.

Nas considerações finais, recupero algumas questões elaboradas durante o desenvolvimento da pesquisa e, a partir delas, busco refletir sobre o futuro dos PDSs implantados pelo INCRA/SP na Macrorregião de Ribeirão Preto. Espera-se que os argumentos apresentados nesta tese contribuam para a compreensão daquilo que, nesse início de século XXI, podemos chamar de Ecologia Política da Questão Agrária brasileira.

Capítulo 1 - Ecologismo, crise ambiental e *desenvolvimento sustentável*

“[...] A consciência ideológica sobre os limites do crescimento, ao propor a responsabilidade compartilhada de todos os homens que viajam na nave Terra, encobre, sob o véu unitário do sujeito do enunciado, as relações de poder e de exploração, fonte de desigualdades entre os companheiros da viagem”.

Enrique Leff

Todos os dias, milhares de pessoas são convocadas a agir ou mudar de atitude em favor do meio ambiente. Os apelos são diversificados, entre os quais, a sugestão para que os automóveis permaneçam estacionados nas garagens e que seus proprietários desloquem-se pelas grandes metrópoles de bicicleta, ônibus ou trem. Além disso, as pessoas que vivem em áreas urbanas se veem obrigadas a reduzir o consumo de água, a trocar as antigas lâmpadas incandescentes por lâmpadas mais modernas e econômicas.

Nos últimos anos ampliaram-se também os apelos para que os indivíduos plantem mais árvores, consumam alimentos naturais, optem por dietas vegetarianas, adotem carinhos animais de estimação, etc. Enfim, do acordar ao dormir, homens, mulheres e crianças são convocadas a salvar o planeta ou, no mínimo, mitigar os danos causados à biosfera terrestre. Há, nestes apelos, muitas controvérsias, dúvidas e imprecisões. *“De qualquer modo, pode-se afirmar que é num contexto de medo difuso e de crise profunda que se desenvolve a sensibilidade ecológica”* (ALPHANDÉRY *et al*, 1992, p.180).

Historiadores ambientais, geógrafos, economistas, antropólogos, sociólogos e outros cientistas sociais têm mostrado que o desejo de salvar o planeta aparece em diferentes momentos da história humana. Tal perspectiva está presente, por exemplo, no pensamento filosófico, no movimento artístico e cultural, no campo da política partidária, das pesquisas científicas e, inclusive, na hermenêutica das escrituras sagradas. Conforme destaca Ehrenfeld (1992, p. 159), *“Dos animais puros e dos que não são puros, das aves e dos répteis terrestres, entraram de dois em dois com Noé na arca, o macho e a fêmea, conforme ordenará Deus a Noé (GÊNESIS, VII: 8-9)”*¹³.

¹³ A respeito das influências do Cristianismo nas questões ambientais sugiro ver a Segunda encíclica escrita pela Sua Santidade o papa Francisco. Publicado em maio de 2015, este documento revela as preocupações da Igreja Católica com os problemas ambientais contemporâneos, sobretudo, as polêmicas relativas ao aquecimento global e os desafios que deverão ser enfrentados pela Ecologia Humana. Cópia do referido documento encontra-se disponível em: www.cnbb.org.br - Acessado em junho de 2015.

Segundo Bursztyn e Bursztyn (2012), desde a pré-história, os seres humanos impõem transformações aos ambientes naturais. Inicialmente, as mudanças antrópicas causadas aos ecossistemas terrestres eram lentas, mas a partir do século XVIII, elas ganharam amplitude e intensidade, especialmente após o advento da Primeira Revolução Industrial. Em relação a esse período histórico, Almino (2006), destaca que,

Com a Revolução Industrial houve densidade e generalização da degradação ambiental, facilitada pela fusão entre ciência (especulativa) e tecnologia (empírica), pela mentalidade dominante no tipo de sociedade inaugurada com o capitalismo e, de forma mais ampla, por determinada visão de progresso e natureza que vinha pouco a pouco se firmando na modernidade, ou seja, desde o Renascimento (p.28) [parênteses do autor].

Os problemas emergentes com o desenvolvimento do capitalismo industrial provocaram mudanças na relação do Homem com a Natureza. Assim, no início do século XIX, a prerrogativa de que o Homem deveria dominar todas as formas de vida passou a ser contestada (THOMAS, 2010). De acordo com este autor, por volta de 1800, “[...] Surgiam dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies” (p. 344). Dentre os fatores que contribuíram para o surgimento de uma nova perspectiva na relação Homem-Natureza, o autor aponta a ampliação e popularização dos estudos no campo da História Natural.

O estudo cuidadoso da História Natural fizera caírem em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com o sofrimento dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional (THOMAS, 2010, p.346).

A emergência de novos valores fez com que os homens passassem a manifestar outras sensibilidades em relação às paisagens naturais e aos animais. Nesse processo, os campos não cultivados, os pântanos, bosques, lagos e as montanhas que, antes eram considerados lugares inóspitos, passaram a ser valorizados como espaços de beleza e de conforto espiritual. Uma das explicações para a emergência dessa percepção advinha da deterioração dos ambientes urbanos, pois, já naquela época, as cidades sofriam com os

problemas gerados pela industrialização da economia. Referindo-se aos impactos ambientais da Revolução Industrial, Thomas (2010), salienta que,

O carvão queimado em começos do período moderno continha o dobro de enxofre do produto usado hoje em dia, seus efeitos eram proporcionalmente letais. A fumaça escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores, e corroía a estrutura dos prédios [...] Imersos em fumaça, aturdidos com perpétuo barulho, não surpreende que os habitantes urbanos viessem a ansiar pelas **delícias imaginadas da vida rural** (pp. 347-348) [grifo meu].

A valorização das áreas rurais também resultava da crescente reação manifestada contra o avanço das fronteiras agrícolas, um processo que vinha ocorrendo em alguns países do continente europeu, sobretudo, na Inglaterra.

[...] a antiga preferência por uma paisagem cultivada e dominada pelo homem conhecia uma contestação radical. Encorajadas pela sua facilidade por viajar e **por não estarem diretamente envolvidas no processo agrícola**, as classes educadas vieram a atribuir importância sem precedentes à contemplação da paisagem e à apreciação do cenário rural (THOMAS, 2010, p. 380) [grifo meu].

O reconhecimento do valor dos espaços rurais contou também com as influências estéticas e filosóficas do movimento cultural do Romantismo, pois, de acordo com Löwy (1991) “*Los primeros críticos de la sociedad burguesa moderna de la civilización capitalista creada por la Revolución Industrial fueron – más de medio siglo antes de Marx – los poetas y escritores románticos*” (p.87). Em relação ao Romantismo, Diegues (1998), salienta que aquele Movimento fez da natureza “[...] o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (p. 24). Entretanto, como bem observa Löwy (1991),

La referencia a um passado (real o imaginário) no significa necessariamente que ella tenga uma orientación regressiva o reaccionaria. Puede ser también muy revolucionária [...] Las dos tendencias se hicieron presentes em el Romanticismo desde sus orígenes hasta nuestros días: basta ver los contemporáneos Burke y Rousseau, Coleridge y Blake, Balzac y Fourier, Carlyle y Williams Morris, Heidegger y Marcuse (p. 87).

A partir de meados do século XIX, os ideais do Movimento Romântico influenciaram outros grupos sociais, os quais também se demonstravam preocupados com os efeitos negativos advindos da Revolução Industrial. Em resposta à degradação das paisagens naturais e a eliminação da vida selvagem, os ingleses, por exemplo, “[...] organizaram

diversas sociedades de história natural e clubes de campo [...] cuja preocupação estava voltada para a elaboração de estudos e contemplação da natureza” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 73).

À medida que os grupos de investigação sobre a História Natural tornavam-se instituições oficiais, seus integrantes passavam a lutar pela implantação de parques e reservas naturais, pois na visão daqueles grupos, algumas espécies encontravam-se, já naquela época, ameaçadas de extinção e a única forma de salvá-las seria através da criação de áreas naturais protegidas por lei, especialmente daquelas onde a presença humana não fosse constante.

Apesar de ter surgido na Europa, foi nos Estados Unidos que o movimento em defesa da vida natural e selvagem mais prosperou, especialmente após a criação, em 1872, do Parque Nacional de *Yellowstone*. Depois da oficialização deste Parque, a ideia de criar áreas naturais protegidas expandiu-se para outros países. No século XIX foram criados parques nacionais no Canadá (1885), na Nova Zelândia e no México (1894), na África do Sul e na Austrália (1898). No continente sul-americano, os primeiros parques nacionais surgiram nos seguintes países e anos: Argentina (1903); Chile (1926) e, no Brasil em 1937 (DIEGUES, 1998). De acordo com McNELLY e SCHERR (2009),

Ao longo dos últimos cem anos – especialmente nas últimas décadas – a maioria dos países criou áreas protegidas designadas a atingir vários objetivos de conservação [...] A compilação mais recente de estatística global sobre áreas protegidas lista cerca de 44.197 zonas cobrindo 13.279.127 quilômetros quadrados, quase 10% da superfície total da terra (p. 49).

A Tabela 1 indica a distribuição das áreas das Unidades de Conservação por categoria criadas pelo governo federal brasileiro até o ano de 2006.

Tabela 1 - Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UCs) por categoria no Brasil (2006)

Categoria	Tipo de uso	Área (ha)	% (*)
Estação ecológica	Proteção integral	7.188.252,7	0,8
Parque nacional	Proteção integral	19.117.073,6	2,2
Refúgio de vida silvestre	Proteção integral	144.645,4	0,0
Reserva biológica	Proteção integral	3.804.788,3	0,4
Reserva ecológica	Proteção integral	126,6	0,0
Área de Proteção Ambiental (APA)	Uso sustentável	9.286.904,3	1,1
Área de relevante interesse ecológico	Uso sustentável	43.214,9	0,0
Floresta Nacional (Flona)	Uso sustentável	23.718.666,7	2,8
Reserva Extrativista (Resex)	Uso sustentável	8.384.577,4	1,0
Reserva de Desenv. Sustentável (RDS)	Uso sustentável	64.441,3	0,0
Total		71.752.691,20	8,30

(*) Em relação à área continental do Brasil. Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis em (DIEESE, 2006).

Diegues (1998) considera o modelo americano de criação e gestão de parques e reservas naturais como um neomito. Em sua opinião, tal modelo apresenta problemas, sobretudo quando ele é transposto para áreas cujas características físicas e sociais são distintas daquelas existentes no território norte-americano. Como enfatiza o próprio autor,

[...] a transposição do “modelo de *Yellowstone*” de parques sem moradores, vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves **conflitos fundiários** em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana [...] estão na base do que se define como a “crise da conservação” (DIEGUES, 1998, p.37) [aspas do autor] [grifo meu].

A crítica feita por Diegues é pertinente, pois quando se trata de questões envolvendo a conservação ou mesmo a recomposição de recursos naturais degradados, a simples transposição de modelos de conservação ambiental nem sempre traz resultados positivos para o conjunto da sociedade, especialmente, quando os processos envolvem grupos sociais

com características culturais, necessidades materiais e interesses políticos distintos como, por exemplo, ecologistas, agentes governamentais, agricultores e populações tradicionais, entre as quais, indígenas, pescadores, comunidades quilombolas, etc.

Não obstante os conflitos socioambientais surgidos com criação de áreas naturais protegidas em países tropicais, o fato é que, até meados do século XX, o modelo norte-americano de conservação da natureza foi intensamente utilizado. Um dos elementos que explica a proeminência desse modelo é que ele é composto por duas vertentes ou correntes do pensamento ecológico, a saber, o preservacionismo e conservacionismo.

A corrente preservacionista encontra-se fortemente ligada aos ideais filosóficos do Movimento Romântico, ou seja, nesta perspectiva, a natureza ainda é apreendida como um espaço sagrado, um lugar de reverência, de respeito e apreciação estética. Na relação Homem-Natureza, os preservacionistas manifestam uma visão biocêntrica, pois para eles, o Homem não deveria ser considerado um ser superior, mas apenas uma espécie entre as demais. O preservacionismo tem a missão de proteger os patrimônios naturais contra o avanço do desenvolvimento urbano-industrial. (DIEGUES, 1998; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

A criação, em 1890, do Parque Nacional de *Yosemite* e a fundação, em 1892, do *Sierra Club*¹⁴ são consideradas duas grandes vitórias do preservacionismo norte-americano no século XIX (MARTINEZ ALIER, 2007). Ainda de acordo com este autor, “*A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, livres da interferência humana*” (p.24).

Em meados do século XX, os grupos e as entidades ecológicas identificadas com os ideais preservacionistas formaram uma corrente de pensamento denominada de Ecologia profunda (*Deep Ecology*). Os argumentos utilizados pelos ecologistas profundos são fundamentados em pesquisas desenvolvidas por entomologistas, biólogos e botânicos. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012),

A ideia de Ecologia Profunda foi formulada pelo pensador norueguês Arne Naess (1912-2009), em 1973. Essencialmente considera que todas as formas de vida – quaisquer que sejam elas, das mais simples às mais complexas, têm o mesmo direito universal à existência, e este direito não pode ser quantificado. Independentemente de sua utilidade

¹⁴ Esta Instituição foi fundada pelo famoso naturalista escocês John Muir. Contando com mais de dois milhões de membros e apoiadores o *Sierra Club* tornou-se a maior e mais influente organização ambientalista dos Estados Unidos. Informações disponíveis em <http://www.sierraclub.org/about> - Acessado em maio de 2015.

instrumental, qualquer forma de vida tem valor, como parte de um ecossistema, da mesma forma que qualquer ecossistema tem seu valor como parte da biosfera (p. 50).

À medida que os países avançaram nos seus respectivos padrões de desenvolvimento urbano-industrial, os movimentos filiados à Ecologia profunda sofreram um refluxo e, com isso, a ideia de natureza como fonte de valores sagrados foi substituída pelo conceito de natureza como base de recursos naturais, ou seja, nessa nova abordagem a natureza adquire um valor monetário. Esta mudança de perspectiva abriu as portas para a emergência da segunda vertente do pensamento ecológico, o conservacionismo.

De acordo com Diegues (1998), as bases científicas e ideológicas da matriz conservacionista estão presentes no pensamento do engenheiro florestal norte-americano Gifford Pinchot,

Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria [...] Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdícios; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos [...] (DIEGUES, 1998, p. 29).

Na opinião de Ehrenfeld (1992), o conservacionismo pinchotiano é reducionista, pois “[...] *As espécies e comunidades que carecem de valor econômico ou de comprovado valor potencial como recursos naturais não são facilmente protegidas em sociedades que têm um relacionamento fortemente exploratório da Natureza*” (p. 139). Segundo este autor, a perspectiva introduzida por Gifford Pinchot expressa a “*arrogância*” e o caráter utilitarista do pensamento Ocidental Moderno.

Não obstante as críticas, a abordagem conservacionista tornou-se referência na política de gestão de áreas naturais protegidas em diversos países, sobretudo, a partir de meados da década de 1980, época em que os representantes dessa vertente passaram a contar com o apoio financeiro e político de agências internacionais, governos e instituições públicas e privadas, dentre as quais a Fundação Ford, o Banco Mundial, o *Global Environment Facility (GEF)* e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*).

No final dos anos 70, quando a *USAID* se tornou cada vez mais interessada em meio ambiente, as Ongs [...] tornaram-se conscientes de

que isso poderia ser uma nova fonte lucrativa de apoio para seu trabalho [...] Entre 1990 e 2001, a *USAID* proporcionou cerca de 270 milhões de dólares para Ongs, universidades e instituições privadas para atividades de conservação (CHAPIN, 2008, p. 39).

Os recursos financeiros obtidos através de instituições e fundos internacionais são investidos em projetos de conservação elaborados e coordenados por grandes agências e organizações transnacionais como, por exemplo, a *International Union the Conservation of Nature* (IUCN), a *Conservation International* (CI) e a *The Nature Conservancy* (TNC). Segundo Stephens e Ottaway (2008), esta última organização “[...] transformou-se no mais rico grupo ambientalista do mundo, reunindo três bilhões de dólares em ativos com a finalidade de salvar lugares preciosos” (p.67). Estas informações evidenciam que, no século XX, trabalhar pela conservação da natureza tornou-se um negócio, financeiramente, interessante para muitas instituições. Como apontam Alphantéry *et all* (1992) “*Não é segredo para ninguém que o acesso à natureza inscreve-se desde já em uma lógica estatal-mercantil, cada vez menos igualitária*” (p.123).

A financeirização da conservação da natureza transformou a política de gestão ambiental mundial num campo fértil para a emergência de divergências científicas, conflitos sociais e de interesse econômico envolvendo empresas, governos, comunidades tradicionais e as próprias agências de conservação. Conforme destaca Campagnon (2008), nessa arena, “*A competição é particularmente viva entre as organizações pelo controle de áreas protegidas e de zonas de intervenção de seus projetos, pelo recrutamento de pessoal competente [...] e pela obtenção de fundos*” (p. 86).

Os conflitos de ordem socioambiental envolvendo populações tradicionais e três das principais organizações de conservação da natureza, a saber, a *WWF*, a *CI* e a *TNC* aumentaram na década de 1990, período em que essas organizações começaram a receber financiamento de empresas multinacionais que atuam nos setores químico e energético em nível mundial. Segundo Chapin (2008) “*Entre as empresas doadoras para estas três Ongs estão a Chevron Texaco, Exxon Mobil, Shell International, Weyerhaeuser, Monsanto, Dow Chemical e Duke Energy*” (pp. 40-41).

Opondo-se à visão utilitarista expressa pelas grandes Ongs conservacionistas, os povos tradicionais acreditam que a conservação da natureza está, intrinsecamente, associada os seus modos de vida e trabalho e isto exige que seus territórios sejam demarcados e respeitados como espaço de uso comum. Entretanto,

Uma suspeição frequentemente veiculada pelos conservacionistas é que, uma vez que os povos [tradicionais] conseguem o **título das terras**, não existe segurança de que eles trabalharão para conservar a biodiversidade. Uma questão padrão é: o que acontece se, depois de termos ajudado, eles decidirem desmatar? (CHAPIN, 2008, p. 46) [grifo meu].

Para os conservacionistas, os objetivos de um projeto de conservação ambiental se resume a três tópicos, a saber: 1) proteger a biodiversidade; 2) conhecer cientificamente os processos e interações entre os seres vivos que habitam um determinado ecossistema e, 3) fazer um uso sustentável dos Recursos Naturais (RNs). Para concretizar esses objetivos, os técnicos em conservação ambiental utilizam vários conceitos criados pelos especialistas em Biologia da Conservação, dentre os quais se destacam o de Corredor Ecológico, *Hotspots* e o de Ecorregião. O Quadro 1 apresenta algumas definições que auxiliam na compreensão do significado destes conceitos.

Quadro 1: Conceitos utilizados pelas Ongs conservacionistas

Conceito	Definição
Corredor ecológico	É o nome dado à faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, conseqüentemente, a troca genética entre as espécies.
<i>Hotspots</i>	São áreas onde existe uma grande concentração de espécies endêmicas e que estão ameaçadas de extinção pela perda de seus <i>habitats</i> . São considerados exemplos de <i>Hotspots</i> a Savana Africana, a Mata Atlântica e o Cerrado brasileiro.
Ecorregião	Diz respeito a uma grande porção de terra ou água contendo um conjunto geograficamente distinto de espécies e condições ambientais.

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de (CHAPIN, 2008; McNEELY e SCHERR, 2009; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

Além de contribuir para a criação de áreas naturais protegidas em diferentes países, os conservacionistas também elaboram projetos voltados ao aproveitamento dos recursos naturais; outra atividade desenvolvida por esse segmento é a construção de indicadores ambientais destinados a aferir os níveis de impacto causados ao meio ambiente. Quando se trata de atividades desse tipo, eles utilizam outros dois conceitos, a saber, o de Manejo Sustentável e o de Pegada Ecológica (*Footprint*). O primeiro se refere a procedimentos técnicos para “exploração racional” dos recursos naturais (RNs) de uma determinada região. Já a Pegada Ecológica é um indicador que mede a quantidade de terra produtiva e a área de

água necessária para produzir os recursos que um indivíduo, uma população ou uma atividade econômica consome e para absorver o resíduo que geram¹⁵. Seis tipos de territórios entram no cálculo da pegada ecológica: a) Territórios usados para absorver as emissões de CO₂; b) Territórios para produção agrícola; c) Territórios usados para atividade pecuária; d) Território de pesca; d) Território de floresta (madeira e produtos não lenhosos) e, e) Território de uso de edificações e outras infraestruturas (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

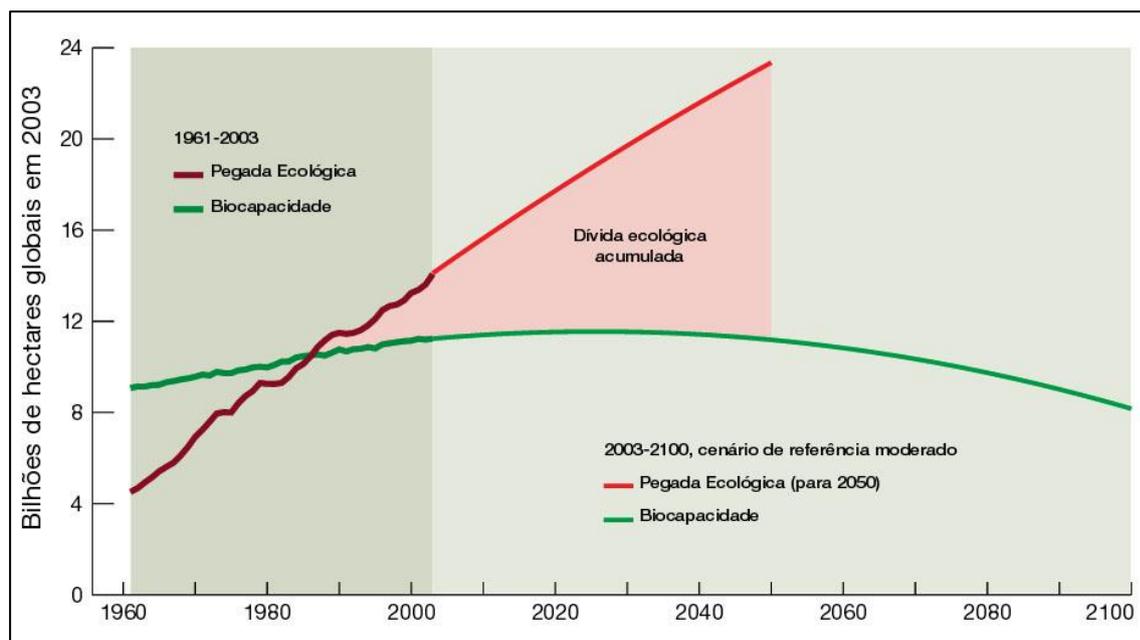
De acordo com Relatório Planeta Vivo 2006¹⁶, documento publicado pela WWF em parceria com a *Zoological Society of London*¹⁷ (ZSL) e a *Global Footprint Network* (Rede Global da Pegada Ecológica), em 2003, a pegada ecológica total da humanidade superou a biocapacidade do planeta em mais de 25%. Segundo pesquisadores, esse excedente iniciou-se na década de 1980 e, desde aquela época, apresenta um crescimento substantivo. Isso significa que a humanidade está utilizando os recursos naturais mais rapidamente do que a sua capacidade de regeneração. A Figura 1 representa uma projeção da relação entre a biocapacidade do planeta e a Pegada Ecológica para as próximas décadas do século XXI.

¹⁵ Informações disponíveis em <http://www.footprintnetwork.org> – Acessado em junho de 2015.

¹⁶ Disponível em <http://www.footprintnetwork.org> – Acessado em junho de 2015.

¹⁷ Esta Sociedade foi fundada em 1826 e tem como missão promover a conservação mundial da fauna e dos seus *habitats*. A ZSL dirige o jardim zoológico de Londres e o Parque de animais selvagens de *Whipsnade*, realiza pesquisas científicas no instituto de zoologia e encontra-se ativamente envolvida no processo de conservação da natureza em nível mundial. Seu lema é: “*Let’s work for wildlife*” (Vamos trabalhar para a vida selvagem). Informações disponíveis em www.zsl.org - Acessado em junho de 2015.

Figura 1 – Projeção da Pegada Ecológica da humanidade (1960-2050).



Fonte: Gonçalves, 2015 – Elaborado pelo autor a partir de www.footprintnetwork.org

Não obstante os avanços obtidos em pesquisas realizadas por profissionais e instituições científicas “sensíveis” às questões ecológicas, o fato é que, a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, circulação e consumo de mercadorias resultou em problemas ecológicos mais complexos, os quais não podem ser solucionados através da criação de parques nacionais, estações ecológicas ou reservas florestais, pois a implantação dessas áreas se restringe à dimensão ecológica do problema, deixando em aberto, os conflitos socioambientais latentes. Tais conflitos são denominados por Martinez Alier (2007) de “*Conflito Ecológico Distributivo*” (CED). De acordo com este autor, conflitos dessa natureza podem ser caracterizados tanto pela apropriação de recursos naturais quanto pela produção e deposição de dejetos causadores de impactos sociais e ambientais.

Ainda nesse capítulo retomarei a questão dos CEDs, pois, a meu ver, a luta feita por trabalhadores rurais para apropriarem-se de um lote de terra na Macrorregião de Ribeirão Preto pode ser interpretada como um conflito do tipo ecológico distributivo.

1.1 – Dos “*Limites do crescimento*” ao *Ecodesenvolvimento*

Feito esse excuro sobre as origens do romantismo ecológico, bem como, sobre as bases científicas e ideológicas de onde emergiram as correntes preservacionista e

conservacionista da natureza, faz-se necessário refletir sobre a problemática ambiental no contexto socioeconômico Pós-Segunda Guerra Mundial. Como se sabe, este período histórico foi marcado pela “*intensificação da competição intercapitalista*” (ARRIGHI, 1997, p.322) e também pela ocorrência de desastres ambientais de grandes proporções, entre os quais, o vazamento de 223 mil toneladas de óleo provocado pelo rompimento do superpetroleiro Amoco Cadiz na costa Noroeste da França, em março de 1978. Acidentes deste tipo fizeram com que as questões ambientais passassem a ser percebidas como um problema ambiental de caráter transfronteiriço. Conforme salienta Hannigan (1995),

[...] Acontecimentos dramáticos como este são importantes porque ajudam na identificação política da natureza de uma questão, as situações a partir das quais surgem, as causas e os efeitos, a identidade das atividades e os grupos na comunidade que estão envolvidos na questão (pp.63-64).

Como foi evidenciado na primeira seção deste capítulo, até a primeira metade do século XX, a preocupação dos ecologistas ficou mais restrita à criação de parques nacionais e reservas naturais de proteção da vida selvagem, entretanto, a partir da segunda metade daquele século, os debates ambientais passaram a incluir questões mais polêmicas, tais como, a corrida armamentista, o uso civil e militar da energia nuclear, os problemas decorrentes da urbanização, do crescimento demográfico, do consumismo e também os danos causados à natureza pela utilização, indiscriminada, de pesticidas agrícolas como, por exemplo, o Dicloro-difenil-tricloroetano, uma substância tóxica conhecida pela sigla DDT (ALPHANDÉRY *et all*, 1992; EHLERS, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2005).

Sob a atmosfera política e cultural dos anos de 1960, essas questões tornaram-se componentes da luta empreendida por diversas associações ecológicas, muitas delas dirigidas por cientistas, intelectuais e pesquisadores sociais. Todavia, à medida que aumentava o grau de consciência e participação popular na busca de soluções para os problemas ambientais mais graves, também cresciam as contradições e ambiguidades do movimento ecológico que, no final da década de sessenta, era formado por grupos de diferentes matrizes ideológicas.

Segundo Alphantéry *et all* (1992) na década de sessenta, a sensibilidade ecológica era composta por dois discursos sobre a natureza. O primeiro era quantificador e ligava-se à salvaguarda dos ecossistemas ameaçados; o outro retomava a ideia de que a felicidade

humana não estava apenas na acumulação de mercadorias, mas também nas alegrias estéticas e no ressurgimento espiritual que existe numa relação mais direta do Homem com a Natureza. Desse modo, no final dos anos de 1960, havia ecologistas que defendiam, por exemplo, o retorno a um modo de vida rural. Na Califórnia, as comunidades alternativas desenvolviam práticas ecologicamente saudáveis, baseadas na produção agrícola orgânica e na autossuficiência. Mantendo distância do aparato estatal, essas comunidades buscavam ser, acima de tudo, conviviais, onde as “[...] *relações de proximidade, de reciprocidade e de independência pudessem assegurar a solidariedade do grupo e a autonomia de cada um de seus membros*” (ALPHANDÉRY *et al*, 1992, p. 92).

Diferente dessa perspectiva, outros grupos engajaram-se em lutas políticas e ecológicas menos voluntaristas. Para este segmento, a destruição do meio ambiente apenas poderia ser evitada através de mudanças profundas nos valores e instituições da própria sociedade industrial (EHLERS, 1999; LEFF, 2000; BRANDENBURG, 2002; LENZI, 2006; MARZOCHI, 2009; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012)¹⁸.

Uma das características que permeava todos os movimentos impulsionados pela contracultura era uma mudança radical dos hábitos alimentares [...], ou seja, uma negação do padrão de consumo convencional aliada à procura de uma dieta mais natural, baseada em alimentos “saudáveis” livre de resíduos químicos industriais. Essas ideias tiveram um forte impacto na opinião pública norte-americana e favoreceram os métodos produtivos rebeldes que, nessa fase, passaram a ser chamados de alternativos (EHLERS, 1999, p. 69) [aspas do autor].

Dentre as correntes da agricultura alternativa, destaco algumas particularidades de dois grupos: o da agricultura orgânica e da agricultura biológica¹⁹. Esta escolha é intencional, pois como se verá nos próximos capítulos, os princípios introduzidos por essas

¹⁸ Nas décadas de 1960 e 1970, as bases teóricas, utópicas e ideológicas dos movimentos ecológicos eram construídas a partir de um conjunto de obras, dentre as quais se destacam: “Primavera silenciosa”, livro publicado pela bióloga norte-americana Rachel Carson, (1962); “Ciência e sobrevivência”, livro escrito pelo ecólogo Barry Commoner, (1966); “A bomba populacional” de Paul Ehrlich, publicado em 1968; “A tragédia dos comuns” obra do microbiologista Garret Hardin (1968); “A sociedade contra a natureza” do psicólogo social Serge Moscovici (1969); o livro “*Small is beautiful*” publicado pelo economista alemão Ernest Friedrich Schumacher, em 1973; “Energia e equidade: desemprego criador” do austríaco Ivan Illich, (1974) e, “Ecologia e política”, escrito pelo filósofo e jornalista francês André Gorz, em 1972. A influência que essas obras tiveram na formação dos movimentos ecológicos são analisadas por (ALPHANDÉRY *et al*, 1992; DIEGUES, 1998; EHLERS, 1999; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

¹⁹ Além destes dois grupos, o movimento da agricultura alternativa é composto pelas seguintes correntes: agricultura biodinâmica; agricultura natural; agricultura regenerativa e permacultura (ASSIS, 2005).

duas práticas de produção agrícola também se fazem presentes nos assentamentos rurais do tipo PDS implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto.

Segundo Ehlers (1999), os fundamentos teóricos da produção orgânica estão relacionados às pesquisas realizadas pelo inglês Sir Albert Howard que, trabalhando com camponeses indianos percebeu que eles não utilizam fertilizantes químicos, mas empregavam diferentes métodos de reciclagem da matéria orgânica. A partir dessa observação, Howard montou “[...] um experimento de trinta hectares sob a orientação dos camponeses nativos e, em 1919, declarou que já sabia como cultivar as lavouras sem utilizar insumos químicos” (EHLERS, 1999, p. 53).

Quanto à agricultura biológica, Florit (2004), salienta que, em termos gerais, essa corrente faz apenas uma nova sistematização dos princípios agronômicos elaborados por Albert Howard para a produção orgânica. Entretanto, o autor considera que,

Existe na corrente biológica um novo estilo discursivo, voltado não apenas para estabelecer um modo de produzir alimentos, mas contendo igualmente uma crítica aberta e explícita ao sistema dominante de produção de alimentos. Este caráter crítico do *status quo* agronômico configura a agricultura biológica como uma corrente na qual o aspecto técnico e o aspecto político recebem uma importância equivalente e estão fortemente mesclados (FLORIT, 2004, p. 113).

No início da década de setenta, os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento industrial também foram abordados por duas vertentes do pensamento econômico. A primeira delas afirmava que era impossível compatibilizar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental; já a segunda vertente, acreditava que os problemas ambientais poderiam ser resolvidos a partir de uma ampliação das atividades econômicas (SACHS, 1991; 2004).

Embora divergentes, ambas as abordagens partiam de um ponto em comum, qual seja, os resultados de uma pesquisa coordenada pelo cientista norte-americano *Denis Meadows* que, a pedido do *Club de Roma*²⁰, publicou, em 1972, um relatório científico intitulado *Os limites do crescimento*²¹. Segundo Alphandéry *et all* (1992) “A ideia de um

²⁰ Esta instituição foi fundada no final dos anos de 1960 pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. É formada por personalidades mundiais, entre as quais, cientistas, políticos, empresários, dirigentes e ex-dirigentes governamentais. Entre seus membros honorários está o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e, como membro efetivo, consta o senador Cristovam Buarque. Informações disponíveis em <http://www.clubofrome.org> (Acessado em junho de 2015).

²¹ Também chamado de Relatório *Meadows* este estudo foi elaborado por uma equipe de cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Baseados em modelos matemáticos e recursos computacionais,

possível esgotamento dos recursos naturais constituiu, nos anos 70, com o Relatório Meadows, uma das primeiras manifestações da consciência ecológica mundial” (p. 73)

Em síntese, o estudo previa que se fosse mantido o ritmo de crescimento da economia mundial, os alimentos e a produção industrial declinariam e, a partir daí, provocariam automaticamente uma diminuição da população por penúria, falta de alimentos e poluição. A divulgação dos resultados da pesquisa gerou muita polêmica entre os cientistas, governantes e a opinião pública internacional, especialmente porque suas conclusões apontavam a necessidade urgente de se estabelecerem limites ao crescimento populacional e industrial, especialmente no âmbito das economias periféricas.

A divulgação de *Limites do Crescimento* ganhou grande repercussão mundial, desencadeando uma série de reações críticas ao que foi considerado o seu tom apocalíptico, com a tese do crescimento populacional e industrial zero [...] o tom alarmista de *Limites do Crescimento* desencadeou várias avaliações contrárias, mas o impacto foi inequívoco: a questão ambiental a partir desse momento faria parte da teoria econômica tanto em nível dos insumos, como dos efluentes e rejeitos (TAYRA, 2002, p.4).

Dois anos após a publicação de “*Os limites do crescimento*”, Celso Furtado também destacou a importância deste Relatório. Segundo o emérito economista brasileiro, o estudo introduzia questões que não haviam sido devidamente consideradas pelos economistas fiéis à ideia de crescimento econômico. Em suas palavras, “[...] o mérito do Relatório Meadows reside no fato de demonstrar cabalmente que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria” (FURTADO, 1974, p.75). Entretanto, é necessário destacar que,

A solução propugnada no [Relatório] “Limites do Crescimento” não implicava, evidentemente, em distribuir a riqueza já produzida mundialmente, mas congelar o crescimento para que as nações periféricas não atingissem o mesmo grau de desenvolvimento dos países mais ricos e, por conseguinte, aumentasse a pressão sobre os “recursos” da natureza (OLIVEIRA, 2012, p. 80) [aspas do autor].

os cientistas fizeram um levantamento sobre as projeções do desenvolvimento econômico e seus possíveis impactos em nível mundial. A pesquisa foi fundamentada em cinco parâmetros: crescimento populacional; produção de alimentos; recursos naturais; produção industrial e poluição (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

Sob um cenário de recessão econômica, incertezas políticas e medo difuso causado pela ampliação de testes nucleares, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma segunda conferência para tratar das questões ambientais em nível mundial²². Assim, em 1972, ocorreu na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Embora não tenha resultado em ações imediatas de proteção ambiental, a realização daquela Conferência possibilitou, “[...] a passagem de uma concepção socioeconômica bidimensional para uma noção tridimensional de eco-sócio-economia” (SACHS, 1991, p.8). Corroborando a opinião desse autor, Leff (2000), afirma que “1972 foi um marco, pois foi ali que se definiram os limites da racionalidade econômica e os desafios que a degradação ambiental gera para o projeto civilizatório da modernidade” (p.263).

Questionando as teses do “crescimento zero” e as diretrizes econômicas adotadas tanto pelos países capitalistas centrais quanto pelas economias planificadas do tipo soviético, economistas presentes na Conferência de Estocolmo, passaram a pensar em novas abordagens teóricas e metodológicas para o enfrentamento dos problemas econômicos, sociais e ambientais emergentes na década de 1970. Assim, surgiu o *Ecodesenvolvimento*, um conceito de desenvolvimento socioeconômico que buscava reaproximar a Economia da Ecologia.

As estratégias do *Ecodesenvolvimento* emergiram no terreno de uma política pela definição de uma nova ordem mundial, dominada pelas concepções do *Club de Roma* sobre os “limites do crescimento”, e as possibilidades de transição para uma economia de estado estacionário, apontando as possibilidades de novos estilos de desenvolvimento, baseado no potencial ecológico de diferentes regiões, na renovabilidade dos recursos naturais e na **capacidade própria dos povos do Terceiro Mundo** (LEFF, 2000, p.263) [aspas do autor] [grifo meu].

Não obstante as perspectivas introduzidas pela abordagem econômico-ecológica²³ do *Ecodesenvolvimento*, nos anos setenta, as autoridades e especialistas em meio ambiente

²² A primeira grande conferência realizada pela ONU com o objetivo de discutir os problemas ambientais foi realizada em Nova York, em 1948. Denominada de Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais este encontro indicava, já naquela época, a necessidade de se introduzir uma perspectiva mais utilitarista e menos preservacionista da natureza. Como resultado dessa Conferência foi criada a União Internacional de Proteção da Natureza (IUPN), rebatizada, em 1961, como União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, na sigla em inglês IUCN (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

²³ A ideia de aliar princípios econômicos à dinâmica dos sistemas ecológicos está ancorada no trabalho do economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, em especial no conceito de decrescimento econômico

encontravam dificuldades para introduzir a temática social nos fóruns de discussão sobre os problemas ambientais, particularmente a questão da pobreza e das desigualdades prementes nos países periféricos, entre os quais se incluíam, àquela época, o Brasil, a Índia e outros países pobres localizados na África e na América do Sul.

Portanto, na década de setenta, os discursos elaborados pelos *Think tanks*²⁴ socioambientais não foram suficientes para solucionar as questões que o próprio ecologismo apontava como problemáticas. Diante de uma “*ambiguidade de sentimentos*” (LENZI, 2006), os proponentes do *Ecodesenvolvimento* acabaram “[...] produzindo um ecologismo participativo e tecnológico, cujo foco se voltou muito mais para gestão técnica dos problemas ambientais do que para a solução das questões sociais” (ALPHANDÉRY *et al*, 1992, p.56). Como bem resume Leff (2000),

O discurso do Ecodesenvolvimento foi diluindo o seu potencial crítico nas suas próprias estratégias teóricas e práticas. A sua proposta foi se desmanchando perante as dificuldades de se flexibilizar as instituições e os instrumentos do planejamento para internalizar a visão transetorial do desenvolvimento (p.271).

Frente às dificuldades políticas de internalização de uma nova racionalidade produtiva restou, as agências da ONU, intensificar a elaboração de relatórios ambientais, bem como, realizar novas convenções e conferências para discutir questões específicas. Assim, na década de setenta, foram publicados diversos documentos científicos e realizados os seguintes encontros: Simpósio de Cocoyoc, México (1974); Conferência sobre assentamentos humanos, Vancouver (1976); sobre desertificação, Nairobi (1977); sobre a água, em Mar *del Prata* (1977); Convenção sobre a conservação de espécies de animais selvagens, Bonn (1979), entre outras²⁵.

formulado pelo autor a partir da Segunda Lei da Termodinâmica (Lei da entropia) (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

²⁴ *Think tank* é uma expressão utilizada para designar uma instituição ou mesmo um grupo de pessoas dedicadas a produzir e difundir conhecimentos e estratégias sobre assuntos políticos, econômicos ou científicos. Nota foi elaborada a partir de informações disponíveis em: <http://www.institutomillennium.org.br>. Acessado em agosto de 2015.

²⁵ Para uma cronologia completa das conferências e convenções ambientais realizadas pela ONU nas décadas de 1970 e 1980, consultar BURSZTYN e BURSZTYN (2012), em especial os três primeiros capítulos.

1.2 – Discursos e contradiscursos do *desenvolvimento sustentável*

Na década de 1980, o agravamento da crise provocada pelas políticas neoliberais e a ocorrência de novos desastres ambientais, entre os quais, o vazamento de gás tóxico que, em dezembro de 1984, matou milhares de pessoas em Bhopal, região Central da Índia, contribuíram para a ampliação dos debates ambientais em nível internacional. Como salienta Alphantéry *et all* (1992),

Desde 1985 vem acontecendo um grande número de reuniões e conferências mundiais, protocolos foram assinados e não se passa mais de uma semana sem que seja anunciada uma nova iniciativa relativa à proteção do meio ambiente (p. 29).

Dentre os vários documentos ambientais elaborados na década de 1980, destaca-se o Relatório *Brundtland*, também conhecido como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum). Após ter sido utilizado como referência para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)²⁶, este Relatório tornou-se uma peça central no debate ambiental, pois ao contrário do Relatório *Meadows*, Nosso Futuro Comum, não faz alusão ao crescimento industrial e populacional zero, mas sim, defende a ideia de que os governos, as empresas e as diferentes instituições da sociedade civil e política devem conciliar o desenvolvimento econômico com a justiça social e a conservação dos recursos naturais. Conforme salienta Leff (2000) “*Nosso Futuro Comum reconhece as disparidades entre nações e a forma como se acentuam, em resultado da crise da dívida dos países do Terceiro Mundo [...]*” (p. 264).

O propósito de conciliar metas de crescimento econômico com justiça social e prudência ambiental ficou mundialmente conhecido pelo conceito de *Desenvolvimento Sustentável* (DS), sendo o mesmo definido como um processo de “[...] *desenvolvimento que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (CMMAD, 1991). Após a Conferência do Rio de Janeiro, o DS tornou-se o sucedâneo do *Ecodesenvolvimento*. Entretanto, Leff (2000), adverte que,

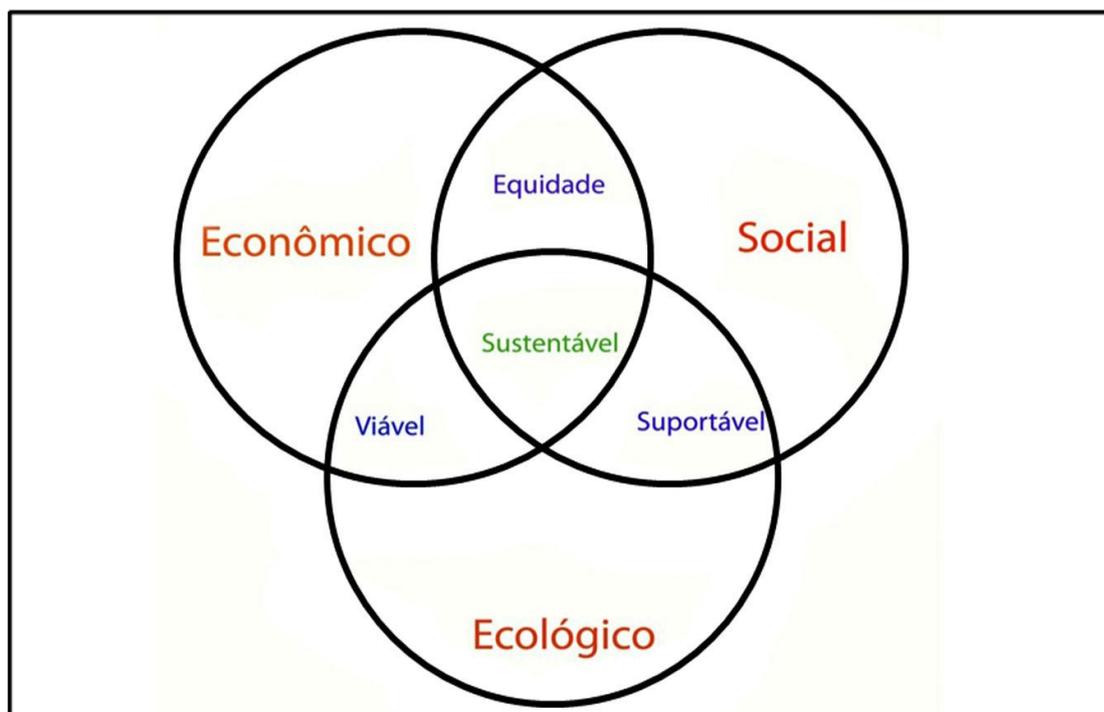
²⁶ Embora tenha ocorrido, em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, os preparativos para esta Conferência começaram em meados da década de 1980, quando a Assembleia Geral da ONU aprovou a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Coordenada pela médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, um dos objetivos desta Comissão era reexaminar os problemas ambientais e sociais existentes em nível mundial – poluição, exploração dos recursos naturais, pobreza, exclusão social, etc. – e suas relações com o desenvolvimento econômico.

Embora muitos dos princípios dos dois discursos sejam afins, as estratégias de poder da ordem econômica dominante vão modificando o discurso ambiental crítico, para submetê-lo à racionalidade do crescimento econômico (p. 263).

Desde que foi oficialmente lançado, o *Desenvolvimento Sustentável* adquiriu grande popularidade, todavia, seus princípios não foram suficientes para melhorar as condições sociais e ambientais do planeta. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), uma das explicações para a pouca eficiência do DS reside na própria complexidade e elasticidade do conceito que, segundo os autores, comportaria três dimensões, a interdisciplinar, a interinstitucional e uma dimensão intergeracional. As dificuldades de estabelecer consensos, sobretudo, na esfera interinstitucional não permite que o DS expresse uma “*sustentabilidade forte*”, ou seja, um conceito de sustentabilidade fundado na “[...] *constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita [...]*” (ADANS, 2006, *apud* BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p.51).

A guisa de ilustração reproduzo abaixo a Figura 2 acompanhada de uma citação onde Bursztyn e Bursztyn (2012) esclarecem quais interações são necessárias para se chegar à sustentabilidade por meio dos princípios do DS.

Figura 2 – As três dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor com base em Bursztyn e Bursztyn (2012).

A simples harmonia entre duas das esferas não assegura o caráter sustentável. Condicionar a economia às características ambientais pode garantir a viabilidade. Compatibilizar as esferas econômica e social pode assegurar melhoria do bem estar e equidade. Garantir um bom entrosamento entre o social e o ecológico pode gerar um ambiente tolerável, mas dificilmente tal situação se manterá no longo prazo, a menos que a dimensão econômica seja contemplada. **É, portanto, só quando as três esferas se entrelaçam, de modo coerente, que se configura o espaço da sustentabilidade** (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 52) [grifo meu].

Na opinião Lenzi (2006), uma apreensão abrangente do conceito de DS deve considerar, além da dimensão ambiental, outras questões, entre as quais ele destaca a das necessidades humanas e da justiça social. Analisando o conteúdo do Relatório *Brundtland*, o autor conclui que “*A preocupação do DS não é, num primeiro momento com o meio ambiente, mas com as necessidades humanas básicas*” (p.102). Conforme acrescenta o próprio Lenzi,

O conceito de DS do Relatório Brundtland pressupõe um conceito de sustentabilidade mínima e a existência de aspectos do meio ambiente sem os quais não poderemos satisfazer as necessidades humanas básicas. Se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, do solo, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer as necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social (LENZI, 2006, p.106).

Embora reconheçam a força política do DS, alguns cientistas sociais contestam o uso desse conceito, pois segundo eles, a forma genérica com que a noção de sustentabilidade é apresentada, sobretudo, nos relatórios elaborados pelas agências ambientais, tende a obscurecer as contradições existentes entre objetivos econômicos, sociais, políticos, éticos e ambientais (PAULA, 2005; PAULA e PAULA, 2006; REDCLIFT, 2006; NASCIMENTO, 2012).

Tal como a “democracia”, o “desenvolvimento sustentável” acabou constituindo-se numa unanimidade, contra a qual ninguém se posiciona. Ambas as adjetivações (democracia e desenvolvimento sustentável) acabam banalizadas, confusas, se desprovidas das substâncias que definem suas diferentes formas de materialização concreta (PAULA, 2005, p.278) [aspas do autor].

Críticas dessa natureza não impediram, contudo, que os discursos em torno do DS fossem utilizados como estratégia para legitimar vários projetos ambientais, principalmente aqueles que são elaborados e conduzidos por instituições governamentais, agências

multilaterais e grandes Ongs conservacionistas que, ideologicamente, tendem a divorciar a conservação ambiental das questões sociais e políticas como uma forma de encobrir os conflitos socioambientais contemporâneos. Como observa Leff (2000),

Nesse processo, a noção de sustentabilidade foi-se divulgando e vulgarizando, até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum. Contudo, para além do mimetismo discursivo que gerou a **retórica do crescimento sustentável** ou duradouro, não se conseguiu um sentido conceitual e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. Neste sentido, surgem os desacordos e **contradições do discurso da sustentabilidade**, bem como, os diferentes sentidos que adota em relação aos interesses antagônicos pela apropriação da Natureza (p. 265) [grifo meu].

Embora tenham sido intensamente debatidos nas últimas décadas do século XX, os princípios do *Desenvolvimento Sustentável* (DS) ainda mostram-se bastante genéricos, havendo uma gama variada de perspectivas e concepções que, em certos casos, chegam a ser contraditórias. Segundo Almeida (1995),

No “guarda-chuva” do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade, a defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico [...] a discussão sobre o desenvolvimento sustentável [continua] polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, desse modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à ideia/conceito (ALMEIDA, 1995, p.45) (aspas do autor).

Outro autor que problematiza o conceito de DS é o uruguaio Guillermo Foladori que publicou, em 2001, o livro *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Nesta obra, Foladori desconstrói a ideia de sustentabilidade ambiental defendida pelas agências da ONU e pelas Ongs de conservação da natureza. Segundo ele, a deficiência da maioria das análises sobre os problemas ambientais está no fato de que elas não incorporam as formas sociais, ou seja, ao invés de partir das formas sociais de produção elas ficam presas nas análises dos resultados dos conteúdos da produção (poluição, depredação, superpopulação, etc.). Para o pensador uruguaio, esta forma de abordar a questão ambiental é reducionista, pois,

Não discutir a forma social de produção no momento em que a crise ambiental atinge escala mundial e traz impactos de longo alcance temporal sobre a biosfera e a espécie humana é uma atitude totalmente classista, porque implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assinala a história da humanidade (FOLADORI, 2004, p. 106).

Assim como em outros países, no Brasil, o discurso em torno do *Desenvolvimento Sustentável* vem sendo utilizado como justificativa para o estabelecimento de protocolos ambientais, criação de leis, normas, resoluções; programas e linhas de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento; elaboração de políticas públicas e de governo, tais como o Programa Territórios da Cidadania, o Programa Bolsa Verde, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) e a Lei nº 11.284/2006 que dispõe sobre a gestão de florestas públicas. Além disso, há também vários projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (DRSS) coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com instituições públicas, entre as quais, o Centro latino-americano para o Desenvolvimento Rural²⁷ (RIMISP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (Bird) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (MONTENEGRO GÓMES, 2008).

Na perspectiva dessas instituições, os pequenos agricultores, os povos indígenas, os pescadores artesanais, os seringueiros, as comunidades remanescentes de quilombo, os geraizeiros, os faxinalenses²⁸; enfim, diferentes grupos sociais que vivem do extrativismo e/ou da agricultura de subsistência podem ampliar as possibilidades de seu desenvolvimento econômico e social tanto por meio da produção de alimentos quanto pela dedicação às

²⁷ O RIMISP se originou de um pequeno grupo informal de pesquisadores latino-americanos de sistemas agrícolas que, na década de 1980, começaram a realizar uma série de encontros para discutir problemas conceituais e metodológicos que estavam afetando a eficiência e o impacto de seus projetos com pequenos agricultores. Hoje, mais de 30 organizações em 11 países são membros do RIMISP incluindo universidades, agências governamentais e não governamentais de pesquisa para agricultura e desenvolvimento rural. Informações disponíveis em <http://www.cnpm.embrapa.br> – Acessado em abril de 2014.

²⁸ Faxinalense é uma categoria social utilizada para designar os habitantes rurais da região Centro-Sul do estado do Paraná. Já, Geraizeiro, serve para classificar as populações rurais que vivem entre o Norte de Minas Gerais e o Sul da Bahia, isto é, na região de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga. Estas duas categorias sociais fazem parte das comunidades tradicionais brasileiras. A respeito das lutas empreendidas por estas comunidades ver os relatórios e artigos publicados pela CPT e pela Organização Terra de Direitos.

ocupações rurais não agrícolas (ORNAs), tais como, o turismo rural, o artesanato e a inclusão nos programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)²⁹.

Como todo instrumento econômico, que parte da ideia de que o ambiente tem preço, há críticas ao PSA, notadamente da parte dos adeptos da Ecologia profunda [...] Essencialmente, o foco maior de crítica está associado ao conteúdo ético de se permitir a degradação, mediante compra de direitos, junto às populações mais pobres (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 268).

A rigor, instrumentos de gestão ambiental dessa natureza,

[...] circunscrevem-se a um campo de ações práticas para refuncionalizar a racionalidade econômica incorporando uma “dimensão ambiental” às políticas de desenvolvimento. Esta visão sistêmica e pragmática desconhece o potencial crítico do ambiente e dos conflitos sociais pela apropriação da Natureza (LEFF, 2000, p. 272) [aspas do autor].

Os argumentos apresentados por Almeida (1995), Leff (2000), Foladori (2004), Paula (2005), Paula e Paula (2006), Redclift (2006) e Bursztyn e Bursztyn (2012), contribuem para uma reflexão crítica sobre os assentamentos rurais do tipo PDS implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto, pois ao incorporar os princípios do *Desenvolvimento Sustentável*, estes assentamentos submergem num campo de conflitos e contradições como, por exemplo, o fato de atribuir ao Estado e aos trabalhadores assentados, a responsabilidade pela recuperação de áreas degradadas pela exploração privada dos recursos naturais. Este e outros contrassensos serão tratados no quinto capítulo dessa tese. Por hora, analisarei as influências exercidas pela Ciência e Tecnologia (C&T) sobre as questões ambientais contemporâneas.

Abordando as questões ambientais a partir de uma perspectiva social construcionista, Hannigan (1995), identifica as relações estabelecidas entre o campo científico e o processo de formulação de políticas ambientais. Segundo este autor, tais relações são favorecidas quando redes de conhecimento, também denominadas de “*comunidades epistêmicas*”, passam a atuar de forma orgânica sobre um determinado problema ambiental.

²⁹ PSA é um instrumento financeiro de gestão ambiental que vem sendo aplicado por governos e outras instituições públicas. Seu objetivo é recompensar financeiramente os agricultores e as comunidades rurais que estejam dispostas a conservar ou recuperar ecossistemas degradados.

No caso das questões ambientais, estas comunidades de conhecimento têm sido amplamente constituídas por ecologistas que partilham uma crença comum na necessidade de uma análise holística [...] Uma comunidade epistêmica tem a capacidade de influenciar a definição das dimensões do problema e a identificação das soluções possíveis (HANNIGAN, 1995, p. 116).

Um exemplo de comunidade epistêmica é o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na sigla em inglês (IPCC). Embora não esteja livre de críticas, esta comunidade científica tornou-se referência nos debates sobre o aquecimento global do planeta, pois, um dos seus objetivos é compilar estudos científicos que contribuam para compreensão das causas e efeitos provocados pelas mudanças climáticas.

Apoiando-se nas reflexões de Susskind (1994), Hannigan (1995) sugere ainda que, na formulação de políticas ambientais, os cientistas desempenham diferentes papéis. De acordo com Hannigan, existem cientistas que atuam como observadores de tendências; outros como formuladores de teorias; um terceiro grupo ocupa-se em testar as teorias, isto é, analisam *“[...] se as hipóteses e proposições geradas pelos modelos criados pelos formuladores de teorias podem ser empiricamente provadas”* (HANNIGAN, 1995, p.120). Há, também, o grupo formado pelos comunicadores científicos e outro pelos analistas políticos aplicados. O Quadro 2 apresenta as características gerais do *staff* científico atuante no campo das questões ambientais.

Quadro 2 – Papéis desempenhados pelos cientistas no estudo das questões ambientais

Tipo	Principais características
Observadores de tendências	São cientistas, os primeiros a detectar mudanças nos padrões ecológicos e a compreender corretamente o seu significado.
Formuladores de teorias	Tentam explicar as causas para as mudanças que os observadores de tendências apontam. Criam modelos para encaixar as explicações para as circunstâncias passadas e para prever os seus efeitos futuros.
Testadores de teorias	Analizam os modelos sugeridos pelos formuladores de teorias.
Comunicadores científicos	Tentam traduzir os dados em termos que a opinião pública entenda.
Analistas políticos aplicados	Atuam como consultores dos formuladores de decisões políticas, convertendo as descobertas científicas em recomendações políticas.

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de Hannigan (1995).

Outro autor que se refere às contribuições da ciência para tratamento dos problemas ambientais contemporâneos é Michael Redclift. Segundo ele, o campo científico tornou-se um elemento central dos novos discursos da sustentabilidade e isso teria contribuído para a criação de alianças entre grupos interessados em negociar soluções para os problemas ambientais. Como crítico desse processo, Redclift destaca que,

Muitos desses grupos, liderados pelas ONGs (sem nem sempre conseguir), têm tentado se distanciar eles mesmos dos efeitos das políticas neoliberais, promovendo **visões da sustentabilidade** mais inclusivas, capazes de dar mais atenção à equidade, justiça social e fortalecimento das comunidades. Em alguns casos essas coalizões têm, elas mesmas, invocado a ciência – argumentando que o que é bom em termos ambientais é também mais justo e mais equânime. [...] O cientificismo e o discurso da justiça natural também tem criado confusão. Ambos podem ajudar a legitimar políticas ambientais, mas nem ciência nem justiça representam verdades objetivas (REDCLIFT, 2006, pp. 73-74) [parêntese do autor, grifo meu].

Os argumentos de Redclift alinham-se à posição manifestada por Alphandéry *et all* (1992), pois na opinião desses autores, a “*sensibilidade ecológica*” permitiu com que se consolidasse, no seio da ciência contemporânea, uma “*Ecologia científica*” para abordagem da crise ecológica. Neste sentido, os autores afirmam que,

A domesticação do ser vivo através das biotecnologias e o controle ecológico do planeta a partir do espaço representam hoje o cotidiano e o ideal dos ecologistas científicos do terceiro milênio. Através de seus trabalhos sobre o infinitamente pequeno [nanotecnologia] eles esperam acabar com a fome no mundo e, através daqueles sobre o infinitamente grande, salvar a terra (ALPHANDÉRY *et all*, 1992, p.83).

No âmbito das ciências da natureza, a contribuição dos cientistas é inequívoca. Entretanto isso não subjaz considerações de cunho ético relativas às possibilidades de intervenção humana sobre o mundo natural, pois, segundo Hannigan (1995) “*Paradoxalmente, a própria ciência é frequentemente o alvo deste debate contemporâneo sobre a engenharia genética e os seus efeitos potenciais danosos ao meio ambiente*” (p.103). As considerações feitas por Hannigan (1995); Redclift (2006) e Alphandéry *et all* (1992), podem ser sintetizadas nos seguintes termos,

O termo sustentável figura na era do capitalismo verde como um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória, agora passa a ser denominado “exploração sustentável”, isto é, procura-se manipular os aportes da ciência para fins de legitimação do processo de exploração em curso (PAULA, 2013, p. 35) [aspas do autor].

O uso da ciência e da tecnologia para solução de alguns problemas ambientais, particularmente aqueles relacionados à poluição industrial, fez emergir uma vertente teórica que procura se distanciar dos princípios e propostas feitas pelos defensores do *Desenvolvimento Sustentável* (DS). Trata-se da Modernização Ecológica (ME), uma perspectiva ambiental que começou a ser construída em meados dos anos de 1980, período em que houve uma ampliação das alianças estabelecidas entre agências multilaterais e Ongs ambientais de conservação da natureza. Além das articulações institucionais, a narrativa da ME também foi influenciada pelos seguintes fatores: 1) Forte crise econômica nos países industrializados; 2) Processo de profissionalização e institucionalização dos movimentos ecológicos e, 3) Fracasso das políticas ambientais implantadas nas décadas de sessenta e setenta (LENZI, 2006). Segundo este autor,

A linha central do discurso da Modernização Ecológica se sustenta na ideia de que pode haver uma compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental. É um discurso que vê a crise ambiental como resultado das falhas e deficiências das instituições das sociedades modernas, mas que acredita que as reformulações dessas instituições podem promover um processo de proteção ambiental (p. 60).

Empregando conceitos-chave, tais como, o de curva ambiental de Kuznets³⁰ e o de *Inputs* de Material por Unidade de Serviço, na sigla em inglês (MIPS), os modernizadores ecológicos passaram a dominar os debates ambientais, sobretudo, no continente europeu onde estão instalados importantes institutos de pesquisa ambiental, entre os quais o *Wuppertak* e o *Factor 10*. Criados no começo da década de 1990, ambas as Instituições são formados por pesquisadores oriundos de diferentes disciplinas, entre as quais, as ciências naturais e ambientais, a Geografia, a Engenharia, Planejamento, Direito, Economia, Ciência Política e Sociologia. A gestão do Instituto *Wuppertak* é feita por três membros: o presidente, o vice-presidente e um gerente de negócios³¹.

Não obstante as influências exercidas por esses e outros institutos, o discurso da ME também foi alvo de críticas e contestações. Martinez Alier (2007), por exemplo, afirma que os modernizadores ecológicos “[...] *camminham sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissão; a outra tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas*” (p. 28). Já Hannigan (1995), considera a ME como uma das teorias ambientais da Modernidade, pois segundo este autor, os teóricos desta vertente julgam que os problemas ambientais decorrem apenas do industrialismo e não do capitalismo como um todo. Assim, os modernizadores ecológicos acreditam que a sociedade tende a evoluir para níveis de desenvolvimento tecnológico cada vez mais sustentáveis. Desse modo,

A teoria da Modernização Ecológica anda a passos lentos devido a um sentido de imperturbável otimismo tecnológico. Tudo o que é necessário [...] é andar para frente com a nova e superindustrializada era do futuro, deixando para trás a sociedade industrial poluidora (HANNIGAN, 1995, p. 238).

³⁰ Trata-se de uma representação gráfica a qual demonstra que um incremento de investimentos, ou seja, um crescimento da economia conduz, em primeiro lugar, a um aumento na contaminação do meio ambiente, mas ao final leva a sua redução (MARTÍNEZ ALIER, 2007; CECHIN e PACINI, 2012). De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), a hipótese das curvas ambientais de Kuznets “[...] *é conveniente para os defensores do crescimento econômico, mas é criticada pelos que defendem a proteção ambiental*” (p.298).

³¹ Informações disponíveis em <http://wupperinst.org/en/home/> – Acessado em junho de 2015.

Analisando os argumentos apresentados, tanto pelos críticos quanto por aqueles que consideram a ME uma nova perspectiva para o tratamento das questões ambientais contemporâneas, Lenzi (2006), conclui que *“Embora a ME possa ser vista como um conceito contestável [...] sua importância está em nos fornecer argumentos para o debate sobre a integração entre economia e meio ambiente”* (p. 86). É a partir deste prisma que o autor aborda o papel do Estado na aplicação dos instrumentos de gestão e controle ambiental. Os mecanismos de gestão ambiental analisados por Lenzi (2006) e Burszty n e Burszty n (2012) são apresentados e discutidos a partir das informações contidas no Quadro 3.

Quadro 3- Mecanismos de gestão e controle ambiental

Tipo	Característica
Voluntário	Não tem força legal, depende de uma decisão espontânea do agente. Baixa efetividade no controle ambiental.
Comando e controle	Possui grande poder de coerção, pois está respaldado por instrumentos legais específicos – portarias, leis, normas, Termos de Ajuste de Conduta (TAC), entre outros.
Gasto público	Divide-se em duas categorias: subsídios e ação direta do governo. Este tipo de mecanismo faz com que os custos da conservação recaiam sobre o conjunto da sociedade.
Financeiro	Incentivo as atividades produtivas sustentáveis; tende a influenciar as escolhas de produtores e consumidores.

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de (LENZI, 2006; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

O Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Paulista pode ser considerado um exemplo de mecanismo voluntário de gestão ambiental e, como tal, tem baixa efetividade no controle dos danos causados ao ambiente. Os assentamentos rurais do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto Agroextrativista (PAE) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF) enquadram-se como gasto público e, como mecanismo de comando e controle, cito as Portarias 289/2001 e 387/2006, ambas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para regularização dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil (BRASIL, 2001). No segundo capítulo dessa tese discutirei o papel das portarias editadas pelo Conama no processo de licenciamento

ambiental dos assentamentos rurais. Retomo abaixo a discussão sobre as correntes do ecologismo mundial.

A conjuntura sociopolítica emergente na década de sessenta, favoreceu o surgimento de duas correntes ecológicas, a Ecologia da cidadania e o Ecologismo científico (ALPHANDÉRY *et all*, 1992). Além destes dois grupos, os autores afirmam que, dentro da “*nebulosa ecológica*” que marcou os anos de 1960, existia uma terceira vertente, a da Ecologia política.

Os ecologistas políticos tendem a criticar todos aqueles que fazem lutas ecológicas pontuais, localizadas, por mais urgentes que sejam estas lutas, os ecologistas políticos procuram encaminhar processos que contribuam para a consolidação de um projeto de transformação social em escala planetária (ALPHANDÉRY *et all*, 1992, p. 91).

Na década de 1980, a reorientação programática das organizações ecológicas e o fortalecimento do ideário neoliberal dificultaram o avanço da Ecologia política. Entretanto, esses acontecimentos não foram suficientes para por fim as utopias construídas por esta vertente ecológica. Desse modo, na década de 1990, os ecologistas políticos seguiram protestando “[...] *contra a mercantilização e a tecnocratização crescente do verde*” (ALPHANDÉRY *e all*, 1992, p.90).

De acordo com Ribeiro (2002), um sinal de fortalecimento da Ecologia política foi a criação da revista Ecologia Política. Publicado em língua espanhola, este periódico tornou-se uma referência tanto para o meio acadêmico quanto para o ativismo ambiental, pois os “[...] *artigos teóricos somam-se a registros de manifestações contra a globalização, contra o Banco Mundial, ou mesmo de ambientalistas denunciando problemas ambientais [...]*” (RIBEIRO, 2002, p.2). Entre os colaboradores da referida revista encontram-se pensadores que esclarecem as lacunas existentes no pensamento marxiano quando este é confrontado com as questões ecológicas. Dentre esses pensadores destacam-se o economista norte-americano James O’Connor e o sociólogo brasileiro Michel Löwy³².

Enquanto as reflexões de Löwy reafirmam a necessidade de construção de uma via política fundamentada nos princípios do *Ecossocialismo*, O’Connor apresenta os

³² Além de Martinez Alier, que foi o fundador da revista, o conselho editorial de Ecologia Política é formado pelos seguintes pesquisadores: Elmar Altvater, Arturo Escobar, Enrique Leff, José-Manuel Naredo, Jean Paul Deléage, Giovanna Ricoveri e Ruben Prieto (RIBEIRO, 2002). As resenhas, ensaios e artigos publicados pela revista podem ser consultados no seguinte endereço eletrônico: www.ecologiapolitica.info/wordpress/ - Acessado em maio e junho de 2015.

fundamentos do “*marxismo ecológico*”. Segundo este autor, a base desta vertente teórica são as contradições entre as relações de produção capitalista, as forças produtivas e as condições de produção. No marxismo clássico, as crises de crédito e dívida são apreendidas como resultado de um excesso de produção do capital. Já para o *marxismo ecológico*, esses mesmos fenômenos são interpretados como resultado de uma escassez de produção de capital e de um uso improdutivo do capital acumulado (O’CONNOR, 1991).

Não obstante essa diferença de enfoque, tanto no marxismo clássico quanto no ecológico, o capitalismo é considerado um modo de produção que depende de crises sistêmicas para a sua reprodução. Com base neste e em outros argumentos, O’Connor afirma que o capitalismo é um sistema duplamente exploratório, pois degrada, tanto a força de trabalho quanto os recursos da natureza. Este aspecto revela que o capitalismo possui uma segunda contradição, qual seja, a impossibilidade de conservar os bens da natureza. À vista deste fato,

El marxismo ecológico advierte que las amenazas capitalistas para la reproducción de las condiciones de producción no solamente amenazan a los beneficios y a la acumulación sino también a la viabilidad del ambiente social y natural como medio de vida (O’CONNOR, 1991, p. 128).

Ao analisar a relação entre Conflito Ecológico Distributivo (CED) e os princípios de valoração ambiental, Martinez Alier (2007), também trata do retorno da Ecologia política à arena dos debates sobre os problemas socioambientais. Segundo o autor, há dois estilos ou linguagens que caracterizam a Ecologia política. Na primeira, ela aparece como o “[...] *estudo dos conflitos ecológicos distributivos em uma economia que seria, em suma, ecologicamente cada vez menos sustentável*” (pp. 338-339). Na segunda, “[...] *se refere às questões relacionadas com o significado, ou falta de significado, de expressões como recursos e serviços ambientais para as diferentes culturas, com a construtividade social ou as reinvenções da natureza*” (p.339). Não obstante as particularidades de cada uma dessas narrativas, Martinez Alier sugere que,

Seria pertinente estabelecer uma conexão entre ambos os estilos de ecologia política. A conexão seria a que segue: os diferentes atores dos conflitos ecológicos distributivos, com seus diferentes acervos de direitos e dotações de poder, colocam em dúvida e desafiam as reivindicações dos demais instrumentalizando diferentes discursos de valoração no interior do seu amplo repertório cultural (MARTINEZ ALIER, 2007, p.339).

Dentre os movimentos sociais que se articulam com base nos referenciais teóricos da Ecologia política, Martinez Alier destaca o Movimento por Justiça Ambiental e o Ecologismo dos pobres, também chamado de Ecologismo da sobrevivência. O foco de ação da Justiça ambiental “[...] são os impactos ambientais causados pelos processos de crescimento econômico e deslocamento geográfico das fontes de recurso naturais e das áreas de descarte dos resíduos” (MARTINEZ ALIER, 2007, p. 34). Já o Ecologismo da sobrevivência,

Refere-se a conflitos sociais com conteúdo ecológico, atuais e históricos, dos pobres contra os relativamente ricos, não se restringindo, mas dizendo respeito particularmente aos **conflitos rurais** (MARTINEZ ALIER, 2007, p. 34) [grifo meu].

Na opinião deste autor, o movimento ecológico contemporâneo é constituído por três grandes vertentes, a saber: a da Ecologia profunda, a da Modernização ecológica e o Ecologismo dos pobres. As características destas três vertentes ecológicas são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Vertentes do ecologismo mundial.

Vertente	Principais aspectos
Ecologia profunda	Preservação da natureza silvestre; preocupação com o crescimento populacional; Respalhada cientificamente pela Biologia conservacionista.
Modernização ecológica	Foco no uso prudente dos recursos naturais; manejo sustentável; controle da contaminação urbana e rural.
Ecologismo dos pobres ou da sobrevivência	Recoloca a questão da equidade social; foco nos conflitos sociais pelo acesso aos recursos naturais; respaldada cientificamente pela Agroecologia e pela Ecologia política.

Fonte: Gonçalves (2015). Elaborado pelo autor a partir de Martínez Alier (2007).

Alphandéry *et all* (1992), também analisam a composição do ecologismo mundial. Segundo estes autores, este movimento pode ser pensado a partir da figura, imaginária, de um edifício ecológico formado por três andares. Na cobertura deste “imóvel” ficariam os modernizadores ecológicos, isto é, todos aqueles que acreditam na ecoeficiência dos novos processos industriais; este pavimento seria caracterizado pela fusão entre ciência, técnica e poder. O andar intermediário abrigaria os representantes da Ecologia da cidadania, ou seja, aqueles ecologistas que avaliam que a crise socioambiental poderá ser solucionada a partir

de uma reaproximação entre Ecologia e Economia. O térreo do edifício seria ocupado pelos movimentos sociais que se organizam a partir dos princípios, teóricos e práticos, da Ecologia política. Um elemento comum aos três andares dessa “edificação” seria a instabilidade causada pelo aumento das tensões sociais (ALPHANDÉRY *et al.*, 1992).

Os argumentos apresentados ao longo deste capítulo remetem à seguinte questão: Qual a importância em se discutir os conceitos de *Ecodesenvolvimento*, *Desenvolvimento Sustentável*, *Modernização Ecológica*, *Marxismo ecológico*, *Justiça ambiental* e *Ecologismo da sobrevivência* numa investigação sobre o processo organizativo de assentamentos rurais de reforma agrária? A meu ver, a relevância destes conceitos deve-se ao fato de que eles incorporam elementos da crise ambiental contemporânea, crise esta que vem reconfigurando física, social e politicamente os territórios rurais em diferentes escalas – local, regional, nacional e global.

A pertinência desses conceitos aumenta à medida que se considera que, no Brasil, a não resolução de problemas estruturais, entre os quais se colocam o da questão agrária e o da reforma agrária, têm ampliado as tensões e conflitos em torno da apropriação e da conservação dos recursos naturais nas áreas rurais. Dessa forma, é importante conhecer as vertentes do ecologismo, bem como, os conceitos tratados ao longo deste capítulo, pois eles permitem compreender, tanto os discursos quanto as intervenções realizadas por instituições governamentais e Ongs ambientais no meio rural brasileiro, especialmente no interior dos assentamentos rurais de reforma agrária do tipo PDS. Considerando estes apontamentos, no próximo capítulo analisarei as interfaces entre a questão ambiental e a problemática agrária brasileira.

Capítulo 2 - Questão agrária e meio ambiente no Brasil

“A sustentabilidade, como um conceito estabelecido, tem frequentemente disfarçado, em vestimentas mais novas, os conflitos entre agendas do passado”

Michael Redclift

No século XVI, a política de expansão ultramarina empreendida pela Holanda, Inglaterra e França obrigou a Coroa portuguesa a iniciar um processo de povoamento do território brasileiro, pois este era o único meio de garantir a posse efetiva das terras ocupadas no novo continente. Deste modo, além do extrativismo vegetal e mineral, atividades agrícolas e pecuárias passaram a ser desenvolvidas ao longo da costa Atlântica brasileira. Diversos autores destacam a importância destas atividades no contexto de desenvolvimento da economia colonial portuguesa (PRADO JÚNIOR, 1976; FURTADO, 1977; MARTINEZ, 2006). Referindo-se a este processo, Furtado (1977), argumenta que,

O êxito da grande empresa agrícola do século XVI – única na época – constitui, portanto a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas. No século seguinte, quando se modifica a relação de forças na Europa com o predomínio das nações excluídas das Américas pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal já havia avançado enormemente na ocupação da parte que lhe coubera (p.12).

Na historiografia ambiental brasileira, alguns autores apontam as consequências sociais e ambientais decorrentes do processo de ocupação e povoamento do território brasileiro pelos portugueses. Conforme destaca Martinez (2006),

A organização social da produção econômica na colônia encontrou na espoliação dos recursos do solo virgem, das matas, dos rios, plantas e animais, um estímulo à acumulação primitiva de capital, constituindo-se em “alavanca” ao capitalismo em formação (p. 72) [aspas do autor].

Segundo este autor, a forma perdurária com que os portugueses exploraram os recursos naturais não ficou circunscrita aos primeiros anos da colonização, mas prolongou-se nas décadas seguintes. Este apontamento é confirmado por Prado Júnior (1976), pois, de acordo com este autor, “[...] entre o final do século XVIII e início do XIX, o renascimento agrícola brasileiro se deu muito mais pela extensão do que pelo aumento da qualidade” (p. 87).

Bursztyn e Bursztyn (2012), também fazem referência aos impactos ambientais decorrentes do processo de colonização da América no século XVI. Segundo estes autores, os problemas ambientais eram tão significativos que, logo nos primeiros anos de ocupação, a Coroa Portuguesa estabeleceu normas e regulamentos para garantir um controle sobre os estoques de recursos naturais existentes àquela época.

No Brasil Colônia, vigoraram as Ordenações do Reino: Afonsinas (1500-1514), Manuelinas (1514-1603) e Filipinas (1603-1616). Nessas Ordenações, e em outras ordens jurídicas, como as Cartas Régias e Regimentos, encontram-se normas que tinham, ainda que indiretamente, algum caráter relativo à proteção da natureza (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 455).

Embora tenha sido estabelecido um ordenamento jurídico de proteção aos recursos naturais, no Brasil, instrumentos mais efetivos de controle ambiental somente passaram a vigorar no século XX, ou seja, mais de quatrocentos anos após o início da ocupação portuguesa. Como exemplos desses instrumentos podem ser citados, o Código de Águas, criado pelo Decreto 24.643/34, o Código Florestal, aprovado pelo Decreto 23.793/34, o Código de Caça e Pesca, estabelecido pelo Decreto 22.672/1934, e a Lei de Proteção dos Animais, instituída pelo Decreto 24.645/1934 (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012). Na década de trinta, também foram implantadas algumas áreas de conservação ambiental, entre as quais, o Parque Nacional de Itatiaia, criado através do Decreto 1.713/1937 (DIEGUES, 1998).

Durante a década de sessenta do século XX, foram estabelecidos outros regulamentos para a conservação dos recursos naturais e uso da terra no Brasil. No conjunto daquela legislação, destacam-se duas leis, a saber, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que instituiu o Estatuto da Terra e a Lei nº 4.771/65 que revogou o Decreto nº 23.793/34 e estabeleceu novas regras para aplicação do Código Florestal Brasileiro (CFB).

Para os propósitos deste capítulo, é importante destacar o Segundo artigo da Lei 4.504/64, o qual contém a seguinte redação:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua **função social**, na forma prevista nesta Lei.
§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) **assegura a conservação dos recursos naturais**; d) observa as disposições legais

que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRASIL, 1964) [grifos meus].

No escopo do presente trabalho faz-se necessário ressaltar também dois conceitos expressos no Código Florestal de 1965, a saber, o de Área de Preservação Permanente (APP) e área de Reserva Legal (RL). A Lei 4.771/65 caracterizava estas duas áreas nos seguintes termos:

Área de Preservação Permanente: São áreas protegidas nos termos dos artigos 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

Reserva Legal: Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, **excetuada a de preservação permanente**, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas [grifo meu].

Nas décadas de 1960 e 1970, a institucionalização da questão ambiental brasileira foi ampliada, especialmente após a criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão criado em 1973. Nesse sentido, Bursztyn e Bursztyn (2012), estão corretos quando apontam que *“No último quarto do século XX, uma política geral de meio ambiente se estruturou no Brasil, ancorada numa teia de organismos, conselhos, instrumentos normativos e econômicos”* (p. 465). Entretanto, é preciso considerar que a construção de um arcabouço legal, bem como, a criação de órgãos ambientais nos diferentes níveis de governo, não contou com a participação da sociedade civil, ou seja, no Brasil, a institucionalização da problemática ambiental é antiga e é importante frisar que, a rigor, este processo se deu de cima para baixo. Em relação à criação das Unidades de Conservação (UCs), por exemplo, Diegues (1998), salienta que,

Em muitos casos, as Unidades de Conservação eram criadas para atender exigências de organismos internacionais, dentre os quais o Banco Mundial que condicionava a liberação de recursos às cláusulas de conservação ambiental, em especial para os grandes projetos de desenvolvimento econômico (p. 115).

Portanto, durante a vigência do regime civil-militar brasileiro (1964-1985), a centralização das decisões sobre as questões ambientais foi uma prática constante. Esta

diretriz sofreu uma inflexão em meados dos anos de 1980, período no qual foram construídas alianças políticas entre alguns movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais. Todavia, como se verá ao longo deste capítulo, este processo foi efêmero, pois a avalanche neoliberal emergida nos anos de 1990 refletiu, negativamente, sobre as perspectivas sociais e ambientais que vinham sendo construídas pelos movimentos sociais e sindicais rurais desde meados da década de oitenta.

2.1 – Reservas Extrativistas na Amazônia: da utopia à distopia de Chico Mendes

No Brasil, a década de 1980 ficou marcada pela ocorrência de três fenômenos importantes, a saber, uma forte crise econômica, o fortalecimento do processo de luta pela redemocratização política do país e a emergência de movimentos sociais e sindicais de origem rural e urbana. Esses fenômenos contribuíram para uma reconfiguração das forças políticas presentes na sociedade brasileira àquela época. A criação do MST, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) são indicativos desse processo (WALDMAN, 1998; DELGADO, 2005). Os piquetes, saques e as greves realizadas por trabalhadores rurais que atuavam no corte da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo também são elementos que expressam a conjuntura sociopolítica existente no Brasil em meados dos anos de 1980 (ALVES, 1991; FERRANTE, 1991).

Outro exemplo vem da região Norte do país onde o sindicalismo rural desempenhou um papel importante na organização dos trabalhadores rurais atuando, sobretudo, junto aos seringueiros radicados nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. Na verdade, a luta dos seringueiros e dos diferentes grupos indígenas presentes na Amazônia brasileira vinha ocorrendo de forma tensa desde a década de 1970, período no qual a região Norte começou a receber os denominados Projetos de Colonização (PCs)³³ e as grandes obras de infraestrutura, dentre as quais, a construção da rodovia Transamazônica (BR 230). Segundo Allegretti (2002), na década de 1970, a política de desenvolvimento para a Amazônia Legal

³³ Com base na ideologia do “*integrar para não entregar*”, os governos militares implantaram, nos estados da região Norte, as seguintes modalidades de assentamento rural: Projeto de Colonização Oficial (PC); Projeto de Assentamento Dirigido (PAD); Projeto de Assentamento Rápido (PAR); Projeto Especial de Colonização (PEC); Projeto Integrado de Colonização (PIC); Projeto de Assentamento Conjunto (PAC); Projeto Fundiário (PF) e Projeto de Colonização Particular (PAP).

“[...] baseou-se na ideia de integrar ao desenvolvimento do país uma região considerada remota, desabitada, inacessível, rica em minérios e, por isso, objeto de cobiça internacional” (p. 464).

Não obstante os conflitos sociais que sempre se fizeram presentes nos processos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira, o fato é que as tensões e a violência contra os trabalhadores rurais adquiriram maior visibilidade a partir de 1985, ano em que foi realizado, na Universidade de Brasília, o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros (ENS). Na opinião de Allegretti (2002), aquele Encontro,

[...] foi a primeira vez na história do Brasil em que os seringueiros saíram das matas para **reivindicar seus direitos** e para exigir uma nova política de desenvolvimento que reconhecesse os seringueiros e outros trabalhadores extrativistas como legítimos ocupantes e **defensores da floresta** (p. 486) [grifo meu]

Mais do que uma luta pela preservação ambiental da floresta amazônica, o ENS tinha como objetivo discutir problemas que afetavam o desenvolvimento econômico, social e cultural dos seringueiros. Questões relacionadas à educação, à saúde, ao desenvolvimento da economia da borracha e o reconhecimento dos direitos históricos dos soldados da borracha³⁴ também estavam na pauta do ENS. Todavia, “[...] o tema que maiores críticas recebeu e maior influência teve, sobre o futuro, foi *Os Seringueiros e a Reforma Agrária*” (ALLEGRETTI, 2002, p.441).

É importante destacar ainda que foi durante a realização do ENS que se deu a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), uma nova instância de organização política dos seringueiros. Esta entidade foi fundada com apoio de diferentes instituições da sociedade civil. Conforme apontam Paula e Silva (2008), desde o seu surgimento, o Conselho procurou,

[...] construir vínculos identitários entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da sociedade civil em nível nacional e internacional (pp. 108-109).

³⁴ Soldados da borracha é um termo utilizado para designar um grupo de brasileiros que, na década de 1940 foi recrutado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta) para trabalhar na extração de látex nos seringais localizados na região Norte. Estima-se que este órgão tenha enviado cerca de 60 mil trabalhadores para a Amazônia Legal. O objetivo desse recrutamento era aumentar a exportação de látex para os países aliados que, durante a Segunda Guerra Mundial, lutavam contra o nazismo e o fascismo. Diferente dos expedicionários brasileiros enviados à Europa, os soldados da borracha só foram reconhecidos como heróis de guerra no final da década de 1980.

O significado político da institucionalização do CNS está associado a eventos que o antecederam, entre os quais, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado pela Contag e também as reuniões preparatórias para a realização do próprio ENS. Essas reuniões foram realizadas nas sedes dos sindicatos rurais localizados em alguns estados da região Norte. Segundo Allegretti (2002),

Em todas as reuniões preparatórias **a questão central eram os conflitos em torno da terra**; no caso do Amazonas, em função da **falta de titulação** e de regularização das posses daqueles que moravam há gerações seguidas nos rios, inseguros diante da aquisição de seringais por grandes empresas; nos casos de Rondônia e Acre, em decorrência do avanço dos desmatamentos; no Acre, principalmente promovidos pelos grandes fazendeiros e, em Rondônia, pelos projetos de colonização (p.412) [grifos meus].

Ainda de acordo com esta autora, foi a partir das discussões realizadas nos sindicatos rurais que surgiu a ideia de criação das Reservas Extrativistas (Resex). Na concepção dos seringueiros, à semelhança das reservas indígenas, as Resex seriam uma forma de conservar os recursos naturais existentes na Floresta Amazônica.

No contexto político de meados dos anos oitenta, essa perspectiva conservacionista ganhou força por dois motivos. Primeiro, ela ia ao encontro das reivindicações apresentadas por Chico Mendes durante o 4º Congresso da Contag, no qual foram discutidas as diretrizes do I PNRA. Em segundo lugar, a proposta de criação de Resex passaria a contar, a partir de 1985, com amplo apoio de entidades de defesa dos direitos humanos e agências internacionais de conservação ambiental (WALDMAN, 1998; ALLEGRETTI, 2002, PORTO-GONÇALVES, 2005; LÖWY, 2005; PAULA e SILVA, 2008).

A proposta de criação de Resex questionava o modelo produtivista de reforma agrária que vinha sendo implantado na região Norte desde a década de 1970. Ao contrário dos projetos de colonização, nos quais a terra era dividida em lotes, nas Resex, a área de assentamento ou regularização fundiária deveria respeitar as formas tradicionais de uso e exploração da floresta. Essa proposta fundamentava-se no modo de vida desenvolvido pelos seringueiros que, deste o fim do século XIX, utilizam os recursos da floresta sem destruí-la. Em meados dos anos oitenta, os seringueiros liderados por Chico Mendes acreditavam que com a criação das Resex,

[...] a natureza deixaria de estar subordinada aos interesses imediatos dos capitais privados e passaria a ser incorporada como um bem público, cuja utilização deveria levar em conta tanto as **demandas**

sociais das populações da região, quanto às preocupações mais abrangentes acerca da importância da conservação daquela paisagem para o planeta (PAULA e SILVA, 2008, p. 88) [grifo meu].

A afirmação feita por estes autores foi corroborada por Dercy Teles que, no ano de 2012, presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STRX). Segundo esta sindicalista, na década de 1980, o objetivo de Chico Mendes não era defender o meio ambiente por defender, mas sim,

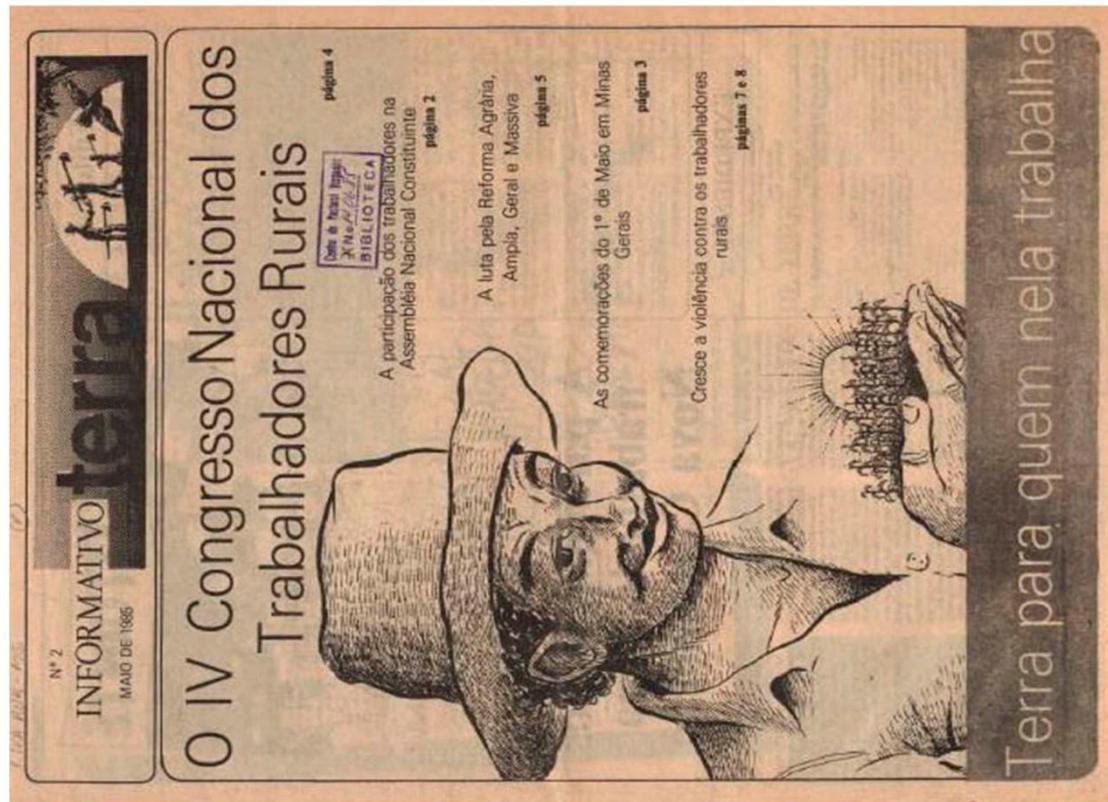
[...] defender as populações que dependiam desse ambiente para viver. Então, **a defesa ambiental, ela estava num segundo plano** [...] A luta principal de Chico Mendes era defender a continuidade e a sobrevivência dessas populações tradicionais³⁵ [grifo meu].

Nessa perspectiva, a proposta original de criação de Resex esbarrava não apenas nos interesses econômicos de madeireiros, pecuaristas e demais latifundiários instalados na região Norte, mas também nos projetos de desenvolvimento econômico elaborados pelos técnicos dos governos federal e estadual. Dada à sua radicalidade, a ideia de criação de Resex foi questionada por algumas entidades de representação dos próprios trabalhadores rurais. Instituições como a Contag e a CPT acreditavam que, naquela época, a luta em favor da reforma agrária deveria seguir as normativas contidas no Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504/64). Contrariando a posição dessas duas instituições, os seringueiros queriam ver contempladas no PNRA da “Nova República”, não apenas as questões econômicas, mas também as suas demandas sociais, culturais e ambientais.

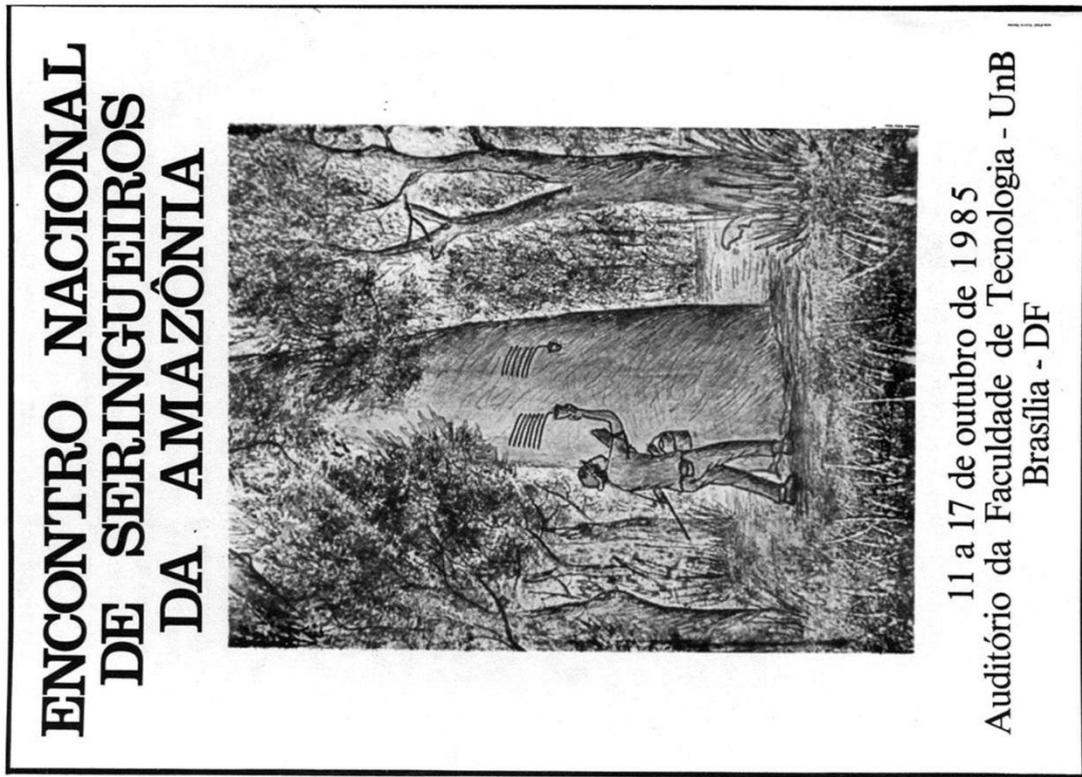
A Figura 3 apresenta duas imagens obtidas pelo autor durante pesquisa documental realizada, em maio de 2012, no acervo da CPT no município de Rio Branco/AC. A reprodução dessas imagens reflete o espírito da luta pela reforma agrária em meados dos anos de 1980.

³⁵ Entrevista concedida por Dercy Teles de Carvalho Cunha ao autor, em 23 de maio de 2012, na sede do STRX. Aproveito para agradecer ao professor doutor Elder Andrade de Paula da Universidade Federal do Acre (UFAC) por ter viabilizado a realização dessa entrevista.

Figura 3 - Reprodução de material iconográfico sobre a questão agrária brasileira na década de 1980



Reprodução da capa do Informativo Terra, nº 2, ano 1985 - acervo CPT/AC



Reprodução do material de divulgação do ENS - acervo CPT/AC

No documento elaborado ao final do ENS foram estabelecidos sete pontos relativos à política de reforma agrária, a saber:

1) Desapropriação dos seringais nativos; 2) Que as colocações ocupadas pelos seringueiros fossem demarcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa; 3) **Não divisão das terras em lotes**; 4) Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros; 5) Que não houvesse indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros; 6) Que fossem respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garantisse um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo a realidade extrativista da região e, 7) Que os seringueiros tivessem assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para **defender uma legislação florestal e fundiária** de acordo com suas necessidades específicas (ALLEGRETTI, 2002, p.444) [grifo meu].

Como estas propostas não foram contempladas no I PNRA, a apropriação privada da terra e a exploração intensiva dos recursos naturais, sobretudo da madeira, acentuaram-se nos estados da região Norte, inclusive dentro dos Projetos de Assentamentos (PAs) rurais implantados pelo governo federal. Diante disso, os seringueiros e os sindicalistas foram obrigados a intensificar suas lutas no plano regional. Contando com o apoio de organizações ambientalistas e com a cobertura de meios de comunicação com inserção internacional, a estratégia de realizar empates³⁶ nas áreas de desmatamento passou a ser feita com mais frequência e entusiasmo.

À medida que os seringueiros ganhavam força política e reconhecimento internacional, também cresciam as tensões, as ameaças e a violência contra os trabalhadores e seus representantes. O desfecho desse processo é conhecido, pois com o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, houve desdobramentos – positivos e negativos – para o conjunto dos seringueiros, especialmente para aqueles radicados no estado do Acre. De acordo com Dercy Teles,

[...] Depois da morte de Chico Mendes houve uma apropriação dessa história e uma desvirtuação daquilo que se projetava enquanto

³⁶ Os empates podem ser considerados uma tática original de ação direta em que os seringueiros dirigiam-se para as regiões onde a floresta estava sendo derrubada a mando dos grandes fazendeiros e, nestas áreas persuadiam, de forma pacífica, os peões a abandonarem as atividades de desmatamento e destruição da floresta.

movimento sindical organizado nos anos oitenta (Entrevista concedida ao autor em maio de 2012).

No final da primeira década dos anos 2000, a situação das Resex implantadas no território acriano era crítica, pois, muitas famílias estavam deixando os seringais. Segundo elas, sem subsídios públicos não era possível sobreviver do extrativismo da borracha e da castanha. Tal situação favorecia a prática do desmatamento ilegal e a consequente ampliação das atividades madeireira e pecuária dentro das Resex.

Os incentivos de preço da castanha-do-brasil e da borracha extraída não estão sendo suficientes para que os moradores das reservas extrativistas do Acre tenham a sua sobrevivência garantida. Para suprir essas necessidades, os moradores extrativistas se sentem compelidos a criar gado como os proprietários de fora da reserva, ameaçando o plano de manejo destas áreas (SHIKI, 2010, p. 298).

No conjunto das interpretações sobre o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes, bem como, sobre o papel das Resex não há muitos consensos. O certo é que o assassinato de Chico Mendes inseriu, definitivamente, o Brasil no debate internacional sobre as questões ambientais. Considerando o objetivo definido para esse capítulo, é importante destacar que a proposta original de criação de Resex, ainda que tenha sido transfigurada pela burocracia estatal e parte do movimento sindical que ajudou a construí-la, deve ser vista como um marco na construção da interface entre as questões agrária e ambiental brasileira na década de 1980.

É necessário salientar ainda que, mesmo com todas as suas contradições, as Resex passaram a ser utilizadas como um modelo para criação de novas categorias de assentamentos rurais de reforma agrária, dentre as quais se inclui os Projetos Agroextrativistas (PAE), os Projetos de Assentamentos Florestais (PAF) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

2.2 – As questões agrária e ambiental brasileira a partir dos anos de 1990

Não obstante a pressão política exercida pelos movimentos sociais durante a década de 1980, nos anos noventa, a reestruturação produtiva do capital, somada à implantação de políticas de viés neoliberal obrigou as organizações mais combativas a recuar. Como se sabe, a situação dos movimentos sociais em geral e, particularmente, dos movimentos sociais do campo não melhorou após a renúncia do presidente Fernando Collor de Melo. Ao contrário, ao longo da década de 1990, ela agravou-se pois, as diretrizes políticas adotadas por Itamar Franco e seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC), seguiram o receituário estabelecido pelo Consenso de Washington³⁷.

Portanto, os ajustes econômicos realizados pelo governo brasileiro, nos anos noventa, refletiram negativamente sobre as questões sociais, sobretudo, naquilo que dizia respeito à democratização do acesso a terra.

Na política agrária, o reflexo da ideologia neoliberal trouxe a chamada reforma agrária de mercado, que começou com experiências-piloto do Banco Mundial no Ceará e logo virou o Programa Cédula da Terra e Banco da Terra, no INCRA. Começou-se a argumentar que a política de desapropriação de terras privadas era muito cara e que a reforma agrária havia perdido sua função econômica de produzir alimentos e que só se justificava pela sua **função social compensatória** (SHIKI, 2010, p. 292) [grifo meu].

Assim, até a primeira metade dos anos de 1990, não houve investimentos significativos do governo federal na política de reforma agrária; também não foi dada a devida atenção ao processo de estruturação produtiva dos assentamentos rurais existentes àquela época. Esse constrangimento obrigou os movimentos sociais do campo a intensificar as ocupações de latifúndios improdutivos e áreas de terras devolutas em várias regiões do país. O panorama paulista retrata a situação vivida pelo MST naquele período.

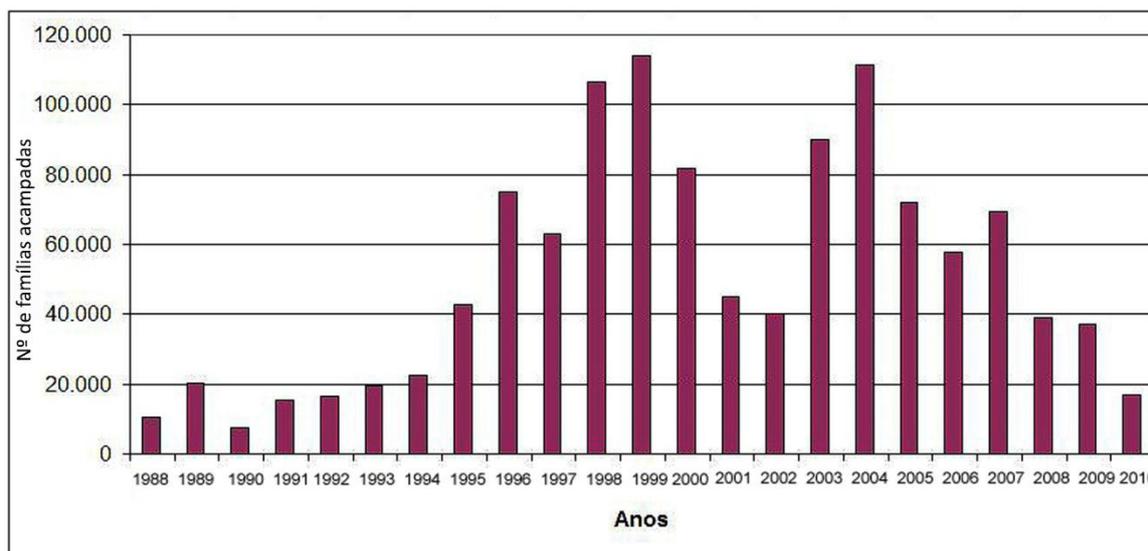
No período de 1995 a 2002, ocorreram 130 ocupações em São Paulo organizadas pelo MST que resultaram em acampamentos rurais. Em 1997, o MST organizou a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, com apoio de vários segmentos sociais. O MST

³⁷ A expressão Consenso de Washington refere-se a um ajuste de ordem macroeconômico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (Bird) aos países em desenvolvimento que, no final da década de oitenta, encontravam-se em dificuldades financeiras. Entre as imposições feitas pelo FMI e pelo Bird destacam-se: a privatização de empresas estatais, a desregulamentação da legislação trabalhista, o direito à propriedade intelectual, a reforma tributária e a abertura comercial.

ganhou visibilidade na mídia e as ocupações se intensificaram (SÃO PAULO, 2013, p. 131).

O Gráfico 1 ilustra a dinâmica da luta pelo acesso à terra no Brasil entre o final da década de 1980 e a primeira década do século XXI.

Gráfico 1 - Dinâmica da luta pelo acesso à terra no Brasil (1988-2010)



Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de dados do DATALUTA (2011).

Naturalmente, a inércia do governo e a resposta dos movimentos sociais tornaram os conflitos pela posse da terra ainda mais violentos. Prova disso foi o massacre de Corumbiara que, em agosto de 1995, vitimou dez pessoas e o de Eldorado dos Carajás quando, em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais foram mortos pela polícia militar paraense. Tal como ocorrido com o assassinato de Chico Mendes, a repercussão internacional sobre ambos os massacres obrigou o governo federal a dialogar com os movimentos sociais do campo e também com entidades de direitos humanos e outras organizações da sociedade civil. Desse modo, a partir de meados da década de 1990,

[...] as desapropriações para fins de reforma agrária tornaram-se frequentes. O governo Cardoso nos seus oito anos praticamente dobrou a área de terras obtidas para a reforma agrária, de 2% para mais de 4% do território nacional, processo que praticamente se paralisou em 2002 e 2003 (DELGADO, 2005, p. 63).

Na década de noventa, a maior parte das terras arrecadadas para fins de reforma agrária concentrou-se na região Norte do país, ou seja, em um território, historicamente, marcado por conflitos fundiários de diferentes origens.

Em cinco anos, mais que dobrou a superfície territorial da reforma agrária na região e a capacidade de assentamento de famílias. O crescimento do número de assentamentos criados foi quase exponencial – de 295 projetos em 1992 para 1.168 em 1998 – um aumento de 395% (BRASIL, 2012, p.4)

Ao “privilegiar” essa região, o governo federal mantinha intocados os grandes latifúndios localizados na região Centro-Sul do Brasil, os quais voltariam a ser acionados para produzir *commodities* agrícolas destinadas a abastecer o mercado externo e, conseqüentemente, gerar saldos positivos na balança comercial brasileira (DELGADO, 2005).

Os impactos socioambientais advindos da implantação de novos assentamentos rurais na região Norte exigiu, da burocracia estatal brasileira, a incorporação de um discurso ambiental favorável à execução de tais projetos. Foi nessa perspectiva que o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário realizou o Seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Este evento ocorreu em novembro de 1998 e contou com a parceria de diversas instituições públicas, dentre as quais, o governo do estado do Ceará, o Banco Mundial e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (BRASIL, 2000a). Segundo os organizadores, o objetivo do Seminário era,

Analisar a discussão sobre **reforma agrária** no contexto do processo de **desenvolvimento sustentável** e oferecer sugestões concretas para melhorar a eficácia e aumentar a eficiência, a velocidade e a abrangência da reforma agrária (BRASIL, 2000a, p. 11) [grifo meu].

Ainda no ano de 1998, o mesmo Ministério organizou outros três eventos. O primeiro teve apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o título do encontro era Reforma Agrária e Democracia: perspectiva da sociedade civil. O segundo evento foi uma conferência realizada em Brasília, em julho de 1998, que tinha como objetivo debater o crescimento econômico e sua relação com a distribuição de riqueza e os níveis de pobreza. Por fim, em dezembro de 1998, ocorreu o seminário: Reforma Agrária e Agricultura Familiar: novos elementos de análise, este evento foi realizado como parte do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (BRASIL, 2000a).

Como se pode notar, durante o ano de 1998, não faltou oportunidade para discutir os problemas relacionados às questões agrária, social e ambiental brasileira. Entretanto, a ideia de uma reforma agrária compensatória não foi descartada pelo governo federal, pois em resposta às ocupações de terra organizadas pelo MST, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou, em maio de 2000, a Medida Provisória nº 2.027/38, a qual impedia que os técnicos do INCRA realizassem, no prazo de dois anos, vistorias em propriedades rurais ocupadas pelos trabalhadores sem terra. Como consta em três parágrafos do Segundo artigo da referida MP,

§ 6º O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel.

§ 7º Na hipótese de reincidência da invasão, computar-se-á em dobro o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos.

Com essa Medida, o governo federal visava atingir dois objetivos: Primeiro, enfraquecer a atuação dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, notadamente do MST e, segundo, reforçar a ideia de que, no Brasil, o único caminho para se ter acesso à terra seria através do mercado. Na opinião de Delgado (2005), esta iniciativa foi “[...] *altamente adversa ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela Via Campesina*” (p. 22).

Na década de noventa, outro artifício utilizado pelo governo federal para enfraquecer a luta em favor da reforma agrária foi rediscutir a função da produção agropecuária familiar. Com base em estudos que apontavam a eficiência produtiva deste segmento econômico, o governo instituiu, por meio do Decreto 1.946/96, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A partir de 1999, este Programa passou a ser estruturado com base em quatro categorias de agricultores familiares, a saber; A) Agricultores capitalizados; B) em processo de capitalização; C) em processo de descapitalização e, D) descapitalizados (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). De acordo com estes atores,

O tipo D é representado por 46% dos estabelecimentos familiares, 29% da área, 11% do VBP [Valor Bruto da Produção], 2% da Renda Total e 22% do financiamento destinado à agricultura familiar. Este tipo familiar representa, em sua grande maioria, **a pobreza do meio rural brasileiro**. Os agricultores familiares do tipo D dependem de rendas externas para garantir sua sobrevivência, viabilizada em sua maioria por aposentadorias, pensões, venda de mão-de-obra na agricultura ou mesmo de atividades não agrícolas (GUANZIROLI e CARDIM, 2000, p. 44) [grifo meu].

Não obstante a ressalva feita por Guanziroli e Cardim, o governo federal elegeu o setor agrícola familiar como o principal ator do “*desenvolvimento sustentável no espaço rural*” (MOREIRA, 2007, p.163). Conforme expressa o Primeiro artigo do Decreto que instituiu o Pronaf,

Art. 1º - Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a **finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural** constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996, p. 1) [grifo meu].

No fundo, o Pronaf faz parte de uma nova visão sobre o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais brasileiras. As bases políticas e ideológicas desse projeto começaram a ser construídas na década de 1990 e foram ampliadas nos anos 2000, ou seja, não se trata de um programa de governo, mas sim de uma diretriz política voltada à conciliação de interesses econômicos, sociais e ambientais nos espaços rurais (MOREIRA, 2007). Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), esta perspectiva foi operacionalizada a partir da criação do Programa Novo Mundo Rural. A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) adotou-se, primeiramente, a expressão Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e, mais tarde, o chamado Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (DRSS). A citação abaixo revela os valores contidos nesta visão de desenvolvimento rural,

Nos territórios rurais, assim como na sociedade como um todo, as condições de reprodução da vida social e econômica de seus habitantes têm uma **íntima relação com a natureza**. Desta maneira, é importante que, ao propor o estabelecimento de uma relação solidária e equitativa nas outras dimensões do desenvolvimento, também se pense na relação deste com a natureza (BRASIL, 2010, p. 20) [grifo meu].

A partir desta perspectiva, o governo Lula criou e/ou ampliou vários programas de desenvolvimento socioeconômico voltados às áreas rurais, dentre os quais se destacam o programa de eletrificação rural Luz para Todos, a criação dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (Cimas), o programa de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o Programa Territórios da Cidadania e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Criado em 2004, o PNPB tinha como objetivo implantar pólos regionais de produção de biodiesel incorporando, à cadeia produtiva dos agrocombustíveis, os agricultores familiares, especialmente aqueles da região do Semiárido brasileiro. Entretanto, em 2008, o PNPB enfrentava problemas, sendo que as principais dificuldades estavam relacionadas à baixa diversificação da produção de matéria-prima e a falta de clareza nos contratos firmados entre as usinas de beneficiamento e os agricultores familiares. Conforme relatório publicado pela Ong Repórter Brasil³⁸,

No Piauí, por exemplo, onde o programa de biodiesel gerou grandes esperanças (e enormes decepções), a expectativa é de que o diálogo com a Petrobras Biocombustível (PBio) permita que os agricultores familiares se reinsiram na cadeia produtiva do biodiesel. E desta vez de forma consistente (REPÓRTER BRASIL, 2010) [parênteses dos relatores].

Não obstante os sinais de inviabilidade econômica de programas socioambientais como o PNPB, desde os anos 2000, o governo federal vem ampliando os recursos do Pronaf. Em 2004/2005, por exemplo, os financiamentos deste Programa atingiram R\$ 6, 13 bilhões; na safra seguinte, R\$ 7, 61 bilhões; em 2007/2008 chegou a R\$ 9 bilhões. Para o plano safra 2015/2016, o MDA previa liberar R\$ 28,9 bilhões, sendo que deste montante, R\$ 1,2 bilhões seriam destinados aos agricultores familiares do estado de São Paulo.

Os financiamentos do Pronaf são realizados a partir de duas modalidades: recursos para investimentos e recursos para custeio da produção. Entre as diversas linhas de créditos disponíveis neste Programa destacam-se o Pronaf Mais alimentos, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf mulher, o Pronaf jovens e o Pronaf Eco. Os objetivos, os limites de financiamento e os prazos para pagamento destas linhas de créditos são apresentados no Quadro 5.

³⁸ Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf - Acessado em junho de 2015.

Quadro 5 - Principais características das diferentes linhas de crédito do Pronaf

Pronaf	Objetivos	Limite de financiamento	Prazo para pagamento
Mais alimentos	Promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural	R\$ 300 mil para atividade de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil para as demais e R\$ 15 mil para a aquisição isolada de animais para recria e engorda	Até 5 anos, incluído até 1 ano de carência para financiamento de caminhonetes de carga. Até 2 anos, incluído até 1 ano para aquisição isolada de animais para recria e engorda e, até 10 anos, incluído até 3 anos de carência para os demais itens financiáveis
Agroecologia	Investir em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento	R\$ 300 mil para atividade de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil para outras atividades	Até 10 anos, incluído até 3 anos de carência
Mulher	Atender as propostas de crédito das mulheres agricultoras	R\$ 300 mil para atividade de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil para outras atividades	Até 5 anos, incluído até 1 ano de carência para financiamento de caminhonete de carga. Até 10 anos, incluído até 3 anos de carência para os demais itens financiáveis
Jovem	Atender as propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras entre 16 e 29 anos, integrantes de unidades familiares da agricultura familiar	Até R\$ 15 mil observado que só podem ser concedido três financiamentos para cada cliente	Até 10 anos, incluído até 3 anos de carência que poderá ser até 5 anos quando a atividade assistida exigir esse prazo e o projeto técnico comprovar a sua necessidade
Eco	Implantar, utilizar e/ou recuperar estação de tratamento de água, compostagem e reciclagem, sistemas de armazenamento hídrico, tais como: cisternas, barragens, caixa d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição de água; mecanismos de correção da acidez e fertilidade do solo	R\$ 300 mil para atividade de suinocultura, avicultura e fruticultura; R\$ 150 mil para outras atividades	Variável, 5, 10 e 12 anos dependendo do tipo de projeto financiado

Além do sistema Pronaf, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) mantém um programa social denominado Bolsa Verde. Este Programa funciona como um mecanismo de subsídio à conservação ambiental, pois ele concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que habitam áreas rurais consideradas prioritárias para conservação ambiental. Entre os beneficiários do Bolsa Verde estão as populações tradicionais que vivem em Resex, nas Florestas Nacionais (Flonas) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) criadas pelo governo federal. Na opinião dos gestores do Programa Bolsa Verde, este tipo de iniciativa representa um passo importante na direção de compensar as comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais que prestam à sociedade. A meu ver, programas socioambientais como o Bolsa Verde corroboram a tese de que,

[...] no Brasil, as políticas e as visões dominantes sobre a agricultura familiar e as pequenas produções familiares no campo foram historicamente conformadas pela ideologia da subsistência [...] As políticas, portanto, não viabilizaram nunca condições de progresso econômico e ascensão social (MOREIRA, 2007, p. 164).

Portanto, do ponto de vista social, a existência de programas como o Bolsa Verde, apenas mantém na precariedade a massa de trabalhadores rurais que formam, segundo Delgado (2005), um “*setor de subsistência*” no campo. Na opinião deste autor,

O setor de subsistência que inclui a maior parte dos assentamentos da reforma agrária, só poderá progredir dentro de uma outra concepção de desenvolvimento [...] Esse projeto, porém, somente entrará na agenda política do estado quando forem desconstruídos as condições ideológicas, políticas e econômicas do ajuste constrangido (DELGADO, 2005, p. 72).

A esperança dos movimentos sociais do campo era a de que tal ajuste sofresse uma inflexão a partir da chegada de outro bloco político à Presidência da República, no caso, o Partido dos Trabalhadores (PT) pois, considerando o histórico de luta deste Partido junto às organizações da sociedade civil, era de se esperar do governo petista uma ampliação na política de reforma agrária e de desenvolvimento dos assentamentos rurais, concomitantemente, a uma defesa da legislação ambiental brasileira. Entretanto, o que ocorreu, entre os anos de 2003 e 2015, foi um desmonte da política agrária e ambiental, ou seja, o ajuste a que se refere Delgado tornou-se ainda mais constrito. Atesta isto a aprovação de diversas leis, entre as quais a Lei nº 11.105/05 que liberou a pesquisa e a comercialização de sementes geneticamente modificadas. Conforme argumenta Campagnon (2008),

Depois da chegada do presidente Lula ao Poder, a tendência principal parece ser relançar o desenvolvimento rural pela colonização agrícola (incluindo o uso dos OGMs) e não a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável (p. 94) [parêntese do autor].

Ainda no governo Lula, foi sancionada a Lei 11.284/2006 que regulamentou o uso e a gestão das florestas públicas. Entre os mecanismos estabelecidos na referida Lei consta a criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Embora tenha sido apresentada como uma solução para os problemas fundiários e ambientais existentes no Brasil, especialmente aqueles verificados na região Norte do país, na prática essa Lei privatiza as florestas brasileiras, pois permite que a indústria madeireira, nacional e estrangeira, se aproprie dos recursos florestais. Apontando o caráter mercantilista expresso com a regulamentação da Lei 11.284/2006, Paula e Paula (2006), chamam a atenção para dois aspectos importantes,

1) A perda de soberania do Estado brasileiro para tomar decisões relativas ao uso dos recursos naturais existentes em seu território e, 2) o protagonismo de agências e organizações não governamentais na esfera da sociedade civil, na construção de um consenso em torno da mercantilização da floresta, principalmente da “exploração sustentável da madeira” (p. 09) [aspas dos autores].

Já no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff foi sancionada a Lei 12.651/12 que alterou as regras do Código Florestal de 1965. A aprovação desta Lei gerou muita polêmica no campo econômico, científico e político nacional, pois, além de mudar as normas sobre as APPs e as Reservas Legais (RL), ela também introduziu mecanismos de compensação ambiental, criou um conceito, ambientalmente, perverso de área agrícola consolidada e, ao invés de reafirmar a obrigatoriedade de averbação das áreas de RL em cartório, a Lei passou a exigir apenas um Cadastro Ambiental Rural (CAR).

No processo de mudança do Código Florestal, a força política e econômica dos ruralistas foi tanta que eles conseguiram obter ainda a anistia das multas recebidas pelo desmatamento provocado em áreas que, de acordo com o Código Florestal de 1965, deveriam ter sido conservadas. O Quadro 6 apresenta uma descrição da função ecológica das

APPs e a dimensão das áreas de Reserva Legal no Código Florestal de 1965 em comparação com as normas aprovadas pela Lei 12.651/2012³⁹.

Quadro 6 - Função ecológica da APP e dimensão da RL nos Códigos Florestais de 1965 e 2012

Legislação	Função das APPs	Dimensão da RL
Código Florestal de 1965 Lei nº 4.771/65	Proteger a vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascentes, tendo como parâmetro o período de cheia. Várzeas, mangues, matas de encostas, topos dos morros e áreas com altitude superior a 1800 metros não podem ser exploradas para atividades econômicas.	Na Amazônia Legal 80% em área de floresta, 35% em área de cerrado, 20% nas demais regiões e biomas do país. Cálculo da reserva legal excetua APPs. Obrigatoriedade de averbação da RL em cartório.
Código Florestal de 2012 Lei nº 12.651/12	Proteger a vegetação nativa de margens de rios, lagos e nascentes, tendo como parâmetro o nível regular da água. Várzeas, mangues, matas de encostas, topos dos morros e áreas com altitude superior a 1800 metros podem ser utilizadas para determinadas atividades econômicas.	Na Amazônia Legal 80% em área de floresta, 35% em área de cerrado, 20% nas demais regiões e biomas do país. Cálculo da reserva inclui as APPs. Imóveis de até quatro módulos fiscais não precisam recompor a RL. Fim da exigência de averbação da RL em cartório. Permissão de exploração econômica da RL.

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de diversas fontes.

Seguindo as diretrizes de uma política neodesenvolvimentista, a presidenta Dilma sancionou ainda a Lei 13.123/15, também conhecida como Marco Legal da Biodiversidade. Esta Lei regulamentou o acesso ao patrimônio genético nacional e ao chamado conhecimento tradicional associado. Entre outros aspectos, a Lei permite que empresas farmacêuticas desenvolvam pesquisas com espécies de plantas e animais nativos do Brasil. Assim como a Lei nº 12.651/12, o Marco Legal da Biodiversidade também foi condescendente com os infratores, pois anistiou pessoas e empresas que haviam praticado

³⁹ As polêmicas em torno desta Lei vieram à tona novamente, em dezembro de 2014, quando os deputados paulistas aprovaram o Projeto de Lei 219/12 de autoria do deputado peessedebista Barros Munhoz. Este PL foi criticado pelos ambientalistas, pois ao estabelecer o Programa de Regularização Ambiental (PRA) ele permite, por exemplo, que a compensação ambiental de áreas desmatadas dentro do estado de São Paulo possa ser feita em outros estados da federação. De acordo com especialistas em ecologia e conservação ambiental, o referido Projeto foi elaborado sem consulta científica.

algum tipo de biopirataria⁴⁰. Considerando essas questões é legítimo afirmar que, no Brasil, a combinação de políticas agrícolas e ambientais, voltadas às populações pobres, não são estruturantes, mas apenas compensatórias, pois elas não atacam as raízes dos problemas sociais e ambientais existentes nas áreas rurais, mas apenas as suas consequências.

Os argumentos apresentados ao longo desta seção permitem afirmar ainda que, na década de 1990, as interfaces entre as questões agrária e ambiental brasileira tornaram-se mais visíveis. Todavia, diferente dos anos oitenta, nos anos de 1990, elas passaram a ser construídas muito mais pela tecnoburocracia governamental e não governamental do que pelos movimentos sociais e sindicais rurais. Esta demarcação é importante, pois as políticas impostas pelos governos (sem distinção partidária) excluíram as perspectivas socioambientais construídas pelos movimentos sociais e sindicais na década de 1980. Segundo Acselrad (2012),

O que sem dúvida ocorreu, desde meados dos anos 1990, foi um claro esforço de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos. Esse esforço foi, por certo, bastante bem sucedido junto ao “ecologismo desenraizado”, desprovido de vínculos com os movimentos sociais (p.45) [aspas do autor].

Em meados dos anos 2000, os movimentos sociais do campo, entre os quais o MST, a Via Campesina, o MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e alguns sindicatos de trabalhadores rurais tentaram recuperar o seu protagonismo no campo das lutas socioambientais, mas de acordo com Delgado (2005), desde aquela época, vem surgindo novos constrangimentos os quais decorrem de um “[...] *arranjo de economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais*” (p. 75).

Portanto, é diante de um panorama avesso à luta pela Reforma Agrária e à conservação dos recursos naturais que, no próximo capítulo, analisarei a inclusão das questões ambientais na política de assentamentos rurais desenvolvida pelo INCRA e pela Fundação Itesp, bem como, a guinada ambientalista empreendida pela militância do MST.

⁴⁰ Biopirataria é um conceito utilizado para designar a apropriação ilegal de recursos naturais existentes em um determinado país, bem como, o assenhoreamento de conhecimentos mantidos por populações tradicionais sobre esses mesmos recursos. Os biopiratas geralmente mantêm vínculos com empresas multinacionais, sobretudo, aquelas que atuam no ramo farmacêutico e nas indústrias de cosméticos.

Capítulo 3 – Gestão ambiental em assentamentos rurais

A partir dos anos de 1990, as diretrizes de desenvolvimento para as áreas rurais brasileiras passaram a incorporar alguns dispositivos legais contidos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). De acordo com Frey (2010), isso ocorreu porque no Brasil,

Existe uma tensão muito grande, em termos ambientais, entre práticas ambientalmente nocivas à agricultura, muitas vezes ligadas à agroindústria, às grandes monoculturas e grandes propriedades rurais, e práticas mais sustentáveis que se preocupam com a manutenção da qualidade dos solos e do meio natural em si, revelando a importância de uma agricultura consciente da sua dimensão ecológica para a construção de uma sociedade sustentável (p. 273).

Além desse aspecto é preciso considerar também que, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), houve um crescimento significativo no número de organizações de defesa do meio ambiente no Brasil. Entretanto, diferente dos anos de 1980, nos anos noventa, muitas Ongs optaram pela profissionalização dos seus quadros e, isto permitiu que ambientalistas passassem a atuar como técnicos dentro de órgãos públicos de controle e planejamento ambiental. A presença desses profissionais foi decisiva para a criação de novos mecanismos de controle e regulamentação da legislação ambiental referente às áreas urbanas e rurais. Um exemplo disso são as Resoluções nº 289/2001 e 387/2006, ambas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)⁴¹.

Na concepção do Conama, a reforma agrária é entendida enquanto um,

Conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender ao princípio de justiça social, ao aumento de produtividade e ao cumprimento da **função socioambiental da propriedade** (BRASIL, 2001) [grifos meus].

A expressão “*função socioambiental da propriedade*” é uma espécie de neologismo inventado pelos conselheiros do Conama, pois no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) e no

⁴¹ O Conama é um conselho de caráter consultivo e deliberativo formado por representantes dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), entidades da sociedade civil e do setor privado. É presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e faz parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O papel deste Conselho consiste em estabelecer resoluções, apresentar moções e proposições, fazer recomendações e decidir sobre questões envolvendo a gestão da política ambiental em nível nacional (BORSZTYN e BORSZTYN, 2012).

artigo 9 da Lei 8.629/93⁴², o conceito utilizado é o de “*função social da propriedade*”. No capítulo reservado aos princípios e definições, o Estatuto faz referência à necessidade de conservação ambiental das áreas rurais.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua **função social**, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; **c) assegura a conservação dos recursos naturais**; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (BRASIL, 1964, p.2) [grifos meus].

Portanto, no plano da questão agrária brasileira, a preocupação com a conservação dos recursos naturais não é, propriamente, uma novidade. Entretanto, a partir dos anos 2000, o Conama passou a fazer determinadas exigências para a regularização ambiental dos assentamentos rurais. Dentre as condições impostas pelo Conselho destacam-se duas licenças ambientais, a saber, a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação e Operação (LIO).

Conforme estabelece a Resolução 387/2006, a LP é uma licença concedida na fase preliminar de implantação dos projetos de assentamentos rurais. O objetivo desta Licença é verificar a viabilidade ambiental do projeto, sua localização e concepção. Estes aspectos são considerados requisitos básicos para a obtenção da LIO. Observadas as medidas de controle ambiental e os demais condicionantes exigidos pelo Conama, o INCRA obteria, então, a LIO e, a partir disto, poderia iniciar o processo de instalação das famílias dentro dos assentamentos rurais.

Tais critérios seriam adequados e as normas efetivamente cumpridas se o governo brasileiro, de fato, tivesse uma política de reforma agrária, mas, como a maior parte dos assentamentos rurais resulta da pressão política exercida pelos movimentos sociais – via ocupação de terras que não cumprem a sua função social – torna-se evidente que grande parte das regras estabelecidas pelo Conama não são cumpridas, pois, quando o INCRA oficializa um assentamento rural é comum as famílias já terem realizado um conjunto de investimentos que são incompatíveis com as normas estabelecidas tanto pelo Conama quanto pelos órgãos estaduais de controle ambiental. Além disso, as fiscalizações pós-licenciamento são precárias (Bursztyn e Bursztyn, 2012).

⁴² Esta Lei regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII da Constituição Federal de 1988.

Diante dessa realidade, entre os anos de 2001 e 2006, o Conama redefiniu alguns critérios relativos às licenças ambientais para os assentamentos rurais. Não obstante as adequações realizadas pelo Conselho, em 2012, o licenciamento ambiental ainda era citado como um dos principais problemas para os técnicos do INCRA. A este respeito, a Tabela 2 apresenta alguns dados referentes à solicitação de licença ambientais (LP e LIO) feitas, entre os anos de 2003 e 2009, pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre (SR 14) ao órgão licenciador naquele estado.

Tabela 2 – Licenças ambientais requeridas pelo INCRA/AC (2003 - 2009)

Período	Licenças solicitadas		Licenças concedidas	
	LP	LIO	LP	LIO
2003-2006	2	10	0	0
2007	20	1	6	1
2008	13	23	4	2
2009	18	6	0	0
TOTAL	53	40	10	3

Fonte: Gonçalves (2015). Pesquisa de campo - maio de 2012.

Conforme mostram os números da Tabela 2, em sete anos, o INCRA/AC solicitou 53 licenças ambientais do tipo LP, obtendo somente 10 concessões para esta modalidade de licenciamento, isto equivale a menos de 20% do total solicitado no período. No que se refere às LIOS, o quadro era ainda mais desanimador para os técnicos da autarquia no estado do Acre, pois de 40 pedidos feitos no mesmo período, apenas 3 foram atendidos, o que correspondia a 7,5% do total solicitado.

Segundo depoimento do coordenador de assentamentos rurais do INCRA/AC, as dificuldades para obtenção das licenças ambientais estavam relacionadas à imprecisão na demarcação das áreas dos assentamentos rurais existentes naquele estado.

Em grande parte dos nossos projetos existe este problema pois, às vezes, a área foi arrecadada sem precisão dos trabalhos de georreferenciamento, de demarcação topográfica; hoje o memorial descritivo não condiz com a realidade, então, o órgão ambiental fica louco. Quando chega lá para plotar um memorial, meu Deus do céu, onde é que é esta área? Às vezes, o pessoal não consegue localizar um lote dentro de um projeto. O técnico vai numa área achando que é o seu João, mas é o seu José, então, isso está dificultando nosso licenciamento

ambiental. (Coordenador de assentamentos rurais do INCRA/AC – entrevista concedida ao autor em maio de 2012).

Na verdade, a exigência de licenças ambientais está relacionada ao aumento do desmatamento verificado nos Projetos de Assentamentos (PAs) implantados na região Norte do Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990. De acordo com a Tabela 3, mais da metade do desmatamento estava concentrado nos assentamentos implantados na década de 1990 (BRASIL, 2012).

Tabela 3 – Desmatamento em assentamentos rurais na Amazônia Legal (1970-2000)

Período	Área de reforma agrária (%)	Desmatamento acumulado (%)
1970	10	6
1980	15	12
1990	31	57
2000	44	25
Total	100	100

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de Brasil, 2012.

Essa situação obrigou o INCRA a assinar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)⁴³ perante os Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual. Como evidencia um boletim publicado pelo MDA,

[...] o INCRA firmou Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal (MPF) visando reduzir o desmatamento em assentamentos da Amazônia Legal. O compromisso abrange as superintendências regionais do INCRA no Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão (BRASIL, 2014b, p.6).

Com a assinatura desses Termos, o INCRA comprometeu-se a regularizar a situação ambiental dos antigos assentamentos rurais; além disso, o Instituto passou a estabelecer regras diferenciadas para a criação de novos assentamentos na região Norte. Portanto, foi esse processo que induziu o INCRA a adotar um discurso favorável ao *Desenvolvimento Sustentável*.

⁴³ O Termo de Ajuste de Conduta (TAC), surgiu no contexto de debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069/90) e na formulação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) (Lei n. 8.078/90). Por meio dos TACs, um órgão público legitimado à ação civil pública toma do causador do dano a interesses difusos, interesses coletivos ou interesses individuais homogêneos o compromisso de adequar sua conduta às exigências da lei, mediante cominações que têm o caráter de título executivo (BRASIL, 1985).

A partir de 1999, a inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária indica uma mudança significativa na forma de atuação do INCRA. Os elementos orientadores da política são o respeito às diversidades ambientais, além da promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2012, p. 5).

Procurando fortalecer a dimensão ambiental dentro do INCRA, no final dos anos 1990, a direção da autarquia editou uma série de portarias e normas, dentre as quais, a Portaria MEPF nº 88/99, que direcionou as obtenções de terras incidentes nos ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal e demais áreas ambientalmente protegidas para áreas já antropizadas; a Norma de Execução nº 39/2004, que estabeleceu critérios e procedimentos ao serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária; as Normas de Execução nº 43 e nº 44/2005, que estabeleceram critérios, procedimentos e valores referentes à implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em áreas de assentamento da reforma agrária (BRASIL, 2006).

Além dessas normativas, os técnicos do INCRA também agiram no sentido de criar modalidades diferenciadas de assentamentos rurais, dentre as quais se incluem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e os Projetos de Assentamento Florestal (PAF). Em relação aos PDSs, cabe destacar alguns aspectos relacionados à metodologia que deveria ser utilizada quando da implantação desta modalidade de assentamento rural. De acordo com manual publicado pelo INCRA, após a obtenção da área e seleção das famílias, os técnicos e representantes das entidades envolvidas deveriam elaborar um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Segundo consta no referido manual,

A elaboração do PDA será feita com a participação das famílias assentadas, assessoradas por técnicos do INCRA. Neste Plano, deverá ser considerada **maior ênfase às questões ambientais** devendo necessariamente para isso, contar com a participação dos órgãos e entidades ambientais em todas as suas fases. Na construção do PDA deverá estar contido um Plano de Utilização (PU), nos moldes dos aprovados para os Projetos Agroextrativistas (BRASIL, 2000, p. 29) [grifo meu].

Além do aspecto produtivo, os PDSs também deveriam contemplar mecanismos que contribuíssem para o fortalecimento da organização política e social dos assentados. Neste sentido, o associativismo é considerado um elemento imprescindível para o avanço e consolidação do projeto. De acordo com orientações técnicas elaboradas pelo INCRA, dentro dos PDSs, o papel das associações seria: 1) Administrar condominialmente a área do

projeto; 2) fazer cumprir o PU aprovado pelos beneficiários do projeto; 3) fiscalizar o cumprimento das diretrizes sociais, econômicas e ambientais definidas no PDA e, 4) reivindicar e/ou fazer reclamações junto aos órgãos oficiais (BRASIL, 2000, p.39).

Em suma, a implantação de assentamentos rurais do tipo PDSs deveria seguir duas diretrizes básicas, a saber, a da produção agropecuária ou extrativista sustentável e a do associativismo. Na concepção dos técnicos do INCRA, a partir das associações, as famílias teriam mais facilidade para obter, por exemplo, a concessão de créditos, assistência técnica, melhoria no sistema de educação e saúde, infraestrutura para o processamento, comercialização e gerenciamento da produção (BRASIL, 2000).

O Quadro 7 apresenta as especificidades de três modalidades de assentamentos rurais utilizadas pelo INCRA (PA, PAE e PDS). No referido quadro, as duas colunas da direita merecem atenção, pois nelas é possível observar que, nos PAEs e nos PDSs, a norma para estabelecer a topografia destes assentamentos foi alterada, ou seja, nestas duas modalidades de assentamento rural, a ideia de parcelamento da terra não é contemplada; os critérios para a consolidação dos referidos assentamentos também mudaram e, neste caso, a titulação utilizada nos PAs foi substituída por um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

Quadro 7 - Três modalidades de assentamentos rurais utilizadas pelo Incra

Modalidade Assentamento	Iniciativa de criação	Critério de seleção	Desenvolvimento do Projeto	Documentos gerados	Topografia do projeto	Consolidação
PA	INCRA	SIPRA	INCRA	Laudo de vistoria		
	Movimentos sociais Governos			PDA	Parcelamento	Titulação
PAE	Entidade organizada das populações tradicionais	SIPRA Ser população tradicional	INCRA Entidade organizada das populações trad.	Laudo de vistoria PDA PU	Perimetral	Concessão de Direito Real de Uso
	INCRA	SIPRA	INCRA	Laudo de vistoria		Concessão de Direito Real de Uso
PDS	Movimentos sociais	Compromisso de trabalhar com técnicas ecologicamente corretas	Órgão ambiental	PDA	Perimetral	Termo de cooperação técnica
	Órgão ambiental		ONG ambiental	PU		

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de (BRASIL, 2000).

A partir das informações contidas no Quadro 7 é possível dizer que, com a criação da modalidade de assentamento rural PDS, o INCRA ampliou o número de agentes envolvidos com a política de assentamentos rurais. Esta atitude indica que, a partir dos anos 2000, a autarquia federal procurou construir uma nova institucionalidade. Esta questão foi discutida por Delgado (2007). Na opinião deste autor, a

Redistribuição de terras deve continuar a se executar no contexto da institucionalidade atual do INCRA, para dar conta dos fluxos correntes de assentamentos. Mas o desenvolvimento dos assentamentos precisa passar por reestruturação profunda, para dar conta do projeto alternativo, relativo ao estoque total dos assentamentos (DELGADO, 2007, p. 62).

Entretanto, o arranjo institucional estabelecido a partir da simples criação de novas modalidades de assentamentos rurais não deveria transferir, para os órgãos e Ongs ambientais, a responsabilidade técnica e/ou administrativa sobre os assentamentos rurais. Todavia, este parece ser o objetivo do INCRA, pois conforme consta na metodologia de implantação dos PDSs.

Após a implantação do projeto, o INCRA passará a coordenação da gestão do PDS, preferencialmente, para o órgão ambiental competente que responsabilizar-se-á pela criação de um conselho gestor composto por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, representantes dos trabalhadores rurais, Ongs e do INCRA [...] Este conselho será responsável por todas as ações que culminarão com a consolidação do projeto, desde a solicitação de créditos até as articulações necessárias ao sucesso do mesmo (BRASIL, 2000, p. 29).

A presença de Ongs ambientais nos processos organizativos de assentamentos rurais é uma questão que precisa ser analisada com atenção, pois as parcerias estabelecidas entre essas organizações e o Estado não deixam de conter contradições. De acordo com AlphanDéry *et all* (1992),

[...] é tentador para as associações ecológicas apoiar-se na autoridade do Estado, sempre em posição de reivindicar uma gestão científica dos ecossistemas ou de se preocupar com a saúde e segurança das populações [...] Em certas situações a relação entre o Estado e as associações ecológicas torna difícil julgar a eficácia das políticas públicas de proteção do meio ambiente, estando seu objetivo, para além de um consenso débil, incerto ou claramente controverso (ALPHANDÉRY *et all*, 1992, p.59).

Visando adequar os assentamentos rurais do tipo PDS à legislação ambiental, o INCRA estabeleceu cinco objetivos, a saber: 1) Envolvimento do órgão ambiental; 2) criação de uma entidade de representação dos trabalhadores; 3) levantamento socioeconômico dos beneficiários do projeto; 4) aprovação do PDA e do PU e, 5) assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (Brasil, 2000, p.20).

A respeito do contrato de concessão de uso da terra, em 2000, o INCRA admitia apenas a concessão coletiva. Entretanto, em julho de 2010, a direção do Instituto publicou a Norma de Execução nº 93/2010⁴⁴, a qual passou a permitir que fossem elaborados contratos individuais. Não obstante este aspecto, a cláusula XIV da referida Norma reafirma que,

Não será concedido o título de domínio aos concessionários de Projetos de Desenvolvimento Sustentável, de Projeto de Assentamento Agroextrativista e de Projeto de Assentamento Florestal (BRASIL, 2010a, p. 2) [grifo meu].

A dimensão ambiental dentro do INCRA também materializa-se por meio da elaboração de materiais destinados a orientar as ações dos técnicos que atuam nas Superintendências Regionais (SR) da autarquia. Essa estratégia começou a ser desenvolvida, em meados dos anos 2000, quando o INCRA elaborou, a nível nacional, um Plano de Ação Ambiental (BRASIL, 2008). Neste documento, são apresentados quatro eixos relacionados às questões ambientais dentro dos assentamentos rurais, são eles,

- 1) O licenciamento ambiental
- 2) A recuperação ambiental de assentamentos rurais
- 3) O monitoramento ambiental
- 4) A promoção da gestão ambiental dos assentamentos

Além das diretrizes definidas no Plano de Ação Ambiental, a Coordenadoria Geral de Meio Ambiente do INCRA publicou um manual com instruções para elaboração de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais dentro dos assentamentos rurais. Uma das orientações contidas neste manual era para que os técnicos do Instituto, ao elaborarem projetos ambientais, buscassem o apoio dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) e dos Ministérios Públicos Estaduais. Segundo a Coordenadoria, tal iniciativa visava facilitar a obtenção e/ou a manutenção dos licenciamentos ambientais dos

⁴⁴ Ver cópia no anexo.

assentamentos rurais já existentes ou daqueles que viessem a ser criados pelo governo federal (BRASIL, 2006).

Os diversos documentos publicados pelo INCRA indicam que, uma das preocupações do Instituto é obter o licenciamento ambiental dos assentamentos rurais que estão sob sua responsabilidade legal. Neste sentido, o desenvolvimento econômico e social dos assentados parece ficar em segundo plano. Feitas essas considerações, passo a analisar a conjuntura sociopolítica sobre a qual, a modalidade de assentamento rural PDS passou a ser adotada no interior do estado de São Paulo.

3.1 – PDS: do paraíso das castanheiras ao inferno verde dos canaviais

A partir das diretrizes ambientais estabelecidas pelo INCRA a nível nacional, a Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo (INCRA/SP) realizou, em 2006, reuniões de trabalho para que os seus técnicos pudessem conhecer e discutir os aspectos contidos nessas diretrizes, sobretudo, os seus reflexos no âmbito dos assentamentos rurais paulistas. As reuniões realizadas em São Paulo indicaram que havia uma série de obstáculos à implantação de uma política de gestão ambiental dentro dos assentamentos rurais paulistas, dentre os quais:

- a) Não priorização da reforma agrária pelos OEMAs
- b) Carência de recursos humanos e financeiros
- c) Entraves existentes na própria Resolução Conama 387/06
- d) Dificuldades na regularização dos assentamentos antigos

No estado de São Paulo, o licenciamento ambiental também aparecia como um entrave ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos rurais pois, segundo assessores e técnicos do INCRA/SP, os órgãos de fiscalização e controle ambiental atuantes neste estado, dificultavam a concessão das licenças ambientais,

A concessão do licenciamento é, por vezes, propositalmente postergada, em geral por questões mais políticas do que administrativas, embora sempre sejam alegados pretextos burocráticos para justificar o atraso (BRASIL, 2013, p. 43).

Uma consulta realizada, em 2014, junto a Companhia Ambiental do estado de São Paulo (Cetesb), órgão responsável pela concessão das referidas licenças, confirmou tal situação, pois de um total de 50 pedidos de licença ambiental em que o INCRA/SP aparecia como interessado, 12 estavam pendentes, 13 haviam sido arquivados, um constava como tendo sido negado; o restante, ou seja, 24 pedidos apareciam como emitidos pela Cetesb⁴⁵. A respeito dos licenciamentos ambientais, o Relatório de Gestão das atividades desenvolvidas pelo INCRA/SP, durante o ano de 2013, aponta ainda a insuficiência de profissionais para atuar na área ambiental dentro do Instituto,

Diante do desafio de se obter Licenças Prévias, de Instalação e de Operação para todos os 127 projetos de assentamento e Projetos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo criados sob jurisdição federal, até o ano de 2013, entretanto, a estrutura e o quadro funcional dos quais dispomos atualmente revelam-se insuficientes [...] (BRASIL, 2014a, p. 58)

Situações como esta indicam que a incorporação das questões ambientais nas políticas de reforma agrária, ainda que sinalizem um avanço do ponto de vista jurídico-institucional (FERRANTE e AMARAL, 2012), devem ser analisadas com cuidado, pois o não cumprimento da legislação ambiental pode colocar os PDSs na ilegalidade o que, certamente, dificultará o processo de desenvolvimento socioeconômico dos assentados. Não obstante esta consideração, até o ano de 2015, o INCRA/SP aparecia como uma das Superintendências Regionais (SR) mais empenhadas na implantação de assentamentos rurais do tipo PDS.

⁴⁵ A referida consulta foi realizada no *site* da Cetesb entre os meses de março e junho de 2014, sendo que o objetivo era apenas saber quantos pedidos de licença haviam sido solicitados pelo INCRA/SP. Não é possível dizer, por exemplo, se os pedidos que constavam como arquivados tiveram suas licenças concedidas ou não. Para maiores detalhes consultar <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/licenciamento-ambiental/1-pagina-inicial> - Último acesso em junho de 2014.

Tabela 4 - PDSs nas grandes Regiões do Brasil (2011, 2014 e 2015)

Região	Ano		
	2011	2014	2015
Norte	87	84	96
Nordeste	3	11	13
Centro-Oeste	4	12	13
Sudeste	17	19	21
Total	111	126	143

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de dados disponível em (BRASIL, 2011; 2014; 2015)

Conforme indica a Tabela 4, até 2015, o território brasileiro abrigava 143 assentamentos rurais do tipo PDS. Das cinco regiões do Brasil, somente os estados da região Sul não possuíam assentamentos nesta modalidade. A região Norte era líder com mais de 67% dos projetos. Na região Sudeste, somente as Superintendências Regionais (SR) do INCRA em São Paulo e no Rio de Janeiro haviam implantado esta modalidade de assentamento rural, sendo 19 projetos em São Paulo e apenas dois no estado Fluminense.

Embora a área total dos 19 PDSs paulistas não alcance 18 mil hectares de terra, é importante analisar o que teria levado os dirigentes do INCRA/SP a criar tantos PDSs neste estado. Segundo relatório elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em São Paulo, o PDS surgiu,

[...] como recurso para assegurar a obtenção de terras para reforma agrária e assim atender a uma importante **demanda social** que já se configurava com a ocupação, por famílias sem terra, de áreas da antiga Ferrovia Paulista S.A (Fepasa) (BRASIL, 2013, p.12).

De fato, este apontamento é pertinente, devendo a ele ser acrescentado outros elementos. Primeiro, não se pode esquecer que, no início dos anos 2000, além das alianças construídas pelo MST paulista com movimentos sociais e instituições públicas atuantes na Macrorregião de Ribeirão Preto, também havia uma aproximação política mais estreita entre a direção regional do MST e os dirigentes do INCRA/SP. Conforme aponta Aly Junior (2011),

A partir da demanda do MST e buscando nas ações em curso executadas pelo INCRA, encontrou-se nas normativas dos PDSs, a possibilidade de construção de um novo modelo de assentamento que

privilegiou a organização e a experimentação de uma produção grupal e, mais ainda, que trazia na sua formação um forte debate sobre a matriz produtiva buscando afirmar um processo de transição produtivo rumo à sustentabilidade ambiental [...] **Em São Paulo, a bandeira [do PDS] é do compromisso com a restauração ambiental das reservas legais (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP) e adotar sistemas produtivos não impactantes ao meio ambiente** (ALY JUNIOR, 2011, p.295) [grifo meu].

Estas diretrizes convergiam com os objetivos definidos pelo MST paulista em torno das chamadas Comunas da Terra, isto é, uma modalidade específica de assentamentos rural que, na visão do Movimento, atenderia as demandas sociais da população que vivia nas periferias das grandes e médias cidades paulistas.

Outro elemento que está relacionado à implantação de PDSs na Macrorregião de Ribeirão Preto, refere-se aos contratos estabelecidos entre assentados e usineiros para o cultivo de cana-de-açúcar dentro de PAs localizados na Região Central do estado. A meu ver, as polêmicas sobre a introdução do cultivo de cana naqueles assentamentos contribuíram para a adoção dos PDSs, pois a forma como esta modalidade de assentamento rural foi introduzida tornou impossível, por exemplo, o parcelamento dos lotes para cultivo de cana. Como será evidenciado mais adiante, em certos PDSs, os lotes não chegam a ter três hectares de terra disponível para produção agropecuária.

Enfim, estes são alguns dos elementos que contribuíram para que o PDS fosse inserido como uma nova forma de organizar assentamentos rurais no estado de São Paulo, em especial no território dominado pelo agronegócio da cana e da laranja. Como buscarei demonstrar no quinto capítulo desta tese, esta perspectiva é legítima, todavia, ela ainda não cumpriu grande parte de suas promessas. O Quadro 8 apresenta informações mais detalhadas acerca dos 19 PDSs existentes no estado de São Paulo.

Quadro 8 – Relação de PDSs implantados no estado de São Paulo entre 2004 e 2014

Nº	PDS	Município	Área (ha)	Nº famílias capacidade/assentadas	Data da criação
1	Sepé Tiaraju	Serra Azul	797,7495	80 / 79	20/09/2004
2	Alves, T. e Pereira	Eldorado	3.072,6781	72 / 65	02/08/2005
3	Manuel Neto	Taubaté	378,9082	47 / 43	29/11/2005
4	Olga Benário	Tremembé	692,1220	64 / 53	19/12/2005
5	Santa Helena	São Carlos	102,4406	14 / 14	27/12/2005
6	21 de Dezembro	Descalvado	263,0642	19 / 19	16/10/2006
7	Milton Santos	Americana	103,4505	100 / 68	11/07/2006
8	São Luiz	Cajamar	123,0682	31 / 30	27/07/2006
9	Luiz David Macedo	Apiáí	7.767,2200	87 / 68	27/07/2006
10	Ribeirão do Pio	Miracatu	406,1000	15 / 13	24/11/2006
11	Boa Esperança	J. Ramalho	54,6900	29 / 29	15/12/2006
12	Bom Jesus	Iepe	68,3000	37 / 36	15/12/2006
13	Fazenda da Barra	Rib. Preto	1.548,4838	468 / 462	20/06/2007
14	Hugo Mazzilli	Caconde	135,5369	22 / 20	18/09/2008
15	Elisabete Teixeira	Limeira	602,8676	150 / 104	19/09/2008
16	Horto Aurora	Descalvado	533,3591	82 / 81	10/11/2008
17	Agroecológico	Itanhaem	153,2656	15 / 5	04/12/2007
18	Fazenda Vargem do Rio Jundiáí	Mogi das Cruzes	133,3491	46/38	08/02/2012
19	Santo Ângelo	Mogi das Cruzes	532,2719	344/284	24/12/2014
Total		-----	17.468,93	1.722 / 1.511	-----

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de dados disponíveis em (BRASIL, 2015).

As informações contidas no Quadro 8 permitem fazer algumas considerações a respeito da implantação de PDSs no estado de São Paulo. A primeira delas diz respeito à data de criação destes projetos, pois dos 19 PDSs implantados no território paulista, 11 foram oficializados entre agosto de 2005 e dezembro de 2006, ou seja, em menos de dois anos foram criados praticamente 60% dos PDSs paulistas. Este dado mostra que, naquele período, os técnicos e dirigentes do INCRA/SP trabalharam intensivamente, mas a partir de 2007, houve um arrefecimento na política de criação de PDSs no estado de São Paulo.

O Quadro 8 indica ainda que, até o ano de 2014, havia um *déficit* de 211 famílias assentadas nos 19 PDSs paulista, pois a capacidade de absorção de famílias era de 1.722, mas apenas 1.511 estavam, efetivamente, assentadas. Outro dado interessante diz respeito ao processo de minifundiarização da reforma agrária no estado em São Paulo. A este respeito cito, como exemplo, o caso do PDS Boa Esperança, localizado no município de João Ramalho, região Oeste do estado de São Paulo. Segundo consta, a área total deste

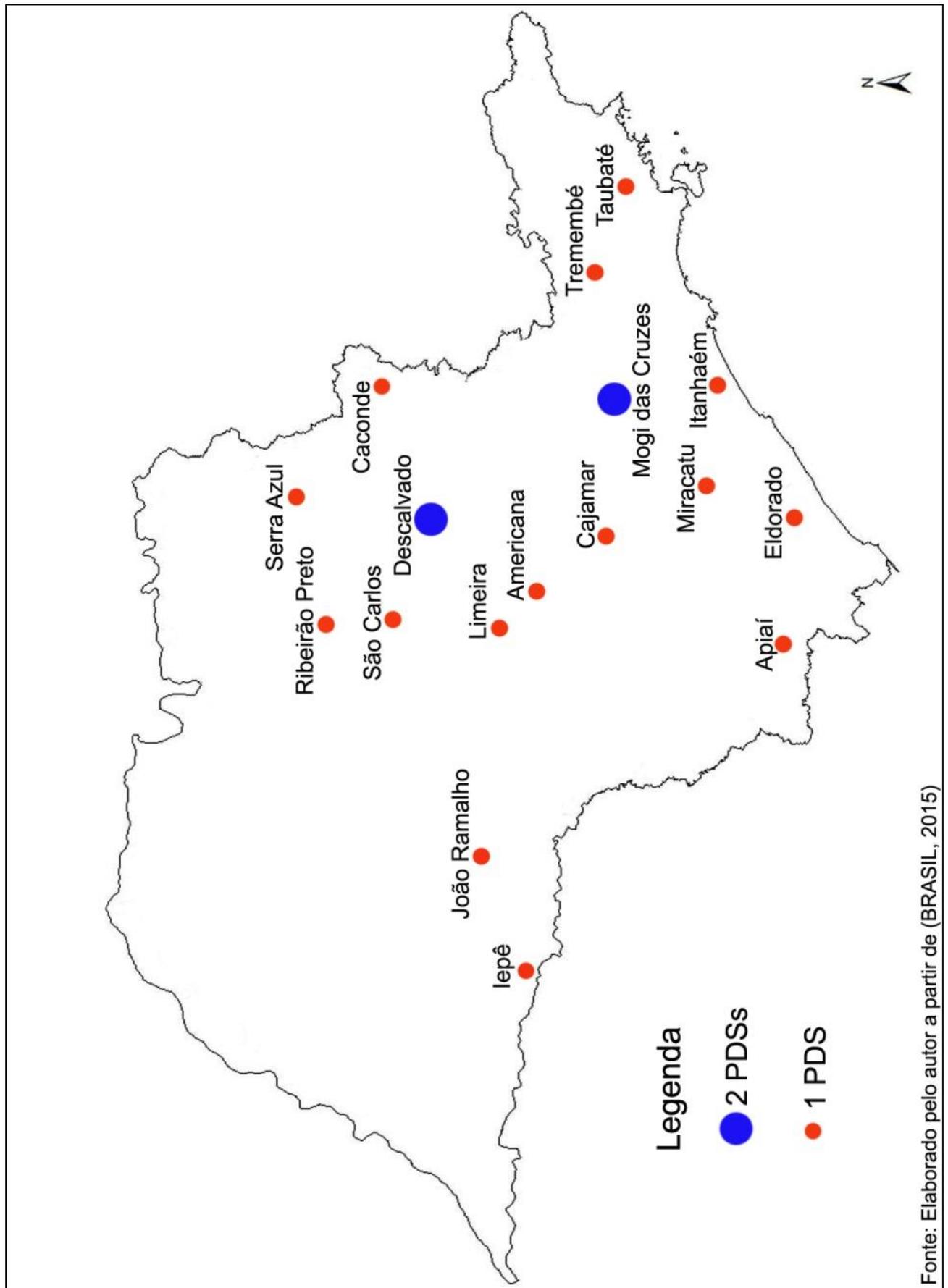
Assentamento é de 54,69 hectares. Admitindo-se que 20%, ou seja, 10,94 hectares deverão ser declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) como área de Reserva Legal, sobrarão 43,75 hectares que, divididos pelas 29 famílias que o INCRA/SP informa estarem assentadas nesse PDS, resultará num lote de apenas 1,5 hectares para cada família.

Ainda que a produtividade da terra não decorra apenas do tamanho das áreas disponíveis para cultivo agrícola, torna-se difícil imaginar como um lote com esta dimensão possa ser autossuficiente, ou seja, sustentável do ponto de vista econômico. O tamanho dos lotes nos PDSs é uma questão crucial, pois conforme aponta o relatório do IPEA já citado,

[...] o reduzido tamanho dos lotes restringe as possibilidades de estruturação produtiva dos projetos e se soma a outros problemas como as demandas da cadeia produtiva de cada localidade e a própria “cultura do trabalho”, na deflagração das contradições presentes na implantação dos PDSs em São Paulo (BRASIL, 2013, p. 12) [aspas dos autores].

Não obstante tais limitações é importante reconhecer que a introdução de uma nova modalidade de assentamento rural, cujas diretrizes são o associativismo e a sustentabilidade ambiental contribui para repensar a problemática agrária e ambiental numa região onde existem sérios problemas sociais e ambientais. A transposição do PDS, da Região Norte do país para o interior do estado de São Paulo mostra que, a partir de 2004, ocorreu uma mudança de visão dentro da Superintendência Regional do INCRA/SP, pois alguns técnicos e dirigentes tentaram introduzir uma perspectiva ambiental dentro desta Regional. Entretanto, esta iniciativa parece que ficou restrita a um grupo isolado dentro do Instituto. A Figura 4 indica os municípios paulistas onde estão localizados os 19 PDSs criados pelo INCRA/SP até 2015.

Figura 4 – Municípios paulistas com assentamentos rurais na modalidade PDS



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de (BRASIL, 2015)

3.2 – O agroecologismo do MST

Assim como o sindicalismo rural acriano de meados da década de oitenta, a partir dos anos 2000, o MST também procurou construir alianças com outros movimentos sociais, entre os quais se destaca a Via Campesina⁴⁶. De acordo com Borges (2010), “*A partir da articulação com a Via Campesina, a pauta da sustentabilidade adentra, ainda que secundariamente, a agenda do Movimento, adquirindo maior força nos anos 2000*” (p.89).

A incorporação da problemática ambiental pelo MST decorre de fatores internos e externos. Quanto aos elementos de ordem interna cabe lembrar que, em meados da década de 1990, as diretrizes organizativas construídas pelo Movimento entraram em crise, especialmente o modelo produtivista baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) (BORSATTO e CARMO, 2013).

No plano externo, o que forçou o MST a buscar novas formas de produção agrícola e organização política foram os padrões de desenvolvimento tecnológico impostos à agropecuária brasileira pelo agronegócio, sobretudo, a introdução da biotecnologia, o aumento da mecanização agrícola e a intensificação do uso de agrotóxicos nas grandes lavouras de produção de grãos⁴⁷. Em complemento a este pacote tecnológico, a partir dos anos 2000, intensificou-se o processo de fusão entre o capital agrícola nacional e o capital financeiro internacional, os quais passaram a oligopolizar os mercados de *commodities* agrícolas. Segundo Delgado (2005), “[...] *essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado*” (p. 47).

Na linguagem do MST, esta fusão é um dos elementos que caracteriza o agronegócio, isto é, um modelo de desenvolvimento econômico extremamente perverso, pois ele concentra ainda mais a posse da terra, reduz a mão de obra utilizada no campo, usa

⁴⁶ A Via Campesina foi criada em 1992 durante um Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas realizado em Manágua, capital da Nicarágua. Trata-se de um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, além do MST, fazem parte da Via Campesina os seguintes movimentos sociais e organizações: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (Abeef), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Informações disponíveis em: www.mst.org.br; www.cloc-viacampesina.net – Acessados em abril de 2014.

⁴⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entre os anos de 2002 e 2011, as lavouras brasileiras consumiram mais de sete milhões de litros de agrotóxicos e cerca de 60 mil toneladas de fertilizantes sintéticos. Informações disponíveis em: <http://www.abrasco.org.br> – Acessado em junho de 2015.

de forma perdulária os recursos naturais, em especial a terra e a água. Em suma, para o MST, o desenvolvimento agrícola e pecuário orientado pelo agronegócio tem um custo social e ambiental elevadíssimo e isto, na visão do Movimento, compromete não só a reprodução social dos pequenos agricultores, mas o próprio futuro da sociedade brasileira.

Frente aos novos constrangimentos impostos pelo agronegócio à agricultura camponesa, o MST mudou as suas estratégias políticas e, desde os anos 2000, o Movimento busca construir uma nova matriz produtiva que assegure a autonomia dos pequenos produtores em relação às grandes empresas que produzem e comercializam alimentos, sementes e agroquímicos; promova a desconcentração fundiária; garanta a soberania alimentar da população brasileira, sobretudo, dos mais pobres e conserve os recursos naturais existentes nas áreas rurais. Foi à vista dessa perspectiva que o Movimento,

Assumi a defesa da Agroecologia por entender que ela responde aos princípios e objetivos que norteiam o movimento na luta pela reforma agrária, a partir da **visão política** do movimento social. O MST entende que os **conhecimentos científicos** da Agroecologia apontam para a transformação profunda da sociedade, tornando-a **justa e igualitária**, e promovendo a **reconciliação do homem com a natureza** (CORTEZ *et al.*, 2009, p.59) (grifos meu).

Utilizando como referência os trabalhos desenvolvidos por diferentes autores, entre os quais, Altieri (1995), Guzmán (1997), Carvalho (2005), Caporal e Costabeber (2004) e Delgado (2005; 2007), o MST almeja implantar uma “*reforma agrária popular*”, isto é, um projeto de desenvolvimento socioeconômico que resgate e valorize o potencial produtivo da agricultura camponesa. Esses autores orientam as propostas políticas e as experiências práticas desenvolvidas pelo MST nas diferentes regiões do Brasil.

As análises elaboradas por Delgado (2005) contribuem para que a militância do Movimento perceba, por exemplo, o caráter estrutural da questão agrária dentro do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Nesse sentido, o autor salienta que,

Uma proposta da reforma e do desenvolvimento rural que enfrente a questão agrária atual requer a desmontagem das condições essenciais que hoje garantem a estratégia do agronegócio: a) frouxidão da política fundiária; b) restrição à expansão da demanda interna do conjunto da economia; c) restrição à incorporação da massa de trabalhadores do setor de subsistência ao projeto de desenvolvimento rural (DELGADO, 2005, p. 71).

Em trabalho posterior, Delgado argumenta que os assentamentos rurais devem ser apreendidos como “*projetos territoriais*”, nos quais o aumento da “*produtividade social do trabalho*” é uma meta fundamental a ser alcançada, pois, sem isso, “[...] *difícilmente o agricultor assentado será capaz de produzir excedentes monetários que propiciem condições de escapar de uma economia de subsistência*” (DELGADO, 2007, p.121).

Já Carvalho (2005), contribui com a sua reflexão sobre as Comunidades de Resistência e Superação (CRSs) que, segundo ele, seria uma possibilidade de organização social e política das comunidades rurais, entre as quais se incluem os agricultores sem terra. Na perspectiva deste autor,

A CRS deverá ser compreendida, por um lado, como uma alternativa para a retenção, no nível da família camponesa, de um possível excedente (sobretaxa) a ser gerado no seu processo de trabalho quando da venda das suas mercadorias nos mercados estabelecidos ou a serem criados [...] Por outro lado, pelas mudanças que serão propostas, enseja, a partir de uma nova práxis na produção e nas relações com o ambiente, o desenvolvimento da consciência política crítica que facilite, em aliança com as demais classes sociais populares do campo e da cidade, a emergência subjetiva e objetiva de condições para a superação do atual modelo econômico e social de reprodução da sociedade brasileira (CARVALHO, 2005, p. 8).

Os trabalhos desenvolvidos por Altieri (1995); Guzmán (1997) e Caporal e Costabeber (2004) fomentam o debate conceitual sobre a Agroecologia dentro dos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST. Na concepção destes autores, a Agroecologia não deve ser entendida como uma nova prática de produção agropecuária, mas sim, “*Como uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento sustentável*” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p.6).

Além dessas referências teóricas, as propostas elaboradas pelo MST fundamentam-se numa estratégia construída pela Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) de Cuba. Denominada de “*Campesino a Campesino*”, essa perspectiva de organização camponesa parte do pressuposto de que “[...] *el saber es un proceso vivo, dinámico, que se desarrolla en la interacción entre las personas, en su reflexión compartida sobre lo que hacen, lo que buscan, lo que aspiran y lo que desean*” (SOSA et al, 2011, p.2).

De acordo com documentos publicados pelo MST, o projeto de reforma agrária popular assenta-se sob seis pilares, a saber:

- 1) Mudança da estrutura agrária
- 2) Mudança na forma de organização dos camponeses
- 3) Construção de um novo modelo tecnológico para a agricultura
- 4) Fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa
- 5) Soberania alimentar
- 6) Mudança na matriz energética

Em relação ao novo modelo tecnológico, o Movimento entende que é necessário estabelecer nos assentamentos rurais, as seguintes linhas de ação: A) conservação e recuperação do solo; B) produção de sementes e mudas melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa pública; C) controle natural de pragas e doenças; D) diversificação de culturas; E) sistema consorciado de plantio de grãos, criação de animais e reflorestamento de áreas degradadas (CONCRAB, 2001).

Junto aos princípios da Agroecologia, o MST busca desenvolver também novas formas de cooperativismo estimulando, sobretudo, a formação de associações e pequenos grupos de produção e comercialização agrícola. Portanto, no novo ideário do MST, a Agroecologia e a cooperação não estão separadas, pelo contrário, ambas ocupam um mesmo patamar, pois, para o Movimento, *“Agroecologia e cooperação referem-se ao modo de organizar e administrar a produção da vida, que no mundo rural não são instâncias separadas”* (SCOPINHO, 2007, p.8).

Com base nesses pressupostos, a partir dos anos 2000, o MST passou a orientar suas ações através de uma nova ideologia política e social. De acordo com Moraes e Coletti (2006), o novo ideário do MST pode ser apreendido como uma tentativa de transcender o antigo *“radicalismo agrário”*, elemento que foi a marca germinal deste Movimento.

Embora não deixe de haver uma lógica nesse processo, trata-se também de uma escolha política, que a direção do Movimento tenta disseminar entre os aderentes através de uma ideologia que combina marxismo, Teologia da Libertação e **ecologia** (MORAES e COLETTI, 2006, p. 115) [grifo meu].

Não obstante as perspectivas sociais, econômicas, políticas e ambientais contidas no projeto de Reforma Agrária popular do MST, o concreto é que a nova matriz produtiva defendida pelo Movimento encontra-se pouco consolidada, exceção ao projeto de produção de sementes agroecológicas desenvolvido pela Bionatur⁴⁸ e a produção de arroz orgânico

⁴⁸ A BIONATUR nasceu em janeiro de 1997 após o rompimento de uma parceira entre assentados e empresas privadas de produção de sementes de hortaliças. A partir desse episódio, a COOPERAL (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados) passou a investir na produção agroecológica de sementes de hortaliças, com

cultivado e processado pela Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (Cootap).

Atualmente, a maior produção de arroz orgânico do país é oriunda dos assentamentos gaúchos, que possuem uma área cultivada de 4 mil hectares, envolve mais de 450 famílias, em 14 assentamentos [...] Essa forma de produção de arroz agroecológico representa uma das maiores experiências de cooperação agrícola do país, em que as famílias assentadas coordenam toda a cadeia produtiva (MST,2015)⁴⁹.

Em outras regiões do país, as experiências com a Agroecologia e o associativismo apenas indicam a possibilidade de construção de projetos alternativos de produção e comercialização agropecuária. No estado de São Paulo, por exemplo, as discussões promovidas pelo MST sobre a Agroecologia e as novas formas de associativismo e cooperativismo estão inseridas num projeto diferenciado denominado, pelo Movimento, de Comuna da Terra. De acordo com documentos publicados pelo MST paulista,

A Comuna da Terra tem sua centralidade num público diferenciado do campesinato tradicional. Ela procura atender a dinâmica urbano-rural e incluir a população excluída das cidades. Está fundamentada em cinco elementos, a saber: 1) o vínculo das pessoas com o trabalho; 2) **a propriedade social da terra**; 3) **a produção agroecológica**; 4) a cooperação em diversos aspectos e, 5) o desenvolvimento das questões sociais básicas (CONCRAB, 2001, p. 16) [grifo meu].

Além da proximidade com os centros urbanos, outra característica que diferencia a Comuna da Terra dos assentamentos tradicionais é o tamanho dos lotes. Na perspectiva dos dirigentes do MST, esses lotes deveriam ter entre dois e cinco hectares. Nessa parcela de terra, as famílias desenvolveriam atividades agrícolas e não agrícolas. Na concepção do Movimento, um assentamento do tipo Comuna da Terra permitiria aos trabalhadores acessar os serviços públicos essenciais, entre os quais, o sistema de educação, saúde e habitação. Enfim, para o MST,

A Comuna da Terra terá a função de desfazer a imagem que a Reforma Agrária é voltada apenas para os camponeses que vivem no campo e demonstrar que os trabalhadores da cidade também precisam participar desta luta, pois, a Reforma Agrária deve ser uma bandeira de luta de

autonomia, dentro dos conceitos e princípios do MST e de forma a constituir-se em uma ferramenta de resistência e superação ao modelo agroquímico de produção de sementes. Informações disponíveis em: <http://www.mst.org.br/video-bionatur> – Acessado em maio de 2014.

⁴⁹ Informações disponíveis em: www.mst.org.br – Acessado em março de 2015.

todos os trabalhadores. Ela não pode ser entendida como dar um pedaço de terra para o agricultor. A Reforma Agrária significa uma revolução cultural do povo brasileiro, do povo do campo e da cidade (CONCRAB, 2001, p. 19).

Desde os anos 2000, a direção estadual do MST empreende esforços para organizar assentamentos em áreas periurbanas nas seguintes regiões do estado de São Paulo: Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Região Metropolitana de São Paulo e na Macrorregião de Ribeirão Preto (CONCRAB, 2001). Nesta última região, o Movimento conseguiu organizar dois assentamentos que, teoricamente, deveriam seguir os princípios da Comuna da Terra, são eles: o Sepé Tiaraju e o Mário Lago. Entretanto, estes dois assentamentos foram enquadrados na modalidade PDS; esta foi uma escolha político-administrativa feita pelos técnicos e dirigentes do INCRA/SP para oficializar ambos os assentamentos (CONCRAB, 2001, ALY JUNIOR, 2011; SCOPINHO, 2012).

Independente da denominação atribuída a estes assentamentos, o importante a reter é o fato de que o MST, ao mudar suas diretrizes organizativas, também passou a se colocar como um *“formulador de exigências ambientais”* (HANNIGAN, 1995), ou seja, a problemática ambiental, real ou projetada, tornou-se um elemento potencializador das ações empreendidas pelo Movimento a partir dos anos 2000. Não obstante essa vicissitude cabe ressaltar que tais *“[...] exigências encontram frequentemente opositores, não só em poluidores empresariais e burocratas intransigentes, mas nos populares locais que estruturam os seus espaços em termos contraditórios”* (HANNIGAN, 1995, pp. 240-241).

A guisa de encerramento do presente capítulo, na próxima seção analisarei um conjunto de ações ambientais desenvolvidas pela Fundação Itesp em assentamentos rurais localizados no extremo Oeste do estado de São Paulo, mais precisamente na Região do Pontal do Paranapanema.

3.3 – O Itesp e suas parcerias ambientais

Assim como o INCRA, o Itesp também incorporou a sustentabilidade ambiental como uma das diretrizes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais que estão sob sua responsabilidade legal. Um exemplo dessa incorporação é o Pontal Verde: Programa de Recuperação Ambiental dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema⁵⁰. Criado em 1998, este Programa é resultado de uma constatação empírica, qual seja, a existência de um grande passivo ambiental representado pela retirada da cobertura florestal original, esgotamento do solo e comprometimento dos recursos hídricos na maior parte das terras agricultáveis da região do Pontal do Paranapanema.

No final da década de 1990, um levantamento realizado por técnicos do governo paulista resumia a situação ambiental desta região nos seguintes termos,

A vegetação natural da região foi praticamente exterminada no decorrer das últimas décadas. Atualmente, mesmo os fragmentos mais preservados, já sofreram alguma forma de interferência por corte raso, fogo ou por retirada seletiva de madeiras de lei (SÃO PAULO, 2001, p. 8).

Referindo-se ao Programa Pontal Verde, um técnico da Fundação Itesp declarou o seguinte,

[...] A gente tinha na ocasião uns 100 mil hectares de terras em assentamentos e uns 20 mil hectares de áreas de reserva legal. Não sabíamos exatamente quanto, mas tínhamos uma estimativa de que uns 50% deveriam ser recuperados. (SÃO PAULO, 2013, p. 257).

De acordo com informações divulgadas pelo Itesp, o objetivo geral do Programa Pontal Verde era promover a melhoria das condições ambientais da região Oeste, compatibilizando-as com o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas naquela região. Como objetivos específicos, a Fundação destacava os seguintes aspectos:

- 1) Promover a educação ambiental
- 2) Recuperar e controlar as voçorocas
- 3) Recompôr as Áreas de Preservação Permanente (APP) e RL
- 4) Introduzir técnicas conservacionistas na exploração agrícola
- 5) Promover fontes de rendimento econômico aos assentados

⁵⁰ Denominado de agora em diante apenas como Programa Pontal Verde.

Desse modo, além de recuperar áreas degradadas, especialmente aquelas utilizadas para pastagem do rebanho bovino, o Programa também tinha como objetivo implantar Sistemas Agroflorestais (SAFs)⁵¹ em áreas de RL. Na perspectiva dos técnicos da Fundação Itesp, esta ação era fundamental, pois além de facilitar o aspecto participativo do Programa, a introdução dos SAFs possibilitaria que os assentados tivessem um retorno econômico. Os gestores do Programa Pontal Verde acreditavam que,

Um resultado satisfatório será viável quando o agricultor na fase de implantação da RL tiver em mãos uma permissão para explorá-la adequadamente, através e uma orientação técnica e uma **fiscalização associada com a educação ambiental**, resultando na recuperação do meio ambiente (SÃO PAULO, 2001, p. 22) [grifo meu].

As APPs também se constituíam numa preocupação para os técnicos do Itesp. Entretanto, as intervenções ambientais realizadas nessas áreas não previam a participação direta dos assentados. Para cumprir todos os objetivos do Programa, os técnicos elaboraram três projetos: 1) Projeto de recuperação e controle das voçorocas; 2) Projeto de recomposição e enriquecimento de florestas em APPs e, 3) Projeto de fomento de técnicas conservacionistas nos lotes agrícolas. Entre os anos de 1998 e 2000, o Programa Pontal Verde foi avaliado e, naquela ocasião, constatou-se que os assentados,

[...] entendem a importância da floresta na conservação da água, do solo, melhoria no microclima, etc., entretanto, observa-se que **entre a consciência sobre a importância do equilíbrio ambiental e o ato de fazer um esforço visando melhorar o meio ambiente, existe um abismo**. Este abismo é reflexo do próprio modelo de exploração agrícola predominante no mundo que separa atividade agrícola do meio ambiente, criando uma dicotomia entre floresta e agricultura em que um independe do outro e um dá lucro e outro não. Para o agricultor o plantio de florestas não lhe daria lucro e o trabalho dos técnicos tem sido **demonstrar as vantagens econômicas, sociais e ambientais** que a recuperação das áreas de reserva pode trazer, especialmente, com a utilização dos Sistemas Agroflorestais (LOPEZ, *et al*, 2009, p. 6) [grifos meus].

⁵¹ Sistemas Agroflorestais são formas de manejo da terra em que as espécies agrícolas e florestais são plantadas e manejadas em associação, segundo os princípios da dinâmica natural dos ecossistemas. Estes sistemas estabelecem uma interface entre a agricultura e floresta, pois eles otimizam a produção agrícola através da conservação dos recursos naturais. Isto representa um grande potencial para os países tropicais que são ricos em biodiversidade. Informações disponíveis em: www.agrofloresta.net e www.agendagotsch.com – Ambos acessados em maio de 2014.

É importante ressaltar que algumas ações do Programa Pontal Verde incluíam a participação de instituições que não estavam envolvidas com a política de reforma agrária do governo paulista. Um exemplo disso foi a parceria firmada, em 2001, entre a Fundação Itesp e a empresa norte-americana Duke Energy SA⁵². Essa parceria tinha como objetivo recuperar 1.906 hectares de terra através da implantação de SAFs; além disso, estava previsto também o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nos assentamentos rurais da região Oeste. O valor estimado do convênio estabelecido entre o Itesp e a Duke Energy era de R\$ 1.801.699,77 dos quais, R\$ 697.612,97 deveriam vir do Itesp e R\$ 1.104.086,80 seriam de responsabilidade da empresa norte-americana (SÃO PAULO, 2001).

Naturalmente, a participação da Duke Energy não decorria de uma preocupação com o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas na região do Oeste do estado de São Paulo. No fundo, essa iniciativa visava atender interesses da própria empresa, entre os quais, a necessidade de cumprir obrigações ambientais impostas às empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Ainda que não adote a modalidade de assentamento PDS, o Itesp procura ampliar suas ações na área ambiental. Em 2012, por exemplo, o Instituto contratou uma empresa especializada em reflorestamento para recompor 50 hectares de APP e RL em cinco assentamentos existentes no Pontal do Paranapanema. De acordo com a Fundação Itesp, o valor desse contrato era de R\$ 1,1 milhão. Ainda em 2012, o Instituto firmou acordo com os Ministérios Público Federal e Estadual para a realização de mais seis projetos de recomposição florestal em assentamentos rurais (SÃO PAULO, 2013a).

Em publicações veiculadas pela Fundação Itesp, há outras parcerias estabelecidas na área ambiental, dentre as quais destaco as seguintes:

- 1- Parceira com a empresa ETH Bioenergia⁵³ para a recomposição de 118 hectares de APP e RL nos Assentamentos Asa Branca (município de Mirante do Paranapanema), Alcídia da Gata e Santa Terezinha da Alcídia (município de Teodoro Sampaio).

⁵² Com sede em Houston, esta é uma das maiores empresas de geração, distribuição, comercialização, transmissão de eletricidade e transporte de gás no mundo. A Duke chegou ao Brasil em julho de 1999, após adquirir a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, uma das empresas que formavam a Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Como se sabe, a Cesp foi privatizada, em meados da década de 1990, dentro do Programa Estadual de Desestatização (PED) do governo paulista.

⁵³ A ETH Bioenergia é uma empresa do grupo Odebrecht. Fundada em 2007, ela produz e comercializa etanol (anidro e hidratado) e açúcar. Além disso, também participa na cogeração de energia elétrica a partir da biomassa da cana-de-açúcar. Possui nove unidades agroindustriais (duas inauguradas na safra 2011/2012) e atua nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Informações disponíveis em: <http://www.odebrechtagroindustrial.com> – Acessado em dezembro de 2013.

- 2- Parceria com a empresa Umoe Bioenergy⁵⁴ para a recomposição florestal de 120 hectares de áreas destinadas a RL no assentamento Porto Maria (município de Rosana).
- 3- Convênio com a Ong Sonho Nosso⁵⁵ para a recomposição florestal de áreas de RL e APP no assentamento Santa Rita (município de Tupi Paulista).
- 4 – Parceria com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo que repassaria ao Itesp mais de um milhão de Reais provenientes do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID).

Como se pode observar, na Fundação Itesp, as parcerias para o desenvolvimento de projetos ambientais são diversificadas. Na visão das autoridades e técnicos desta Fundação, tais parcerias podem contribuir para o *Desenvolvimento Sustentável* dos assentamentos rurais. Entretanto, é importante saber se nessas parcerias, os anseios, as demandas e a participação dos assentados estão garantidas, pois como bem ressaltou Gomes da Silva (1971), “*Nunca um processo de Reforma Agrária alcançará integralmente seu objetivo se o camponês não o entender, e em sua totalidade não o assimilar, o que só será conseguido com a sua participação efetiva*” (p.41).

Obviamente, a ressalva feita por Gomes da Silva não se aplica apenas às ações ambientais desenvolvidas pela Fundação Itesp, mas contempla também aquelas realizadas pelo INCRA/SP e pelo próprio MST, pois ainda que de forma diferenciada, estes três agentes passaram a utilizar o discurso do *Desenvolvimento Sustentável* (DS) como uma forma de legitimar, dentro e fora dos assentamentos, suas ações políticas e/ou administrativas. Aqui caberia a seguinte pergunta. Seria esse o único papel do DS dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária no estado de São Paulo?

Questões como esta é que me estimularam a aprofundar a análise sobre o processo de implantação de PDSs na Macrorregião de Ribeirão Preto. Esta iniciativa foi marcada por

⁵⁴ Fundada em 1984, a Umoe se tornou uma das maiores empresas de propriedade privada da Noruega. Seus negócios incluem transporte marítimo, etanol, instalações elétricas, restaurantes, investimentos financeiros, tecnologia da informação e telecomunicações. Tem perspectivas de investimentos a longo prazo, sobretudo, na geração de energia alternativa. Informações disponíveis em: <http://www.unica.com.br/empresa/5374661/umoe-bioenergy-ii> - Acessado em dezembro de 2013.

⁵⁵ A referida Ong foi fundada em 2003, mas, em 2004, ela passou a ser classificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI). Atuando na região da Nova Alta Paulista, extremo Oeste do estado de São Paulo, esta organização desenvolve ações nas áreas de cidadania, saúde, educação e meio ambiente. Dados obtidos em: <http://www.sonhonosso.org.br> – Acessado em dezembro de 2013.

idas e vindas, inserções no campo empírico, diálogos formais e informais com assentados, representantes do INCRA/SP, técnicos da Fundação Itesp, da Embrapa, dirigentes de movimentos sociais e ambientalistas. Enfim, um conjunto de atividades acadêmicas e políticas voltadas à compreensão de um processo social importante, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, pois as questões envolvidas na implantação e desenvolvimento produtivo dos PDSs refletem, objetiva e subjetivamente, no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas.

Capítulo 4 – Reforma agrária e desenvolvimento na Macrorregião de Ribeirão Preto

Embora os canaviais dominem a paisagem agrícola dos municípios que formam a Macrorregião de Ribeirão Preto, uma parte importante do desenvolvimento da agricultura desta região remonta ao final do século XIX, período no qual o café foi o produto mais cultivado. Referindo-se à região de Ribeirão Preto, Ianni (1976), salienta que,

Esta onda verde de cafezais, como tão expressiva e apropriadamente se denominou a expansão da lavoura que então fundamentava a riqueza brasileira, marchará rapidamente, alcançando no penúltimo decênio do século a região do Rio Mogi Guaçu na sua confluência com o Pardo; aí se formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante café brasileiro. O café de Ribeirão Preto (centro da região) se torna mundialmente famoso (p.165).

O lucro auferido com a exportação do café possibilitou, aos cafeicultores da região de Ribeirão Preto, investir em diversas atividades lucrativas, tais como, a construção de ferrovias, o financiamento de bancos, a instalação de pequenas fábricas e oficinas (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Estas inversões permitiram que alguns municípios despontassem economicamente como foi o caso, por exemplo, de Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, entre outros. A prosperidade econômica destes municípios durou até o primeiro quarto do século XX, quando as taxas de exportação do café brasileiro começaram a declinar. Todavia, os cafeicultores paulistas mantinham-se céticos em relação à crise financeira mundial e, deste modo, expandiam a produção de café.

Para compreender esta aparente irracionalidade econômica recorro novamente a Furtado (1977); de acordo com este autor, “[...] mesmo diante da baixa nos preços compensava aos cafeicultores continuar plantando, pois os fatores terra e mão-de-obra eram sempre abundantes” (p.170). A decisão de ampliar a oferta de café acelerou a *déblâcle* da cafeicultura paulista. Entretanto, as intervenções econômicas realizadas pelo governo federal brasileiro, sobretudo, a política de crédito disponível aos cafeicultores criaram as condições para que a agricultura paulista não sofresse os impactos gerados pela Grande Depressão de 1929.

Assim, durante a década de 1930, os cafezais menos produtivos foram substituídos por outras lavouras, entre as quais, o algodão, o feijão, o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar. Não obstante a introdução destes novos cultivos, as experiências com a policultura não se consolidaram no território paulista, pois logo no início da década de 1940, grandes e pequenos produtores rurais passaram a priorizar o cultivo de cana (IANNI, 1976). Portanto,

desde meados do século XX, a cana-de-açúcar vem ganhando espaço na agricultura paulista, sobretudo, na Macrorregião de Ribeirão Preto, onde estão instaladas importantes agroindústrias que produzem açúcar, álcool combustível e energia elétrica a partir do uso do bagaço da cana.

De acordo com um relatório produzido pela WWF-BRASIL (2008), na região Centro-Sul, o aumento da produção de cana-de-açúcar está relacionado aos seguintes fatores. Primeiro, a institucionalização do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), cuja regulamentação se deu através do Decreto 76.593/75; segundo, o processo de desregulamentação sofrido pelo setor sucroalcooleiro no início da década de 1990; terceiro, o aperfeiçoamento da tecnologia utilizada na fabricação de automóveis bicombustíveis e, quarto, o aumento nas exportações de açúcar e etanol carburante.

O Quadro 9 apresenta alguns aspectos da lavoura canavieira em seis estados da Região Centro-Sul brasileira para a safra 2015/2016. A análise dos números mostra que o estado de São Paulo responde por mais de 60% da produção de cana-de-açúcar nesta região do país.

Quadro 9 – Cultivo de cana-de-açúcar na região Centro-Sul (safra 2015/2016)

Estado	Perfil da lavoura (ha)				Total cultivado (ha)
	Soca	Reformada	Em reforma	Expansão	
SP	4.861.027	471.837	470.519	176.594	5.979.978
GO	866.955	57.855	73.416	89.722	1.087.948
MT	247.180	10.934	25.924	12.558	296.595
MS	715.320	34.838	46.431	82.124	878.713
MG	810.276	64.340	86.349	56.213	1.017.179
PR	608.106	35.897	38.722	17.460	700.184

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir dados fornecidos pela Unica⁵⁶.

As consequências econômicas e políticas derivadas da economia do café e do açúcar e álcool são bastante conhecidas⁵⁷. Entretanto, poucos são os trabalhos que abordam os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento de ambos os setores. Exceção a esta

⁵⁶<http://www.unicadata.com.br> – Acessado em agosto de 2015.

⁵⁷ A respeito da dinâmica do café no Centro-Oeste paulista ver Cano (1977); Ianni (1976), Prado Junior (1976); Furtado (1977) e Martins (2010). A consolidação do complexo cafeeiro em Araraquara e São Carlos pode ser analisada a partir de Truzzi (2000; 2004) e Truzzi e Follis (2012).

regra são os trabalhos elaborados por Dean (1997); Martinez (2006) e Silva e Martins (2006). Segundo o primeiro autor,

Na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, a cana-de-açúcar foi responsável por quase metade da perda de floresta primária entre 1962 e 1984, e foi ainda mais prejudicial às formações de Cerrado, destruindo 457 km² dele (DEAN, 1997, p.309).

Um exemplo da situação descrita por Dean são os municípios de São Carlos e Descalvado, onde os índices de vegetação nativa são extremamente baixos. Utilizando o Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo (SIFESP), elaborei duas tabelas que mostram os percentuais de vegetação existente nos respectivos municípios.

Tabela 5 - Cobertura vegetal no município de São Carlos – 2009

Tipo da vegetação	Área (hectares)	%*
Mata Semidecídua	1.773,13	1,57
Capoeira	4.344,70	3,84
Cerrado	2.737,38	2,42
Cerradão	2.685,75	2,37
Vegetação de várzea	1.463,32	1,29
Vegetação não classificada	26,38	0,02
Total	13.030,66	11,51

* Em relação à área total do município. Fonte: Gonçalves (2015). Elaborado pelo autor a partir de (SÃO PAULO, 2009).

Conforme indicam os números da Tabela 5, em 2009, as taxas de cobertura vegetal no município de São Carlos eram exíguas, especialmente em relação à Mata Semidecídua⁵⁸ e a vegetação de várzea. Somando-se as áreas cobertas com estes dois tipos de vegetação, São Carlos possuía apenas 3.236,45 hectares de floresta.

A Tabela 6 apresenta os números referentes ao município de Descalvado para os mesmos tipos de vegetação e período.

⁵⁸ Tipo de vegetação característica do bioma da Mata Atlântica brasileira.

Tabela 6 - Cobertura vegetal no município de Descalvado - 2009

Tipo da vegetação	Área (ha)	%*
Mata Semidecídua	519,00	0,70
Capoeira	3.391,65	4,56
Cerrado	942,33	1,27
Cerradão	1.750,52	2,36
Vegetação de várzea	1.014,07	1,36
Vegetação não classificada	42,89	0,06
Total	7.660,46	10,31

*Em relação à área total do município. Fonte: Gonçalves (2015). Elaborado pelo autor a partir de (SÃO PAULO, 2009).

Se os índices de cobertura florestal nativa em São Carlos eram críticos, em Descalvado a situação era ainda mais preocupante, pois restavam menos de 1% de Mata Semidecídua e apenas 1,27% de vegetação de Cerrado. Situações como esta começam a preocupar as autoridades responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos dentro no estado de São Paulo (RODRIGUES, 2004). De acordo com relatórios técnicos elaborados pelo Comitê de Bacias Hidrográficas (CBH) do Rio Mogi-Guaçu,

O balanço hídrico [...] pode ser avaliado como em estado de atenção, mas com tendência a criticidade [...] Em algumas sub-bacias, como é o caso da sub-bacia do Jacaré-Guaçu na qual se localizam várias usinas de açúcar e álcool e grandes lavouras de laranja o balanço hídrico de águas superficiais é preocupante (SÃO PAULO, 2013b, p. 26).

Em 2014, os habitantes de várias cidades do interior paulista e da Região Metropolitana de São Paulo enfrentaram o racionamento no abastecimento de água. A situação tornou-se crítica à medida que os meios de comunicação passaram a divulgar a diminuição no volume de água nas represas que formam o Sistema Cantareira. Além de expor os conflitos entre os governos paulista e fluminense, os quais disputavam as águas do Rio Paraíba do Sul, a crise hídrica revelou que havia uma série de problemas na gestão dos recursos hídricos dentro do estado de São Paulo. Segundo Malu Ribeiro, coordenadora da Rede de Águas da Fundação SOS Mata Atlântica, “*A crise decorre de décadas de mau comportamento em relação ao uso da água e do solo[...]*”. Sobre as dificuldades de implantação de um sistema de cobrança pelo uso da água, Ribeiro afirmou que,

O setor da agricultura no estado de São Paulo foi o que ofereceu maior resistência à cobrança pelo uso do recurso. Eles conseguiram moratória

por sete anos para não pagar pela captação da água dos rios. É um setor economicamente muito forte, que tem uma grande influência política⁵⁹.

Considerando a gravidade da crise hídrica paulista é provável que esta questão também venha a refletir dentro dos assentamentos rurais do tipo PDS, especialmente daqueles que se encontram instalados próximos às grandes e médias cidades. Neste sentido, o mecanismo financeiro de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) poderá tornar-se um instrumento interessante para aumentar a renda dos assentados, pois como destacam Bursztyn e Bursztyn (2012),

A proteção florestal representa, no caso do PSA uma possível condicionalidade aos beneficiários. Na linha dos instrumentos de transferência de renda (*conditional cash transfer* – CCT) representa a união de política de proteção social com política ambiental (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 268).

A adoção do sistema de PSA poderá melhorar, tanto a qualidade dos recursos hídricos nas cidades do interior paulista quanto o nível de renda dos assentados. Entretanto, a gestão deste sistema exigirá que os movimentos sociais e os assentados organizem-se política e tecnicamente, visto que *“O tratamento dado à gestão dos recursos hídricos faz uso de uma linguagem, técnica que limita a participação dos grupos locais que não dominam certos códigos simbólicos”* (MARTINS, 2015, p. 227).

Finalizo esta seção apresentando quatro fotografias que ilustram o processo de uso e ocupação do solo na Macrorregião de Ribeirão Preto. Além de mostrar aspectos da supressão da vegetação nativa, as imagens também evidenciam as características do trabalho rural em alguns municípios da região no início do século XX. No escopo desta tese tais fotografias são importantes, pois elas indicam que a degradação ambiental verificada, nesta região do estado, resulta de um processo de acumulação econômica de longa duração.

⁵⁹ Entrevista concedida ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Disponível em: www.idec.org.br – Acessado em janeiro de 2015.

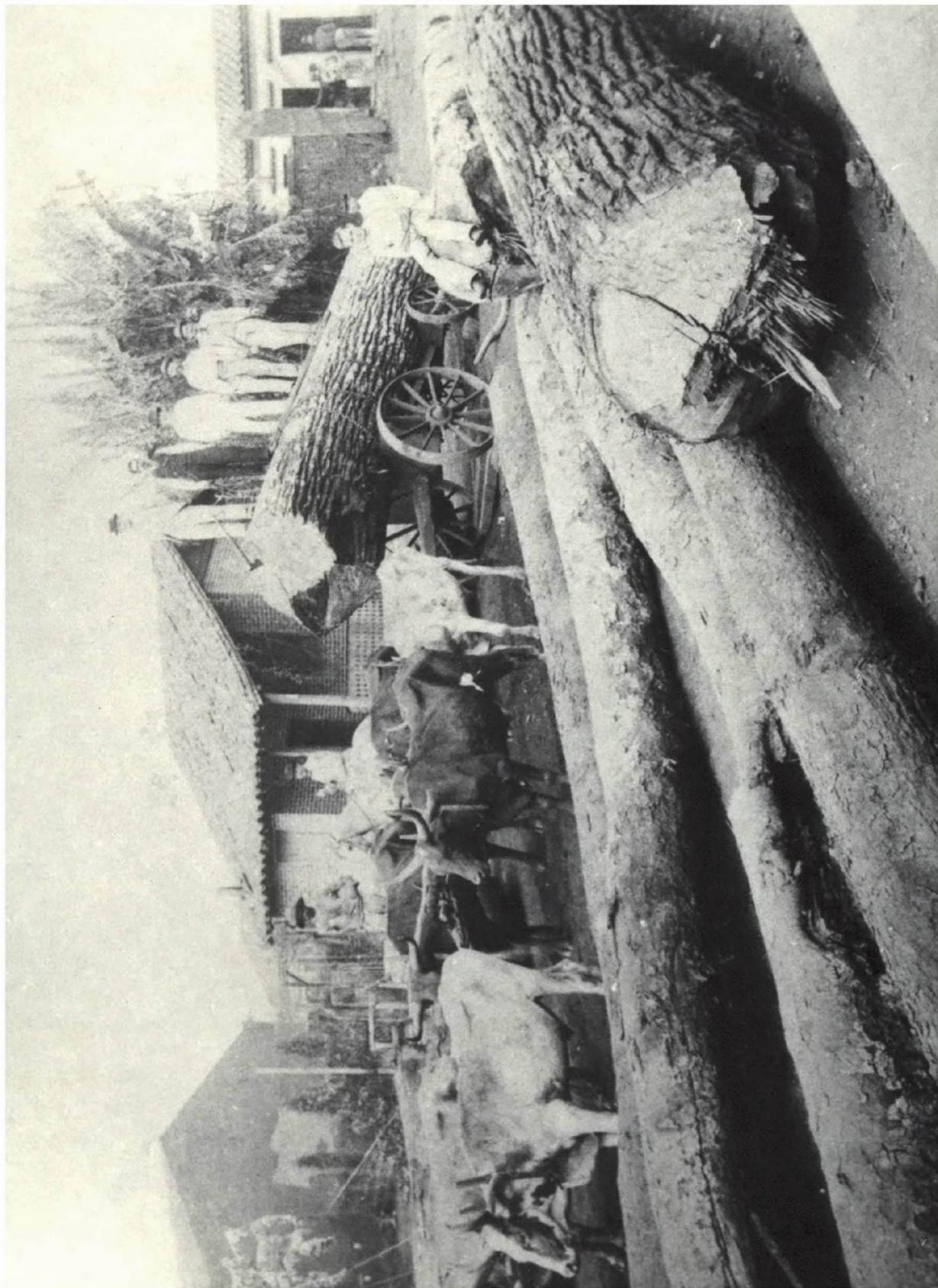
Fotografia 1 – Lavoura de café na região de Ribeirão Preto no início do século XX



Processo de ocupação e desenvolvimento socioeconômico da Macrorregião de Ribeirão Preto na primeira metade do século XX
Nesta imagem, observa-se a retirada da floresta nativa (Cerrado) para a implantação de lavoura de café

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de fotografia cedida pela Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) da UFSCar.

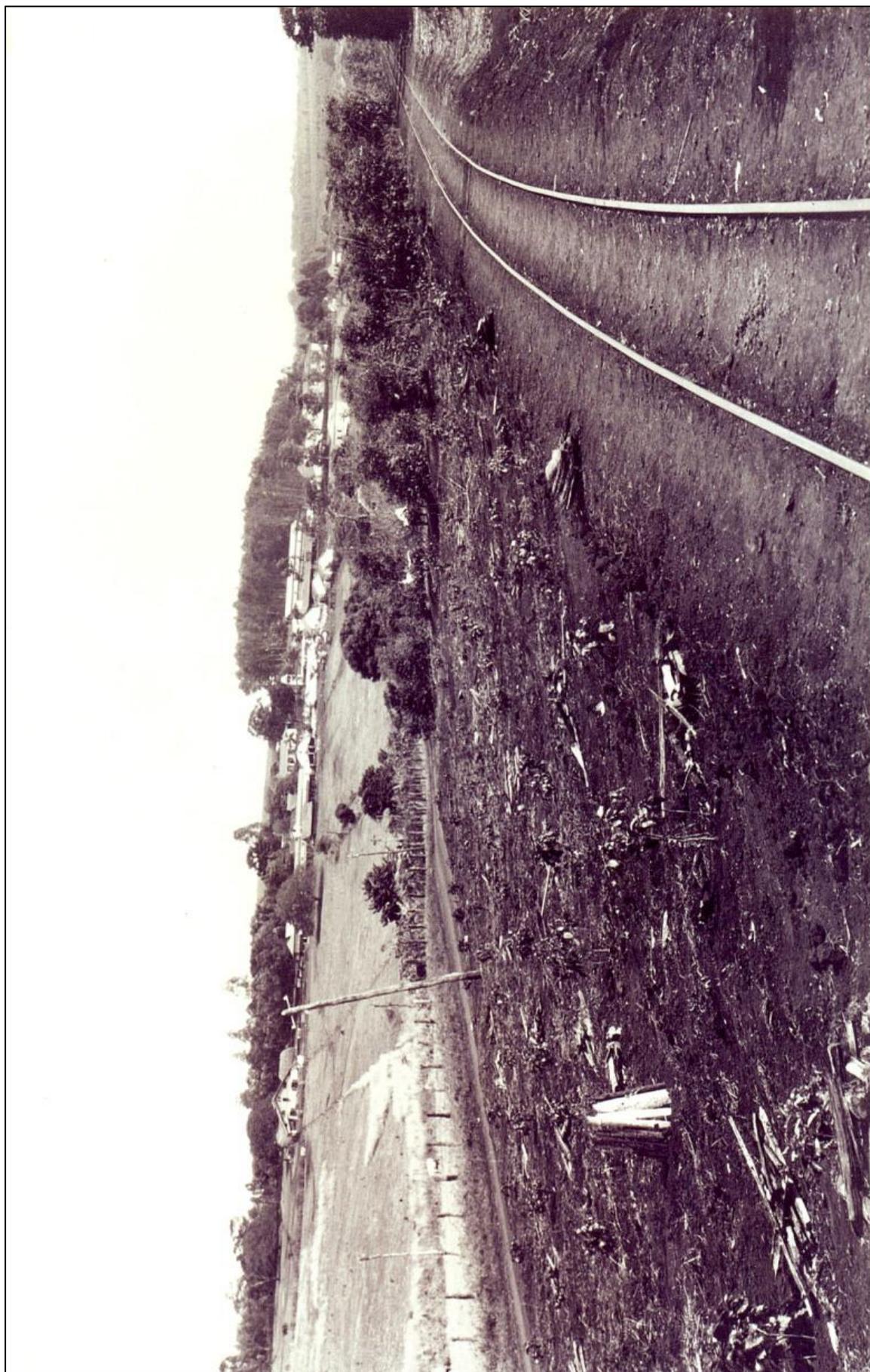
Fotografia 2 – Atividade de extração de madeira na região de Ribeirão Preto – início do século XX



Atividade madeireira praticada em vários municípios da Macrorregião de Ribeirão Preto no início do século XX

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de fotografia cedida pelo Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Fotografia 3 – Vista panorâmica da Fazenda Chimborazo



Plantação de café ao lado da ferrovia que cortava a Fazenda Chimborazo

Fotógrafo: Theodor Preising

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de fotografia cedida pelo Arquivo Público de Ribeirão Preto.

Fotografia 4 – Aspecto geral da Fazenda Guatapar no início do século XX



Colonos japoneses na Fazenda Guatapar. A imagem mostra os aspectos relativos  base técnica utilizada na agricultura, bem como, a ausência de vegetação nativa na referida Fazenda.

Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de fotografia cedida pelo Arquivo Público de Ribeirão Preto.

4.1 – Assentamentos rurais na Macrorregião de Ribeirão Preto

Até meados da década de 1980, a Macrorregião de Ribeirão Preto não era considerada, pelas autoridades públicas, uma região prioritária para a implantação de assentamentos rurais de reforma agrária. Esta perspectiva tinha um fundamento legal, dado que ela estava ancorada no Decreto 92.688/86, que instituiu o Plano Regional de Reforma Agrária. Este Plano estabelecia seis perímetros ou áreas onde o governo deveria privilegiar as ações de reforma agrária. Duas destas áreas situavam-se na região Sudoeste e quatro no extremo Oeste do estado de São Paulo. Segundo Júlio *et all* (2006),

Ao fazer o diagnóstico da situação agrária em 1985, indicando as áreas prioritárias de Reforma Agrária e as Áreas de Ação, os planejadores daquela época indicaram o caráter geral da acumulação de capital no setor agropecuário brasileiro e paulista, ou seja, apontaram o caráter patrimonialista que hoje sobressai, por exemplo, na expansão canavieira em novas frentes pelo interior do estado (p. 104)

Contrariando o discurso oficial de que, na Macrorregião de Ribeirão Preto, não era possível implantar assentamentos rurais, a CPT e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araraquara passaram a organizar, em meados dos anos de 1980, os assalariados rurais da região para que eles incorporassem a luta pela terra no conjunto de suas reivindicações sociais e trabalhistas (FERRANTE, 1991; CARVALHO, 2011).

Um exemplo marcante desta decisão foi a ocupação da Fazenda Monte Alegre, a qual se encontra localizada entre os municípios de Araraquara e Motuca. A ocupação desta propriedade foi realizada após o fracasso do Programa Boia-fria. Antes de ocupar a Monte Alegre, os próprios trabalhadores criaram uma comissão que vistoriou e comprovou a ociosidade das terras desta Fazenda (CHONCHOL, 2003).

Frente à oposição da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), as pressões sobre as autoridades estaduais cresceram e, após um período onde os trabalhadores permaneceram acampados na sede do Sindicato em Araraquara, o governo estadual autorizou a ocupação de 450 hectares da Fazenda Monte Alegre. Inicialmente, a administração da área ficou a cargo do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), a quem coube a responsabilidade técnica pela elaboração dos projetos de desenvolvimento produtivo do futuro assentamento.

As famílias selecionadas pelo IAF, assumiram o compromisso de executar os planos de produção que seriam desenvolvidos em duas áreas distintas sendo, um pequeno lote

destinado à produção individual e um outro de maior dimensão, onde os técnicos do Instituto pretendiam desenvolver uma agricultura mais mecanizada, baseada num sistema de produção coletivo. Este projeto de produção trouxe dificuldades para a organização do assentamento, sobretudo, na relação dos técnicos com os assentados, pois as famílias acabaram privilegiando as atividades produtivas no entorno das moradias e, naquele sistema, elas sobreviviam realizando trocas entre familiares e vizinhos. De acordo com Chonchol (2003), ao agirem daquela forma, os trabalhadores davam uma resposta “[...] às políticas que lhes eram propostas e, em certos casos, também impostas” (p.73).

Diferentes análises revelam que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, muitos problemas existentes nos assentamentos rurais paulistas decorreriam dos modelos de organização social e dos projetos de desenvolvimento produtivo elaborados pelos técnicos e suas instituições. As diretrizes produtivas adotadas no PA Monte Alegre, por exemplo, levaram muitas famílias ao endividamento e isto tornou-se um grave problema, pois em meados da década de 1990, grande parte dos assentados estava impossibilitada de produzir devido ao não pagamento de financiamentos agrícolas contraídos em safras anteriores. (ANTUNIASSI, 2003).

O endividamento obrigou as famílias a buscar novas estratégias para seguir vivendo dentro do Assentamento. Parte dos assentados recorreu ao assalariamento temporário na colheita da cana-de-açúcar e da laranja (BARONE e FERRANTE, 2008). Jovens assentados que possuíam um maior nível de escolaridade foram absorvidos pelas agroindústrias locais em atividades não agrícolas. “*Essa combinação de trabalho agrícola e não agrícola na agroindústria permite aos jovens contribuir para maior conforto familiar e permanecer no assentamento*” (ANTUNIASSI, 2003, p.52).

Outra estratégia buscada pelos assentados para escapar do endividamento foram as parcerias para o plantio de cana-de-açúcar em parte de seus lotes. Esta decisão causou muita polêmica no processo de implantação de assentamentos rurais na Macrorregião de Ribeirão Preto, pois havia denúncias de que os usineiros pressionavam os assentados para que eles arrendassem seus lotes para o cultivo de cana.

De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituem em uma sombra a nublá-las, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região (BARONE e FERRANTE, 2008, p. 282).

Em relação ao plantio de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Macrorregião de Ribeirão Preto, outra situação complexa ocorreu no PA Bela Vista do Chibarro. Este Assentamento é resultado de uma desapropriação ocorrida, em 1989, em terras que pertenciam a Usina Tamoio. A ocupação desta propriedade também contou com a intervenção do STR de Araraquara, pois de acordo com Barone (2002), “[...] nos anos de 1988 e 1989, o sindicato organiza e intermedia a entrada de vários pequenos grupos de trabalhadores na colônia Bela Vista do Chibarro” (p.22).

Além do grupo organizado pelo Sindicato, a ocupação da Bela Vista contou com a participação de ex-trabalhadores da própria Usina, os quais decidiram permanecer vivendo na Fazenda. Um terceiro grupo veio de um acampamento organizado em Pradópolis; este grupo era formado por ex-boias-frias do município de Sertãozinho. Por fim, o quarto grupo a ocupar a Fazenda Bela Vista do Chibarro era originário do Vale do Ribeira, região Sul do estado de São Paulo. De acordo com Rosim (1997), as famílias que vieram do Vale do Ribeira eram as únicas que expressavam certa consciência ecológica. Segundo este autor,

Mesmo que indiretamente e sem utilizar o linguajar dos ambientalistas, podemos afirmar que existia uma certa **consciência ecológica** dos trabalhadores, na medida em que, **por conta própria adotavam atitudes de preservação da natureza** (p.99) [grifo meu].

Em abril de 1989, a Fazenda Bela Vista foi, oficialmente, declarada como área de interesse social para fins de reforma agrária e, a partir dali, deu-se início ao processo de desenvolvimento produtivo do Assentamento. Num primeiro momento houve um grande incentivo para que os assentados produzissem arroz, milho e soja. Não obstante este aspecto, o processo organizativo deste Assentamento também foi marcado por polarizações políticas, disputas e conflitos (ROSIM, 1997; BARONE, 2002; FERRANTE, 2009). Uma das primeiras divergências ocorreu em 1990, quando os dirigentes do INCRA/SP transferiram 30 famílias de um acampamento existente na região de Promissão para uma das áreas do PA Bela Vista. A chegada destas famílias marcou o início de uma fragmentação dos grupos que formavam o Assentamento (ROSIM, 1997; BARONE, 2002). Isto mostra que, em certos casos, os conflitos emergidos no interior dos assentamentos rurais derivam da “[...] *confusa e desencontrada visão dos funcionários/militantes das organizações governamentais*” (ANTUNIASSI, 2003, p.58).

Quanto às parcerias estabelecidas entre usineiros e assentados para o cultivo de cana-de-açúcar dentro do PA Bela Vista do Chibarro, é importante ressaltar que este acordo

dividiu os assentados em dois grupos, um favorável e outro contrário à introdução da cana no Assentamento. No início dos anos 2000, o primeiro grupo era maioria e vinha crescendo em virtude dos baixos rendimentos obtidos por aqueles assentados que ainda resistiam ao arrendamento do lote para o cultivo de cana-de-açúcar. Entre 1999 e 2001, a produção de cana no PA Bela Vista do Chibarro saltou de 3,5% para 58% (BAÚ, 2002). Em números absolutos, no ano safra 2002/2003, havia 40 contratos firmados entre assentados e usinas da região; já na safra seguinte, este número saltou para 137 contratos (BARONE e FERRANTE, 2008).

No PA Bela Vista do Chibarro, a ampliação da área cultivada com cana não só acirrou as disputas internas entre os assentados como também tornou pública as divergências existentes entre os técnicos do INCRA/SP e da Fundação Itesp, pois o primeiro, enquanto responsável legal pelo Assentamento, mostrava-se contrário ao cultivo de cana-de-açúcar. Já o Itesp que, naquela época, era o responsável técnico pelo desenvolvimento do PA Bela Vista não se opunha às parcerias estabelecidas entre os assentados e os usineiros. Inclusive, este Instituto, elaborou Portarias Administrativas⁶⁰ para regulamentar o fornecimento de cana às usinas da região.

Frente aos problemas verificados nos contratos para o fornecimento de cana, os dirigentes do INCRA/SP retomaram a gestão integral do Assentamento Bela Vista e, após expulsar alguns assentados que plantavam cana, a autarquia estabeleceu um acordo para tentar corrigir as distorções existentes nos referidos contratos.

O excursão realizado nesta seção evidencia que, no final da década de 1990, havia muitas contradições no processo de organização social e desenvolvimento produtivo dos assentamentos rurais implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto. As dificuldades enfrentadas pelos assentados não terminavam quando eles conquistavam a posse da terra, pelo contrário, elas persistiam durante a fase em que deveria ocorrer o desenvolvimento produtivo das áreas reformadas.

Outro elemento importante diz respeito às questões ambientais, pois embora a Fundação Itesp afirme que “[...] no início de criação dos assentamentos, a questão ambiental se limitava ao atendimento das determinações constantes no Código Florestal” (SÃO PAULO, 2013, p. 255) não se encontram, nas pesquisas, relatos sobre projetos de conservação ambiental como, por exemplo, a recomposição de APPs e áreas de RL. Isto

⁶⁰ Portaria Itesp N°. 75/2002, alterada pela Portaria N°. 77/2004 (FERRANTE, 2009).

comprova que, nos assentamentos rurais paulistas, a preocupação com os problemas ambientais é um tema relativamente recente sobre o qual pairam muitas dúvidas.

4.2 – Acampamento Dom Elder Câmara: plantando a semente da Agroecologia

Embora o primeiro PDS paulista tenha sido criado em 2004, as discussões sobre as questões ambientais nos assentamentos rurais começaram, em dezembro de 1999, época em que o MST ocupou a Fazenda Bocaina, a qual se encontra localizada no município de Matão, região Central do estado de São Paulo. Batizada pelo Movimento de Acampamento Dom Helder Câmara, aquela ocupação chegou a ter mais de 1200 famílias. Conhecendo as famílias que se encontram assentadas nos PDSs Sepé Tiaraju, Mário Lago, Santa Helena e no 21 de Dezembro, verifica-se que muitas delas ajudaram a construir o Acampamento Dom Elder Câmara, pois elas relatam os bons e maus momentos vividos naquela ocasião.

Com a ocupação da Fazenda Bocaina, o MST mobilizou as forças políticas e sociais presentes na Macrorregião de Ribeirão Preto. Todavia, houve uma reintegração de posse e isto fez com que metade das famílias que formavam o Acampamento Dom Elder Câmara retornasse para cidade de Matão e municípios vizinhos (FIRMIANO, 2008). Outra parte seguiu junto com as lideranças do MST para a região de Barretos onde ocuparam outra fazenda, a Santa Avóia. Nesta propriedade, os trabalhadores resistiram por algum tempo, mas divergências internas prejudicaram a organização do acampamento e isto resultou numa nova dispersão das famílias.

Várias delas seguiram para a Ribeirão Preto onde ocuparam, primeiramente, a Fazenda Santa Clara e, mais tarde, a Fazenda da Barra. A Fazenda Santa Clara deu origem ao PDS Sepé Tiaraju e a Fazenda da Barra acabou resultando em quatro assentamentos rurais, a saber, o Mário Lago que é organizado politicamente pelo MST; o Santo Dias, cuja liderança é filiada ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); o Índio Galdino e o Luiza Mahim, sendo que estes dois últimos grupos não eram filiados a nenhum movimento social de luta pela terra.

É importante esclarecer que, inicialmente, todos os ocupantes da Fazenda da Barra pertenciam ao MST, mas divergências políticas e as dificuldades de sobrevivência na fase de acampamento fragmentaram o grupo. Não obstante as divisões internas, para o INCRA/SP, a Fazenda da Barra é considerada um único projeto de assentamento rural, sendo o mesmo denominado de PDS Fazenda da Barra (GONÇALVES, 2010; GONÇALVES e SCOPINHO, 2011). Mais adiante, apresentarei uma descrição sucinta do processo

organizativo dos PDSs Sepé Tiaraju e Mário Lago. Por hora, retomo a análise sobre o deslocamento realizado pelos trabalhadores sem terra que permaneceram em Barretos.

Após romper com o MST, as famílias receberam apoio de outras entidades, entre as quais, a CPT e a Feraesp. De acordo com o presidente desta Federação, o início dos anos 2000,

Foi um momento difícil da história da reforma agrária porque era um momento de muita opressão, muita reintegração de posse. O governo não admitia, sequer, discutir com os movimentos sociais (Entrevista concedida ao autor pelo presidente da Feraesp – junho 2014).

Diante do endurecimento do governo estadual, os trabalhadores sem terra foram obrigados a contar com o apoio dos assalariados rurais. Neste processo, a Feraesp teve um papel importante, pois foi graças à sua estrutura financeira e capacidade de organização política que as famílias, expulsas da região de Barretos, puderam ser realocadas, primeiramente, para o município de Pitangueiras e, depois, para uma das áreas do PA Monte Alegre. Saindo deste Assentamento, as famílias foram para o acampamento Cachoeirinha, localizado no município de Boa Esperança do Sul.

Na mesma época, um grupo de trabalhadores de São Carlos ocupou a Fazenda Olhos D'água, localizada no município de Itapuú, na região de Jaú. Como o proprietário desta Fazenda também obteve a reintegração de posse, as famílias deixaram a Olhos D'água e acabaram juntando-se ao grupo de Boa Esperança do Sul. Finalmente, em outubro de 2004, uma parte deste grupo ocupou a Fazenda Santa Helena, no município de São Carlos. Em 21 de dezembro do mesmo ano, a outra parte rumou para o município de Descalvado e lá ocupou a Fazenda Batalha, era o começo do PDS 21 de Dezembro (FERRANTE e TEIXEIRA, 2009; TEIXEIRA *et all*, 2011).

O Quadro 10 traz informações sobre os antigos e novos assentamentos rurais implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto. No total, a região abrigava 23 projetos de assentamento, sendo 18 na modalidade PA e cinco na modalidade PDS. Considerando estas duas modalidades de assentamento rural, até o ano de 2012, havia 2.146 famílias assentadas na região de Ribeirão Preto.

Quadro 10 - Assentamentos rurais implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto entre 1985 e 2012

	Assentamento	Município	Ano de criação	Nº famílias	Área (ha)	Responsável
Modalidade PA	Monte Alegre 1	Motuca	1985	49	726,0	Itesp
	Monte Alegre 2	Motuca	1985	62	857,7	Itesp
	Monte Alegre 3	Araraquara	1986	76	1.099,6	Itesp
	Monte Alegre 4	Motuca	1986	49	679,4	Itesp
	Bela Vista do Chibarro	Araraquara	1989	212	3.455,2	Incra
	Monte Alegre 5	Motuca	1991	34	483,8	Itesp
	Monte Alegre 6	Araraquara	1997	96	1.253,9	Itesp
	Bueno de Andrada	Araraquara	1997	31	472,4	Itesp
	Horto Silvânia	Matão	1998	19	405,4	Itesp
	Boa Sorte	Restinga	1998	159	2.979,1	Itesp
	Córrego Rico	Jaboticabal	1998	47	473,3	Itesp
	Horto Guarani	Pradópolis/Guataporá	1998	274	4.190,2	Itesp
	Ibitiúva	Pitangueiras	1998	43	727,2	Itesp
	Reage Brasil	Bebedouro	1998	84	1.296,3	Itesp
	Perdizes	Colômbia	1999	36	1.519,3	Incra
	Formiga	Colômbia	1999	61	1.053,0	Incra
	Nossa Terra	Batatais	2008	30	239,8	Itesp
	Mario Covas	São Simão	2012	130	743,3	Itesp
	Sepé Tiaraju	Serra Azul	2004	79	797,7	Incra
	Santa Helena	São Carlos	2005	14	102,4	Incra
	Comunidade Agrária 21 de Dezembro	Descalvado	2006	19	263,0	Incra
	Fazenda da Barra	Ribeirão Preto	2007	462	1.548,4	Incra
	Horto Aurora	Descalvado	2008	80	533,3	Incra
Total	23		2.146	25.899,7		

Fonte: Gonçalves, 2015 - Elaborado pelo autor a partir de (SÃO PAULO, 2013; BRASIL, 2014)

Em relação aos PDSs, é importante destacar que a implantação desta modalidade de assentamento está relacionada ao panorama sociopolítico emergente na Macrorregião de Ribeirão Preto no início dos anos 2000. Como procurei evidenciar, mesmo com a reintegração de posse das Fazendas Bocaina, Santa Vóia e Olhos D'água, os movimentos sociais de luta pela terra, notadamente o MST, a CPT e a Feraesp continuaram organizando ocupações de terra no interior do estado de São Paulo.

Isto mostra que, numa região dominada pelo agronegócio da cana, da laranja e de outros monocultivos de exportação, a luta pela posse da terra resulta da pressão social exercida por trabalhadores – rurais e urbanos – que sofrem, direta e indiretamente, os efeitos de um modelo de desenvolvimento agroindustrial que, ao fazer uso de alta tecnologia com elevados investimentos em bens de capital (máquinas, tratores, colheitadeiras, etc.), reduz a mão de obra empregada no campo.

Analisar as dimensões sociais, econômicas e ambientais dos PDSs implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto coloca-se como uma questão – teórica e política – relevante, pois tais assentamentos ainda não estão consolidados⁶¹ e isto faz emergir uma série de dúvidas quanto ao futuro destes projetos, especialmente naquilo que se refere à questão da titulação individual dos lotes. Como indicativo destas suspeições apresentarei, na próxima seção, uma síntese do processo organizativo dos PDSs Sepé Tiaraju e Mário Lago.

4.3 - PDS Sepé Tiaraju e Mário Lago: Agroecologia na capital do agronegócio

Tanto no PDS Sepé Tiaraju quanto no Mário Lago, os dirigentes da regional do MST em Ribeirão Preto, têm incentivado a implantação de SAFs e a criação de associações e cooperativas de produção e comercialização agrícola. Considerando a importância política destes dois Assentamentos, no início do ano de 2014, decidi revisita-los. O objetivo das visitas era verificar as condições de vida dos assentados e a infraestrutura produtiva disponível em ambos os projetos.

Em relação à produção agrícola desenvolvida no PDS Sepé Tiaraju, o quadro não diferia da situação relatada em trabalhos realizados por outros pesquisadores, entre os quais,

⁶¹ Até o ano de 2012, o INCRA dividia o processo de implementação de um assentamento rural em oito fases, sendo: 0) obtenção; 1) pré-projeto; 2) criação; 3) assentamento criado; 4) em instalação; 5) em estruturação; 6) em consolidação e, 7) assentamento consolidado. A partir de 2013, os relatórios do Sistema de Informação sobre Projetos de Reforma Agrária (Sipra), passaram a incluir mais duas fases, sendo: 8) assentamento cancelado e 9) assentamento revogado (BRASIL, 2011;2014).

Ramos Filho *et all*, (2010); Aly Junior, (2011) e Scopinho (2012). Conforme apontam os dois primeiros autores, de fato, nos lotes onde os assentados implantaram SAFs, a produção agrícola era mais diversificada o que garantia, tanto o autoconsumo quanto a possibilidade de comercialização do excedente. Pesquisas indicam que os SAFs, além de ampliar e diversificar a produção agrícola também podem transformar os assentamentos rurais em “*territórios protetores e produtores de água*” (SOUZA, 2013, p. 38).

Não obstante os resultados positivos obtidos através da implantação dos SAFs, alguns assentados do PDS Sepé Tiaraju ainda seguiam com problemas de abastecimento de água, sobretudo, água destinada ao desenvolvimento da horticultura. A julgar pela falta de água com que conviviam aqueles trabalhadores, contradição é o termo mais apropriado para definir a situação encontrada no Sepé Tiaraju, no ano de 2014, pois aqueles que protegiam e produziam água, não dispunham deste recurso em quantidade e qualidade satisfatória para viver e produzir. Aliada à estiagem ocorrida na safra 2013/2014, a indisponibilidade de água para irrigação fez com que alguns assentados perdessem os recursos financeiros investidos em seus respectivos lotes.

Na visita feita ao PDS Sepé Tiaraju entrevistei alguns trabalhadores e eles relataram que as dificuldades estavam tornando-se crônicas, pois alguns deles tentaram obter financiamento junto aos bancos da região, mas não conseguiram, uma vez que os representantes das instituições financeiras exigiam um documento que comprovasse, não a concessão de direito de uso da terra, mas sim um título de domínio efetivo do lote. Esta questão estava em discussão dentro do Assentamento, sendo que os representantes do INCRA/SP já estavam cientes da necessidade de imitar títulos de domínio legal e individual de cada lote.

A meu ver, esta é uma reivindicação difícil de ser atendida, pois ela contraria a Norma de Execução nº 93/2010, a qual define as regras dos contratos de concessão para uso dos lotes de um PDSs. Até o final do ano de 2014, este assunto seguia indefinido e, dependendo dos seus desdobramentos, ele poderá tornar ainda mais complexo o processo de consolidação do PDS Sepé Tiaraju.

Quanto ao PDS Mário Lago, a situação verificada, em meados do ano de 2014, era diferente daquela existente entre os anos de 2008 e 2010, período no qual acompanhei a organização deste Assentamento. Não havia, por exemplo, divergências políticas entre a direção do INCRA/SP e os dirigentes da regional do MST de Ribeirão Preto. Outro aspecto importante era que a produção agropecuária vinha aumentando, sobretudo, com o cultivo de hortaliças e a criação de pequenos animais.

Não obstante estes aspectos promissores constatei que a infraestrutura social do Assentamento ainda era precária, pois a escola e a Unidade Básica de Saúde (UBS) não haviam sido construídas; alguns lotes também não dispunham de água em quantidade e qualidade adequada. Além disso, o sistema de coleta de esgoto e lixo doméstico era deficitário. Enfim, vários compromissos estabelecidos no TAC, assinado em 2010, não foram cumpridos.

De toda forma, assim como no Sepé Tiaraju, no Mário Lago, o destaque ficava por conta dos SAFs existentes em alguns lotes. É importante destacar que na fase de discussão e elaboração do TAC, o acordo era que os SAFs seriam implantados, primeiramente, nas áreas coletivas e depois nas áreas individuais. Ao que parece, esta diretriz também não foi cumprida e, segundo os coordenadores do Assentamento, a decisão de implantar SAFs nos lotes era uma forma de demonstrar, aos assentados, as vantagens econômicas obtidas através desse sistema de produção agrícola.

Apoiados pela direção regional do MST, os SAFs estavam sendo implantados por meio de uma parceria firmada entre a coordenação do PDS Mário Lago, a Cooperafloresta e a Estação Luz, uma OSCIP que atuava no município de Ribeirão Preto. Os recursos financeiros para implantação e manejo dos SAFs vinham de dois programas, a saber, o Programa Petrobras Ambiental e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II⁶². Durante a visita feita ao PDS Mário Lago, participei de um curso básico de implantação de SAF. Numa área de 300 metros quadrados o que corresponde a 0,03 hectares, os assentados prepararam a terra, construíram os canteiros e neles plantaram uma variedade de hortaliças e espécies frutíferas.

A guisa de encerramento da presente seção destaco a seguinte questão. Se no início dos processos organizativos dos PDSs Sepé Tiaraju e Mário Lago, os dirigentes do MST tiveram que construir alianças no campo político, na fase de desenvolvimento produtivo dos respectivos Assentamentos, as alianças e parcerias ocorrem no campo do conhecimento técnico para implantação de SAFs e na busca por recursos financeiros, sem os quais os Assentamentos não prosperam, ou seja, o *Projeto de Desenvolvimento Sustentável* torna-se uma espécie de letra morta, uma retórica que não sai do papel. Ampliar a análise para assentamentos do tipo PDS cuja organização política não é influenciada pelo MST torna-se decisivo, pois isto pode indicar a existência de outros obstáculos presentes no processo

⁶² Este Programa era coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e contava com financiamento parcial do Banco Mundial. Com um valor total de US\$ 130 milhões, o Microbacia II deveria ser executado em um período de cinco anos. (2011-2015). Informações disponíveis em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/oprojeto.php> - Acessado em maio de 2014.

organizativo desta modalidade de assentamento rural. Este será o propósito do próximo capítulo.

Capítulo 5 - *Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento*

O presente capítulo está dividido em cinco seções. A primeira apresenta os principais aspectos do processo judicial de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha. Nesta seção, busquei entender como se deu a escolha do PDS como modalidade de assentamento rural a ser implantada nas respectivas Fazendas. A segunda seção é composta pela descrição e análise das origens, das trajetórias de migração e dos aspectos socioculturais de algumas famílias.

A partir da terceira seção, procurei compreender em que medida os princípios da eficiência econômica, da justiça social e da prudência ecológica foram, até o final do ano de 2014, contemplados nos referidos Assentamentos. Neste sentido, minhas atenções voltaram-se, primeiramente, para as condições de acesso das famílias às políticas públicas de saúde, educação, habitação e saneamento básico. As questões econômicas foram analisadas com base nos seguintes tópicos: infraestrutura produtiva, créditos e assistência técnica disponível para produção, canais de comercialização e o processo de organização das associações. Os aspectos ambientais foram analisados a partir da percepção socioambiental manifestada pelos assentados, pelo presidente da Feraesp e também através das intervenções ambientais realizadas por técnicos do INCRA/SP, do Senar e da Iniciativa Verde, uma OSCIP sediada na cidade de São Paulo, mas que desenvolve projetos ambientais em propriedades privadas e assentamentos rurais localizados no interior do estado de São Paulo.

5.1 - O processo de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha

Para compreender as origens do processo de implantação dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro recorri a um processo judicial existente na Segunda Vara da Justiça Federal de São Carlos⁶³. Consta no referido processo que as Fazendas Santa Helena e Batalha pertenciam a Miguel da Silva Lima e, em decorrência de dívidas deste cidadão com o erário federal, em outubro de 1993, as suas propriedades foram adjudicadas em favor da União. Entretanto, o senhor Miguel, aproveitando-se da lentidão do sistema Judiciário brasileiro e da inércia do Executivo Federal continuou explorando ambas as fazendas, sobretudo, por meio de parcerias e arrendamento de terra. Durante a década de 1990, por exemplo, um

⁶³ Processo nº 0000138-91.2004.403.6115

primeiro arrendatário utilizou a Fazenda Santa Helena com a exploração da pecuária bovina e avicultura; no início dos anos 2000, outro arrendatário, de nome Sérgio Ribeiro da Silva, passou a cultivar cana-de-açúcar nesta Fazenda, atividade que já vinha desenvolvendo na Fazenda Batalha.

Portanto, entre 1993 e 2003, tanto a Fazenda Santa Helena quanto a Fazenda Batalha foram exploradas economicamente, mas de forma ilegal e insustentável, pois naquele período, Miguel da Silva Lima, não detinha mais o domínio legal sobre as duas propriedades; em segundo lugar, a atividade canavieira desenvolvida em ambas as Fazendas acabou gerando impactos ambientais significativos, especialmente no interior da Fazenda Santa Helena onde restaram apenas pequenos fragmentos de vegetação nativa.

Quando o Ministério Público Federal (MPF) tomou conhecimento desta situação, seus representantes ingressaram com uma Ação Cível Pública (ACP) contra o “proprietário” Miguel da Silva Lima e o segundo arrendatário. Na referida ACP, os promotores também citaram a irresponsabilidade do Governo Federal, uma vez que a Instituição não tomou providências para impedir que os imóveis, adjudicados em favor da União, continuassem a ser utilizados de forma ilegal e insustentável.

A ação civil impetrada pelo MPF estava fundamentada em boletins de ocorrência e Autos de infração ambiental lavrados por agentes da Polícia Ambiental do estado de São Paulo e também em laudos elaborados por técnicos do antigo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN). Dirigindo-se ao promotor de justiça do meio ambiente da Comarca de São Carlos, um dos técnicos do DEPRN relatou os danos ambientais verificados durante uma vistoria realizada na Fazenda Santa Helena. Em suas palavras,

Junto com o arrancamento de árvores de grande porte, plantas arbóreas ainda jovens foram totalmente suprimidas pelo plantio de cana no local, fato que impediu a continuidade da regeneração natural florestal que ali se desenvolvia (JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2004, p. 1).

Considerando que a Fazenda Santa Helena está situada sob uma área de recarga do Aquífero Guarani, o técnico do DEPRN sugeriu, à promotoria pública, que esta Fazenda fosse transformada em uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que, diferente das UC de uso sustentável, não permite o desenvolvimento de atividades econômicas, tais como: a agricultura, pecuária, silvicultura, avicultura, etc.

Inicialmente, os promotores aceitaram a sugestão dada pelo referido técnico e, após análise do processo, eles solicitaram ao juiz da Segunda Vara que a União fosse obrigada,

[...] a proteger de forma integral o espaço territorial e os componentes da Fazenda Santa Helena, devendo adotar as providências necessárias à criação, implantação e gestão de uma Unidade de Conservação que abranja a totalidade desta fazenda, de acordo com os procedimentos previstos na Lei 9.985/2000 (JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2004, p. 150).

Durante a tramitação do processo, a Advocacia-Geral da União contestou o pedido feito pela promotoria e, naquela ocasião, a Superintendência Regional do INCRA/SP ajuizou uma ação reivindicando a posse das Fazendas Santa Helena e Batalha. A intenção dos representantes do INCRA/SP era transformar ambas as Fazendas em assentamentos rurais do tipo PDS.

Para defender a implantação desta modalidade de assentamento rural, os técnicos e assessores do INCRA/SP fizeram uso de um rol de leis, resoluções e portarias, entre as quais: a Lei nº 8.437/92 que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público; a Lei nº 8.629/93 que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária; a Lei nº 4.771/65 que instituiu o Segundo Código Florestal brasileiro; as Resoluções 289/01 e 387/06 do Conama, as quais definem as regras para o licenciamento ambiental dos assentamentos rurais de reforma agrária e, finalmente, a Portaria MDA/MMA nº 477/99 que criou a modalidade de assentamento rural PDS. Naquela época, os representantes do INCRA/SP argumentavam o seguinte,

Embora seja inegável a relevância da proteção ambiental não se pode relegar o ser humano, o trabalhador ou mesmo os assentamentos da reforma agrária a um plano secundário. Há necessidade de se harmonizar os aspectos humanos, sociais, produtivos e ambientais, de maneira que a propriedade rural cumpra sua função social, nos termos do artigo 186 da Constituição da República, atendendo os requisitos ali descritos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2004, pp. 152-153).

Apoiada pela Feraesp, a ideia de transformar as Fazendas Santa Helena e Batalha em assentamentos rurais do tipo PDS ganhou força, pois como mencionei no capítulo anterior, entre outubro e dezembro de 2004, estas duas Fazendas haviam sido ocupadas por

trabalhadores que migravam pelos municípios da Macrorregião de Ribeirão Preto na esperança de conseguir um lote de terra. A proposta do INCRA/SP contou ainda com o apoio de agrônomos, técnicos ambientais e ambientalistas simpáticos à luta pela reforma agrária na região de Ribeirão Preto. Não obstante, este grupo não abria mão de aplicar, aos futuros PDSs, as normas referentes à legislação ambiental vigente naquela época.

Esta posição ficou explícita num parecer elaborado, em 2007, pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) de São Carlos. Neste documento, o Conselho aprovou a criação do PDS Santa Helena, entretanto, exigiu que o INCRA/SP identificasse e demarcasse as APPs existentes na Fazenda Santa Helena. Além disso, os representantes do Comdema exigiam que, pelo menos 20% da área, fosse averbada com cláusula de perpetuidade como área de Reserva Legal (RL)⁶⁴. Ademais, os conselheiros do Comdema são-carlense faziam as seguintes recomendações:

- A) Que a área de RL fosse contígua às APPs nas margens do córrego que nasce no interior da Fazenda Santa Helena.
- B) A produção agropecuária desenvolvida na área seguisse princípios e práticas agroecológicas.
- C) Fossem estabelecidas parcerias entre os assentados e as universidades e centros de pesquisa locais para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental do assentamento.
- D) Face à pequena área disponível para fins produtivos, o número de famílias assentadas ficasse restrito ao máximo de 15, podendo este número ser revisto no futuro.
- E) Fossem estabelecidas bases para o associativismo e cooperativismo para atividades coletivas em áreas de uso comum e na consecução de objetivos e serviços comunitários, para a redução da fragilidade individual de cada unidade familiar assentada.

Considerando a proposta do MPF de transformar a Fazenda Santa Helena em UC de proteção integral e a contraproposta do INCRA/SP de fazer desta propriedade um

⁶⁴ Com a aprovação da Lei nº 12.651/12, o INCRA/SP está, legalmente, desobrigado de cumprir tal exigência.

assentamento rural do tipo PDS⁶⁵, pode-se dizer que, em meados dos anos 2000, o futuro da Fazenda Santa Helena estava sendo disputado a partir de duas perspectivas ecológicas, uma mais preservacionista e outra com tendências conservacionistas. A primeira proposta remete, portanto aos ideais da Ecologia Profunda e, a segunda, às ideias introduzidas por Gifford Pinchot, o fundador do conservacionismo norte-americano.

A análise dos documentos mostra que o segundo grupo venceu o certame, pois os PDSs foram oficialmente criados. Entretanto, a sentença judicial publicada em 2011, já evidenciava as contradições e limites do processo de implantação dos referidos PDSs.

É certo que após a retomada do imóvel pela União Federal, os imóveis rurais passaram a ser destinados ao Plano Nacional de Reforma Agrária, implantado pelo INCRA. Dada essa destinação, diversas famílias foram assentadas na fazenda, embora o laudo pericial produzido nos autos tenha revelado que sem um cuidado ambiental adequado, pois [...] **a premissa básica do projeto não foi cumprida**, ou seja, não foi providenciado pelo INCRA o licenciamento ambiental necessário e preconizado nas diretrizes do PDS e devidamente estabelecidas pela Resolução 289/2001 do Conama [...] Diante de tudo o que já foi dito, permanece a obrigação da União Federal, especialmente diante da implantação do assentamento noticiada nos autos, de proteger de forma integral o espaço territorial e os componentes da Fazenda Santa Helena. A prova produzida nos autos não revela óbices à manutenção do assentamento no local. No entanto, a União deverá cuidar para que tal assentamento não implique em novas atividades degradantes (JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2004, pp. 948-949) [grifo meu].

Antes de analisar no cotidiano das famílias assentadas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, é necessário ressaltar outros aspectos observados no processo judicial de constituição destes assentamentos. Primeiro, em relação à Fazenda Santa Helena, os laudos técnicos indicavam que, nesta propriedade, não havia fragmentos florestais significativos. De acordo com um levantamento elaborado por um agrônomo, o restauro florestal desta Fazenda exigiria um investimento de, aproximadamente, R\$ 12.000,00 por hectare, isto somente para aquisição de mudas nativas.

Considerando que, naquela época, o Código Florestal brasileiro previa que uma propriedade rural com as dimensões da Fazenda Santa Helena era obrigada a manter, no mínimo 20 hectares de RL, pode-se afirmar que, a recomposição florestal desta propriedade não custaria menos do que R\$ 240.000,00, isto sem considerar as APPs que também foram

⁶⁵ Na verdade, a proposta dos técnicos e assessores do INCRA/SP era criar dois PDSs, um na Fazenda Santa Helena e outro na Fazenda Batalha. Esta determinação se justifica, pois ambas as Fazendas faziam parte de um mesmo processo de adjudicação.

degradadas com plantio de cana-de-açúcar. A triangulação das informações revela que a saída encontrada pelos técnicos do INCRA/SP foi bem mais econômica e ela está relacionada às condições ambientais existentes na Fazenda Batalha.

Conforme consta nos laudos, em meados dos anos 2000, a Fazenda Batalha possuía diversas áreas em adiantado estágio de regeneração natural e, mesmo com a implantação do PDS 21 de Dezembro, estas áreas foram conservadas. Assim, de um total de 253,17 hectares, apenas 45,6 foram utilizados para o assentamento de 19 famílias. O restante, ou seja, 81,98 % foram mantidos como área de RL e APP. Em termos ecológicos esta atitude seria digna de louvor. Todavia, como mostra o Quadro 11, os técnicos do INCRA/SP aproveitaram o percentual excedente de RL da Fazenda Batalha para fazer duas compensações ambientais, sendo a primeira de 129,89 hectares de RL inexistentes no PA Horto Guarany, um antigo assentamento rural localizado no município de Pradópolis e, a segunda, previa compensar 13,46 hectares de RL que faltavam no PDS Santa Helena.

Quadro 11 – Áreas de Reserva Legal do PDS 21 de Dezembro

Reserva Legal		Áreas utilizadas para compensação ambiental do PA Horto Guarani
Nº	Área (ha)	
01	18,6892	-----
02	33,8083	33,8083
03	62,1089	62,1089
04	2,3326	2,3326
05	21,4892	21,4892
06	33,1919	-----
07	6,4287	6,4287
08	2,9684	2,9684
09	0,7641	0,7641
Total	181,7813	129,899

Fonte: Gonçalves, 2015 – Elaborado pelo autor a partir de mapas fornecidos pelo INCRA/SP.

Estas informações indicam que a Fazenda Batalha tornou-se uma espécie de “ilha de *sintropia*” (ALTVATER, 1995), ou seja, um verdadeiro ativo ambiental à disposição dos técnicos do INCRA/SP. Contudo, ressalta-se que com a aprovação da Lei nº 12.651/12, as compensações ambientais realizadas pelo INCRA/SP estão plenamente de acordo com a legislação, pois como indica o item 4 do § 5º artigo 66 desta Lei, a compensação ambiental poderá ser feita mediante,

Cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com

vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma (BRASIL, 2012, p. 3).

A decisão de transformar as Fazendas Santa Helena e Batalha em assentamentos rurais do tipo PDS também deve ser analisada do ponto de vista dos trabalhadores assentados, ou seja, é importante compreender em que medida estes sujeitos participaram do processo de discussão que resultou na escolha do PDS. Bem, neste aspecto, a fala dos assentados revela a assimetria de poder e a falta de informação e diálogo existente nos processos de organização de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil.

Indagado a respeito da sua participação nas discussões sobre a modalidade de assentamento PDS, um assentado manifestou-se da seguinte forma,

[...] já tinha assunto de PDS, mas eu não estava querendo o PDS na época, mas depois como você vê, se fosse fazer um PA aqui a terra era pouca (Assentado do PDS Santa Helena).

Embora tenha aceitado a ideia do PDS, o mesmo assentado expressou certa decepção em relação à esta modalidade de assentamento rural,

Eu só animei quando eles falaram que um PDS teria o mesmo apoio que se fosse um PA do INCRA, aí eu falei: tudo bem, se conseguir três alqueires, não deu para fazer três, mas falta pouquinho para três. Então tem o mesmo recurso que eles mandam, a mesma coisa como se fosse um PA, então para mim estava bom, e teria mais apoio. **Só que é assim, esse mais apoio é que eu não vi ainda** (Assentado do PDS Santa Helena) [grifo meu].

O depoimento de outro assentado que, na época da entrevista, encontrava-se com problemas de saúde é mais contundente em relação à falta de esclarecimento sobre as especificidades do PDS. Não obstante, o mesmo revela ter consciência sobre a necessidade de conservar os recursos naturais, bem como, quem são os verdadeiros responsáveis pela degradação ambiental das áreas rurais da Macrorregião de Ribeirão Preto.

A turma não queria optar muito no PDS, porque pelo PDS nós plantávamos árvores do começo ao fim e uma coisinha no meio. Você vai viver de que jeito da terra desse jeito? Não digo você desmatar, fazer horrores da terra; porque hoje a gente vê que você está pagando o preço dos caras que desmataram, que nem o usineiro. Porque não vai fazer um PDS no usineiro? Vem fazer num coitado que **depende disso aqui para viver e tratar dos filhos**. Usineiro pode expandir o que ele bem quiser, desmatar tudo. **Isso aqui quem desmatou foi usineiro**. Aqui, até hoje você mexe e ele [solo] está afundando, sabe o que é? São

as árvores [...] eles enterraram as árvores, agora está apodrecendo e afundando (Assentado do PDS Santa Helena) [grifos meu].

Assim como no PDS Sepé Tiaraju, no Santa Helena, a falta de um título de domínio legal sobre o lote também começava a despontar como uma questão preocupante, pois a não concessão deste documento gerava insegurança em alguns assentados. Sobre este imbróglio, um trabalhador manifestou arrependimento por ter ingressado na luta pela terra.

Vendi minha casa em São Carlos para investir em sem terra. Hoje se eu não tiver condições de ficar aqui eu vou para onde? Não dá para voltar para a cidade. Hoje se eu souber de uma pessoa que está bem colocada e ela falar que vai para o sem terra eu falo, não faz isso não amigo [...] eu não aconselho, porque além de você sofrer e ver a sua família sofrer, você não tem direito em nada, você entendeu? Você não tem direito em nada. Você praticamente é um escravo do INCRA, você não tem segurança. Amanhã ou depois eu morro o que vai ficar para minha família? Está errado isso. Não digo dar o título para quem não merece, mas para aquele que é da terra, que quer a terra, que está na terra eu acho que eles deveriam ter um cuidado maior. Eu queria partir dessa terra e ter a certeza de que isso seria deles [esposa e filhos], você entendeu? Mas eu não tenho essa segurança (Assentado do PDS Santa Helena).

Nos projetos de assentamento de reforma agrária, a titulação (ou não) dos lotes é uma questão polêmica sobre a qual os assentados ainda têm muitas dúvidas. No caso dos “assentamentos diferenciados”, entre os quais estão os PDSs, os PAEs e os PAFs, o INCRA publicou, em julho de 2010, a Norma de Execução nº 93/2010 que trata da transferência de direito de uso da terra. A cláusula XII deste documento assegura que

Em caso de morte ou invalidez de qualquer dos titulares da unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), o CONCEDENTE assegurará a continuidade da presente concessão aos seus sucessores, que preencham os requisitos legais e estejam explorando e residindo na área do projeto, desde que se comprometam a dar prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU e aceitem expressamente as condições contidas neste contrato, firmando termo aditivo nas condições e prazos estipulados pelo INCRA (BRASIL, 2010a, p. 2).

Na referida Norma também está explícito que

Cláusula XIV - não será concedido o Título de Domínio aos CONCESSIONÁRIOS de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE e de Projeto de Assentamento Florestal - PAF (BRASIL, 2010a, p. 2).

Quando se interpõe a fala do assentado com as regras expressas nas cláusulas XII e XIV da Norma de Execução nº 93/2010, percebe-se que, no caso do PDS Santa Helena, não houve um amplo debate acerca das especificidades do PDS. Portanto, é possível afirmar que a escolha desta modalidade de assentamento para a Fazenda Santa Helena não contou com uma participação efetiva dos trabalhadores. Esta maneira de organizar um assentamento rural tem suas consequências, pois como advertiu Gomes da Silva (1971),

Nunca um processo de Reforma Agrária alcançará integralmente seu objetivo se o camponês não o entender, e em sua totalidade não o assimilar, o que só será conseguido com a sua participação efetiva (p.41).

Mesmo tendo sido formulada há mais de quatro décadas, a questão levantada por Gomes da Silva continua atual. De fato, a participação efetiva dos trabalhadores é fundamental em todas as fases do processo organizativo dos assentamentos rurais, em especial nos PDSs, PAEs e PAFs, pois as diretrizes estabelecidas para a criação destes assentamentos sugere que a terra não deve ser apreendida enquanto uma propriedade privada, mas sim como um bem comum, isto é, um recurso natural essencial à reprodução física e social das presentes e futuras gerações. A meu ver, esta é a ideia que serve de base para que o INCRA não conceda títulos de domínio sobre os lotes existentes nos PDSs. Dada à complexidade, as divergências e polêmicas que cercam a questão da titulação, ela não é discutida, abertamente, com os assentados e isto aumenta as dúvidas e incertezas que estes sujeitos têm em relação aos seus direitos.

A análise do processo judicial de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha foi uma estratégia bastante profícua no desenvolvimento da pesquisa, pois a leitura dos laudos, das petições, representações, boletins de ocorrências, autos de infração ambiental e outros documentos contidos neste processo revela a posição assumida por diferentes instituições, entre as quais, a Superintendência Regional do INCRA/SP, o MPF, o DEPRN e o Comdema de São Carlos, por exemplo. Não obstante haja, entre estas instituições, diferentes perspectivas em relação à sustentabilidade ambiental, pode-se afirmar que o horizonte de atuação dos seus representantes é dado pela legislação ambiental. Formado por diferentes extratos da classe média, entre os quais, profissionais liberais, pesquisadores, funcionários públicos, professores, técnicos ambientais, ambientalistas, etc, este grupo pratica o que Alphandéry *et all* (1992) chamam de “*civismo ecológico*”, ou seja,

uma forma de atuação ambiental baseada em novos valores éticos, novas formas de desenvolvimento econômico com justiça social e respeito à natureza. Não se pode negar a legitimidade desta diretriz ambiental, entretanto, é importante saber em que medida ela dialoga com as perspectivas – materiais e não materiais – dos trabalhadores assentados dentro dos PDSs.

5.2 – As origens das famílias assentadas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro

Cheguei ao PDS Santa Helena no início do ano de 2011 e, logo após contato com uma das lideranças do Assentamento, conheci algumas áreas, entre as quais um barracão de uso coletivo e uma represa da qual as famílias retiravam água para consumo doméstico. Após esta primeira visita, retornei ao Santa Helena diversas vezes durante o ano de 2011. À medida que eu visitava o Assentamento, conhecia as características socioculturais e as relações sociais existentes entre algumas famílias. Descobri, por exemplo, que os beneficiários dos lotes 1 e 2 eram irmãos; o beneficiário do lote 9 era casado com a filha do beneficiário do lote 2; o beneficiário do lote 13 era filho do beneficiário do lote 12. Estas relações de parentesco estendiam-se, portanto, às categorias de sobrinhos (as), cunhados (as), netos (as).

Outra questão importante que pude observar nas primeiras visitas, diz respeito ao modo de organização do espaço físico⁶⁶. No PDS Santa Helena, as famílias que mantinham algum grau de parentesco viviam próximas umas das outras. Essa forma de ocupação espacial revela que, do ponto de vista dos assentados, os assentamentos rurais funcionam como um lugar de rearranjo das relações familiares (LEITE, S. *et all*, 2004; SCOPINHO, 2012). De fato,

Os assentamentos vêm mostrando a sua importância na agregação das famílias. É comum a existência de familiares no mesmo projeto de assentamento, mostrando a sua relevância na construção de sociabilidades anteriormente em crise. Isto demonstra que o lote é um ponto de apoio familiar (JÚLIO *et all*, 2006, p. 114).

⁶⁶ No anexo encontram-se disponíveis mapas que permitem compreender a organização espacial dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Aproveito para agradecer aos técnicos dos setores de cartografia e meio ambiente do INCRA/SP a cessão de arquivos digitais dos referidos mapas.

Em 2011, eu já havia consultado o processo judicial de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha. Não obstante esta consulta, nas primeiras conversas que mantive com os assentados procurei saber, a partir do depoimento de algumas famílias, como ocorreu o processo de ocupação de ambas as Fazendas. Segundo relatos, a primeira ocupação da Fazenda Santa Helena foi feita por um grupo de trabalhadores de São Carlos conhecido como grupo Vitória. Com a reintegração de posse obtida pelo “proprietário”, os trabalhadores deixaram a área, mas ficaram alojados numa chácara alugada pela Feraesp. Segundo o presidente desta Federação, a decisão de locar aquela propriedade foi tomada para que as,

Famílias tivessem um abrigo e não sofressem mais a amargura de ficarem sendo despejadas; pelo menos eles tinham um lugar, vamos dizer, próprio [...] Isto permitiu que eles se reorganizassem num local mais seguro, mais tranquilo para defender que a justiça fosse feita nas terras do Miguelzinho, tanto de Descalvado quanto de São Carlos (Entrevista concedida pelo presidente da Feraesp – junho 2014).

Alguns assentados afirmaram que a participação nas ocupações de terra nem sempre era feita em bloco, isto é, sempre que possível uma parte da família ficava fora do acampamento. A meu ver, esta estratégia era uma garantia de que haveria um meio de retornar à cidade caso ocorresse uma nova reintegração de posse. Este aspecto foi evidenciado por um assentado do PDS 21 de Dezembro nos seguintes termos,

Pensei bem, ai falei para mulher, ah! Eu vou para lá, ai vim sozinho, deixei eles trabalhando lá e vim sozinho; acho que fiquei aqui quase um ano, um ano e meio sozinho. Ai o pessoal do INCRA começou a fazer reunião e a gente começou a acreditar [...] (Assentado do PDS 21 de Dezembro)

Ao contrário deste assentado, algumas famílias não receberam apoio dos seus parentes, nem mesmo depois de terem obtido a concessão de direito de uso da terra. Como revelaram duas assentadas.

Até hoje nossa família é contra, ninguém é a favor da gente estar aqui (Assentada do PDS Santa Helena).

Tem parente que até hoje não veio visitar a gente porque acha que a gente ainda mora num barraco de lona (Assentada do PDS 21 de Dezembro).

Nas primeiras entrevistas procurei saber quais os motivos que os levaram a entrar na luta pela terra. Para alguns assentados, o retorno para o campo era a única opção frente às dificuldades de sobrevivência encontradas na cidade, particularmente os problemas relacionados à violência, as despesas com moradia, transporte, alimentação, entre outros fatores. Isto corrobora uma questão apontada por Scopinho (2012), pois segundo esta autora, “[...] a ocupação de terras pode não ocorrer por idealismo ou engajamento político, mas por motivos muito concretos relacionados à sobrevivência imediata” (p.55).

Não obstante os elementos de ordem material, alguns assentados revelaram que a participação nas ocupações de terra estava relacionada ao desejo que eles mantinham de retornar à vida no campo. Como argumentou um trabalhador que migrou do Sul de Minas Gerais para o município de Descalvado.

Eu sou apaixonado por terra. Hoje a minha maior alegria é isso, eu ver o meu gado, meus porcos, minhas galinhas. Chega a noite, eu vou deitar, acordo com os galos cantando, é a coisa mais gostosa do mundo (Assentado do PDS 21 de Dezembro).

Assentadas que eram mães de filhos menores de idade afirmaram que morar no assentamento era melhor, pois ali elas não ficavam tão preocupadas com seus filhos. Segundo essas mães,

Para as crianças também é melhor, porque você pode deixar elas à vontade; **tirando o perigo das cobras** o resto é bom. Eu gosto mais daqui (Assentada do PDS Santa Helena) [grifo meu]

Aqui você tem mais espaço para as crianças brincarem sem ter a preocupação que vai acontecer alguma coisa. Na cidade a criança fica presa naquele quadradinho e, se ela sai, você já fica, ai meu Deus do céu o que aconteceu (Assentada do PDS Santa Helena).

Outra questão que procurei investigar dizia respeito à origem e as trajetórias de migração dos assentados. Esta questão tem sua importância, pois assim como Ribeirão Preto e Araraquara, São Carlos e Descalvado também passaram a receber, a partir da década de 1990, um contingente significativo de trabalhadores oriundos de diferentes regiões do país. Entre as décadas de 1970 e 1990, estes trabalhadores migravam para os municípios da Macrorregião de Ribeirão Preto para trabalhar no corte da cana-de-açúcar e na colheita da laranja. Ao final de cada safra, eles retornavam para suas regiões ou migravam para outras

localidades em busca de trabalho. Estes trabalhadores viviam, de fato, como verdadeiros “errantes” (SILVA, 1999). A partir dos anos 2000, a situação mudou e um número elevado de trabalhadores passou a viver nas periferias das pequenas e médias cidades da região de Ribeirão Preto.

O Quadro 12 contém informações referentes à idade, número de pessoas em cada família e as origens do casal de assentados do PDS Santa Helena.

Quadro 12 – Origem, idade do casal e número de pessoas por família no PDS Santa Helena (2014)

Lote	Estado de origem do casal		Idade do casal (anos)		Nº pessoas em cada família
	Ele	Ela	Ele	Ela	
01	Bahia	Bahia	63	52	3
02	Bahia	Bahia	66	60	3
03	Minas Gerais	Minas Gerais	66	63	3
04	Minas Gerais	Paraná	60	39	5
05	Alagoas	Alagoas	+	78	2
06	Paraná	Paraná	56	54	3
07	Paraná	Bahia	43	66	3
08	São Paulo	Bahia	64	----	1
09	Paraná	Bahia	43	32	6
10	Bahia	Paraná	50	51	6
11	Bahia	Bahia	71	69	3
12	São Paulo	São Paulo	77	+	3
13	São Paulo	São Paulo	54	52	2
14	Bahia	Bahia	38	28	4
Total	-----	-----	-----	-----	47

(+ falecidos) Fonte: Gonçalves, 2015 - pesquisa de campo.

Até o final do ano de 2014, as famílias que viviam no PDS Santa Helena eram formadas, em média, por três pessoas. Não obstante esta situação é bem provável que o número de habitantes em cada lote cresça futuramente, pois os estudos sobre assentamentos rurais no Brasil indicam que, após a família adquirir a posse do lote, começam a chegar os agregados que tanto podem ser parentes quanto amigos que estejam passando por algum tipo de dificuldade. (LEITE, S. *et all*, 2004, SCOPINHO, 2012).

Quanto à idade dos assentados do PDS Santa Helena, os números mostram que os homens tinham, em média, 58 anos e as mulheres um pouco menos, em média 54 anos. Considerando esta faixa etária, é possível afirmar que o PDS Santa Helena encontrava-se num processo de envelhecimento. Esta situação pode refletir negativamente sobre a

dimensão produtiva deste Assentamento, sobretudo, quanto se leva em consideração a intensidade de mão de obra exigida por sistemas alternativos de produção agropecuária como, por exemplo, os SAFs, os Sistemas Silvopastoris (SSP), a horticultura orgânica, etc. Além deste aspecto, o envelhecimento pode fazer com que algumas famílias acabem arrendando parte de suas terras para outros assentados, ou até mesmo para pessoas que não participaram do processo de construção política do Assentamento.

No que diz respeito à região de origem dos casais, as informações contidas no Quadro 12 revelam que a maioria era migrante vinda, principalmente dos estados da região Nordeste do país. Havia também um número significativo de pessoas que vieram do Paraná. Naquele estado, quando não eram arrendatárias de terra, eram meeiros que cultivavam lavouras de café, algodão, milho e feijão. Para os trabalhadores rurais, as consequências do sistema de meia parte são bem conhecidas. Como afirmou uma assentada de 78 anos que migrou, no começo da década de 1990, de Londrina para o município de São Carlos,

Lá plantava de tudo, mas não sobrava nada, no final do ano não sobrava nada, era aquele sacrifício, era despesa, só despesa porque o nosso era pouco. Do patrão tinha de monte, saía de tudo, mas o nosso era só para pagar conta. **Comprava assim um veneno, um adubo**, no café tinha que pôr, mas o café lá era café (Assentada do PDS Santa Helena) [grifo meu].

Um assentado que era natural do município paranaense de Engenheiro Beltrão também descreveu parte de sua trajetória de migração,

Quando saí do Paraná eu fiz um curso na área de segurança. Do Paraná eu fui para o Mato Grosso, do Mato Grosso voltei para casa dos meus pais e depois de lá eu vim direto para cá. Cheguei em 1992, já conhecia São Carlos, eu tenho uns irmãos que vieram para cá, em 1989, para trabalhar na construção civil. Então eu vim por causa deles. Eu trabalhei até os vinte e quatro anos com agricultura, plantei muito café, eu gosto do cafezinho. Sei lidar com café do começo ao fim. Também apanhei muito algodão, mas depois foi acabando, acabando, ai ficou praticamente igual ao estado de São Paulo, mais é cana né (Assentado do PDS Santa Helena)

Estes depoimentos indicam que uma parcela significativa dos assentados foi forjada como trabalhador rural durante as décadas de 1960 e 1970, um período no qual a agricultura brasileira passou por um processo intenso de transformações em sua base técnica, especialmente pela ampliação do uso de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos químicos. Embora as heranças deixadas pela Revolução Verde não contribuam com

as diretrizes da produção agrícola estabelecidas para os PDSs, não se pode negar ou simplesmente esquecer as experiências vividas pelos assentados, pois elas são parte constitutiva destes sujeitos.

Ainda no que diz respeito à migração, apresento a trajetória feita por uma assentada, cuja experiência com o cultivo de café no interior do estado de São Paulo marcou, de forma indelével, a sua memória. A referida assentada migrou, ainda criança, de Ibipitanga, no estado da Bahia, para o município de Santa Fé do Sul, região Noroeste do estado de São Paulo. Na fase adulta migrou para Campinas onde trabalhou no setor de serviços daquela cidade. Ela conseguiu aposentar-se e, no começo dos anos 2000, decidiu participar das ocupações de terra que vinham ocorrendo pelo interior paulista. Como ela mesma afirmou, “[...] *ai comecei a andar com os sem terra*”. Questionada sobre o porquê do plantio de alguns pés de café logo na entrada do seu lote, ela respondeu o seguinte,

Para que eu planto? Para consumo, porque eu acho bonito, é uma recordação do velho [pai]. Meus pés de café ficam ai até eu morrer, ai depois que eu morrer arranca (Assentada do PDS Santa Helena).

Contando com o benefício da sua aposentadoria, o apoio do marido e os conhecimentos técnicos de um agregado, esta assentada vinha estruturando o seu lote com a criação de gado bovino, aves, peixe, cultivo de hortaliças, banana, abóboras, mandioca, silvicultura com eucalipto, entre outras atividades.

As características socioculturais e as origens destes trabalhadores reforçam a tese de que, no estado de São Paulo, a população demandante de terra é, majoritariamente, migrante. Todavia,

[...] é importante ressaltar que eles não migram para ocupar terras, pelo contrário, a ocupação de terras é que se colocou como uma alternativa para garantir a sobrevivência no decorrer da trajetória de migração (SCOPINHO, 2012, p. 115).

Outros elementos do cotidiano vivido pelas famílias assentadas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro serão analisados nas seções onde discuto os aspectos sociais, econômicos e ambientais presentes em ambos os Assentamentos. Para finalizar esta seção, apresento a Fotografia 5 que foi produzida durante uma das visitas feitas ao PDS Santa Helena.

Fotografia 5 – Fachada da Escola Novo Horizonte - PDS Santa Helena (2014)



Fonte: Gonçalves, 2015. Fotografia elaborada pelo autor durante pesquisa de campo.

Nesta fotografia, o que chama a atenção é a imagem de Luiz Gonzaga reproduzida na fachada da escola Novo Horizonte. A figura do “rei do baião” serve como um indicativo das origens e identidades sociais de várias famílias que viviam no Assentamento Santa Helena. De fato, como ressalta Maciel (2013), uma parte dessa população está “[...] presa às raízes dos espaços de vida de onde partiu” (p. 129).

5.3 – As questões sociais nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro

No início do ano de 2011, das 14 famílias que viviam no PDS Santa Helena, 13 possuíam residências construídas em alvenaria; a exceção era o titular do lote 14⁶⁷ que ainda aguardava a liberação do crédito habitação. No geral, a estrutura das moradias era precária, pois nem todas possuíam acabamento e, as que estavam em melhores condições, resultavam de investimentos feitos com recursos humanos e financeiros das próprias famílias, especialmente em mão de obra, dado que muitos assentados possuíam experiência na área da construção civil. A esperança das famílias era realizar o acabamento das moradias com recursos financeiros do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)⁶⁸.

Até o término do trabalho de campo, este sonho não havia sido realizado, pois a liberação dos créditos deste Programa só poderia ser feita através de uma entidade sem fins lucrativos, tipo uma associação formada, por no mínimo, quatro famílias. Ainda que os assentados do PDS Santa Helena já contassem com uma associação, a Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena, esta entidade não estava em condições de pleitear recursos junto ao governo federal, pois divergências internas forçaram a troca da presidência e a reorganização dos demais cargos da diretoria. Tal situação revela que, em 2014, não faltavam recursos financeiros para os projetos de habitação nos assentamentos rurais. Entretanto, a imposição do associativismo impedia que as famílias acessassem os referidos recursos.

Quanto ao sistema de coleta e tratamento de esgoto do PDS Santa Helena, até meados de 2014, todas as moradias utilizavam fossa simples, ou seja, os dejetos eram depositados diretamente no subsolo. Este cenário começou a mudar quando teve início um projeto de construção de Fossas Biodigestoras (FBD). Esta tecnologia de tratamento de esgoto foi desenvolvida pela Embrapa Instrumentação de São Carlos e, no PDS Santa Helena, a implantação do sistema fazia parte do Projeto Plantando Águas que era

⁶⁷ Este lote não estava previsto na primeira demarcação realizada pelos técnicos do INCRA/SP. Entretanto ele passou a existir depois que os assentados se reuniram e decidiram ceder parte de uma área coletiva para um dos filhos do beneficiário do lote 2, pois segundo consta, ele também havia participado do processo de ocupação da Fazenda Santa Helena.

⁶⁸ Este Programa foi criado pelo governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e a coordenação estava a cargo da Caixa Econômica Federal (CEF). De acordo com informe publicitário do governo, o objetivo do PNHR era levar moradia digna ao agricultor familiar e trabalhador rural. No caso de construção de uma nova moradia, o valor disponibilizado, em 2014, era de R\$ 28.500,00 e para reforma ou ampliação era de R\$ 17.200,00. Informações disponíveis em: www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha_casa - Acessado em junho de 2014.

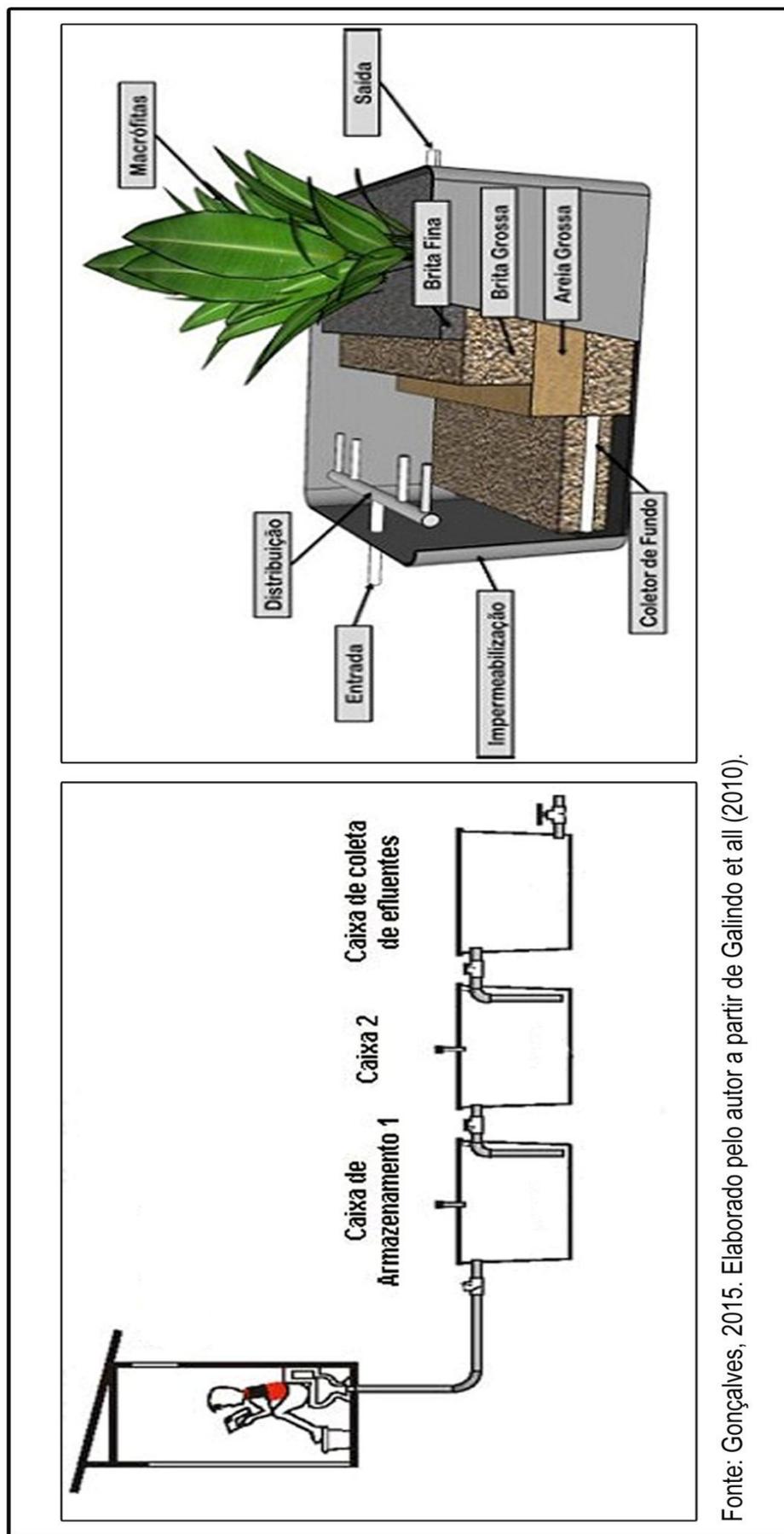
coordenado pela OSCIP Iniciativa Verde. Os recursos financeiros para aquisição dos materiais vinham do Programa Petrobras Ambiental.

O projeto Plantando Águas, desenvolvido pela Iniciativa Verde em parceria com cerca de 20 instituições e com o patrocínio da Petrobras, tem como uma de suas principais atribuições a implantação de fossas sépticas biodigestoras com apoio técnico da Embrapa de São Carlos. A Iniciativa Verde entende que nossos campos, nossas áreas rurais, prestam um serviço essencial para a vida de todos os brasileiros. Os cuidados com a saúde e preservação das fontes de água, dos mananciais, da biodiversidade, das florestas e de recuperação de áreas degradadas são fundamentais para garantir nosso futuro, nossos alimentos e mitigar os nefastos efeitos das **mudanças climáticas** (CANTO, 2014, p. 23) [grifos meu].

Como evidenciado na citação acima, o discurso elaborado pelos ambientalistas estabelece uma relação de complementariedade entre as dimensões local e global. Esta perspectiva ficou conhecida pela expressão “*pensar globalmente, agir localmente*”. Entretanto, Brandão (2007) adverte que “*A ênfase demasiada na capacidade endógena de desenvolvimento de cada território pode conduzir a um falso debate sobre as questões estruturais do desenvolvimento*” (p.39).

Além das fossas biodigestoras, algumas famílias do PDS Santa Helena também receberam, por meio de sorteio, materiais para instalação de outra tecnologia de saneamento básico, o chamado jardim filtrante. Enquanto as FBDs tratam os dejetos oriundos dos vasos sanitários, a função do jardim filtrante é tratar a água proveniente dos chuveiros, pias e também dos tanques de lavagem de roupas. A Figura 5 ilustra o sistema de funcionamento destas duas tecnologias de saneamento básico utilizadas nas áreas rurais.

Figura 5 – Desenho esquemático de fossa séptica biodigestora e jardim filtrante.



Fonte: Gonçalves, 2015. Elaborado pelo autor a partir de Galindo et al (2010).

Nos assentamentos rurais do tipo PDS, a implantação destas ecotecnologias é extremamente importante, não obstante parece que não havia muito empenho em discuti-las, previamente, com os assentados do Santa Helena. Como ressaltou uma moradora deste Assentamento.

Essas instituições vêm com um pacotinho pronto, o que eu posso fazer para vocês é essa parte de saneamento, é essa parte de SAF, vocês querem ou não querem? A gente não tem um diálogo para discutir aquilo que a gente mais precisa, é meio que imposto essas coisas. Só que de uma forma ou de outra acaba ajudando a gente, principalmente na questão ambiental (Assentada do PDS Santa Helena).

Assim como em outros PDSs implantados no estado de São Paulo, no Santa Helena, o abastecimento de água para consumo doméstico também era problemático. Em 2011, o INCRA/SP liberou recursos para a perfuração de um poço semiartesiano na área do lote 3. Todavia, o Instituto não terminou a rede de distribuição de água do Assentamento e isto obrigou os assentados a recorrer a alguns vereadores de São Carlos que, por meio de emendas no orçamento municipal, conseguiram obter recursos para a finalização da obra.

Nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, o fornecimento de água envolvia ainda a questão da qualidade deste recurso. No caso do Santa Helena, como havia apenas um poço semiartesiano, a água retirada dele era utilizada, tanto para o consumo doméstico quanto para o abastecimento de reservatórios nos quais alguns assentados criavam peixes, no caso Tilápias. Ocorre que a água usada na piscicultura não podia receber produtos químicos (cloro, flúor, etc.) que são necessários no processo de purificação da água destinada ao consumo humano. Tal situação revela que, nas áreas rurais, certas atividades produtivas necessitam de investimentos específicos, pois do contrário, tornam-se incompatíveis com os espaços de moradia.

Por mais que descreva os problemas relacionados à precariedade do abastecimento de água em ambos os Assentamentos, nada substitui a percepção dos próprios assentados sobre esta realidade. Vejamos, por exemplo, o depoimento de duas moradoras do PDS Santa Helena.

A nossa prioridade aqui é a água, é a água [...] já pensou se a gente tivesse água suficiente, **não tinha necessidade de eu ir fazer faxina na cidade**, porque a gente podia plantar alface, você podia produzir milho, ter a verdura para vender (Assentada do PDS Santa Helena, 28 anos) [grifo meu]

Aqui o problema nosso é a água. Este ano é que eu vou fazer a minha hortinha **para ter alguma coisa para comer**. Sempre eu tinha minha horta aqui, depois ficou sem água [...] Se ficar um negócio de todo mundo com horta, peixe para criar, o poço não aguenta não, e já está dando problema de novo; essa semana estava meio amarelada (Assentada do PDS Santa Helena, 78 anos) [grifo meu]

Embora as dificuldades de acesso à água fossem as mesmas para as duas assentadas, as percepções sobre a utilização deste recurso eram diferentes. Enquanto a primeira assentada percebia a água como uma possibilidade de livrar-se do trabalho fora do assentamento, cultivando hortaliças, milho e comercializando parte desta produção, a segunda a via como um recurso fundamental para ampliar a produção de hortaliças para o consumo familiar.

Em 2011, o fornecimento de energia elétrica já não era mais problema para os assentados do PDS Santa Helena, pois a rede de distribuição atendia todas as moradias, inclusive o prédio do barracão, onde funcionava um curso de alfabetização de jovens e adultos. Em relação ao espaço do barracão é necessário ressaltar duas questões. Primeira, a sala de aula foi construída pelos próprios assentados com recursos advindos de uma multa aplicada pela Justiça do Trabalho a uma empresa comercial da região de Campinas, ou seja, na construção desta sala de aula, não houve investimento do governo federal.

Segunda questão, o curso de alfabetização desenvolvido naquele espaço era coordenado pela Secretaria Municipal de Educação de São Carlos e fazia parte do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). O referido curso atendia não apenas os assentados, mas também os moradores que viviam no entorno do Assentamento. Este é um aspecto positivo, pois revela que a implantação do PDS Santa Helena facilitou o acesso à educação para uma população adulta – assentada e não assentada – que não teve condições de se alfabetizar na idade regular.

Não obstante os problemas relacionados à infraestrutura habitacional e de saneamento básico existentes no PDS Santa Helena é legítimo afirmar que as condições de vida das famílias que viviam neste Assentamento eram, relativamente, melhores do que aquelas encontradas no PDS 21 de Dezembro, pois neste Assentamento, o INCRA/SP também liberou recursos para a perfuração de um poço semiartesiano, mas, até o final do ano de 2014, nenhuma gota d'água havia sido retirada do mesmo. Diante desta situação, os assentados eram obrigados a captar água em nascentes localizadas à jusante da estação de

distribuição de vinhaça da usina Ipiranga. No PDS 21 de Dezembro havia, portanto um risco potencial de contaminação da água consumida pelas famílias.

Frente às dificuldades existentes dentro do Assentamento, algumas famílias “abandonavam” seus lotes e regressavam para as cidades da região; isto ocorreu, por exemplo, com os primeiros concessionários do lote 11. As famílias que resistiam e permaneciam vivendo no PDS 21 de Dezembro criavam diferentes estratégias para obter água. Vejamos a solução encontrada pelos moradores do lote 10,

Não vinha água para nós, então falei para mulher: Vamos ter que dar nossos pulos [...] fui na cidade e comprei um cano de três quarto [¾] porque não tinha água de jeito nenhum. Ai eu fui lá na mina e, **como a gente tem certa experiência, eu tirei duas pedras, porque você não pode cortar ramo aberrando né.** Bati o cano e fui batendo com a marreta, batia um pouco e tirava, ai acabei de puxar o cano e saiu um mundo de água. É essa água que está vindo hoje (Assentado do PDS 21 de Dezembro) [grifo meu].

No PDS 21 de Dezembro também não havia equipamentos sociais de uso coletivo, tais como, unidade de saúde, barracão, igreja, escola, etc. As crianças em idade escolar eram transportadas para Descalvado onde frequentavam cursos regulares nas redes municipal e estadual de educação.

Quanto ao transporte escolar, as famílias de ambos os Assentamentos reconheciam o empenho das secretarias de educação dos municípios de São Carlos e Descalvado, pois elas afirmavam que o transporte para as crianças e jovens não faltava.

A área da educação aqui nós não podemos reclamar, é boa, transporte não falta, é tudo normal, as escolas são boas, a gente não tem reclamação das escolas nem do transporte (Assentada do PDS Santa Helena),

Todavia, a qualidade do ensino fundamental oferecido na escola do distrito são-carlense de Água Vermelha não agradava alguns pais.

Meu menino de oito anos não sabe ler ainda, está na segunda série, vai para a terceira sem saber ler. O outro que está no segundo colegial, ele foi aprender direito depois que foi para a escola da Vila Neri. Enquanto estava na Água Vermelha não sabia nada. Eu que estudei até a quarta série ganhava dele (Assentada do PDS Santa Helena).

No que diz respeito à política de saúde pública, a percepção dos assentados do PDS Santa Helena era a de que a situação havia piorado a partir de 2013, pois o local de

atendimento das famílias foi transferido da Unidade Básica de Saúde (UBS) do distrito de Água Vermelha para a UBS da Vila São José em São Carlos.

Cortaram nós da Água Vermelha e falaram que tinha que ir para o São José. No São José é muita gente e você não consegue, você fica dois, três meses esperando uma consulta e aqui nós temos muito idoso, aqui nos temos muitas pessoas com mais de 70 anos, pessoas que tem pressão alta, diabetes. Isso ai é uma coisa que está causando muito problema para nós. (Assentada do PDS Santa Helena).

Em novembro de 2014, entrevistei um assentado que tinha problema crônico de pressão arterial. Comparando o atendimento disponível na UBS da Vila São José com aquele que era oferecido pela UBS do distrito de Água Vermelha, ele afirmou o seguinte,

Em Água Vermelha era tão bom que as meninas vinham aqui no Assentamento, elas vinham e cuidavam; hoje não. Eu, por exemplo, que tenho problema de pressão alta, eu chego lá no São José e não consigo consultar, é só a enfermeira que vem e mede a pressão. A última vez que eu medi a minha pressão estava 21/13 (Assentado do PDS Santa Helena).

Além da baixa qualidade no atendimento na área da saúde, outro ponto que preocupava os assentados do PDS Santa Helena era a questão do deslocamento até a UBS da Vila São José, pois nem todos possuíam um meio de transporte próprio. Não obstante tal dificuldade, em meados de 2014, uma assentada afirmou que o atendimento na área da saúde havia melhorado com a implantação do Programa Mais Médico.

O atendimento no pediatra eu nem reclamo porque toda vez que eu vou lá eu consigo consulta; para criança sempre teve. Para adulto é que era ruim, mas **agora melhorou com os cubanos** (Assentada do PDS Santa Helena) [grifo meu].

Embora São Carlos seja considerado um importante centro de pesquisa e formação profissional em diversas áreas do conhecimento, entre as quais a medicina, o município também foi contemplado com profissionais estrangeiros do Programa Mais Médico. De acordo com uma notícia veiculada na imprensa local, ao todo 27 médicos cubanos iriam atuar no Programa de Saúde da Família (PSF) de São Carlos⁶⁹.

⁶⁹ Informação disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos> - Acessado em novembro de 2014.

Para os assentados do PDS 21 de Dezembro, o principal problema na área da saúde não era o transporte nem o atendimento nas UBSs, mas sim, a dificuldade para realizar exames laboratoriais na rede pública do município de Descalvado.

O problema aqui é exame, exame em Descalvado é muito ruim [...] eu tenho problema de tireoide, meus exames tem que ficar pronto dentro de dez dias, fica dois meses, dois meses e meio para chegar na minha mão. Quando vem já tem que estar fazendo outro. [...] Exame de raio-x mais sofisticado, endoscopia, tudo tem que ir para fora (Assentada do PDS 21 de Dezembro).

As condições de acesso dos assentados à saúde, educação, moradia e saneamento básico não são suficientes para explicar todo o processo organizativo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Todavia, elas são importantes, pois indicam que em ambos os PDSs, a dimensão social do *desenvolvimento sustentável* não vinha sendo plenamente considerada. Os depoimentos sobre o atendimento na UBS da Vila São José, a baixa qualidade da educação básica oferecida pela escola do distrito de Água Vermelha, a ausência de infraestrutura para acesso à água potável e as dificuldades para realizar exames laboratoriais em Descalvado, revelavam que os assentados viviam uma situação de precariedade social. Portanto, naquilo que se refere aos direitos sociais, os PDSs implantados na Macrorregião de Ribeirão Preto demonstravam, claramente, quais eram os seus limites. Na próxima seção, serão apresentados e analisados os aspectos relativos à dimensão econômica dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro.

5.4 – A dimensão econômica nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro

Para compreender as questões econômicas inerentes ao processo organizativo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro foram considerados os seguintes aspectos: a produção agropecuária realizada dentro dos lotes; os créditos e a infraestrutura disponível para o desenvolvimento de atividades produtivas; a disponibilidade de serviços de assistência técnica, o trabalho remunerado a partir de atividades realizadas fora dos assentamentos e os rendimentos provenientes de aposentadorias e Programas de Transferência de Renda (PTR).

Quanto à produção agropecuária, a pesquisa de campo revelou que não havia, em ambos os Assentamentos, um padrão único que orientasse tal atividade. Muito pelo contrário, o que havia era uma grande diversidade de experiências e projetos de produção, sendo que estes eram desenvolvidos a partir dos recursos materiais, financeiros, interesses, necessidades, costumes e experiências de cada família em particular. Alguns assentados

cultivavam hortaliças, outros experimentavam a criação de peixes, suínos, aves e a também a pecuária bovina, aliás, esta atividade era utilizada como uma espécie de poupança para o pagamento de dívidas e financiamentos, em especial aqueles obtidos através do Pronaf.

No PDS Santa Helena, os assentados afirmaram que receberam R\$ 20.000,00 referentes ao Pronaf A. Com este recurso, alguns estruturaram seus lotes, adquirindo mudas de árvores frutíferas, material para irrigação, equipamentos para preparo de canteiros, mourões, arame e telas para cercamento de pequenas áreas. Entretanto, nem todos estavam adimplentes com o Programa, pois certos investimentos não deram o retorno esperado. A alegação para o não pagamento das parcelas do Pronaf era a de que havia faltado água para desenvolver os projetos de horta, por exemplo.

O meu Pronaf eu fiz com horta e a promessa do INCRA era fazer a irrigação logo no primeiro mês, mas não fez. Como é que você aprova um projeto de horta se não tem um pingo de água para você trabalhar? [...] Ai parei porque eu vinha só passando nervoso; se você molhava de manhã de tarde você não molhava, porque não tinha água; se você molhava de tarde de manhã não tinha. Quem comprou gado saiu bem (Assentado do PDS Santa Helena).

O depoimento deste assentado é emblemático, pois ele revela que os recursos públicos destinados aos agricultores familiares – via Pronaf – às vezes não cumprem com os seus objetivos. Esta situação é particularmente grave, pois leva os assentados a contrair dívidas de longo prazo com as instituições financeiras. Os débitos com o Pronaf refletiam na questão social, pois a inadimplência neste Programa impedia que alguns assentados do PDS Santa Helena acessassem outros recursos, entre os quais os créditos do PNHR.

Retomando a questão da produção agrícola, cabe ressaltar que ela seguia sempre dois caminhos, o do autoconsumo e o da comercialização do excedente nos mercados locais. Na verdade, poucos eram os assentados que comercializam e, quando vendiam seus produtos, o faziam através de feiras livres organizadas pelas secretarias de agricultura dos municípios de São Carlos e Descalvado.

Assim como ocorre em outros assentamentos rurais do Brasil, nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro também havia a presença dos famosos atravessadores, isto é, comerciantes de hortifrutigranjeiros que adquirem os produtos dos assentados – a um preço abaixo do mercado – e os revendem aos consumidores urbanos com uma substantiva margem de lucro.

Produtos essencialmente comerciais [...] são vendidos, sobretudo através dos intermediários, localmente conhecidos como “atravessadores” que, indo buscar a mercadoria no próprio assentamento, conseguem impor preços mais baixos aos assentados [...] os assentados de uma forma geral ainda não conseguiram se desvencilhar do circuito local dos “atravessadores” (LEITE, S. *et all*, 2004, p. 176) [aspas dos autores].

Como indicam estes autores, a comercialização é um dos grandes obstáculos para a consolidação dos assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. No caso dos PDSs implantados em São Carlos e Descalvado, o desafio era desenvolver uma produção agropecuária que atendesse, com regularidade, não apenas o mercado aberto, mas também o mercado institucional⁷⁰, especialmente as modalidades de compra do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae), ambos mantidos pelo governo federal.

A importância destes Programas pode ser medida pelos dados de 2014. Segundo informações disponíveis no *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão que controla os recursos do Pnae, entre março e dezembro de 2014, foram repassados R\$ 4.878.936,00 aos municípios que compõem a Microrregião de São Carlos. Este valor foi distribuído na seguinte proporção: Descalvado R\$ 366.480,00; São Carlos R\$ 3.701.160,00; Ibaté R\$ 638.300,00; Ribeirão Bonito R\$ 41.736,00 e Dourado R\$ 131.260,00. Este subsídio adquire importância à medida que se considera, por exemplo, o artigo 14 da Lei 11.947/2009, segundo o qual,

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, **priorizando os assentamentos da reforma agrária**, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, p. 3) [grifo meu].

Não obstante esta prerrogativa, durante a realização da pesquisa, somente dois assentados, um do PDS Santa Helena e outro do 21 de Dezembro, admitiram ter participado

⁷⁰ Mercado Institucional é um tipo de mercado que compreende as compras com recursos governamentais para atendimento a programas sociais tais como: alimentação escolar, restaurantes populares, hospitais, creches, asilos e doação direta à população em situação de insegurança alimentar. No Brasil, os mercados institucionais passaram a ser considerados importantes canais para escoamento da produção agrícola desenvolvida pelos pequenos agricultores. Além disso, eles também podem funcionar como instrumento de regulação dos preços praticados pelos mercados abertos de hortifrutigranjeiros.

de alguma modalidade de compra institucional. Portanto, o PAA e o Pnae, apresentavam-se como dois canais de comercialização com potencial para desenvolver economicamente os PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, mas para que isto se tornasse realidade seria necessário que ambos os Assentamentos fossem dotados de uma infraestrutura produtiva adequada, especialmente recursos para implantação de sistemas de irrigação de hortas e pomares, aquisição de mudas, insumos e equipamentos de tração mecânica como, por exemplo, os micro tratores agrícolas.

Quanto às práticas agropecuárias utilizadas pelos assentados, destaca-se que as famílias que vinham produzindo, o faziam com base em conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. Conforme relatou um dos entrevistados,

Isso eu aprendi na própria terra com meu pai lá em Minas Gerais. Lá plantava de tudo, só não plantava o sal porque não tem jeito, o resto tudo a gente tirava da terra. Isso aí é um conhecimento antigo, das antigas, que vem dos nossos bisavôs, avôs. Então a gente puxa isso [...] Eu fiquei com meu pai até os 16 anos, mas eu aprendi muita coisa com meu pai, porque lá em Minas Gerais, naquela época, você com oito anos já tinha a sua enxadinha para você ir para o serviço (Assentado do PDS Santa Helena).

O depoimento deste sujeito remete ao conhecimento tradicional, aos valores, costumes, princípios e regras sociais que prevaleceram no meio rural brasileiro até meados do século XX, período no qual se iniciou o processo de “*modernização conservadora*” da agricultura brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1996). A rigor, tais valores e costumes não existem mais, a não ser em pequenos grupos sociais, entre os quais os quilombolas, caiçaras, indígenas, faxinalenses e outras comunidades tradicionais que ainda habitam as áreas rurais do Brasil (DIEGUES, 1998).

Aliado às práticas tradicionais desenvolvidas pelos próprios assentados, também havia incentivos para que eles aderissem a novos sistemas de produção agropecuária, dentre os quais os Sistemas Silvopastoris (SSP), os SAFs e a agricultura orgânica. No ano de 2013, participei de um curso sobre olericultura orgânica oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) aos assentados do PDS Santa Helena⁷¹.

O referido curso teve duração de sete meses e foi realizado em oito módulos, nos quais foram discutidos os seguintes aspectos da produção orgânica de hortaliças: 1) adubação verde; 2) compostagem; 3) produção de mudas; 4) plantio; 5) manejo orgânico; 6)

⁷¹ Em 2014, o Senar ofereceu o mesmo curso aos assentados do PDS 21 de Dezembro.

tratos culturais; 7) colheita e beneficiamento e, 8) custo da produção e comercialização. Os fundamentos teóricos da produção orgânica foram apresentados e debatidos na sala de aula do barracão. A parte prática foi desenvolvida numa pequena área cedida pelo concessionário do lote quatro.

Fotografia 6 – Implantação de horta orgânica no PDS Santa Helena - 2013



Fonte: Gonçalves (2015). Fotografias elaboradas pelo autor durante pesquisa de campo desenvolvida no PDS Santa Helena - junho de 2013.

Ao término desse curso, entrevistei alguns assentados para saber quais eram as suas impressões sobre a olericultura orgânica. Mais adiante, apresentarei algumas declarações dadas pelos assentados sobre esta experiência. Antes, faz-se necessário registrar que, durante a realização de um dos módulos do curso ocorreu um fato inusitado, qual seja, a morte de uma serpente da espécie cascavel nas proximidades do barracão.

Embora matar este tipo de serpente fosse considerado, pelos assentados, coisa comum, esta, em particular, causou um certo desconforto para uma das moradoras do PDS Santa Helena. Naquele dia, eu estava fotografando as atividades práticas desenvolvidas pelos assentados na área do lote quatro e, ao saber do ocorrido com a serpente decidi fotografá-la. Ocorre que numa das imagens, a referida assentada apareceu segurando a

serpente morta com o auxílio de um pequeno graveto. A meu ver, a situação retratada não causaria nenhum problema, pois como os próprios assentados afirmavam, matar serpentes dentro do Assentamento era um fato corriqueiro.

Entretanto, após expor a fotografia da assentada segurando a serpente morta, soube que um técnico ambiental aconselhou que a foto fosse recolhida, pois na opinião dele, aquela imagem poderia trazer problemas para a comunidade, uma vez que órgãos ambientais faziam fiscalizações dentro do PDS Santa Helena. Sabendo do fato retirei, imediatamente, a fotografia que se encontrava exposta num painel localizado no interior da sala de aula do barracão. Posteriormente, fui conversar com a assentada para pedir desculpas pelo ocorrido. Na ocasião, ela me disse que detestava cobras, pois quando era criança e vivia na área rural do município de Macarani, no estado da Bahia, seu pai foi picado por uma cobra e teve sérios problemas de saúde.

Este caso revela que, de fato, a relação homem-natureza é marcada por diferentes “*sensibilidades ecológicas*” (ALPHANDÉRY *et all*, 1992). Na visão dos técnicos ambientais é incorreto abater animais silvestres, pois eles cumprem uma função ecológica importante. Na visão da assentada, matar uma, duas, três ou mais serpentes tem um valor prático e simbólico igualmente importante. Conclusão, muito provavelmente, as serpentes que vivem no PDS Santa Helena continuarão a ser sacrificadas, mas obviamente, não serão mais fotografadas. Retomo abaixo a discussão sobre os limites e potencialidades da produção orgânica de hortaliças.

Embora reconhecessem as vantagens da agricultura orgânica, alguns assentados consideravam que era muito difícil produzir neste Sistema, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na compra dos insumos orgânicos. Conforme salientou uma assentada do PDS 21 de Dezembro,

O orgânico é muita coisa comprada, vai farelo de trigo, farelo de arroz, e não sei mais o que, tudo comprado na casa agropecuária.

Outro assentado que tinha grande experiência com o cultivo convencional de hortaliças, manifestou-se nos seguintes termos,

A turma fala em orgânico, mas o orgânico fica mais caro hoje, tem defensivo orgânico que é três vezes mais caro, bem mais caro.

Este assentado relatou outra questão importante, mas que é pouco discutida pelos defensores da agricultura orgânica. Segundo ele,

[...] não é todo mundo que planta orgânico que vende orgânico né, isso que é errado [...] eu vendi mercadoria minha para pessoa revender como orgânico, isso ai é que é o maior erro. Se for para começar assim então deixa no convencional mesmo (Assentado do PDS Santa Helena).

Até o final de 2014, as práticas de agricultura orgânica desenvolvidas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro eram experimentais. Para que este modelo de produção possa se consolidar será preciso investir em vários aspectos, especialmente na assistência técnica e num sistema de crédito compatível com as especificidades da agricultura orgânica. Também será necessário discutir o entorno dos Assentamentos Santa Helena e 21 de Dezembro, pois é comum os assentados relatarem que a pulverização aérea feita sob os canais atinge também suas lavouras. Este aspecto reflete negativamente sobre uma produção agrícola que, alguns agentes, desejam tornar ecológica.

Na Macrorregião de Ribeirão Preto, a implantação de PDSs exige, portanto que os órgãos ambientais façam um Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) das áreas rurais, sobretudo, dos municípios que abrigam assentamentos do tipo PDS. Na opinião de Bursztyn e Bursztyn (2012),

O uso do instrumento zoneamento tem dado um importante suporte à gestão ambiental. De uma maneira geral, trata-se da definição de parâmetros norteadores das decisões públicas e privadas relativas ao uso do solo. O zoneamento ambiental previsto na Política Nacional de Meio Ambiente evoluiu de uma visão basicamente preservacionista para se tornar um instrumento de planejamento e ordenamento do território (p.515).

Além das experiências com a horticultura orgânica, em 2014, estava sendo finalizado um projeto para implantação de seis unidades de SAF e uma de Sistema Silvopastoril (SSP) no Assentamento Santa Helena. Estes projetos totalizavam 2,8 hectares e seriam desenvolvidos dentro dos lotes pelos próprios assentados. As orientações técnicas estavam a cargo da Iniciativa Verde e os recursos financeiros para aquisição de mudas e insumos também seriam fornecidos pelo Programa Petrobras Ambiental.

Abro aqui um parêntese para tecer alguns comentários sobre os projetos ambientais financiados pela Petrobras. Como procurei evidenciar ao longo deste texto, a Petrobras investiu recursos financeiros nos PDSs implantados pelo INCRA/SP na Macrorregião de Ribeirão Preto. Obviamente, esta decisão não é fruto da “*sensibilidade ecológica*” dos dirigentes e acionistas dessa empresa, mas sim resulta da necessidade que as indústrias

petrolíferas têm de construir uma imagem socioambiental positiva frente ao mercado internacional de combustíveis. Conforme apontam Alphandéry *et all* (1992),

[...] o mundo político-financeiro quer também reiniciar a reconciliação histórica da economia e da ecologia, fazer do meio ambiente o terceiro fator de produção, depois do capital e do trabalho e fazer, do limpo, do puro e do responsável, o estímulo de uma concorrência econômica enfim favorável ao homem e a natureza (p.76).

Com ações desse tipo a Petrobras, de fato, legitima a crítica feita por ambientalistas sobre a questão do “*duplo padrão*”, ou seja, ao mesmo tempo em que a empresa financia projetos de recomposição florestal e saneamento básico dentro de assentamentos rurais localizados no interior do estado de São Paulo, ela também investe na exploração de petróleo e gás natural em biomas frágeis como é o caso, por exemplo, da Serra do Divisor, localizada na bacia Amazônica e do Parque Nacional de Yasuni no Equador. Fecho o parêntese sobre as “boas práticas ambientais” patrocinadas pela Petrobras.

Durante a realização das entrevistas, muitos assentados destacaram também a importância da produção agropecuária para o autoconsumo. Inclusive, alguns relataram que dividiam parte dessa produção com familiares que viviam na área urbana de São Carlos e com parentes que moravam nas cidades da região.

Aqui nós compramos só o sal, o açúcar, o arroz e o óleo, porque o feijão eu planto aqui. Eu tenho dois tambores de feijão cheio ainda; dei um pouco, eu não esquento com isso, se puder ajudar eu ajudo (Assentado do PDS Santa Helena).

Aqui a gente planta um pé de uma coisa e come, vem um filho e leva um pouco [...] porque nós pegamos a terra foi para trabalhar e viver dela. Se fosse para pegar a terra e não plantar nada eu ficava na cidade. É por isto que eu gosto daqui, eu adoro e assim nós vamos levando, devagarinho (Assentada do PDS 21 de Dezembro).

Assim como a instalação de uma sala de aula para alfabetização de jovens e adultos, a produção para o autoconsumo e a conquista de uma moradia própria são aspectos positivos os quais devem ser destacados no processo organizativo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Somada a economia com o não pagamento de aluguel na área urbana, a produção para o autoconsumo garante a permanência de muitos assentados em seus respectivos lotes. Como salientaram os próprios trabalhadores,

Hoje você quer comer uma coisa boa você vai na horta e come na hora. Carne de frango tem no *freezer*, você quer matar um porquinho você pega, mata e assa um pedaço (Assentado do PDS Santa Helena).

[...] Aqui você vai passando, acabou sua mistura, você pode comer um ovo, você tem uma galinha. Se Deus quiser, logo nos vamos ter peixe também e assim vamos indo. Na cidade a gente não tinha muita opção (Assentada do PDS Santa Helena).

Durante uma reunião realizada com alguns assentados do PDS Santa Helena, eles relataram que caso estivessem morando em Cidade Aracy⁷² estariam pagando, em média, R\$ 600,00 pelo aluguel de uma residência. Somando-se os custos com o pagamento de água e energia elétrica, calcula-se que uma família composta por um casal e mais dois filhos menores de idade gastaria, no mínimo, R\$ 8.000,00 por ano para viver em um dos bairros do complexo Aracy. Parece pouco, mas quando um assentado afirma que ele entrou na luta pela terra, pois na cidade ele “*comia ou pagava aluguel*”, este valor adquire outros significados.

Além de economizar com o não pagamento de aluguel, a localização privilegiada dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro permitia que muitos assentados trabalhassem fora dos respectivos Assentamentos. Durante as últimas visitas, entrevistei assentadas do Santa Helena que completavam o orçamento familiar trabalhando como domésticas na cidade de São Carlos ou nas chácaras de lazer localizadas no entorno do Assentamento. Em meados de 2014, o valor recebido por um dia de trabalho girava em torno de R\$ 90,00. Alguns homens também mantinham trabalho externo atuando, sobretudo, na construção civil e, neste caso, recebiam, em média, R\$ 150,00 por um dia de serviço.

As ocupações não agrícolas são consideradas um elemento importante na geração de renda da população rural. Todavia, os trabalhadores que são obrigados a se inserir neste setor sofrem com as crises econômicas. O mercado da construção civil é um exemplo típico no qual, ora os trabalhadores são absorvidos, ora são expulsos. Portanto, a dinâmica da economia não agrícola também reflete sobre o desenvolvimento dos assentamentos rurais, especialmente na Macrorregião de Ribeirão Preto, onde o setor de serviço é expressivo.

Quanto aos Programas de Transferência de Renda (PTR), apenas uma assentada declarou que recebia R\$ 180,00 provenientes do Programa Bolsa Família. Assim como a participação nos PTRs, o número de pessoas aposentadas e pensionistas também era baixo

⁷² Cidade Aracy é um loteamento urbano cuja origem remonta aos anos de 1980. Aprovado pela Lei nº 8170/80 tornou-se uma das regiões mais populosas e violentas da cidade de São Carlos. Nas entrevistas realizadas com os assentados do PDS Santa Helena, muitos deles declararam que haviam morado naquela região, inclusive alguns assentados ainda têm parentes que vivem no complexo Aracy. Para uma compreensão mais detalhada das relações sociais estabelecidas entre trabalhadores migrantes que fundaram o Cidade Aracy ver Maciel (2013).

em ambos os Assentamentos. Estas circunstâncias indicam que, de fato, a construção de uma casa própria, somada às possibilidades de produzir para o autoconsumo, são dois elementos que têm garantido a permanência de muitas famílias nos PDSs existentes na Macrorregião de Ribeirão Preto.

Ainda no que diz respeito à dimensão econômica, faz-se necessário considerar a organização das associações dentro dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Tal qual a infraestrutura habitacional e de saneamento básico, o funcionamento das associações também era um sério problema para os assentados.

Em meados de 2014, a associação dos assentados do PDS 21 de Dezembro ainda estava em processo de regularização. Todavia já começava a despontar problemas dentro da entidade, pois segundo o presidente, nem todos estavam em dia com o pagamento da mensalidade que, naquela época, era de R\$ 20,00. Mais grave era a situação de alguns associados que ainda não haviam sido oficialmente reconhecidos como assentados pelo INCRA/SP e, portanto não possuíam a famosa DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). A falta deste documento impedia-os de comercializar nos programas de compra dos governos federal e estadual. Um assentado que se encontrava nesta condição fez o seguinte comentário,

Vou falar francamente, para mim até foi uma decepção, não por eles proibirem nós de vender, mas porque nas reuniões nós temos que ir, todo mês nós temos que pagar 20 reais, mas na hora de vender nós não podemos, eu acho que tem um erro aí (Assentado do PDS 21 de Dezembro).

Já os assentados do PDS Santa Helena haviam registrado, em 2011, a Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena. Inclusive alguns benefícios já tinham sido obtidos através desta entidade como, por exemplo, a transferência realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Carlos de um trator e vários implementos agrícolas, entre os quais um arado, uma grade, uma roçadeira e uma plantadeira. Não obstante a conquista destes equipamentos, em 2014, ocorreu uma mudança na direção da entidade e isso desencadeou uma série de divergências entre os associados.

Segundo alguns assentados, os problemas estavam relacionados à forma de administrar os recursos obtidos através da Associação, sobretudo, a manutenção e gestão das horas trabalhadas com o trator. Suspeitava-se também que a Associação tivesse recebido outros recursos e que estes não haviam sido contabilizados. Esta questão era tão delicada

que a maioria dos assentados evitava fazer comentários. Aqueles que se expressavam atribuíam os problemas aos próprios assentados.

A associação já era para estar liberada; era para nós estarmos quase com a irrigação pronta. Então, esse negócio da associação é o povo, não é a associação que está enrolada, é o povo, o povo não, algumas pessoas (Assentada do PDS Santa Helena).

Porém, outros julgavam que os problemas emergentes no interior da Associação resultavam de influências externas, no caso, de políticos de São Carlos que prometiam recursos para algumas lideranças do Assentamento, mas em contrapartida, exigiam apoio político nas campanhas eleitorais. Esta postura tornava-se um campo fértil para a emergência de conflitos entre assentados e lideranças.

Sobre a nossa associação o problema é assim, eu não sei nem se eu devo falar isso, mas é assim: As pessoas, elas não fazem as coisas porque elas pensam, elas escutam de fora, escutam políticos de fora [...] é manipulação mesmo, é coisa de fora, de fora para dentro, imposta, colocada sabe (Assentada do PDS Santa Helena).

Na verdade, os assentados não se viam como sujeitos de direito e isto fazia com que os recursos públicos aparecessem como um favor, uma doação desse ou daquele vereador, deputado ou outro político qualquer que tivesse interesse em fazer do PDS Santa Helena um reduto eleitoral. A este respeito cito, como exemplo, um *release* publicado, em janeiro de 2014, no *site* da prefeitura municipal de São Carlos onde constava a seguinte notícia,

Nesta terça-feira [14/01/2014], o vice-prefeito e secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, Cláudio Di Salvo, entregou aos moradores do Assentamento Santa Helena, os certificados dos cursos de Olericultura Orgânica e Tomate Orgânico, e a **plantadeira doada pelo vereador** José Luis Rabello, à Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena (SÃO CARLOS, 2014) [grifo meu].

A princípio pode-se estranhar o apoio dado por políticos são-carlense aos assentados do PDS Santa Helena, pois o contingente eleitoral deste Assentamento é pequeno. Todavia, não se pode esquecer que muitas famílias que vivem no PDS Santa Helena mantêm vínculos sociais com moradores do Cidade Aracy e isso, obviamente, facilita a inserção dos políticos neste bairro. É importante ressaltar que o indicativo de fisiologismo aqui sugerido não ocorre apenas no PDS Santa Helena, mas praticamente em todos os assentamentos rurais

existentes no país. Analisando os impactos políticos de assentamentos rurais localizados em seis regiões do Brasil, Leite *et all*, (2004), afirmam que os assentamentos rurais,

[...] são vistos como redutos eleitorais, de uma forma geral sendo procurados pelos candidatos nos períodos de eleição. O peso dos votos dos assentados parece se refletir principalmente na eleição de vereadores, mas chega em alguns municípios a influenciar nas eleições para prefeito (p.141).

As dificuldades para consolidação de associações e cooperativas dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária são apontadas pela literatura como um grave problema, pois as divergências, interesses e tensões emergidas no interior destas entidades acabam refletindo não apenas na dimensão econômica dos assentamentos rurais, mas na própria sociabilidade estabelecida entre os assentados. Ao analisar um conjunto de associações de agricultores no estado do Rio de Janeiro, Neves (2011), destaca que nestas instituições,

Estão em jogo certos embates derivados da diversidade cultural de concepções de poder, de modos de julgamento e de apreciação inerentes a universos sociais e simbólicos que se tangenciam, mas permanecem diferenciados (p.142).

Portanto, para uma compreensão não maniqueísta dos processos que envolvem a organização e funcionamento das associações e cooperativas organizadas por assentados é necessário ter em mente que,

Os assentamentos, ao contrário do que se possa imaginar, são espaços de relações sociais caracterizados por um dinamismo impar, onde articulações e disputas são observáveis em distintos lugares e tempos. Redes espontâneas de sociabilidade que agrupam os trabalhadores assentados de maneiras diversas são formadas e desmanchadas com grande velocidade estabelecendo entre eles relações horizontais e verticais que ora incluem, ora excluem as pessoas de certos processos, ora as aproxima e facilita a criação de vínculos ora as afasta e gera tensões (SCOPINHO, 2012, p. 237).

As informações apresentadas nesta seção indicam que, até 2014, os níveis de estruturação econômica dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro eram precários, sendo que o principal problema era a falta de infraestrutura para a produção agrícola, particularmente, a ausência de um sistema de irrigação eficiente. Tal situação prejudicava a comercialização individual e coletiva, pois embora os assentados tivessem acessado os

recursos do Pronaf, nem todos conseguiram estruturar, produtivamente, seus lotes. Isto obrigava grande parte dos assentados a buscar renda monetária fora dos Assentamentos. Aliada à precariedade da infraestrutura social e produtiva, a ausência de uma política efetiva de assistência técnica apresentava-se como um dos obstáculos ao desenvolvimento produtivo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro.

Sobre os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é importante apontar alguns elementos, pois conforme salientam Leite *et all* (2004), nos assentamentos rurais de reforma agrária,

A presença dos técnicos é fundamental não apenas para a assistência técnica relativa ao processo produtivo, mas também por serem os únicos capacitados a elaborar os projetos que a burocracia exige como requisito básico para a concessão de créditos [...] (p. 214).

Em meados de 2014, a percepção sobre a ineficiência do serviço de assistência técnica repercutia entre os assentados do PDS Santa Helena e também foi objeto de crítica do presidente da Feraesp.

[...] assistência técnica de produção isso não existe, não existe, eles vêm, fazem um cursinho de meia hora, uma hora e acha que está tudo certo; ir a campo mesmo e falar: oh! o problema da sua produção é isso, você precisa disso. Isso não existe, é uma assistência burocrática, é papel, apenas isso (Assentada do PDS Santa Helena)

Ao contrário do que muitos pensam, os assentados não estão alienados em relação aos mecanismos de condução da política de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Conforme apontou a mesma assentada,

Tem outra coisa, fica um técnico responsável por três assentamentos. Nosso assentamento é pequeno, tem 14 famílias, o Nova São Carlos tem 84 famílias; o 21 de Dezembro tem mais 19 famílias; não tem técnico que suporta, não suporta, não suporta mesmo. Então ele trabalha com metas, são tantas visitas e pronto. Se esta instituição trabalhasse com uma metodologia participativa eles reuniriam grupos de interesse. Por exemplo, desses 14, cinco querem produção Agroecológica; cinco querem criação de suínos, então, você já conseguiria trabalhar melhor e, ao invés de fazer cinco visitas você faria uma e resolveria o problema do grupo de interesse. Mas isso num bate com o que é interessante para eles né, porque cada visita é aquele planejamento, são aquelas notas, é aquele valor que gasta (Assentada do PDS Santa Helena).

Em relação a não utilização de agrotóxicos nas lavouras, um assentado fez o seguinte comentário,

A única coisa que os técnicos do INCRA não receitam é veneno, mas também não ensinam a fazer outra coisa, não adianta nada (Assentado do PDS Santa Helena)

Para o presidente da Feraesp, a falta de assistência técnica nos PDSs é resultado de uma questão política que envolve não apenas o INCRA, mas também as instituições públicas de ensino e pesquisa. Na opinião deste líder sindical,

A universidade brasileira trabalha com dinheiro público para favorecer o agronegócio [...] se eu pegar o que a universidade vem estudando nos últimos 40 anos é para dar lucro para o agronegócio, boa parte, inclusive a UFSCar. Está cheio de projetinho na UFSCar que você vai apurar é para empresário do agronegócio ganhar dinheiro. A USP, então, é uma beleza; a UNESP nem se diga (Entrevista concedida pelo presidente da Feraesp – junho 2014).

A provocação feita pelo presidente da Feraesp é pertinente e precisa ser discutida, pois, de fato, no interior das universidades públicas e centros de pesquisa existem muitos projetos que são voltados aos interesses econômicos do agronegócio brasileiro. Um exemplo ilustrativo disso é o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (PMGCA) que é coordenado pela Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (Ridesa). Esta rede é composta por dez universidades federais, dentre as quais está a UFSCar. É preciso considerar que nas universidades também há grupos que desenvolvem pesquisas junto aos pequenos agricultores e assentados em diversas regiões do estado de São Paulo. Entretanto, a ampliação das pesquisas desenvolvidas por estes grupos é, frequentemente, obstaculizada pela falta de recursos e articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A rigor, a precariedade do serviço de ATER voltado aos assentamentos rurais de reforma agrária não deveria existir, pois em 2010, o governo federal instituiu, por meio da Lei 12.188/10, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Entre os doze objetivos da Pnater destacam-se,

1) **promover o desenvolvimento rural sustentável**; 2) apoiar as iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; 3) promover a qualidade de vida de seus beneficiários; 5) construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico empírico e tradicional; 6) aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção (BRASIL, 2010b, p.2) [grifo meu].

Além da Pnater e do Pronater, em 2012, foi instituído, por meio do Decreto nº 7.794/12, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). As principais diretrizes desta política são:

1) promover o uso sustentável dos **recursos naturais**, observadas as disposições que regulam as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores; 2) a promoção de sistemas justos e **sustentáveis** de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e **ambiental** da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários; 3) a ampliação da participação da **juventude rural na produção orgânica** e de base **agroecológica** e, 4) contribuir na redução das desigualdades de **gênero**, por meio de ações e programas que promovam a autonomia das mulheres (BRASIL, 2012, p. 2) [grifos meu]

Para efetivar as diretrizes estabelecidas na PNAPO, o governo federal criou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). O referido Plano foi construído em torno de quatro eixos, a saber: A) produção; B) uso e conservação dos recursos naturais; C) conhecimento e, D) comercialização e consumo. O objetivo principal do Planapo é,

Articular e implementar programas e ações indutoras da **transição agroecológica**, da **produção orgânica** e de base **agroecológica**, como contribuição para o **desenvolvimento sustentável**, possibilitando à população a melhoria da qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2013a, p. 3) [grifos meus].

A partir deste arcabouço legal, o governo federal passou a disponibilizar recursos financeiros para contratação de serviços de assistência técnica em assentamentos rurais. Em 2011, por exemplo, a Superintendência Regional do INCRA/SP publicou a retificação da chamada pública INCRA/SR 08 N° 01/2011 para seleção e contratação de entidades executoras de ATER no estado de São Paulo (BRASIL, 2011). Com um valor total de R\$ 15.192.152,90 a referida Chamada visava atender cinco Núcleos Operacionais (NO) que estão sob a responsabilidade do INCRA/SP, a saber, Pontal do Paranapanema, Andradina,

Promissão, Araraquara e Grande São Paulo. A Tabela 7 indica a forma como este recurso deveria ser distribuído.

Tabela 7 – Chamada pública para contratação de ATER em assentamentos rurais no estado de São Paulo (INCRA/SP – 2011)

Lote	Núcleos Op.	Nº assentamentos	Nº de famílias	Valores (R\$)
01	Pontal do Paranapanema	17	1.414	2.253.673,16
02	Andradina	39	3.391	4.860.964,63
03	Promissão	18	1.652	2.416.418,64
04	Araraquara	22	2.675	3.951.319,26
05	Grande São Paulo	19	1.249	1.709.776,21
Total		115	10.381	15.192.152,90

Fonte: Gonçalves, 2015 – Elaborado pelo autor a partir de edital publicado pelo INCRA/SP (BRASIL, 2011).

Em relação ao lote 4, o contratante (INCRA/SP), exigia que a empresa contratada disponibilizasse um total de 40 profissionais, sendo 21 técnicos das Ciências Agrárias e 10 das áreas econômica, social e ambiental; 6 auxiliares administrativos e 3 coordenadores, dois com formação superior e um com nível médio. Considerando o número de famílias que deveriam ser atendidas no Núcleo Operacional (NO) de Araraquara e a quantidade de técnicos exigidos para este Núcleo, chega-se a conclusão que cada profissional ficaria responsável, em tese, a dar assistência técnica a mais de 86 famílias. Outra operação de aritmética simples mostra que, na região de Araraquara, o governo federal estava disposto a investir, em média, R\$ 1.477,12 por família. Estes números permitem entender porque a assistência técnica disponível aos assentados é, de fato, limitada e tende a cumprir apenas funções burocráticas.

A Figura 6 apresenta um resumo das atividades que os técnicos da empresa contratada pelo INCRA/SP deveriam desenvolver no N.O de Araraquara.

Figura 6 – Resumo das atividades de ATER a serem realizadas no N.O de Araraquara.

NÚCLEO OPERACIONAL 04 - ARARAQUARA				
Meta	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Total
1	Oficina por Núcleo Operacional (Inicial e Final)	2	R\$ 7.264,50	R\$ 14.529,00
2	Oficina por Projeto de Assentamento (Inicial e Final)	50	R\$ 2.347,79	R\$ 117.389,50
3	PDA/PRA	9	R\$ 37.403,06	R\$ 336.627,54
4	Visita Técnica no Lote	8.025	R\$ 146,72	R\$ 1.177.428,00
5	Curso	55	R\$ 2.469,68	R\$ 135.832,40
6	Dia de Campo	15	R\$ 1.929,41	R\$ 28.941,15
7	Reuniões	93	R\$ 435,46	R\$ 40.497,78
8	Reuniões de Orientação do Crédito Instalação	12	R\$ 435,46	R\$ 5.225,52
9	Elaboração dos Planos de Aplicação do Crédito Instalação	4	R\$ 918,80	R\$ 3.675,20
10	Visitas Técnicas para Acompanhamento do Crédito Instalação	40	R\$ 146,72	R\$ 5.868,80
11	Elaboração de Projetos do PAA/PNAE/PPAIS	9	R\$ 1.908,80	R\$ 17.179,20
12	Elaboração de PRONAF	1.762	R\$ 354,91	R\$ 625.351,42
13	Elaboração do MCE visando o Licenciamento	21	R\$ 9.095,32	R\$ 191.001,72
14	Atividades complementares	11.054	R\$ 113,24	R\$ 1.251.772,03
Total				R\$ 3.951.319,26

Fonte: Gonçalves, 2015 – extraído da chamada pública INCRA/SR 08 N° 01/2011, (BRASIL, 2011, p. 54).

Nos assentamentos rurais de reforma agrária, as discussões sobre a precariedade e os limites dos recursos para a assistência técnica não são novas. Entretanto, os problemas relativos a este tipo de serviço tornaram-se mais complexos à medida que as questões ambientais passaram a ser incorporadas aos projetos de assentamentos rurais. Simplesmente, não há profissionais qualificados em quantidade e qualidade suficiente para cobrir a demanda requerida pelos processos de transição agroecológicos; além disso, é preciso considerar que cada agroecossistema tem suas especificidades e isto exige investimentos de médio e longo prazo, algo que, infelizmente, não faz parte dos editais de ATER publicados pelo INCRA.

Feitas estas considerações sobre as questões econômicas, na próxima seção, analisarei alguns elementos referentes à dimensão ambiental nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Neste sentido, além da percepção ecológica manifestada pelos assentados, também buscarei compreender o sentido de algumas intervenções ambientais desenvolvidas por agentes externos dentro dos respectivos Assentamentos.

5.5 – A dimensão ambiental nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro

Assim como as questões sociais e econômicas, as ações ambientais desenvolvidas nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro também eram limitadas e, em certos casos, contraditórias. A este respeito cito, como exemplo, a tentativa de restauração florestal de duas áreas de RL existentes no PDS Santa Helena. Segundo relataram os assentados, logo que o INCRA/SP obteve a posse da Fazenda Santa Helena seus técnicos realizaram, com auxílio dos assentados, um plantio com mudas nativas numa área de RL localizada à montante da represa existente na propriedade. Entretanto, não houve um manejo adequado e várias mudas foram perdidas devido à presença de vegetação invasora, entre as quais, capins, lianas e cipós.

Após esta intervenção, não foram realizadas outras ações ambientais no Assentamento. Isto só veio a ocorrer, em 2014, quando a Iniciativa Verde começou a desenvolver um projeto de restauração florestal numa outra área de RL localizada à jusante da mesma represa. Estas duas ações indicam que, no PDS Santa Helena, não havia uma continuidade nos projetos ambientais. Tal descompasso seria evitado se os técnicos do INCRA/SP tivessem elaborado o PDA e o respectivo PU do Assentamento Santa Helena. Enquanto estes estudos não forem elaborados, corre-se o risco de haver novas intervenções ambientais neste Assentamento, mas em áreas potencialmente importantes para o desenvolvimento de atividades produtivas ou instalação de equipamentos sociais, tais como, escola, UBS, centro comunitário, área de lazer, etc.

Como mencionado na seção anterior, em 2014, a Iniciativa Verde também iniciou um projeto para a implantação de SAFs nos lotes do PDS Santa Helena. Entretanto, a área total utilizada para esta experiência não chegava a três hectares, ou seja, do ponto de vista florestal, a contribuição deste projeto era praticamente nula. Sobre as ações ambientais coordenadas pela Iniciativa Verde, faz-se necessário retomar a discussão sobre a implantação das fossas biodigestoras e dos jardins filtrantes.

Não obstante os benefícios sanitários obtidos a partir da implantação de ambos os sistemas, a instalação destas ecotecnologias não deixava de ser contraditória, pois tão importante quanto tratar os dejetos provenientes do esgoto doméstico produzido pelas famílias, seria cuidar para que a água consumida pelos assentados também fosse de boa qualidade. Talvez isto explique a distância que alguns assentados mantinham em relação aos projetos ambientais que aportavam nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. O uso da

terceira pessoa do plural indica o grau de envolvimento de um assentado com o projeto de implantação das fossas biodigestoras,

Agora estão fazendo essas fossas, a gente quer trabalhar com isso, só que **eles** têm que dar condições para nós trabalharmos com isso, porque senão como é que a gente vai fazer? **Eles** querem que a gente siga preservando o meio ambiente, mas a gente não tem nem condições de sobreviver em cima do lote (Assentado do PDS Santa Helena) [grifo meu].

No caso do PDS 21 de Dezembro não encontrei relatos de ações ambientais realizadas pelo INCRA/SP ou por outras instituições. Neste Assentamento, o que chamava a atenção era o maciço florestal que, de fato, foi mantido como área de RL e APP. Todavia, a conservação destas áreas estava ameaçada, pois um dos assentados manifestava a intensão de usá-las como espaço para engorda de gado bovino. Assim como no PDS Santa Helena, no 21 de Dezembro alguns entrevistados também utilizavam a terceira pessoa do plural quando se referiam a projetos ambientais. Como indica a fala de um assentado que foi aconselhado a não utilizar adubo químico em sua horta.

Como a pessoa não gosta do produto [adubo químico] a gente está evitando colocar. Aqui não tem nem mesmo o adubo, porque **eles** não querem que coloque nem o adubo. O agrônomo mesmo que fez o curso não quer que coloque adubo [...] Tem um monte de esterco ai que eu estou usando nas plantas. Eu estou fazendo a horta com este esterco (Assentado do PDS 21 de Dezembro) [grifo meu].

Estes relatos comprovam que existem muitos obstáculos no processo de implantação e desenvolvimento de assentamentos rurais do tipo PDS. Na época em que eu acompanhei o processo organizativo do PDS Mário Lago em Ribeirão Preto e, nas visitas realizadas em PDSs localizados no estado do Acre, percebi o quanto era difícil conciliar os interesses econômicos e não econômicos manifestados por alguns assentados com as propostas e concepções ambientais trazidas por agentes externos aos assentamentos.

Na sequência, analisarei as perspectivas socioambientais sobre as quais os assentados construíam suas relações com o ambiente e com os recursos naturais. Para tanto, abordarei inicialmente a questão da manutenção das áreas de RL e APP no PDS Santa Helena. Embora a conservação destas duas áreas representasse uma redução do espaço disponível para o desenvolvimento da agropecuária e de outras atividades produtivas, as entrevistas revelam que, a maioria dos assentados, não se opunha à manutenção destas áreas, ao contrário, eles

as viam como um recurso importante para o desenvolvimento socioeconômico do próprio assentamento.

A reserva não é problema do [meio] ambiente, isso ai é problema nosso. Eu sempre falei para turma. Gente, o problema não é se o meio ambiente vai liberar terra se nós fizermos isso, isso e aquilo, nem que eles não quisessem nós tínhamos que fazer, porque isso ai [a reserva legal] vai proteger a mina nossa, que é a água nossa (Assentado do PDS Santa Helena).

Uma assentada fez referência à posição dos demais trabalhadores em relação à questão ambiental. Em suas palavras,

Eu acho que oitenta por cento deles têm consciência da questão ambiental. Porque como eu já falei, é uma questão de cultura mesmo; já vem com isso dos pais, dos avôs e também porque isso influencia muitos cursos direcionados à questão de produção respeitando o meio ambiente (Assentada do PDS Santa Helena).

O cotidiano vivido pelos assentados permitia-lhes perceber as mudanças ocorridas no ambiente natural dos assentamentos, especialmente a presença de um maior número de aves e outros animais silvestres.

Eu vou falar uma coisa para você: quando nós ocupamos aqui, tinha cana plantada até dentro desse varzão e corria um tantinho assim de água. Hoje, com essa seca é tudo, ainda corre água pelo ladrão e a represa toca um cano de oito polegadas e sobra muita água, [...] Até o ar é outra coisa. Eu trato dos porcos e a tarde isso aqui é um berço de criação de aves (Assentado do PDS Santa Helena).

É uma riqueza até para os pássaros do campo. Tem hora que vem aquele tanto de pombinha comer o milho, comer as coisas que eu deixo aqui. No começo você não via nenhum passarinho aqui, porque só tinha cana. Então quer dizer que foi um favorecimento até para os animais do campo. Hoje eles têm comida (Assentado do PDS Santa Helena).

Não obstante tais percepções, também havia posições críticas em relação à conservação ambiental dentro dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro.

Rapaz eu vejo assim. Você coloca ai com seus conhecimentos, eu vou falar na minha simplicidade. Eu vejo assim. O homem é cobrado da preservação do meio ambiente, mas ele não é conscientizado de como fazer isso [...] então eu acho que antes de você cobrar, você tem que dar conhecimento. Eu acho que falta isso (Assentado do PDS Santa Helena).

Quando fala em meio ambiente é aquele negócio, as pessoas pensam em árvores e coisas assim, só que se esquecem de que árvore tem vida, as coisas tem vida, mas você também tem vida. Então para você preservar o meio ambiente você tem que trabalhar em prol da sua própria vida, não é verdade? Ou eu não faço parte do meio ambiente? (Assentado do PDS Santa Helena).

Se nós fôssemos contra o meio ambiente nós usaríamos veneno; nós queremos partir para o orgânico, mas é assim, **nós temos que sobreviver da terra** (Assentado do PDS 21 de Dezembro) [grifo meu].

A precariedade no sistema de abastecimento de água também foi apontada como um obstáculo à restauração florestal do PDS Santa Helena,

Eles falam, plantem árvore, mas como? Não chove, não tem água, não tem nada. Aqui era tudo limpo, eu plantei árvore, você pode ver que tem esses pés de árvore que eu plantei. Plantei várias, só que elas não vão, não tem água. No início, pelo menos nos primeiros anos, você tem que jogar água no pé dela. Ela vai bem na época da chuva, depois seca, acaba com tudo (Assentado do PDS Santa Helena).

Estes depoimentos indicam que os assentados não eram contrários à conservação e/ou recomposição dos recursos naturais. Todavia, para estes sujeitos, os projetos de conservação da natureza não poderiam estar desvinculados das questões econômicas e sociais. Neste sentido, é possível dizer que, mesmo com todas as suas idiosincrasias, as perspectivas socioambientais manifestadas pelos assentados dos PDS Santa Helena e 21 de Dezembro aproximavam-se do “*Ecologismo da sobrevivência*” (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Além da percepção ambiental manifestada pelos assentados, também busquei apreender qual era a visão de sustentabilidade do representante da Feraesp. Na opinião do presidente desta Federação,

Lucro e equilíbrio ambiental são coisas que não combinam. Desenvolvimento capitalista, super exploração e equilíbrio ambiental é conversa para boi dormir [...] (Entrevista concedida pelo presidente da Feraesp – junho 2014).

Embora apontasse, corretamente, a incongruência entre desenvolvimento capitalista e conservação da natureza, o líder sindical parecia desconhecer a realidade dos PDSs que ajudou a construir, pois segundo ele,

[...] não se tem no Santa Helena e nem no 21 de Dezembro nenhum projeto sustentável, claro que não tem, pois as pessoas passam fome, falta recurso (Presidente da Feraesp – junho 2014).

Para quem conheceu o cotidiano das famílias que viviam e trabalhavam nos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, fica claro que o representante da Feraesp carregou no discurso, pois embora faltassem recursos materiais, a fome, felizmente, não era uma realidade para as famílias de ambos os Assentamentos. Talvez isto explique o fato de que a maioria delas ainda persistia e permanecia vivendo em seus respectivos lotes.

Considerações finais

Neste trabalho, tomei o conceito recorrente de *Desenvolvimento Sustentável* (DS) para mostrar seus limites e suas contradições, particularmente naquilo que se refere à implantação de projetos de assentamentos rurais, do tipo PDS, na Macrorregião de Ribeirão Preto. Apoiado na literatura que trata da problemática ambiental contemporânea apreendi os argumentos contidos nos discursos e nos contradiscursos sobre o DS. Num universo formado por ecologistas românticos, modernizadores ecológicos e ecologistas políticos encontrei, não apenas um referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa, mas também um referencial político – a Ecologia Política – para uma *práxis* como sociólogo ambiental.

Apoiado neste referencial analisei as interfaces entre as questões agrária e ambiental brasileira. Num primeiro momento, voltei minha atenção para os anos de 1980, período no qual emergiram importantes movimentos sociais e sindicais que, ansiosos por suplantar os constrangimentos – políticos, sociais, econômicos e culturais – impostos pelo regime civil-militar brasileiro, lutaram pela conquista de direitos trabalhistas, pela democratização do acesso a terra e também pela defesa da natureza.

A análise documental e iconográfica utilizada na pesquisa mostra que, em meados da década de oitenta, um dos protagonistas da luta agroambiental brasileira foi o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes que, já naquela época, percebeu a estreita ligação entre os problemas agrário e ambiental, bem como, a necessidade de se construir alianças políticas para o enfrentamento conjunto de ambos os problemas. Assim, em 1985, nascia a proposta de criação das Reservas Extrativistas (Resex) na Amazônia brasileira, um embrião das novas modalidades de assentamentos rurais criadas pelo INCRA, no limiar dos anos 2000.

A metodologia empregada durante a primeira fase da pesquisa resultou na coleta de vários materiais, entre os quais se destacam documentos referentes à legislação agrária e ambiental brasileira. A análise destes documentos revela que, no Brasil, a preocupação com a conservação dos recursos naturais existentes nas áreas rurais é um tema antigo, *vis-à-vis* a edição do Código de águas de 1934, da Lei 4.504/64 que trata da função social das propriedades rurais e os conceitos de RL e APP definidos na Lei 4.771/65 (Código Florestal). Tragicamente, a importância desta legislação não pode medida pela sua efetividade, mas sim, pela sua desmontagem, processo que se tornou evidente nos anos que

se seguiram a década de 1990, um período de intensa reestruturação produtiva do capital combinada com a aplicação de políticas, públicas e governamentais, de viés neoliberal.

Conforme demonstrei no segundo capítulo, as bases materiais para operacionalização do processo de desmonte da legislação agrária e ambiental foram construídas a partir da criação do Programa Novo Mundo Rural, aperfeiçoadas, mais tarde, pelas diretrizes contidas nos Programas de Desenvolvimento Territorial Sustentável, de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e também pelos chamados Territórios da Cidadania. Foi no contexto de criação destes e de outros programas governamentais que emergiram as novas modalidades de assentamentos rurais criadas pelo INCRA, entre as quais se incluem, os Projetos Agroextrativistas (PAEs), os Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs).

Em tese, estes projetos deveriam articular as dimensões econômica, social e ambiental do *desenvolvimento sustentável*, mas o que na prática ocorre, na maioria destes projetos, é a permanência de condições precárias de vida e trabalho para o conjunto dos assentados. Constatei esta situação, em 2012, período em que visitei alguns PDSs implantados pelo INCRA no estado do Acre.

Ao retornar a Macrorregião de Ribeirão Preto, intensifiquei o trabalho de campo dentro dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro. Neste período, analisei também as principais peças do processo judicial de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha. Concomitantemente a isto, visitei os PDSs Sepé Tiaraju e Mário Lago, duas referências no contexto de implantação de assentamentos rurais, do tipo PDS, dentro do estado de São Paulo. Ao regressar a estes dois Assentamentos constatei que vários pontos definidos nos TACs assinados pela Superintendência do INCRA/SP e os assentados, com a devida mediação do Ministério Público Paulista (MPSP), não haviam saído do papel.

Percorrendo os caminhos entre a universidade e os assentamentos rurais, dialogando com técnicos ambientais, agrônomos, ambientalistas, lideranças sindicais, cientistas sociais e trabalhadores assentados, reuni um conjunto de informações sobre o processo de implantação de PDSs na Macrorregião de Ribeirão Preto. Ao longo dos capítulos desta tese procurei apresentar, de forma simples e objetiva, os resultados obtidos na pesquisa, a qual não se reduz à obtenção de uma titulação acadêmica, mas espera-se que possa contribuir com o debate político acerca dos conflitos agrários e ambientais emergentes no interior do estado de São Paulo. Neste sentido, apresento algumas conclusões a respeito do processo organizativo dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro.

À luz do referencial da Ecologia Política, as diretrizes do *Desenvolvimento Sustentável* (DS), na forma como elas vinham sendo concretizadas, nestes dois Assentamentos, não passavam de uma construção discursiva retórica, pois, as ações empreendidas pelos diferentes agentes não logravam enfrentar os problemas estruturais existentes em ambos os Assentamentos. A análise do processo de implantação e desenvolvimento destes dois PDSs mostrou que havia uma série de obstáculos para se chegar a um patamar mínimo de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Considerando as condições de acesso das famílias às políticas públicas na área da saúde, habitação, transporte, saneamento básico, em especial água potável para consumo doméstico, conclui-se que a dimensão social era a que mais deixava a desejar.

A ausência de uma infraestrutura produtiva adequada, as dificuldades para comercializar uma parte do excedente agrícola e os problemas relacionados à gestão das associações mostram que, do ponto de vista econômico, os PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro passavam por problemas estruturais semelhantes àqueles encontrados nos PAs instalados na Macrorregião de Ribeirão Preto, em meados da década de 1980. Se naquela época os assentados ainda podiam recorrer ao assalariamento rural nas agroindústrias da região, no início dos anos 2000, a situação era mais complexa para estes sujeitos, pois a mecanização do corte da cana-de-açúcar vinha reduzindo a força de trabalho empregada nos canaviais da região.

Diante das dificuldades e da precariedade social, muitos assentados viam-se obrigados a buscar trabalho fora dos Assentamentos, os homens atuando na construção civil e as mulheres como trabalhadoras domésticas na cidade de São Carlos. Na linguagem dos assentados, a busca pela sobrevivência material fora dos PDSs era definida pelo uso de duas expressões populares: “*fazer uns corres*” e “*dar uns pulos*”. Esta é uma estratégia perversa, pois ela recoloca os trabalhadores e trabalhadoras diante de novos processos de precarização e de alienação do trabalho, algo que muitos acreditavam ter deixado para trás quando conquistaram um lote de terra numa das regiões, economicamente, mais desenvolvidas do país.

No que se refere à dimensão ambiental dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, a análise do processo judicial de desapropriação das Fazendas Santa Helena e Batalha revelou que havia outros constrangimentos. Conforme argumentei no quinto capítulo, durante a tramitação da Ação Civil pública impetrada pelo MPF contra o proprietário e o arrendatário das referidas Fazendas, os representantes da Superintendência regional do INCRA/SP reivindicaram a posse destas duas propriedades. Naquela ocasião, os técnicos e assessores

do Instituto comprometiam-se em transformar ambas as Fazendas em assentamentos rurais do tipo PDSs. Em 2004, este compromisso obteve apoio político da Feraesp e respaldo técnico do Comdema de São Carlos. Entretanto, em 2011, a sentença judicial assinada pelo juiz da Segunda Vara da Justiça Federal de São Carlos afirmava que a premissa básica do projeto de implantação do PDS Santa Helena não fora cumprida, pois os representantes do INCRA/SP não haviam providenciado o licenciamento ambiental deste Assentamento.

Outro problema referente à questão ambiental estava relacionado a não elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Utilização de ambos os PDSs. As consequências desta negligência apareciam, por exemplo, na intenção manifestada por um assentado do PDS 21 de Dezembro de utilizar uma área de RL para engorda de gado bovino. No caso do PDS Santa Helena, a falta de um PU refletia nas dificuldades encontradas pelos assentados em compatibilizar o uso de água para a criação de peixes com o uso doméstico.

No PDS 21 de Dezembro, a postura do INCRA/SP em relação à conservação ambiental era controversa, pois em 2014, os técnicos deste Instituto aproveitaram as mudanças introduzidas pela Lei 12.651/12 e realizaram duas compensações ambientais de área de RL, uma favorecendo o PA Horto Guarani e outra o próprio PDS Santa Helena. Esta atitude mostra que a preocupação dos técnicos do INCRA/SP não era reverter o passivo ambiental existentes nos assentamentos rurais, fossem eles do tipo PA ou PDS, mas, simplesmente, cumprir com as normas estabelecidas no novo Código Florestal.

Outra questão fundamental apontada pela pesquisa diz respeito à forma de participação dos assentados no processo de discussão sobre as especificidades e diretrizes contidas num projeto de assentamento rural do tipo PDS. Neste aspecto, as entrevistas revelaram que a maioria dos trabalhadores assumiu um papel secundário, ou seja, eles, efetivamente, não participaram deste debate. Esta afirmação se sustenta no fato de que, mesmo tendo passado uma década da oficialização dos PDSs Santa Helena e 21 de Dezembro, muitos assentados revelaram desconhecer as normas de criação destes Assentamentos, particularmente, as questões relativas aos seus direitos legais sobre o lote.

As dúvidas manifestadas pelos assentados em relação ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) reforça a hipótese sugerida nesta tese de que, no estado de São Paulo, a implantação de PDSs não converge com as perspectivas materiais e imateriais dos assentados, pois muitos ainda mantém vivo o desejo de obter um título de domínio do lote. Portanto, o que chama a atenção no processo organizativo dos PDSs paulistas não é apenas a falta de infraestrutura social e produtiva ou o descompromisso dos técnicos do

INCRA/SP com a conservação ambiental, mas, sobretudo, a forma marginal de inserção política dos trabalhadores nestes projetos.

Não obstante esta situação é preciso reconhecer que, nestes dois Assentamentos, ocorriam pequenos arranjos sociais, muitos deles circunscritos ao âmbito familiar. Outros, no entanto, resultavam de parcerias envolvendo várias instituições, entre elas, as associações criadas pelos assentados, instituições de pesquisa e extensão rural, Ongs ambientalistas, OSCIPs e grupos de pesquisas vinculados às universidades públicas e privadas.

Articulando-se a partir de perspectivas agroecológicas e solidárias, estas instituições reuniam recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos como, por exemplo, a implantação de pequenas unidades de SAF, a restauração de área de RL, a instalação de ecotecnologias de saneamento básico, cursos de alfabetização de jovens e adultos, projetos de horticultura orgânica, entre outros. Como sugerem Alphandéry *et all* (1992), tais articulações expressam uma sensibilidade ecológica disposta a criar territórios – reais ou simbólicos – de ressignificação da vida social. Entretanto, é preciso considerar que o caráter experimental destes projetos, sobretudo, daqueles voltados à produção agrícola não favoreciam a articulação entre as esferas econômica, social e ambiental, base para a construção de um desenvolvimento, efetivamente, sustentável.

O referencial teórico da Ecologia política e as estratégias utilizadas no desenvolvimento da pesquisa permitem discutir outras questões importantes apontadas na pesquisa. A primeira delas diz respeito às mudanças ocorridas na institucionalidade do INCRA e de suas respectivas Superintendências regionais. A edição de portarias, normas e regulamentações ambientais indica que, diante das regras impostas pelo Conama, a autarquia federal foi obrigada a incorporar aquilo que Alphandéry *et all* (1992) chamam de “*Estatuto jurídico da natureza*”. Esta postura aparece, por exemplo, em ações de caráter técnico-administrativas que visam a simples obtenção de licenças ambientais junto aos órgãos estaduais de controle ambiental.

A posição do INCRA indica ainda que, no Brasil, a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais tende a ser, crescentemente, determinada pelas normativas contidas na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Este aspecto lança novos desafios aos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, para aqueles que atuam na Macrorregião de Ribeirão Preto, onde os conflitos socioambientais em torno da posse da terra adquiriram, a partir dos anos 2000, novas configurações. Analisar estes conflitos, à luz do referencial teórico e metodológico da Ecologia política emerge como um estímulo a todos aqueles que,

como este autor, acredita na permanência e na relevância do debate sobre as questões agrária e ambiental brasileira.

São Carlos / Ribeirão Preto, outubro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Descaminhos do ambientalismo consensualista**, em OSAL: Buenos Aires, CLACSO, Año XIII, noviembre, 2012, pp.39-49.

_____. **Reforma agrária, meio ambiente e política**, In: SEVERI, F. C. *et all* (org.) O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a reforma agrária, Curitiba: CRV, 2013.

ALLEGRETTI, M, H. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002, 826 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável, gestão e política ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento sustentável**, In: Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre: UFRGS; EMBRAPA; EMATER, 1995.

ALMINO, J. **A filosofia política do ecologismo**, In: FERNANDES, M; GUERRA, L (org.) Contra-discurso do desenvolvimento sustentável, 2 ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

ALPHANDÉRY *et all*, **O equívoco ecológico**: riscos políticos da inconsequência, Brasiliense: São Paulo, 1992.

ALTIERI, M. A. **El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina**. In: CADENAS MARÍN, A. (Ed.). Agricultura y desarrollo sostenible. Madrid: MAPA, 1995.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**, tradução Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Edunesp, 1995.

ALVES, F, J, da C. **Modernização e sindicalismo**: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. 1991, 347 p. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

_____. **Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua**: indo direto ao ponto, RURIS, v. 3, n.1, março 2009, pp. 153-178.

ALY JUNIOR, O. **Projetos de desenvolvimento sustentável (PDS's) e os desafios na construção de novas políticas de assentamento**, Retratos de Assentamentos, v. 14, nº 2, 2011, pp. 283-303.

ANDRADE JÚNIOR, J, R, P. **Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro**: (re) ordenação social nas lutas contra a queima da cana-de-açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada, 2013, 292 p. Dissertação (Mestrado em Direito) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

ANTUNIASSI, M. H. R. **15 anos de assentamentos de trabalhadores rurais no estado de São Paulo**: o caso da família Pereira. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.;

FERRANTE, V. L. S. B. (Org.). *Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo*, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Coleção Zero à esquerda, tradução de Sandra G. T. Vasconcelos. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica e agroecologia**: questões conceituais e processo de conversão, Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Embrapa Documentos, 196).

BARONE, L. A. **Conflito e cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002, Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

_____; FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos na agenda de políticas públicas**: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas, In: FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A (Org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*, Brasília: MDA; Araraquara: UNIARA, 2008.

BAÚ, C, H, R. **Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP)**: uma estratégia de produção e sobrevivência no Assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002, Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. *et al.* **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)**. In: MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (Org.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*, Porto Alegre; Rio de Janeiro: UFRGS; CPDA, 1999.

BORGES, J, L. **MST**: do produtivismo a agroecologia, São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010.

BORSATTO, R, S; CARMO, M, S. **O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos**, Retratos de Assentamentos, v. 16, nº 2, 2013, pp. 221-243.

BRANCALEONI, A.P. L. **Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do campo do município de Araraquara**, Tese (Doutorado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP. Ribeirão Preto, 2005.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e Perspectivas, In: I Encontro da ANNPAS, Indaiatuba, 2002.

BRASIL, **Lei nº 4.504/1964** de 30 de Novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, Centro de documentação e informação da Câmara dos Deputados: Brasília, 1964.

_____**Lei nº. 7.347/1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

_____**Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.** Brasília: MDA, 2000.
50 p.

_____**Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável,** Brasília, INCRA/IICA, 2000a.

_____**Resolução Conama nº 289,** de 25 de outubro de 2001, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001 – Disponível em: <www.mma.gov.br> - *Acessado em março de 2014.*

_____**Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em assentamentos da reforma agrária,** Brasília: MDA/INCRA, 2006. 20p.

_____**Plano de ação ambiental do INCRA,** Brasília: MDA/INCRA, 2008.

_____**Lei nº 11.947/2009** - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, FNDE, 2009.

_____**Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável:** guia para o planejamento territorial, série documentos de apoio 2, 2 ed. MDA/SDT, Brasília: 2010.

_____**Norma de Execução DD/INCRA nº 93/2010,** Brasília: MDA; INCRA, 2010a.

_____**LEI Nº 12.188/2010** Institui a política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária – Pnater e o programa nacional de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar e na reforma agrária – Pronater, Brasília, DOU, 2010b.

_____**Chamada pública para seleção de entidade executora de assistência técnica e extensão rural nº 01/2011,** INCRA/SR8: São Paulo, 2011.

_____**Relatório dos projetos de reforma agrária conforme fases de implementação,** MDA/INCRA, Brasília, 2011 – Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br>> Acessado em 2013.

_____**DECRETO Nº 7.794/2010** – Institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica – PNAPO, Brasília, DOU, 2012.

_____**Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo:** fatores de sucesso ou insucesso, FERREIRA, B. (coord.) Relatório de pesquisa, Ipea: Brasília, 2013.

_____**Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – PLANAPO, Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013a.

_____**Relatório dos projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**, MDA/INCRA, Brasília, 2014 – Disponível em: < <http://www.INCRA.gov.br>>, Acessado em 2015.

_____**Relatório de gestão do exercício de 2013**, Superintendência Regional de São Paulo (SR8), MDA/INCRA, 2014. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/2013/rg_2013_sr-08_sp.pdf - Acessado em junho de 2015.

_____**Assentamentos Verdes**: Boletim de análise sobre o desmatamento em assentamentos na Amazônia, nº 3, Ago/14, 2014b. Disponível em: http://www.INCRA.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnostics/boletins-assentamentos-verdes/boletim_03_0.pdf - Acessado em: Agosto 2015.

_____**Relatório dos projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**, MDA/INCRA, Brasília, 2015 – Disponível em: < <http://www.INCRA.gov.br>>, Acessado em agosto de 2015

BURSZTYN, M, A; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**, Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMPAGNON. D. **Administrar democraticamente a biodiversidade graças as Ongs?** In: DIEGUES, A, C (org.) A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas, São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**, Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CANTO, R. **Pobre país rico: saneamento rural no Brasil, questão de saúde pública e de verdadeiro desenvolvimento**, Revista Plantando Águas, 1ª ed. São Paulo: fevereiro 2014, pp.22-23.

CARVALHO, H. M, **A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada**: resposta a Zander Navarro. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). A globalização e as ciências sociais, São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, J, G. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**, 2011, Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

_____**Economia agrária**, volume único, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

CAPORAL, F, R; COSTABEBER, J, A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios, Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 24p.

CECHIN, A; PACINI, H. **Economia verde**: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão, In: Estudos Avançados; Dossiê Sustentabilidade vol. 26, nº 74 p.121-135, São Paulo: IEA, 2012.

CHAPIN, M. **Um desafio aos conservacionistas**, In: DIEGUES, A, C. (org.) A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas, São Paulo: NAPAUB/USP, 2008.

CHIOVETTI, S, P. **Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados**, In: Lutas sociais, v. 6, Dossiê Cidade & Campo, pp.151-166, PUC, São Paulo, 1999 – Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/revista/edicoes_antteriores.html> - Acessado em abril de 2013.

CHONCHOL, M. E. F. **Assentamento Monte Alegre: conflitos e negociações nas ocupações de terras**. In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais em São Paulo, Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

CMMAD, **Nosso Futuro Comum**, 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da FVG, 1991 – Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum>> – Acessado em dezembro de 2013.

CONCRAB. **Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da terra**, Caderno de cooperação agrícola nº 15, Brasília: Editora Distrital, 2001.

COMPAGNON, D. **Administrar democraticamente a biodiversidade graças às Ongs?** In: DIEGUES, A, C. (org.) A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas, São Paulo: NAPAUB/USP, 2008.

CORTEZ, C. *et all.* **Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade**, Bionatur, 2009 - Disponível em: <<http://www.alternet.com.br/bionatur>>. Acessado em: 2013.

DELGADO, G, C. **A questão agrária no Brasil: 1950-2003**, In: ALY JUNIOR e RAMOS FILHO (Org.) Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual, São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

_____. **Uma proposta para desenvolvimento dos assentamentos**, Reforma Agrária, v. 34, nº 2, jul/dez 2007, pp. 57-62; pp. 119-123.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIEESE; MDA. **Estatísticas do meio rural**, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: DIEESE, 2006, 276p.

DIEGUES, A, C. **O mito moderno da natureza intocada**, 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectiva de um novo paradigma**, 2 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EHRENFELD, D. **A arrogância do humano**, tradução Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, B.M. *et all*, **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. Espaço Aberto, v. 1, p. 14-37, 2011.

FERRANTE, V. L. S. B. **A chama verde dos canaviais: uma história de lutas dos boias frias**. 1991, 524 p. Tese (Livre docência em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1991.

_____**Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. In: CONGRESSO DA LASA, XXVIII, Rio de Janeiro, 2009. pp. 1-28.

_____;TEIXEIRA, A, C, H. **Os caminhos da luta pela terra: reconstrução histórica do Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro**, Retratos de Assentamentos, n. 12, 2009, pp. 291-304.

_____**BARONE, L, A. "Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo**, Sociologias v.13 n°. 26. p. 262-305, UFRGS: Porto Alegre, 2011.

_____**AMARAL, D, T. Sustentabilidade e assentamentos: a presença controversa da dimensão ambiental**, Retratos de Assentamentos, v. 15, n.2, 2012, pp. 179-204.

FIAMENGUE, E, C. **Histórico dos assentamentos**, In: WHITAKER, D, C, A. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes, Presidente Wenceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

FIRMIANO, F, D. **A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do Assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto-SP**. 2008, 234 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FLORIT, L. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**, Blumenau: Edifurb, 2004.

FOLADORI, G, R. **Limites do desenvolvimento sustentável**, Campinas: Unicamp, 2004.

FREIRE, W.J; CORTEZ, L. A. B, **Vinhaça de cana-de-açúcar**, Guariba: Editora Agropecuária, 2000.

FREY, K. **Governança pública e sustentabilidade socioambiental no campo?** Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 18, n° 2, out. 2010, pp. 261-287.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**, 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____**Formação econômica do Brasil**, 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GALINDO, N. *et all* **Perguntas e repostas: Fossa Séptica Biodigestora**, Documentos 49, São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2010.

GOMES da SILVA, J. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

GONÇALVES, J, C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto – SP.** 2010,134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

_____;SCOPINHO, R, A. **Assentamentos rurais no Nordeste paulista: as experiências dos assentamentos Sepé Tiaraju e Mário Lago – região de Ribeirão Preto (SP),** In: BERGAMASCO, S, M, P, P. *et all* (org.) Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes, Campinas: FEAGRI/Unicamp; São Paulo: INCRA, 2011.

GRAZIANO DA SILVA J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, São Paulo: UNICAMP; IE, 1996.

GUANZIROLI, C, E; CARDIM, S, E de C, S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto,** Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, Brasília, 2000.

GUZMÁN, E. S. **Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável.** In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (Org.) Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

IANNI, O. **A classe operária vai ao campo.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

JÚLIO, J. E *et all* (coord). **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo,** São Paulo: INCRA, 2006.

JUNQUEIRA, A, C. **O papel dos sistemas Agroflorestais na recuperação da qualidade do solo no Assentamento Sepé Tiaraju, SP, na percepção dos agricultores,** 2012, 168 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras, 2012.

JUSTIÇA FEDERAL, **Processo nº 0000138-91.2004.403.6115,** Segunda Vara, São Carlos, 2004.

KOSSOY, B. **Fotografia & história,** 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: Editora da FYRB, 2000.

LEITE, S. *et all* (coord.) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro,** Brasília: IICA; NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.

LENZI, C, L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade,** Bauru/SP, Edusc, 2006.

LOPEZ, C. C. *et all.* **Pontal Verde 1998-2004: caminhos percorridos e resultados obtidos**, 2009 - Disponível em: <<http://www.homologa.ambiente.sp.gov.br>>. Acessado em: agosto de 2013.

LÖWY, M. **La crítica marxista de la modernidade**, Ecologia Política, cuadernos de debate internacional, Barcelona: 1991, pp. 86-93.

_____. **Ecologia e socialismo**, São Paulo: Cortez, 2005.

MACIEL, L.M. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo**, Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MARIN, R, E, A. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**, In: FERNANDES, M; GUERRA, L (org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**, 2 ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

MARTINS, J, S. **O cativo da terra**, 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, R, C. **Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas**, Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XVIII, n.1, p. 221-238, jan-mar. 2015.

MARTINEZ, P. H. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**, São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINEZ-ALIER, **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**, São Paulo: Contexto, 2007.

MARZOCHI, S. F. **Metamodernidade e política: a ONG Greenpeace**, Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009.

McNELLY, A, J; SCHERR, J, S. **Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade**, São Paulo: Editora Senac, 2009.

MELO, T, G. **Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo**, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP, 2015, 152 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MINAYO, M. C. S. *et all* (org.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MONTENEGRO GÓMES, J. R. **Los límites del consenso: la propuesta de desarrollo territorial rural em América Latina**. In: FERNANDES, B. M. (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, R, C, C. e COLETTI, C. **MST, o radicalismo agrário em busca de outro mundo...possível?** In: MORAES, R, C,C. (org.) **Globalização e radicalismo agrário**, São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MUNIZ, L. M. **Ecologia política**: o campo de estudos dos conflitos socioambientais, Revista Pós Ciências Sociais, v. 6. nº 12, Dossiê: Amazônia e paradigmas de desenvolvimento, PPGCSoc, UFMA, 2009.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico, In: Estudos Avançados; Dossiê Sustentabilidade vol. 26, nº 74 p.51-64, São Paulo: IEA, 2012.

NEVES, D, P. **O associativismo e a imposição do agricultor solidário**, In: BERGAMASCO, S, M, P, P. *et all* (org.) Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes, Campinas: FEAGRI/Unicamp; São Paulo: INCRA, 2011.

O'CONNOR, J. **Las condiciones de producción**: por um marxismo ecológico, una introducción teórica. Ecologia Política, cuadernos de debate internacional, Barcelona: 1991, pp. 112-129.

OLIVEIRA, L. D. **Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois**: das “profecias do apocalipse ambiental ao “futuro comum ecologicamente sustentável”, Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, nº 1, jul-dez, pp. 72-96, Rio de Janeiro, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**, PNUD – Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br> – Acessado em maio de 2014.

PAULA, E. A. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza, EDUFAC: Rio Branco, 2005.

_____. **Acre + 13: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas**, In: Do\$\$\$iê Acre: documento especial para a cúpula dos povos, pp. 7-12, Brasília: CIMI, 2012.

_____. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban, Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

_____. PAULA, D. A. **Agronegócio e ambientalismo: reconstruindo hegemonia**. In: VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural. Quito: FLACSO, 2006.

_____.;SILVA, S, S. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira**: vinte anos sem Chico Mendes, NERA, ano 11, nº 13 jul-dez. pp. 102-117, Presidente Prudente, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C, W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**, 12 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAMOS FILHO, L, O, *et all*. **Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região de Ribeirão Preto, Brasil**, Retratos de Assentamentos, nº13, 2010, pp. 207-238.

REDCLIFT, M, R. **Os novos discursos da sustentabilidade**, In: FERNANDES, M; GUERRA, L (org.) *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*, 2 ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

RIBEIRO, W.C. **Ecología política: ativismo com rigor acadêmico**. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VII, nº 364, 10 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-364.htm>

RODRIGUES, I, C. **Certificação ambiental e desenvolvimento sustentável: avaliação para o setor sucroalcooleiro localizado na bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu/SP**, 2004, 297 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROSIM, L. H. **Nas terras da usina, o fazer-se de um assentamento**. 1997, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense; IBAMA; ENAP, 1991.

____ **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SÃO PAULO, **Pontal Verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema**, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, São Paulo: Itesp, 2001.

____ **Inventário Florestal da Vegetação Natural do estado de São Paulo**, SIFESP; Instituto Florestal, São Paulo, 2009 – Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/>> - Acessado em abril de 2014.

____ **Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo**, Marco Pilla *et all* (org.), São Paulo: Itesp, 2013.

____ **Recuperação de áreas em assentamento vai contar com recursos do FID**, Itesp Informa, ano 3 - nº 019, p. 2, São Paulo, 2013a.

____ **Relatório de situação dos recursos hídricos 2014 (ano base 2013)**: UGRHI – 09 CBH MOGI-GUAÇU, São Paulo, 2013b.

SCOPINHO, R, A. **O processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju – SP: os sentidos e os caminhos da cooperação**. Grupo de pesquisa trabalho, organização social e comunitária, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, Fapesp, 2007.

____ **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**, São Paulo: Annablume, 2012.

SEVERI, F. C. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP.** 312 p. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2010.

_____. **Da lona ao roçado:** memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária, São Paulo: Annablume, FAPESP, 2012.

SHIKI, S. **Política agrária e conservação da biodiversidade no Brasil,** Estudos Sociedade e Agricultura vol. 18, nº 2 outubro 2010, pp. 288-316.

SILVA, M. A. M; FERRANTE, V. L. S. B. **Roupa nova para um velho sonho:** assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.1, n.3, p. 32-40, 1987.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____;MARTINS, R. C. **Trabalho e meio ambiente:** o avesso da moda do agronegócio, Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 91-106, 2006.

SILVA, M. A. S *et all*, **Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático,** In; Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. Campina Grande, nº 1, v.11, p. 108-114, 2007.

SOSA, B, M. *et all* (org.) **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba,** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, J, G. **A questão ambiental na reforma agrária:** os assentamentos como territórios protetores e produtores de água, In: SEVERI, F. C. *et all* (org.) O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a reforma agrária, Curitiba: CRV, 2013.

STEPHENS, J; OTTAWAY, D, B. **Por dentro da TNC – Nature Conservancy:** banco da terra sem fins lucrativos arrecata bilhões; filantropia faz ativos em parcerias com as corporações, In: DIEGUES, A, C. (org.) A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas, São Paulo: NAPAUB/USP, 2008.

SZMRECSÁNYI, T. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo,** São Paulo, In: JÚLIO, J. E *et all* (coord). Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo, São Paulo: INCRA, 2006.

TAYRA, F. **A Relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente:** limites para o desenvolvimento sustentável, In: Scripta Nova – Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Vol. VI, núm. 119 (72), 1 de agosto de 2002, Universidad Barcelona – Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-72.htm>> - Acessado em janeiro de 2014.

TEIXEIRA, A, C, H. *et all*, **Do romper da cerca ao acesso à terra:** resgate e registro dos caminhos percorridos pelas famílias pioneiras da Comunidade Agrária 21 de Dezembro, Descalvado-SP, Retratos de Assentamentos, v. 14, nº 1, 2011, pp. 197-217.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800), São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRUZZI, O. M, S. **Café e indústria**: São Carlos – 1850-1950, São Carlos: EdUFSCar, 2000.

_____(org.) **Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos (1873-1940)**, São Carlos: EdUFSCar, 2004.

_____;FOLLIS, F. **A ocupação dos sertões de Araraquara**: das Sesmarias e aposamentos à Lei de Terra de 1850, São Carlos: EdUFSCar, 2012.

VASCONCELOS, G, F. **Homolattes**, Revista Caros Amigos, ed.220, São Paulo, julho 2015.

VASQUEZ, G, C, F. **Experiência e luta pela terra**: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST, 2009, 397 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP. Ribeirão Preto, 2009.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1998.

WWF-BRASIL, **Análise da expansão do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil**, Programa de Agricultura e Meio Ambiente, Brasil, 2008. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/etanol/rel_cana_wwf.pdf
Acessado em: agosto de 2015.

XAVIER C. V. *et all.* **Monopólio da produção de etanol no Brasil**: a fusão Cosan-Shell, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo: Outras Expressões, 2011 Disponível em: <www.social.org.br> – Acessado em novembro de 2012.

Relação de *Sites* consultados:

<http://www.seade.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.unica.com.br>
<http://www.iflorestal.sp.gov.br>
<http://www.fepaf.org.br>
<http://www.nead.gov.br>
<http://www.mma.gov.br>
<http://www.mapeiasp.sp.gov.br>
<http://www.feraesp.org.br>
<http://www.mst.org.br>
<http://www.canaldoprodutor.com.br>
<http://www.ambiente.sp.gov.br>
<http://www.fcav.unesp.br>
<http://www.cnpm.embrapa.br>
<http://www.rimisp.org>
<http://www.rio20.gov.br>
<http://www.cetesb.sp.gov.br>
<http://www.cloc-viacampesina.net>
<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial>
<http://www.cati.sp.gov.br>
<http://www.odebrechtagroindustrial.com>
<http://www.sonhonosso.org.br>
<http://homologa.ambiente.sp.gov.br>
<http://www.revista.fct.unesp.br>
<http://INCRA.gov.br>
<http://www.cnpma.embrapa.br>
<http://www.cppse.embrapa.br>
<http://www.cnpdia.embrapa.br>
<http://www.daaearaquara.com.br>
<http://www.caixa.gov.br>
<http://www.atlasbrasil.org.br>
<http://www.unep.org/greeneconomy>

<http://www.pnuma.org.br>

<http://www.contraosagrotoxicos.org>

<http://www.reporterbrasil.org.br>

<http://www.fct.unesp.br>

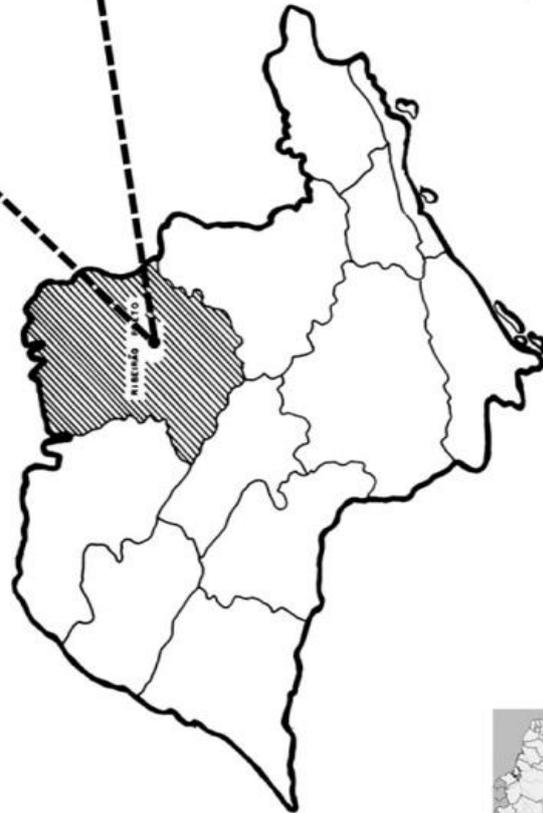
<http://www.saocarlos.sp.gov.br>

<http://www.cpt.com.br>

<http://www.terradedireitos.org.br>

ANEXOS

Macrorregião de Ribeirão Preto - SP



Região Administrativa	Nº municípios	População	PIB	Área (Km ²)
Ribeirão Preto	25	1.310.348	35.435,25	9.301,20
Franca	23	727.447	15.076,40	10.328,91
Barretos	19	427.149	10.747,61	8.344,22
Central	26	983.090	25.806,04	11.093,30
TOTAL	93	3.448.034,00	87.065,30	39.067,63

Certidão de cessão de uso provisório da Fazenda Santa Helena


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado de São Paulo
Av. Prestes Maia, 733 - 13º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP 01031-001
(11) 3227-2868 / 3227-3993 - grpu@bisp@fazenda.gov.br

**TERMO DE CESSÃO DE USO PROVISÓRIO
E GRATUITO DE IMÓVEL PRÓPRIO
NACIONAL**

Cessão de Uso provisório e gratuita de imóvel próprio nacional que entre si fazem, de um lado, como cedente, a **SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU**, neste ato representada, por sua Secretária do Patrimônio Dra. Alexandra Reschke, brasileira, Arquiteta Urbanista, portadora da cédula de identidade RG n.º 15.458.443 SSP/SP, inscrita no CPF/MF n.º 066.195.378-55, domiciliada nesta Capital Federal - DF, CEP 01031-001, nomeada nos termos do art. 1º do Decreto n.º 4.734, de 11 de junho de 2003, pelo Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no DOU em 21 de novembro de 2003, e de outro lado como Cessionário **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SR (08)** - Superintendência de São Paulo, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110/1970 vinculada ao Ministério da Agricultura, com sede e foro na cidade de São Paulo, sito na Rua Brasília Machado, n.º 203, Santa Cecília, São Paulo - SP, representada na pessoa de seu Superintendente Regional Sr. Raimundo Pires Silva, portador da cédula de identidade RG n.º 7.934.780 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n.º 022.766.778-64, de acordo com o disposto no Decreto n.º 3.725, de 10 de janeiro de 2001, que regulamentou a Lei n.º 9.636 de maio de 1998.

Considerando

- Que a União é senhora legítima possuidora do imóvel abaixo descrito localizado no Município de São Carlos, no estado de São Paulo - SP.
- E ainda que é de interesse público a utilização deste imóvel para o assentamento de famílias dentro do Programa de Reforma Agrária promovido pelo INCRA, especialmente dentro das terras públicas federais, que se encontram ociosas, sendo portanto, conveniente e oportuno a disponibilização destas áreas para esse fim.
- E por fim, considerando que o INCRA, através de sua Superintendência de São Paulo manifestou o interesse em receber estas terras no estado e condições em que se encontram, nos termos do processo GRPU/SP n.º 04977.006447/2005-29.


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
Gerência Regional de Patrimônio da União no Estado de São Paulo
Av. Prestes Maia, 733 - 13º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP 01031-001
(11) 3227-2868 / 3227-3993 - grpu@bisp@fazenda.gov.br

Resolve:

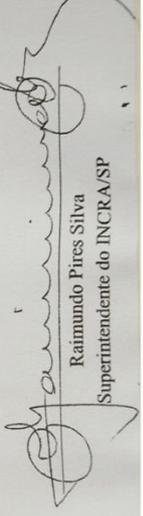
AUTORIZAR A CESSÃO DE USO PROVISÓRIO, em regime de urgência em acordo com o que dispõe o Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, em seu artigo 11, §3º e art. 14, o uso do imóvel rural denominado **Sítio Santa Helena** com 98,83 hectares de área, localizado no **Município de São Carlos**, no estado de São Paulo, SP, matriculadas sob n.º 6894, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de São Carlos ao Cessionário acima qualificado, nas condições abaixo descritas:

- O imóvel deverá ser utilizado para assentamento das famílias que compõe a demanda daquele instituto.
- Também poderá ser utilizado parte do imóvel para implantação de infra-estrutura social como escola, creche, hospital, etc que visem atender a demanda local.
- O Cessionário se compromete a defender o imóvel em sua integridade, assumindo todas as responsabilidades sobre o mesmo, inclusive aquelas decorrentes de ação judiciais.
- A cessão é gratuita, inexistindo qualquer obrigação a título de caução ou garantia.
- Esta autorização é por prazo indeterminado, condicionada ao término do Processo Administrativo n.º 04977.004319/2005-41 que trata da transferência definitiva do imóvel.

Publique-se.

Brasília, 20 de ~~maio~~ de 2006.


Alexandra Reschke
Secretária do Patrimônio da União


Raimundo Pires Silva
Superintendente do INCRA/SP

De acordo,

Modelo de certidão de cessão de direito de uso de lote no PDS Santa Helena



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR (08)
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO – SR (08)D
NÚCLEO DE APOIO REGIONAL DE ARARAQUARA – NARA I
Núcleo de Apoio Técnico de Araraquara – Av. Engº Camilo Dinocci, 6661 – Jd. Iguatemy – Araraquara
Fone: (16) 3333-3268 Fax: 3332-1001

CERTIDÃO Nº 232

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SR(08), Certifica para fins de direito que o Senhor(a)
,portador(a) do(a) Carteira de Identidade nº
SSP/PR, CPF nº **brasileiro(a), é assentado(a) no PROJETO DE**
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SANTA HELENA, localizado no(s)
município(s) de SÃO CARLOS, inscrito(a) no Sistema de Informações de
Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, sob o código Nº SP024300000017 ,
onde desenvolve atividades rurais em regime de economia familiar no
lote/parcela rural nº , que lhes foi destinada desde de 28/12/2005, conforme
Processo Administrativo/INCRA/nº 54190.001156/2006-41

Araraquara, 02 de outubro de 2007.

Cláudia de Arruda Bueno

Cláudia de Arruda Bueno
Chefe Substituta da SR(08)
Port Nº 39/2006

Modelo de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso para Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS

DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O Concedente, qualificado com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, concede à unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), pelo presente CONTRATO, a concessão de direito real de da área do imóvel descrito, sob as condições constantes das cláusulas seguintes:

I - o imóvel destina-se à atividades de manejo sustentável, tais como extrativismo, piscicultura e outras, aprovadas pelo INCRA e Órgão Ambiental competente, na modalidade de gestão individual e/ou coletiva da área do projeto, ficando a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) comprometida a residir na área compreendida no projeto de assentamento, explorá-la direta e pessoalmente, bem como preservar o meio ambiente, inclusive as áreas de reserva legal e de preservação permanente, na forma da legislação ambiental federal, estadual e distrital vigentes e em conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU, que é parte integrante deste contrato.

II - a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) se obriga a explorar a área do projeto de forma individualizada ou comunitária, em atividades e práticas sustentáveis, permitindo o desenvolvimento de atividades complementares, com vistas à subsistência familiar e à comercialização do excedente.

III - a regulamentação do uso dos recursos naturais do projeto será discrimina no Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU, assim como as penalidades para a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) que infringi-la.

IV - a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) se obriga a participar da gestão da área do projeto; fazer cumprir o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU aprovado(s) e fiscalizar o cumprimento das diretrizes sociais, econômicas e ambientais definidas no(s) mesmo(s).

V - a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) se obriga a preservar os bens naturais e os sítios ecológicos que representam patrimônio ambiental.

VI - O CONCEDENTE, através deste instrumento, assegura o uso e gozo pleno da área do projeto, bem assim o acesso ao crédito e infraestrutura básica de interesse coletivo, como apoio para início das atividades produtivas necessárias à permanência e obtenção das condições básicas suficientes para o seu ingresso no programa de agricultura familiar, fazendo gestão junto aos órgãos competentes, em favor da unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), visando o acesso a serviços sociais indispensáveis ao progresso social e econômico da mesma.

VII - enquanto vigente qualquer das condições resolutivas, é vedado à unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou os

direitos do imóvel, decorrentes da presente concessão de direito real de uso, salvo por sucessão legítima, com anuência do INCRA.

VIII - a transferência inter vivos da posse ou dos direitos do imóvel somente será permitida com anuência do INCRA e quando cumulativamente:

a) a unidade familiar houver liquidado integralmente o valor de seu débito para com o outorgante, inclusive os créditos reembolsáveis, concedidos para fins de reforma agrária;

b) após transcorridos dez anos da data da emissão do presente contrato de concessão de direito real de uso ou do contrato de concessão de uso, se expedido anteriormente a este;

c) estiver em dia com o pagamento do ITR e

d) e tendo sido cumpridas as demais cláusulas deste instrumento.

IX - é vedado à unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), sem prévia e expressa anuência do CONCEDENTE, construir edificações e desenvolver atividades na área do projeto estranhas ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU

X - a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) facilitará, a qualquer tempo, o ingresso na área do imóvel de representantes do CONCEDENTE, devidamente credenciados, para fiscalizar o cumprimento das condições estipuladas neste contrato, bem como o cumprimento da legislação agrária e ambiental.

XI - o CONCEDENTE autoriza a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) a constituir penhor junto às entidades oficiais:

a) dos produtos agrosilvipastoris obtidos na vigência deste contrato;

b) dos animais, maquinários, implementos, veículos e materiais agrícolas de propriedade da mesma.

XII - em caso de morte ou invalidez de qualquer dos titulares da unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), o CONCEDENTE assegurará a continuidade da presente concessão aos seus sucessores, que preencham os requisitos legais e estejam explorando e residindo na área do projeto, desde que se comprometam a dar prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU e aceitem expressamente as condições contidas neste contrato, firmando termo aditivo nas condições e prazos estipulados pelo INCRA.

XIII - o prazo desta concessão será válido por trinta anos contado da data da emissão da presente, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da Autarquia ou ainda, se estiverem sendo cumpridas as obrigações pactuada neste.

XIV - não será concedido o Título de Domínio aos CONCESSIONÁRIOS de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE e de Projeto de Assentamento Florestal - PAF.

XV - constitui obrigação da unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) o ressarcimento ao INCRA das despesas relativas aos créditos de que trata a cláusula VI, conforme regulamentação pertinente.

XVI - resolver-se-á o presente contrato, antes do seu término, independente de qualquer procedimento ou medida judicial, se a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO):

a) não explorar direta e pessoalmente a área do projeto, ou dar destinação diversa da ajustada;

b) abandonar ou paralisar as atividades de manejo sustentável objeto do presente contrato;

c) deixar de residir no local de trabalho ou em área integrante do projeto de assentamento;

d) descumprir a legislação agrária e ambiental, bem como o estipulado no Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou Plano de Utilização - PU;

e) tornar-se elemento de perturbação para a continuidade do desenvolvimento dos trabalhos, por má conduta ou inadaptação à vida comunitária e

f) alienar, arrendar ou transferir a posse da área a terceiros, sem prévia anuência do INCRA.

XVII - não caberá à unidade familiar (CONCESSIONÁRIO) indenização ou ressarcimento algum por parte da Autarquia, em ocorrendo inadimplemento de qualquer obrigação assumida.

XVIII - o presente contrato tem plena força e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, sendo o mesmo firmado em papel moeda, em uma única via, que deve ser levada a registro no cartório de registro de imóveis competente.

XIX - os casos omissos no presente contrato resolver-se-ão com base na legislação em vigor, aceitando a unidade familiar (CONCESSIONÁRIO), expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, na presença das testemunhas abaixo arroladas, ficando eleito o foro da cidade da sede da Superintendência Regional do INCRA, com renúncia a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que resultarem do presente instrumento.

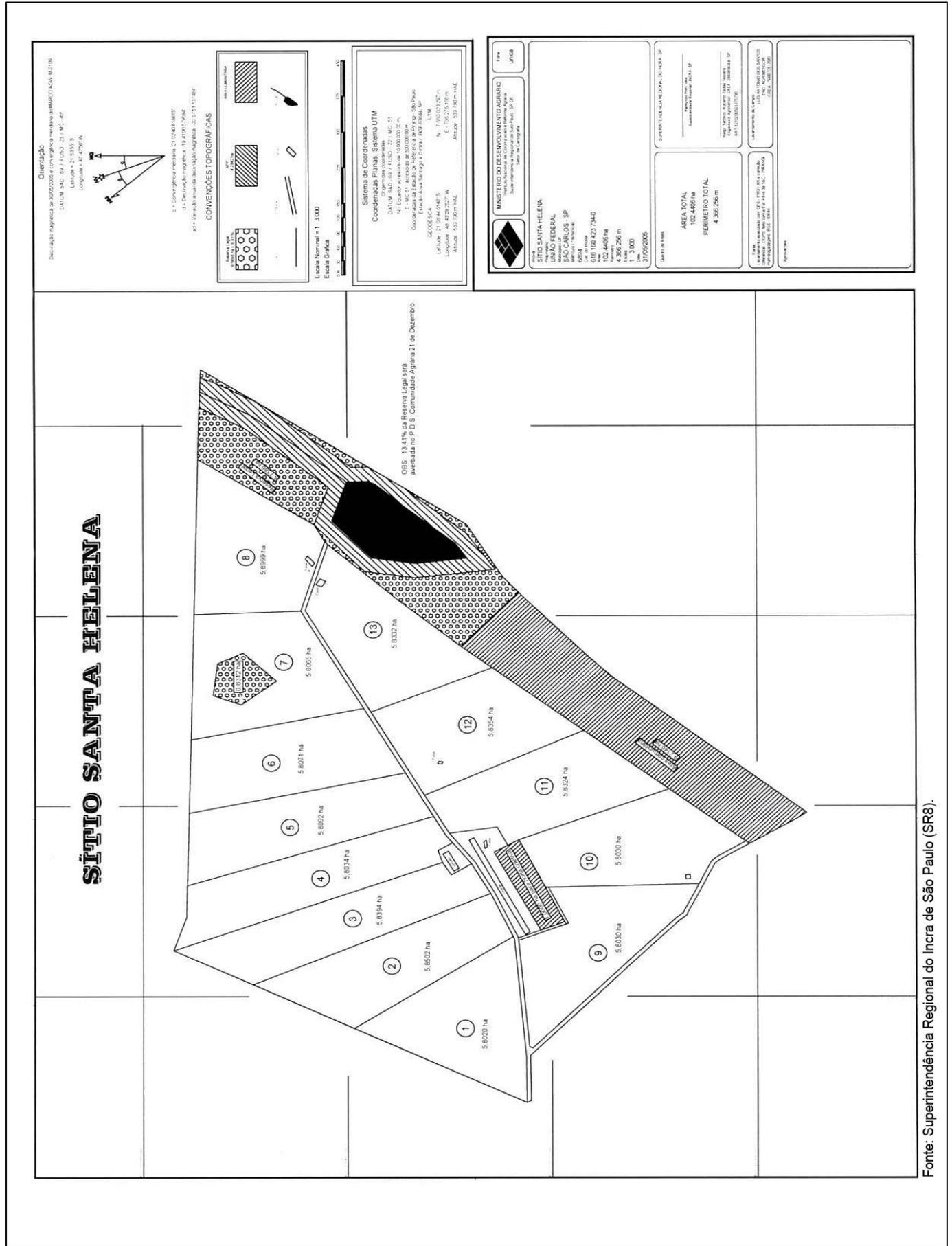
SUPERINTENDENTE REGIONAL

RG

CPF

PORT./INCRA/nº

Cópia do mapa do PDS Santa Helena



Fonte: Superintendência Regional do Incra de São Paulo (SR8).

